

10. CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A AGERE-EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.

Submete-se, à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto nas disposições conjugadas nos artigos 25.º n.º 1, alíneas n) e q), e n.º 2, alínea a), 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, constantes do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a proposta do Contrato de Gestão Delegada, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, de acordo com os documentos anexos.

Aprovar o envio à ERSAR da minuta de contrato de gestão delegada, na sequência da presente deliberação da sua aprovação;

Aprovar a submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, da minuta do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas;

Após o visto prévio pelo Tribunal de Contas, o contrato de gestão delegada pode ser outorgado, devendo posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias;

Tudo de acordo com os documentos constantes do processo.

PROPOSTA

Assunto: Aprovação do Contrato de Gestão Delegada celebrado com a Empresa Municipal AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

I. Enquadramento

- 1.1. Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, «Os serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos abrangidos pelo presente decreto-lei compreendem, no todo ou em parte:
- a) A gestão dos sistemas municipais de captação, elevação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição de água para consumo público, bem como a gestão de fontanários não ligados à rede pública de distribuição de água que sejam origem única de água para consumo humano;
 - b) A gestão dos sistemas municipais de recolha, drenagem, elevação, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais;
 - c) A gestão dos sistemas municipais de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como as operações de descontaminação de solos e a monitorização dos locais de deposição após o encerramento das respetivas instalações”.

- 1.2. Nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 194/2009, as atividades referidas no n.º 1 do artigo 2.º devem ser prestadas de acordo com os princípios da tendencial universalidade, da igualdade de acesso, da garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores, do desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços, da proteção da saúde pública e do ambiente, da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos com vista a responder à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis, da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional, da eficácia, da adequação territorial da gestão integrada com vista a obter economias de escala e da promoção de economias de processo através da integração vertical.
- 1.3. Ainda nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 194/2009, «A entidade gestora dos serviços municipais é definida pela entidade titular, de acordo com um dos seguintes modelos de gestão: (i) Prestação direta do serviço; (ii) Delegação do serviço em empresa constituída em parceria com o Estado; (iii) Delegação do serviço em empresa do sector empresarial local; (iv) Concessão do serviço».
- 1.4. É opção do município de Braga aplicar o modelo de Delegação do serviço em empresa do sector empresarial local, neste caso a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M;

II. Exposição e motivos

- 2.1. A AGERE é uma entidade empresarial local de gestão de serviços de interesse geral, de capitais maioritariamente públicos, constituída em 1999, o que traz à colação a aplicação do n.º 3 do artigo 17.º, do

Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, cuja disposição «A delegação (...) é efetuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre o município (...) e a empresa municipal delegatária»;

- 2.2. Este modelo é o que melhor defende os interesses do município, e dos munícipes, e que dá mais garantias de sucesso do projeto, pois, entre outros aspetos: (i) a empresa municipal de capitais maioritariamente municipais garante o controlo de gestão por parte do Município de Braga; (ii) o modelo de gestão por delegação em empresa municipal é o que mais benefícios financeiros poderá trazer para o município; (iii) possibilita praticar uma tarifa média mais reduzida e, mesmo assim, garantir a sustentabilidade económica e financeira do sistema; (iv) salvaguardar a qualidade de serviço prestado ao utilizador; (v) maior eficiência na gestão dos recursos e melhoria da capacidade de gestão; (vi) maior flexibilização na gestão dos recursos humanos; (vii) possibilidade de acesso a financiamento bancário e comunitário.
- 2.3. Por conseguinte, o contrato de gestão delegada, em conformidade com os n.ºs 1 e 3 do artigo 20.º, do citado diploma, deve compreender:
- a) “O âmbito da delegação, especificando os serviços, a tipologia de utilizadores e o espaço territorial abrangido;
 - b) A data a partir da qual a empresa municipal delegatária assume a responsabilidade pela prestação dos serviços;
 - c) As regras de determinação da taxa de remuneração dos capitais próprios, bem como da sua base de incidência (...);
 - d) As sanções aplicáveis pelo incumprimento dos objetivos e metas definidos;
 - e) Os objetivos para a empresa municipal delegatária integrados nos objetivos definidos para o sector, materializados em indicadores de

cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão;

- f) A identificação das principais iniciativas de carácter estratégico que a empresa municipal delegatária deve implementar, incluindo metas temporais e indicadores que permitam aferir o seu sucesso;
- g) O plano de investimentos a cargo da empresa municipal delegatária;
- h) O tarifário e a sua trajetória de evolução temporal (...)"

III. Proposta

Assim, propõe-se que a câmara delibere:

- 3.1. Aprovar a Proposta do Contrato de Gestão Delegada, nos termos e em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 17.º e artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, constituída pelos seguintes documentos anexos:
 - a) Minuta do Contrato de Gestão Delegada (CGD)
 - b) Anexos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9
 - c) Parecer da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) 2019
 - d) Parecer da ERSAR 2021
 - e) Esclarecimentos relativos ao parecer da ERSAR ao CGD
 - f) Parecer jurídico externo acerca da conformidade legal do contrato de gestão delegada
- 3.2. Aprovar o envio à ERSAR da minuta de contrato de gestão delegada, na sequência da presente deliberação da sua aprovação;
- 3.3. Aprovar a submissão ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, da minuta do contrato de gestão delegada, tudo em conformidade com o regime legal aplicável à fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas;

- 3.4. Após o visto prévio pelo Tribunal de Contas, o contrato de gestão delegada pode ser outorgado, devendo posteriormente seguir-se as comunicações legalmente obrigatórias;
- 3.5. Que, sendo aprovada a presente proposta, seja submetida a deliberação da Assembleia Municipal, para cumprimento do disposto nas disposições conjugadas nos artigos 25.º n.º 1, alíneas n) e q), e n.º 2, alínea a), 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, constantes do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Braga, 1 de março de 2023

O Presidente da Câmara Municipal,

(Ricardo Rio)

CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA

ENTRE O

MUNICÍPIO DE BRAGA E A

AGERE – EMPRESA DE ÁGUAS, EFLUENTES E RESÍDUOS DE BRAGA, E.M.

ENTRE

O Município de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 em Braga, representado neste contrato pelo Presidente da Câmara Municipal, Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, o qual outorga no uso de poderes concedidos nos termos e para os efeitos do disposto na Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, adiante designado apenas por “Município” ou por “Primeiro Outorgante”,

E, DE OUTRA PARTE,

AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga – E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 692, com sede na Praça do Conde de Agrolongo, 115, freguesia de Braga (São João do Souto), 4700-312 Braga, com o capital social de Euro 39.000.000, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Braga sob o número único de matrícula e pessoa coletiva n.º 504 807 692, devidamente representada neste contrato pelo Presidente do Conselho de Administração Dr. Rui Manuel de Sá Morais e pelos Administradores-Executivos Dr. António Jorge Almeida da Silva e Eng.ª Paula Nívea Nunes Campos, adiante designada apenas por “AGERE” ou por “Segundo Outorgante”, é celebrado o presente contrato, que se rege pelas cláusulas seguintes:

E CONSIDERANDO QUE:

- A. Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a exploração dos sistemas públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e da gestão de resíduos urbanos pertence à esfera jurídica dos Municípios.
- B. Em Braga, as referidas competências foram delegadas na AGERE que, nos termos dos seus Estatutos, tem como objeto (social) principal a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público; a recolha, tratamento e rejeição de efluentes; a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos e a limpeza e higiene públicas. Acresce a gestão do canil / gatil municipal.
- C. A AGERE foi constituída por referência a 1 de janeiro de 1999, tendo como objeto social a prestação de serviços de interesse geral, para efeitos de cumprimento do objeto social indicado, no sentido de uma melhor gestão ambiental no Concelho com inerentes melhorias no nível de vida das populações. Como objetivo da sua atividade reside a prestação de um serviço de excelência na gestão da água, efluentes e resíduos urbanos preservando o meio ambiente, satisfazendo em simultâneo as necessidades e expectativas dos clientes, racionalizando meios e custos, e otimizando a performance financeira.
- D. A atividade da AGERE contempla a delegação de poderes presente no artigo 17.º dos respetivos estatutos.
- E. O regime jurídico que rege estes serviços públicos essenciais foi objeto de reformulação ao nível do seu enquadramento legal, pela aprovação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na redação em vigor.
- F. O Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos, constituindo-se como o normativo legal essencial para a regulação das atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos prestadas pelos municípios, de forma direta ou por via de serviços municipalizados, ou por via de empresas municipais.

- G. Os princípios fundamentais que devem nortear esta atividade são os princípios de universalidade no acesso, de continuidade e qualidade de serviço e de eficiência e equidade dos tarifários aplicados. Nestes termos, todos os municípios têm direito à prestação destes serviços essenciais, que deverão ser prestados com qualidade, credibilidade e eficiência. Fundamental é igualmente o princípio da redistribuição e equidade que deverá regular toda a política tarifária aplicável.
- H. Que a atividade da AGERE é devidamente avaliada, designadamente, através dos indicadores definidos pela entidade reguladora ERSAR, enquanto Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.
- I. No âmbito do modelo de gestão em questão, cabe conciliar os dois regimes legais em apreço, pelo que reside na esfera da atual Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a definição das regras gerais orientadoras da tipologia das empresas, do procedimento de constituição das empresas; do funcionamento interno das empresas; bem como do controlo acionista e externo (financeiro). Por seu turno, deverão ser consideradas as regras especiais do regime municipal previstas no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que definem o conteúdo do contrato de gestão e das peças do procedimento para a eventual escolha do parceiro privado, nos poderes da entidade delegante; bem como no modo de intervenção da ERSAR.
- J. Por último, cabe ainda enfatizar os dois documentos estratégicos do Estado Português, nos quais se definem as linhas de orientação para estas atividades: PENSAAR 2020 e PERSU 2020.
- K. O plano estratégico de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais para o período 2014- 2020, assenta nos anteriores planos – PEAASAR I – e – PEAASAR II – e aponta-nos como objetivos estratégicos: 1) garantir a universalidade, continuidade e qualidade do serviço, materializado, na prestação de um serviço com elevada qualidade e fiabilidade, priorização da adequada cobertura da população em detrimento da rentabilidade imediata dos investimentos, a obtenção de um tarifário sustentável e socialmente equilibrado, 2) sustentabilidade da atividade, implicando melhorias da produtividade e da eficiência, bem como a aplicação de um modelo de gestão credível, eficaz, equilibrado e transparente, e 3) proteção dos valores ambientais;
- L. O PERSU 2020, (Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos) consubstancia a revisão das estratégias consignadas no PERSU e ENRRUBDA (Estratégia Nacional de Redução dos Resíduos Urbanos Biodegradáveis destinados a aterros), e do PERSU II para o período 2007-2016, em Portugal Continental, tem como objetivos base a prevenção de produção, maximização da reciclagem e minimização da deposição em aterro.
- M. O desafio que se apresenta é o de conciliar os pesados investimentos necessários para se atingirem os níveis de atendimento pretendidos e os padrões ambientais do direito nacional e comunitário, com o facto do abastecimento de água, os serviços de saneamento e recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos serem uma atividade vital para a vida humana e o seu fornecimento às populações em quantidade, qualidade e a um preço socialmente justo, um serviço público;
- N. A AGERE no âmbito da sua atividade, assegurará sob orientações emanadas pelo Município de Braga, permitindo assim, através da aplicação de modelos de gestão empresarial e das competências técnicas e profissionais dos seus recursos humanos obter ganhos de eficiência e eficácia.
- O. Pelo exposto, é celebrado, nos termos do artigo 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, e reciprocamente aceite o presente Contrato de Gestão Delegada relativo à gestão no Município de Braga, e em regime de exclusividade, dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público; a recolha, tratamento, reutilização e rejeição de efluentes; a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos e a limpeza e higiene públicas, o qual se regerá pelas cláusulas seguintes:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA

(Objeto, início de vigência e duração)

- 1- O presente contrato de gestão delegada estabelece os termos e condições da delegação dos serviços de captação, tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento, reutilização e rejeição de efluentes, bem como de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana, entre o Município de Braga e a AGERE.
- 2- A delegação de serviços a que se refere o número anterior inclui a operação, a manutenção e conservação do sistema, bem como a construção, a renovação e a substituição das infraestruturas, nos termos a que concretamente se referem os artigos 2.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como os respetivos Estatutos da empresa municipal delegatária.
- 3- O presente contrato de gestão delegada inicia a sua vigência a 1 de janeiro de 2021 e vigorará pelo prazo de 10 anos.

CLÁUSULA SEGUNDA

(Definições)

Os termos e as expressões a seguir indicadas, utilizadas no clausulado do presente Contrato e nos respetivos anexos, independentemente de se encontrarem utilizadas no singular ou no plural, terão o seguinte significado, salvo se do contexto resultar claramente sentido diverso:

- a) **Atividade principal:** a exploração e a gestão dos serviços de abastecimento de águas, recolha de águas residuais e recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos relativos ao Sistema Infraestruturas Básicas do Concelho por parte da AGERE
- b) **Água para consumo humano:** água tal como definida na alínea b) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com a redação em vigor;
- c) **Água para consumo público:** água para consumo humano, bem como a destinada a outras atividades, designadamente água para o processo industrial, para rega de espaços públicos ou privados, para lavagem de arruamentos e outros espaços, que não tenha de cumprir os parâmetros e respetivos valores definidos no Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com a redação em vigor;
- d) **Águas residuais domésticas:** as águas residuais de serviços e instalações residenciais, essencialmente provenientes do metabolismo humano e de atividades domésticas;
- e) **Águas residuais industriais:** as águas residuais provenientes de qualquer tipo de atividade que não possam ser qualificadas como águas residuais domésticas nem sejam águas pluviais;
- f) **Águas residuais urbanas:** a mistura de águas residuais domésticas com águas residuais industriais e/ou águas pluviais quando estas não possam ser drenadas na rede de coletores unitários;
- g) **Águas pluviais:** as águas resultantes da precipitação atmosférica caída diretamente no local ou em bacias limítrofes, bem como as provenientes de regas de jardins e as de lavagens de arruamentos, passeios, pátios e parques, desde que não contenham cargas poluentes suscetíveis de as qualificar como águas residuais domésticas ou águas residuais industriais;
- h) **Clientes:** os destinatários das atividades principais, acessórias ou complementares da atividade principal da AGERE com os quais esta celebra, sem regime de exclusivo, contratos de prestação de serviço de duração indeterminada.
- i) **Consumos domésticos:** consumo dos utilizadores domésticos, correspondentes aos fogos destinados a habitação;

- j) **Consumos não domésticos:** consumos dos utilizadores não domésticos, designadamente os de natureza comercial ou industrial e os dos serviços da Administração públicos, autarquias, organizações sem fins lucrativos ou ligações provisórias;
- k) **Contratos de utilização:** os contratos de fornecimento e/ou de recolha celebrados, no âmbito do presente Contrato, entre a AGERE e qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, que seja proprietária, usufrutuária, locatária ou titular de outro direito real ou de crédito que lhe confira o gozo sobre o imóvel, ou seja, com os utilizadores, pelo qual é estabelecida uma relação de prestação dos serviços de águas, de duração indeterminada ou a termo, envolvendo a disponibilização de infraestruturas do Sistema.
- l) **Estrutura tarifária:** conjunto de tarifas aplicáveis por força da prestação dos serviços de águas e resíduos que constituem o objeto do presente contrato;
- m) **Estudos prévios:** o conjunto de estudos técnicos e projetos de engenharia de carácter técnico, ambiental e económico, relativos a aspetos de conceção e construção, com base nos quais a AGERE elaborará os projetos de execução;
- n) **Exploração:** o conjunto de atividades de investimento, operação e manutenção de infraestruturas e equipamentos inerentes ao normal funcionamento dos serviços de águas, bem como as decorrentes da reparação, da renovação e da manutenção dos referidos bens e respetiva melhoria;
- o) **Gestão:** a integração dos conhecimentos, das capacidades e das atividades relativos às componentes de gestão orçamental, gestão comercial, gestão financeira, incluindo a apresentação de candidaturas a projetos cofinanciáveis, gestão de *stocks*, gestão técnica e gestão do pessoal inerentes ao normal funcionamento do Sistema, bem como as necessárias à reparação, da renovação e da manutenção de infraestruturas e equipamentos e respetiva melhoria;
- p) **Infraestruturas:** as redes públicas de abastecimento de água, as redes públicas de saneamento, os ramais de ligação, os reservatórios, as captações, os interceptores, os emissários, as estações de tratamento e as estações elevatórias;
- q) **Instalações:** o conjunto de bens imóveis afetos ao Sistema, que não integram as infraestruturas, nomeadamente a sede, os escritórios, os postos de atendimento ao público, as delegações, os armazéns, oficinas e outros locais de trabalho necessários à exploração e gestão dos serviços de águas, águas residuais e resíduos relativos ao Sistema;
- r) **Plano de Investimentos:** o documento, constante do **Anexo 1** ao presente contrato, bem como as respetivas atualizações, do qual constam todas as infraestruturas, instalações, equipamentos e quaisquer outras obras a realizar pela AGERE, com indicação das respetivas datas de início e de conclusão;
- s) **Projeto de execução:** o projeto que serve de base e delimitação à execução de cada uma das obras tendentes à execução das infraestruturas, equipamentos e instalações do Sistema, elaborado pela AGERE em obediência aos estudos prévios e ao Plano de Investimentos Global e respetivas atualizações;
- t) **Ramais domiciliários de abastecimento de água:** troços de canalização e respetivos acessórios que fazem a ligação desde a rede pública de distribuição até ao limite da propriedade ou entre esta e qualquer dispositivo terminal de utilização instalado na via pública;
- u) **Ramais domiciliários de águas residuais:** troços de canalização que fazem a ligação desde o limite da propriedade até à rede pública;
- v) **Resíduo urbano:** resíduo proveniente de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações;
- w) **Sistemas prediais:** sistemas prediais de distribuição de água e de drenagem de águas residuais constituídos por redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais instaladas nos prédios e que prolongam o ramal de ligação até aos dispositivos de ligação;
- x) **Utilizador dos serviços:** qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado, de forma contínua, o serviço delegado, o qual pode ser classificada como:
- **Utilizador final doméstico:** aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;
 - **Utilizador final não-doméstico:** aqueles que não estejam abrangidos pela sublínea anterior, incluindo o

Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das Autarquias;

CLÁUSULA TERCEIRA

(Conteúdo)

- 1- O Município atribui à AGERE, em regime de exclusividade, a exploração dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes, bem como de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana no âmbito da sua responsabilidade territorial, doravante designados por serviços de águas e resíduos ou “Sistema”.
- 2- Sem prejuízo dos direitos de exclusividade das entidades gestoras «em alta» cujo âmbito territorial se relacione com o da AGERE no âmbito resíduos urbanos, esta tem a exclusividade nas áreas abrangidas pelo Sistema.

CLÁUSULA QUARTA

(Serviços delegados)

- 1- A atividade tendente à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema compreende a distribuição de água para consumo público aos utilizadores, a qual integra, a captação e o tratamento de água para essa finalidade, bem como a recolha de águas residuais canalizadas pelos utilizadores, a qual integra o respetivo tratamento e rejeição, a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos
- 2- A atividade referida no número anterior abrange:
 - a) A conceção, o projeto e a construção das infraestruturas, das instalações e dos equipamentos necessários à exploração e à gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema, incluindo a respetiva extensão, reparação, remodelação, renovação, manutenção e aquisição, de acordo com as exigências técnicas aplicáveis;
 - b) O controlo dos parâmetros de qualidade da água para consumo humano distribuída e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas tratadas, bem como, nesse caso, dos meios recetores em que sejam descarregadas;
 - c) A conceção, construção e operacionalização das infraestruturas, dos equipamentos e das equipas necessárias à exploração e à gestão dos serviços de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos relativos ao sistema, cuja produção diária não exceda 1100 L por produtor, e dos resíduos de construção e demolição provenientes de obras não sujeitas a licenciamento, desde que cumprido o procedimento previsto no Regulamento de Serviço de Resíduos Urbanos.
- 3- A AGERE está autorizada pelo presente contrato enquanto entidade adjudicante, a subcontratar, nos termos da legislação aplicável, a execução das obras tendentes à construção das infraestruturas mencionadas no número anterior, bem como as atividades de operação, manutenção e conservação das infraestruturas e equipamentos afetos ao contrato de gestão.

CLÁUSULA QUINTA

(Regime do contrato de gestão delegada)

1. A AGERE obriga-se a prestar os serviços objeto da presente delegação aos utilizadores finais abrangidos pelo respetivo âmbito de intervenção, desde que existam condições técnicas para o efeito:
2. A distribuição de água para consumo público aos utilizadores e, quando aplicável, a captação e o tratamento de água para o mesmo fim, bem como, nos mesmos termos, a recolha de águas residuais dos utilizadores e, quando aplicável, o respetivo tratamento e rejeição e ainda a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, no âmbito do Município de Braga.
3. Os utilizadores do Sistema são obrigados a ligar-se às redes do Sistema, devendo, para o efeito, celebrar contratos de utilização com a AGERE.

4. O incumprimento da obrigação de ligação das redes prediais às infraestruturas do Sistema, nos termos dispostos nos regulamentos de exploração e serviço, legitima a AGERE à instauração do competente processo contraordenacional.
5. A obrigação de ligação prevista nos números anteriores determina ainda o dever de desativação dos sistemas de abastecimento particular de água para consumo humano, bem como dos sistemas particulares de disposição de águas residuais domésticas na água ou no solo, como previsto, respetivamente, no n.º 3 do artigo 42.º e no n.º 4 do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio (Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos).
6. Quando, nas situações previstas no número anterior, não se tenha verificado a desativação dos sistemas particulares, o Regulamento de Serviços consagrará designadamente, regras específicas para a medição dos serviços de águas prestados.

CLÁUSULA SEXTA

(Independência Financeira)

1. Para efeitos de execução do respetivo objeto social, e em cumprimento do disposto na Lei da Água, bem como do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, estabelece-se um princípio de apuramento autónomo de rendimentos e gastos no que respeita a cada um dos serviços.
2. A AGERE assegura as respetivas fontes de receita para cobertura dos custos de cada atividade e bem como a devida repartição dos capitais próprios afetos a cada serviço, conforme previsto no modelo financeiro subjacente, constante do anexo 7 ao presente contrato.
3. A atividade de higiene e limpeza urbana fica excecionada da obrigação prevista no número anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA

(Objetivos sectoriais e Indicadores de avaliação de desempenho)

1. Os objetivos sectoriais inerentes ao exercício de atividade pela AGERE, e respetiva análise de desempenho, nos termos a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, compreendem a:
 - a) Defesa dos interesses dos utilizadores, incluindo a acessibilidade e a qualidade do serviço;
 - b) Sustentabilidade da gestão do serviço, incluindo a sustentabilidade económica, infraestrutural e a produtividade física dos recursos humanos;
 - c) Sustentabilidade ambiental, incluindo a eficiência na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição.
2. O sistema de avaliação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores assenta nos indicadores definidos pela entidade Reguladora (ERSAR), os quais se encontram agrupados em 3 subsistemas distintos:
 - a) Indicadores que traduzem a defesa dos interesses dos utilizadores, correspondentes a aspetos que estão diretamente relacionados com a qualidade de serviço que lhes é prestado e por eles sentidos diretamente.
 - b) Indicadores que traduzem a sustentabilidade da AGERE, correspondentes a aspetos relacionados com a sua capacidade económica e financeira, infraestrutural, operacional e de recursos humanos, necessária à garantia de uma prestação de serviço regular e contínua aos utilizadores.
 - c) Indicadores que traduzem a sustentabilidade ambiental, correspondentes a aspetos relacionados com o impacto ambiental da atividade da entidade gestora, nomeadamente em termos de conservação dos recursos naturais.
3. De forma a avaliar o impacto da atividade da Segunda Outorgante no âmbito do presente contrato, tendo em vista a avaliação da realização dos objetivos sectoriais deverá a mesma, semestralmente, apresentar um relatório e/ou prestar os esclarecimentos considerados necessários, relativos aos indicadores expostos no **Anexo 2** ao presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA

(Características e quantidade da água distribuída e das águas residuais recolhidas)

Tendo em consideração a sua responsabilidade como entidade gestora em alta e como entidade gestora em baixa, a AGERE é responsável pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor relativas à garantia da qualidade da água para consumo humano e das águas residuais recolhidas.

CLÁUSULA NONA

(Regulamento de Serviços)

1. No prazo de um ano contado a partir da assinatura do presente Contrato, a AGERE deve concluir um projeto de regulamento de serviços baseado nos termos do presente Contrato, bem como no modelo definido pela ERSAR, o qual estabelecerá as obrigações e os poderes da AGERE, bem como as obrigações e os direitos dos utilizadores.
2. O projeto de regulamento mencionado no número anterior respeita o disposto no artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, tratando separadamente, os aspetos relativos à distribuição de água para consumo público, o saneamento de águas residuais e a recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos.
3. O projeto de regulamento incluirá, em anexo, as minutas-tipo dos contratos de utilização.
4. O projeto de regulamento deve contemplar, designadamente, as seguintes matérias:
 - a) Princípios gerais dos serviços públicos de águas;
 - b) Normas técnicas relativas aos sistemas prediais e à ligação às infra-estruturas do Sistema;
 - c) Regras de utilização dos serviços, nomeadamente condições de aceitabilidade das águas residuais industriais, métodos de controlo e verificações da AGERE e de autocontrolo pelos utilizadores;
 - d) Regras de relacionamento entre a AGERE e os utilizadores, incluindo o processo de tramitação dos requerimentos, reclamações e notificações;
 - e) Definição do modo de prestação dos serviços, nomeadamente no que respeita à qualidade e à continuidade;
 - f) Estrutura tarifária e definição do modo de aplicação das tarifas;
 - g) Delimitação das contraordenações, medidas cautelares, penalidades contratuais e sanções pecuniárias compulsórias aplicáveis pela AGERE e regras e garantias do respetivo procedimento.
5. O projeto de regulamento de serviços será elaborado pela AGERE devendo ser remetido ao município, para aprovação pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal,
6. A Câmara Municipal deverá promover a consulta pública do documento, de duração não inferior a 30 dias, e o pedido de parecer à ERSAR;
7. O regulamento municipal de serviço é aprovado e publicado nos termos da lei, cabendo à AGERE promover a sua afixação em todas as instalações de atendimento ao público na área territorial do Sistema.
8. Os regulamentos municipais serão ainda divulgados em suporte digital nos sítios de internet da AGERE e do município, bem como disponibilizados em suporte de papel aos utilizadores, que o solicitarem.
9. O exercício dos poderes contemplados nos regulamentos municipais é transferido pelo presente Contrato, para a AGERE.

CAPÍTULO II
DOS BENS E MEIOS AFECTOS AO CONTRATO DE GESTÃO DELEGADA

CLÁUSULA DÉCIMA
(Bens, responsabilidades e relações jurídicas afetos ao contrato de gestão)

1. Consideram-se afetos à prestação dos serviços pela AGERE os bens que à data da assinatura do presente contrato se encontrem patrimonialmente reconhecidos na contabilidade da empresa, assim como todos os discriminados no Anexo V que lhe foram venham a ser transmitidos, designadamente:
 - a) As infraestruturas relativas à exploração, designadamente, as redes domiciliárias de distribuição de água, de saneamento de águas residuais, os ramais de ligação e as demais infraestruturas associadas, os sistemas de captação, as estações de tratamento de água, a rede de elevação e adução de água para consumo público, os coletores, os emissários, os interceptores, as estações elevatórias e as estações de tratamento de água residual;
 - b) Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao controlo de qualidade da água distribuída e produzida e ao controlo da qualidade das águas residuais recolhidas do respetivo tratamento, reutilização e rejeição;
 - c) Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração, para a manutenção e para a gestão do Sistema, não referidos nas alíneas anteriores.
2. As infraestruturas consideram-se integradas no Sistema, para todos os efeitos legais, desde a aprovação dos projetos para construção.
3. Não integram o Sistema as infraestruturas e respetivos equipamentos afetos ao desenvolvimento de atividades complementares ou acessórias, quando estejam em causa atividades diferentes da atividade principal.
4. A afetação futura de outros bens municipais à prestação de serviços pela AGERE é realizada mediante contrato de compra e venda, doação, arrendamento, comodato ou outra forma de cedência, a título gratuito ou oneroso.
5. Quando a afetação prevista no número anterior seja feita a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação.
6. Tornando-se desnecessários à prestação dos serviços, os bens cedidos temporariamente são devolvidos ao Município.
7. Quando, por exigência legal, os bens previstos no número anterior devam ser desativados, compete à AGERE assumir essa tarefa e respetivos encargos.
8. Desde que diretamente relacionados com a atividade principal da AGERE, consideram-se ainda afetos ao contrato de gestão delegada, integrando o Sistema:
 - a) Todos os imóveis adquiridos ou cedidos por via do direito privado ou mediante expropriação, utilizados pela AGERE na sua atividade, bem como os direitos de servidão;
 - b) Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a AGERE seja titular;
 - c) Quaisquer fundos ou reservas consignados à garantia do cumprimento de obrigações da AGERE.
 - d) Os bens afetos à prestação dos serviços delegados são contabilizados pela AGERE como ativos fixos tangíveis e intangíveis.
 - e) A totalidade das relações jurídicas que se encontrem em cada momento necessariamente conexas com a continuidade da exploração, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação, de prestação de serviços, de aprovisionamento ou de fornecimento de materiais necessários à mesma.

9. A AGERE obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens e meios afetos ao serviço durante o período de vigência do contrato, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.
10. A AGERE não pode transmitir ou onerar os bens afetos ao serviço delegado sem prévia autorização do Município, independentemente da entidade titular de tais bens.
11. Após a extinção do contrato, por qualquer causa, os bens afetos ao serviço reverterem para o Município pelo respetivo valor líquido contabilístico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

(Regime dos contratos afetos ou associados ao contrato de gestão)

1. Os trabalhadores, funcionários e agentes que integram os quadros de pessoal do Município podem, de acordo com as modalidades previstas na lei, exercer funções na AGERE, mediante acordo entre as partes.
2. Mediante acordo entre o Município e a AGERE, os instrumentos contratuais que aquele tenha outorgado, por si ou por intermédio de associações de municípios, que forem indispensáveis à atividade principal e respeitem à conceção, à construção, ao financiamento e à gestão do sistema municipal, transmitir-se-ão à AGERE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

(Manutenção dos bens e meios afetos ao contrato de gestão)

A AGERE obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens e meios afetos ao Sistema durante a sua vigência, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(Outras competências delegadas)

1. Pelo presente contrato são igualmente delegadas as seguintes competências:
 - a) Integrar no seu ativo as infraestruturas de abastecimento, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos oriundas de novos loteamentos, sem prejuízo da respetiva dominialidade pública;
 - b) Pronunciar-se sobre os projetos de loteamento e de obras particulares, no que respeita às redes públicas e prediais e aos locais destinados aos equipamentos destinados à deposição de resíduos urbanos, e fiscalizar a sua execução, quando aplicável, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e do respetivo regulamento municipal;
 - c) Preparar e apresentar candidaturas aos fundos comunitários que se encontrem disponíveis para as atividades por si desenvolvidas.

CAPÍTULO III
CONDIÇÕES FINANCEIRAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(Financiamento)

1. Constituem fontes de financiamento da atividade da AGERE objeto do presente contrato, sem prejuízo de outras:
 - a) O capital social da AGERE;
 - b) As receitas provenientes das tarifas, bem como dos preços pelos serviços auxiliares cobrados pela AGERE;
 - c) As transferências necessárias à garantia do equilíbrio das contas, nos termos previstos no regime jurídico do setor empresarial local;
 - d) Os subsídios à exploração, que visam garantir a diferença entre o desenvolvimento das atividades a preços de mercado e o limiar da acessibilidade económica dos serviços, comprovada através de sistemas de contabilidade analítica;
 - e) Quaisquer outras fontes de financiamento, designadamente empréstimos, ou outros, decorrentes da atividade de exploração permitida ou ganhos financeiros.
2. No caso de atribuição de subsídios por entidades terceiras não previstos, para o período tarifário em curso, há lugar à revisão extraordinária intercalar das tarifas e de eventuais subsídios à exploração pelo Município, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.
3. O financiamento das atividades objeto do presente contrato é independente e autónoma das demais atividades desenvolvidas pela AGERE, designadamente as previstas estatutariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(Critérios para a fixação das tarifas)

1. Durante o contrato de gestão vigora um modelo tarifário do tipo custo de serviço, em que as tarifas a praticar correspondem a tarifas necessárias, ou seja, a tarifas que permitem a recuperação anual de todos os custos devidos para suportar a atividade principal, em condições de assegurar a qualidade dos serviços, durante e após o termo do presente contrato, o respetivo equilíbrio económico-financeiro, a gestão eficiente do Sistema e a acessibilidade aos serviços públicos por parte dos utilizadores, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
2. O valor das tarifas a suportar pelos utilizadores finais compreende uma componente fixa e uma componente variável, escalões de consumo e tipologia de utilizadores, sem prejuízo do mecanismo de atualização anual do respetivo valor, conforme definido na cláusula 16.ª.
3. Os custos referidos no n.º 1 da presente cláusula visam, designadamente:
 - a) Assegurar, dentro do período do contrato de gestão delegada ou, em alternativa, tendo em consideração o período de vida útil das infraestruturas, a amortização do investimento inicial a cargo da AGERE, atualizado nos termos dos planos de investimento previstos na Cláusula 24.ª, deduzido das participações e dos subsídios a fundo perdido referidos na cláusula anterior, bem como, nos mesmos termos o investimento de renovação, reabilitação e substituição;
 - b) Assegurar a manutenção, a reparação e a renovação tecnicamente exigida de todos os bens e equipamentos afetos ao contrato de gestão;
 - c) Assegurar, nos termos da alínea a), a amortização tecnicamente exigida de novos investimentos de expansão ou modernização do Sistema especificamente incluídos nos planos de investimento anexo ao Contrato;

- d) Assegurar os encargos com as tarifas ou valores mínimos garantidos às entidades gestoras em alta, caso alguma vez a AGERE venha a integrar esses sistemas, sem prejuízo da manutenção da responsabilidade do Município;
 - e) Assegurar os encargos necessários à prestação dos serviços de águas, designadamente os obrigatórios, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, e os de administração e gestão.
4. Para além da satisfação dos custos devidos, a fixação das tarifas visa, ainda, atingir o objetivo, em sede de elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional, de uma remuneração anual acionista de 5,71% (cinco vírgula setenta e um por cento) sobre o valor dos capitais próprios da AGERE no início de cada exercício económico, deduzido do valor de reservas de reavaliação e do valor de capital social subscrito, mas ainda não realizado nessa data, bem como de outras rubricas, tais como saldos de eventuais subsídios ao investimento ainda não reconhecidos como proveitos, que não correspondam a efetivo investimento realizado pelos acionistas ou reinvestimento de resultados gerados no passado

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

(Estrutura tarifária)

1. A componente fixa da tarifa dos serviços de águas ou de saneamento ou de recolha de resíduos urbanos é um valor aplicado em função de cada intervalo temporal que visa recuperar tendencialmente os custos envolvidos na disponibilização dos serviços aos utilizadores incorridos pela AGERE e compreende vários escalões.
2. A componente variável da tarifa dos serviços de águas ou de saneamento ou de recolha de resíduos urbanos é um valor unitário aplicável em função do nível de utilização do serviço, em cada intervalo temporal, visando recuperar os custos incorridos e não recuperados através da componente fixa da tarifa, e compreende vários escalões.
3. A componente fixa integra a amortização dos equipamentos construídos e disponíveis no sistema bem como a amortização dos equipamentos móveis e veículos, assim como o quadro de pessoal fixo ao serviço.
4. Podem ainda ser cobradas as seguintes tarifas aos utilizadores pela prestação dos seguintes serviços auxiliares:
 - a) Execução de ramais de ligação de água e de saneamento e tarifas de ligação ao saneamento;
 - b) Análise de projetos de sistemas prediais, a pedido de particulares;
 - c) Realização de vistorias aos sistemas prediais, a pedido do utilizador;
 - d) Suspensão e reinício da ligação dos serviços por incumprimento das obrigações dos utilizadores, nos termos da Lei n.º 23/96, de 26 de julho e da Lei n.º 12/2008 de 26 de fevereiro;
 - e) Suspensão e reinício da ligação dos serviços a pedido de utilizador;
 - f) Leituras extraordinárias de contadores efetuadas fora do período definido no Regulamento de Serviços, consoante solicitação do utilizador;
 - g) Verificação extraordinária dos contadores a pedido do utilizador, salvo quando se comprove que a respetiva avaria não lhe é imputável;
 - h) Ligação temporária às redes públicas, designadamente para abastecimento de água e encaminhamento de águas residuais a estaleiros de obras e zonas de concentração populacional temporária;
 - i) Fornecimento de água em autotanques, salvo quando justificado por interrupções de fornecimento, designadamente em situações em que esteja em risco a saúde pública;
 - j) Limpeza de fossas sépticas particulares e recolha e transporte das respetivas lamas ou águas residuais;
 - k) Outros serviços a pedido do utilizador, designadamente reparações nos sistemas prediais e limpezas/desobstrução de redes de águas residuais.
5. Os valores das tarifas referidas nos números anteriores são diferenciados em função do tipo de utilizador, considerando-se os consumos domésticos e os não domésticos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(Fixação, atualização e revisão das tarifas)

1. As tarifas para o primeiro quinquênio são as que constam do Anexo 3 ao presente Contrato, sem prejuízo da sua eventual atualização anual pela AGERE de acordo com a fórmula de atualização tarifária que consta no Anexo 6 ao presente Contrato, desde que devidamente aprovada em Assembleia Geral da Sociedade. A cada quinquênio existirá uma revisão das tarifas que será vinculativa para esse período. Eventuais alterações à estrutura do tarifário durante o período quinquenal só são admissíveis em sede de revisão extraordinária intercalar.
2. Após cada período quinquenal poderá ser feita uma revisão tarifária, sendo que o cálculo das tarifas, em estrita conformidade com os Instrumentos de Gestão Previsionais aprovados pela Assembleia Geral da Sociedade que serão enviados ao Município, englobará os seguintes custos e encargos:
 - a) A anuidade de amortização do valor do investimento inicial a cargo da AGERE, revisto nos termos previstos, no presente Contrato, deduzido do reconhecimento, no exercício, dos proveitos extraordinários referentes às participações e dos subsídios a fundo perdido, bem como, nos mesmos termos, a anuidade de amortização do investimento de renovação, reabilitação e substituição;
 - b) A anuidade de amortização de investimentos de expansão ou modernização do Sistema a cargo da AGERE, considerados no plano de investimento, que tenham sido aprovados pela Assembleia Geral da Sociedade.
 - c) As despesas anuais de manutenção, reparação e renovação de bens e equipamentos afetos ao contrato de gestão;
 - d) As despesas gerais anuais decorrentes da gestão e exploração do Sistema, designadamente, os obrigatórios, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, e os de administração e gestão;
 - e) Os encargos financeiros anuais decorrentes do esquema de financiamento da AGERE por capitais alheios, bem como os decorrentes de garantias e avais a prestar a terceiros;
 - f) Os encargos fiscais anuais presumíveis correspondentes à incidência da taxa do imposto (IRC) sobre os resultados antes de impostos;
 - g) Outros encargos anuais correntes, nomeadamente os inerentes às servidões e expropriações;
 - h) A margem anual necessária à remuneração adequada dos capitais próprios.
3. São obrigatoriamente abatidos aos custos e encargos anuais os proveitos previsionais não decorrentes da própria cobrança tarifária, nomeadamente proveitos suplementares, subsídios à exploração e proveitos financeiros.

CAPÍTULO IV

CONSTRUÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

(Construção das infraestruturas)

1. A construção das infraestruturas para efeitos do presente Contrato compreende também, a aquisição, por via do direito privado ou de expropriação, dos terrenos necessários à sua implantação e, bem assim, a constituição das servidões necessárias.
2. O disposto no número anterior assenta no Plano de Investimentos a cargo da AGERE constante do **Anexo 1** ao presente contrato de gestão delegada, nos termos a que se refere a alínea c) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, sem prejuízo das respetivas atualizações.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

(Utilização do domínio público)

- 1- A AGERE poderá utilizar os bens do domínio público municipal para implantação e exploração das infraestruturas do Sistema.
- 2- Para o efeito, a AGERE deve comunicar ao Município a ocupação ou utilização do domínio público municipal.
- 3- A ocupação ou utilização dos bens dominiais deve sempre respeitar as normas urbanísticas e as condicionantes de planeamento em vigor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

(Delegação de outros poderes públicos delegados)

- 1- São delegadas na AGERE os poderes públicos necessários à prossecução do objeto do presente contrato, designadamente:
 - a) Constituição de servidões administrativas;
 - b) Requerer a expropriação por utilidade pública de imóveis, nos termos do Código das Expropriações;
 - c) Instaurar processos de contraordenação;
 - d) Instaurar processos de execução coerciva nos termos do Código de Procedimento e Processo Tributário;
 - e) Fiscalizar o cumprimento das obrigações cuja violação constitui contraordenação nos termos do n.º 2 do artigo 72.º e dos n.º 2 e 3 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como das normas constantes do regulamento de serviço previsto na Clausula 9.ª relativas aos utilizadores.
- 2- A constituição de servidões administrativas e as expropriações estão delegadas na AGERE, sendo a AGERE responsável pelo pagamento das respetivas indemnizações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

(Responsabilidade pela conceção, projeto e construção das infra-estruturas)

1. Constitui encargo, e é da responsabilidade da AGERE, a conceção, o projeto e a construção das instalações e a aquisição dos equipamentos necessários, em cada momento, à execução da sua atividade.
2. Os contratos de empreitada, os contratos de prestação de serviço e os contratos de fornecimento deverão ser adjudicados de acordo com a legislação aplicável.
3. A AGERE deverá remeter ao Município, semestralmente, uma listagem das adjudicações feitas, com identificação do valor e das entidades adjudicatárias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

(Projetos de execução)

Os projetos de execução das infraestruturas, bem como as respetivas alterações, deverão ser elaborados com respeito da legislação e regulamentação vigentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

(Sanções referentes à construção das infraestruturas)

- 1- O incumprimento das obrigações relativas à construção das infraestruturas que comprometa a sustentabilidade do contrato de gestão implica a aplicação de sanções pecuniárias à AGERE.
- 2- As sanções são aplicadas após notificação pelo Município para a execução das infraestruturas em falta.
- 3- Da notificação prevista no número anterior constará o prazo certo para o cumprimento da obrigação, bem como a sanção pecuniária a aplicar em caso de incumprimento.

CAPÍTULO V

RELAÇÕES COM A ENTIDADE DELEGANTE

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

(Poder do Município)

1. Além de outros poderes conferidos pelo presente contrato e pela lei, o Município é titular de poderes de fiscalização.
2. É igualmente atribuído ao Município o poder de aplicação das sanções previstas para o incumprimento dos objetivos e metas definidos
3. No âmbito do exercício dos poderes referidos no número anterior, a AGERE deve enviar ao Município os seguintes instrumentos:
 - a) Os planos de atividade, de investimento e financeiros quinquenais e respetivas alterações;
 - b) As propostas de tarifas e preços para cada período tarifário;
 - c) Os projetos de reposição do equilíbrio económico-financeiro do contrato de gestão delegada;
 - d) Os orçamentos anuais de exploração, de investimento e financeiros, devidamente auditados por entidade independente;
 - e) Os relatórios e contas, devidamente auditados por entidade independente.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica o cumprimento de outras obrigações da AGERE perante o Município, para efeitos do n.º 1, referidos no presente Contrato ou na lei.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

(Riscos não transferidos pelo Município)

1. A partilha de riscos entre o Município e a AGERE tem em conta a respetiva estrutura societária, bem como o modelo financeiro subjacente, nos termos fixados pela lei geral.
2. Permanece na responsabilidade do Município:
 - a) Atrasos na disponibilização dos bens de domínio municipal;
 - b) Modificação unilateral do contrato de gestão delegada, exceto modificações impostas ao plano de investimentos, caso em que se aplica o número 3 da presente cláusula;
 - c) Casos de força maior cujos efeitos se produzam independentemente da vontade da AGERE, tais como desastres naturais, epidemias, conflitos naturais e atos de terrorismo.

3. O impacto financeiro da verificação dos riscos previstos no n.º 2 será objeto de quantificação, circunscrita ao período vinculativo em curso, acordada entre as Partes e sujeita a parecer da entidade reguladora, sendo regularizado por transferência financeira direta.
4. As alterações ao Plano de Investimentos constante do Anexo 1, que o Município autorize, ou imponha, devem refletir-se na trajetória tarifária da AGERE no período vinculativo subsequente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

(Exercício dos poderes dos Parceiros)

Os poderes do Município consagrados no presente contrato, ou na lei são exercidos, salvo disposição legal ou contratual em contrário, pelo Executivo Municipal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA

(Fiscalização)

1. O Município deverá fiscalizar o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis e, bem assim, das cláusulas do presente contrato, onde quer que a AGERE exerça a sua atividade, podendo, para tanto, exigir-lhe as informações e os documentos que considerar necessários.
2. O pessoal de fiscalização devidamente identificado e mandatado dispõe de livre acesso, no exercício das suas funções, a todas as infraestruturas e equipamentos da concessão, e a todas as instalações da AGERE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA

(Responsabilidade civil extracontratual e responsabilidade ambiental)

1. A responsabilidade civil extracontratual da AGERE deve estar coberta por seguro de acordo com habituais práticas vigentes no mercado segurador e no montante a sugerir pela AGERE ao Município, sendo incluído no Anexo 9 do presente CGD.
2. A responsabilidade ambiental da AGERE deve estar coberta por seguro nos termos da lei.

CAPÍTULO VI

RELAÇÕES COM OS UTILIZADORES

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA

(Obrigações de abastecimento e de recolha)

1. A AGERE, obriga-se, nos termos do presente contrato, com ressalva das situações de força maior ou de caso imprevisto, da verificação de razões técnicas atendíveis ou de mora do utilizador, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, a fornecer água para consumo público, no âmbito do concelho de Braga aos utilizadores que o solicitarem, mediante a celebração do contrato de utilização, cumprindo os valores paramétricos definidos pela legislação aplicável e prestando um serviço de qualidade.
2. A AGERE obriga-se, nos termos do presente contrato, com ressalva das situações de força maior ou de caso imprevisto, da verificação de razões técnicas atendíveis ou de mora do utilizador, a recolher e tratar de cada um dos utilizadores,

também mediante contrato, as águas residuais por eles canalizadas no âmbito do concelho de Braga excetuando ainda as situações respeitantes a casos específicos de efluentes industriais que, pela sua especial natureza, ponham em causa a conservação do próprio Sistema, garantindo a prestação de um serviço de qualidade.

3. A AGERE obriga-se, nos termos do presente contrato, com ressalva das situações de força maior ou de caso imprevisto, da verificação de razões técnicas atendíveis, a recolher os resíduos urbanos instalados nos locais pré-definidos e instalados em todo o concelho Braga, garantindo a prestação de um serviço de qualidade.
4. Para o efeito do cumprimento do disposto na parte final dos números anteriores, a AGERE deve cumprir os objetivos de qualidade do serviço, em sede de atendimento, saúde pública, desempenho ambiental, produtividade e eficiência de gestão, conforme indicadores e referenciais.
5. Considera-se indissociável a contratação dos serviços de abastecimento de água para consumo humano, de saneamento de águas residuais e de recolha de resíduos urbanos desde que um ou outro estejam disponíveis.
6. A recusa de ligação ao Sistema por parte dos utilizadores nos termos previstos nos regulamentos municipais de serviços fundamenta a aplicação das contraordenações ali previstas pela AGERE.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA

(Medição e faturação)

1. A medição da água distribuída e dos caudais de águas residuais recolhidas, quando justificada por razões de ordem técnica ou económica, rege-se pelo estabelecido nos regulamentos municipais de serviços e nos contratos de utilização.
2. A faturação tem periodicidade mensal, nos termos previstos no Regulamento de Serviço, podendo basear-se em estimativa de consumos ou na respetiva comunicação por parte dos utilizadores, nos termos e condições ali definidos.
3. A AGERE deve disponibilizar vários meios de pagamento, sem prejuízo da obrigação de disponibilizar o pagamento das faturas nas instalações da AGERE destinadas ao atendimento ao público.
4. As faturas devem ser pagas no prazo máximo de 20 dias após a respetiva emissão.
5. Em caso de mora no pagamento das faturas, estas passarão a vencer juros de mora nos termos da legislação aplicável às dívidas comerciais, sem prejuízo de a AGERE poder recorrer à propositura da ação judicial, da injunção ou da execução fiscal, como forma de obter o ressarcimento dos seus créditos.
6. A prescrição e a caducidade dos créditos da AGERE relativos à prestação dos serviços de águas regem-se pelo disposto na Lei n.º 23/96, de 26 de julho e pela Lei n.º 12/2008 de 26 de fevereiro.
7. Sem prejuízo do direito da AGERE a proceder à suspensão dos serviços, o prazo de caducidade referido no número anterior não começa a decorrer enquanto não puder ser realizada a leitura dos consumos por parte da AGERE por motivos imputáveis aos utilizadores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA

(Suspensão da prestação dos serviços de águas)

1. A suspensão da prestação dos serviços de águas não pode ser efetuada sem pré-aviso adequado, salvo caso fortuito ou de força maior.
2. Em caso de mora no pagamento dos serviços de águas pelos utilizadores, esta só pode ocorrer após estes terem sido advertidos, por escrito com a antecedência mínima de 20 dias relativamente à data em que venha a ter lugar.
3. A suspensão dos serviços de águas rege-se pelo disposto na Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro.

CAPÍTULO VII
AJUSTAMENTO, MODIFICAÇÃO E CESSAÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA

(Contratos de concessão da gestão e exploração dos centros de exploração)

A AGERE pode propor ao Município atribuir a concessão de centros de exploração, mediante o cumprimento da legislação aplicável.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

(Acompanhamento e reequilíbrio do contrato de gestão delegada)

O acompanhamento e reequilíbrio do contrato de gestão delegada obedecem ao disposto no Decreto-Lei nº194/2009, de 20 de agosto e, subsidiariamente, na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA

(Monitorização do Contrato de Gestão Delegada)

A AGERE remete até ao final do primeiro trimestre do ano seguinte ao ano a que diz respeito o relatório anual informativo do grau de cumprimento dos objetivos e metas do presente contrato, o qual é divulgado no respetivo sítio da internet.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA

(Partilha de ganhos pelo aumento de adesão ao serviço)

1. O aumento anual do nível de adesão ao serviço, comparativamente ao ano transato, em percentagem superior ao definido no caso base, determina a respetiva partilha pela AGERE dos ganhos tarifários obtidos, em benefício dos consumidores.
2. Os órgãos societários da AGERE, avaliarão anualmente se os ganhos referidos no número anterior serão em montante que justifique a alteração da trajetória tarifária definida, e que, consequentemente, implique uma revisão do Contrato de Gestão Delegada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA

(Sanções pelo incumprimento de metas e objetivos)

1. O incumprimento por parte da AGERE das obrigações emergentes do presente contrato de gestão delegada implica a aplicação de sanções pecuniárias.
2. Pelo incumprimento das obrigações anuais emergentes do contrato o Município pode exigir da AGERE o pagamento de uma multa de acordo com o previsto no nº 3 do presente artigo e nos seguintes termos:

Tipo de Indicador	Número de Indicadores previstos	Valor da multa	
		Mínimo	Máximo
Adequação do Serviços aos Utilizadores	9	4.500,00€	45.000,00€
Sustentabilidade da Gestão do Serviço	6	4.000,00€	25.000,00€
Sustentabilidade Ambiental	6	4.500,00€	30.000,00€

3. A determinação da medida da multa far-se-á, nomeadamente, em função da gravidade da violação das cláusulas contratuais a que se referem as alíneas a) a c) do nº 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, da sua eventual reiteração, do grau de culpa, das consequências do incumprimento e da situação económica da Delegatária.
4. A aplicação de quaisquer sanções previstas nesta cláusula está sujeita a audiência prévia da AGERE, a exercer nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA

(Revisão do Contrato de Gestão Delegada)

1. As partes obrigam-se a proceder a uma revisão dos dados previsionais em que se baseou a celebração do presente contrato de gestão delegada, de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos.
2. No final de cada período vinculativo do Contrato de Gestão Delegada, compete à AGERE promover a respetiva revisão, a qual é acompanhada dos seguintes elementos:
 - a) Identificação dos objetivos e das principais iniciativas de caráter estratégico;
 - b) Evolução das principais variáveis operacionais;
 - c) Uma análise custo-benefício dos principais novos investimentos propostos;
 - d) Demonstrações financeiras e plano de investimentos;
 - e) Tarifário e sua trajetória de evolução temporal;
 - f) Obrigações do Delegante quanto ao financiamento da prestação dos serviços delegados.
3. A entidade reguladora é ouvida sobre a revisão do contrato de gestão delegada, sendo-lhe remetida a proposta de revisão com 6 meses de antecedência relativamente ao termo previsto para o período quinquenal em curso
4. O contrato produz todos os seus efeitos, mantendo-se em vigor, até à aprovação da sua revisão nos termos dos números anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA

(Modificação substancial do contrato de gestão)

A modificação substancial do objeto do presente contrato obedece ao disposto na legislação aplicável.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA

(Disposições finais)

Em tudo o não estabelecido no presente contrato, aplicar-se-á o disposto na legislação em vigor sobre a matéria.

O presente contrato de gestão delegada foi celebrado em Braga, no dia 22 de novembro de dois mil e vinte e um, em dois exemplares, que farão igualmente fé, ficando um exemplar na posse de cada Outorgante, com todas as suas folhas rubricadas e vai ser assinado.

Braga, xx de março de 2023.

O Presidente da Câmara Municipal de Braga,

Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio

O Presidente do Conselho de Administração da AGERE

Dr. Rui Manuel de Sá Morais

Os Administradores-Executivos da AGERE

Dr. António Jorge Almeida da Silva

Eng.ª Paula Nívea Nunes Campos

Anexo 2

Indicadores de Desempenho

O presente Anexo ao Contrato de Gestão Delegada celebrado entre o Município e a AGERE define objetivos estratégicos integrados nos objetivos definidos para o sector, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão.

A AGERE compromete-se a atingir no período compreendido entre 2021 a 2025 os objetivos vertidos no presente Anexo, de acordo com as metas mínimas elencadas para os indicadores utilizados, aplicando-se ao seu incumprimento o previsto na Clausula 36 do Contrato.

Na seleção dos indicadores a monitorizar no futuro foi tido em consideração o sistema de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela ERSAR, bem como os níveis de referência por esta preconizados. A AGERE manteve o histórico dos indicadores, apesar das alterações da forma de cálculo e da nomenclatura, com a evolução da 2ª para a 3ª geração do sistema de avaliação, de forma a podermos analisar a evolução destes.

Na primeira revisão quinquenal do presente contrato de gestão delegada, relativo ao período de 2026-2030, será equacionado o estabelecimento de novos referenciais para o conjunto de indicadores de desempenho constantes deste Anexo, bem como de eventuais revisões aos indicadores utilizados.

A definição destes objetivos e metas foi efetuada com base no pressuposto de que o Plano de Investimentos será executado tal como previsto no anexo 1. A não concretização desse pressuposto será causa bastante para ser aceite como justificação do não cumprimento dos objetivos e metas nos termos previstos no n.º 4 da Clausula 25 do Contrato de Gestão Delegada.

1. Abastecimento de Água

1.1. Defesa dos interesses dos utilizadores

(AA01b) – Acessibilidade física do serviço (%)

“Percentagem do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água se encontram disponíveis.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
-Acessibilidade Física do Serviço (%)	99,50%	99,53%	99,61%	100,02%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%	100,04%

Valores de referência para áreas de intervenção predominantemente urbanas:

Qualidade do serviço boa [95; 100]

Qualidade do serviço mediana [80; 95]

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 80]

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, ligeiramente acima do valor máximo, devido à fórmula de cálculo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

(AA03b) - Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais • ano)]

“Número de falhas no abastecimento por 1000 ramais.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
-Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais.ano)]*	0	0,1	0,0	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa [0,0; 1,0]

Qualidade do serviço mediana]1,0; 2,5]

Qualidade do serviço insatisfatória]2,5; +∞[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, muito próximos do valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

(AA04b) – Água Segura (%)

“Percentagem de água controlada e de boa qualidade, sendo esta o produto da percentagem de cumprimento da frequência de amostragem pela percentagem de cumprimento dos valores paramétricos fixados na legislação dos parâmetros sujeitos a controlo de rotina 1, controlo de rotina 2 e controlo de inspeção, tal como definido no Anexo II do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
-Água segura (%)	99,82%	99,64%	99,96%	99,96%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa [98,50; 100]

Qualidade do serviço mediana [94,50; 98,50[

Qualidade do serviço insatisfatória [00,00; 94,50[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, muito próximos do valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

(AA05b) – Resposta a reclamações e sugestões (%)

“Percentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
-Resposta a reclamações e sugestões (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [85; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 85[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

1.2. Sustentabilidade da gestão do Serviço

(AA07b) – Adesão ao serviço (%)

“Percentagem do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de distribuição de água estão disponíveis e têm serviço efetivo (com existência de ramal e de contrato mesmo que temporariamente suspenso durante uma parte do ano em análise).”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Adesão ao serviço (%)	85,96%	87,55%	89,06%	90,00%	91,10%	93,51%	94,00%	94,50%	94,75%	95,00%	95,20%	95,4%	95,60%	95,80%	96,00%	96,10%	96,20%	96,30%	96,40%	96,60%

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa [95,0; 100]

Qualidade do serviço mediana [90; 95]

Qualidade do serviço insatisfatória [0,0; 90,0]

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que, embora crescentes, se traduzem numa qualidade de serviço mediana. No entanto, é compromisso da AGERE assegurar a continuidade de crescimento do valor para este indicador, comprometendo-se, até ao final do período vinculativo, a atingir a Qualidade de Serviço boa.

(AA08b) – Água não faturada (%)

“Percentagem de água entrada no sistema que não é faturada.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Água não faturada (%)	13,74%	13,88%	13,80%	13,76%	13,09%	13,89%	13,32%	13,30%	12,5%	12,00%	11,80%	11,70%	11,60%	11,50%	11,40%	11,30%	11,20%	11,10%	11,00%	11,00%

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa [0,0; 20]

Qualidade do serviço mediana [20; 30]

Qualidade do serviço insatisfatória [30,0; 100,0]

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores muito positivos, que se traduzem desde 2015 numa qualidade de serviço boa, demonstrando, o investimento que tem sido realizado nesta área. No quinquénio de 2021 a 2025, é compromisso da AGERE assegurar a ligeira redução deste indicador. Melhorias mais significativas poderão ter que incluir investimentos economicamente não sustentáveis.

(AA10b) – Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 km • ano)]

“Número de avarias em condutas por 100 Km de conduta”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 Km ano)]	19	22	18	15	17	19	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17	17

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa [0; 30]

Qualidade do serviço mediana]30; 60]

Qualidade do serviço insatisfatória]60; +∞[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, pelo que é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

1.3. Sustentabilidade ambiental

(AA14ab) – Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)

“Percentagem de lamas escoadas das instalações de tratamento entregues a operador licenciado.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [95; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 95[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

(AA14ab – ERSAR 2ª G) – Cumprimento do licenciamento das captações (%)

“Percentagem do volume de água captada em captações licenciadas que cumpre os requisitos dos títulos de utilização de captação.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Cumprimento do licenciamento das captações (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [90; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 90[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

2. Águas Residuais

2.1. Defesa dos interesses dos utilizadores

(AR01b) – Acessibilidade física do serviço através de redes fixas (%)

“Percentagem do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas do serviço de recolha e drenagem através de redes fixas se encontram disponíveis.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
Acessibilidade Física do Serviço através de redes fixas(%)	98,75%	98,75%	98,75%	99,94%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%	100,06%

Valores de referência para áreas de intervenção predominantemente urbanas:

Qualidade do serviço boa [90; 100]

Qualidade do serviço mediana [80; 90[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 80[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, ligeiramente acima do valor máximo, devido à fórmula de cálculo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

(AR04b) – Resposta a reclamações e sugestões (%)

“Percentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Resposta a reclamações e sugestões (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [85; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 85[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

2.2. Sustentabilidade da gestão do Serviço

(AR06b) – Adesão ao serviço (%)

“Percentagem do número total de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as infraestruturas de acesso ao serviço de águas residuais se encontram disponíveis e têm serviço efetivo (com existência de ramal e de contrato).”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Adesão ao serviço (%)*	89,91%	91,39%	92,88%	93,03%	93,94%	95,86%	96,00%	96,40%	96,60%	96,80%	97,00%	97,10%	97,20%	97,30%	97,40%	97,50%	97,60%	97,70%	97,80%	97,90%

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa [95,0; 100]

Qualidade do serviço mediana [90; 95[

Qualidade do serviço insatisfatória [0,0; 90,0[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores crescentes, que em 2017 passaram a uma qualidade de serviço mediana. No entanto, é compromisso da AGERE assegurar um valor crescente para este indicador, com rápida evolução para boa Qualidade de Serviço.

2.3. Sustentabilidade infraestrutural

(AR08ab) – Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (nº/100 km ano)

“Número de colapsos estruturais ocorridos por 100 km de coletor.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Ocorrência de colapsos estruturais em coletores (nº/(100 km ano)	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa 0,0

Qualidade do serviço mediana]0,0; 2,0]

Qualidade do serviço insatisfatória]2,0; +∞[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos, com exceção de 2017, tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

2.4. Sustentabilidade ambiental

(AR11ab) – Acessibilidade física ao tratamento (%)

“Percentagem do número de alojamentos localizados na área de intervenção da entidade gestora para os quais as redes públicas de drenagem se encontram disponíveis e ligadas a instalações de tratamento.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Acessibilidade física ao tratamento (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [95; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 95[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

(AR13ab) – Cumprimento da licença de descarga (%)

“Percentagem da população equivalente que é servida por instalações de tratamento que asseguram o cumprimento da licença de descarga, quer em termos de parâmetros e periodicidade de monitorização, quer em termos do cumprimento dos limites de descarga.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Cumprimento da licença de descarga (%)	86,52%	74,64%	76,02%	68,69%	77,27%	77,27%	77,27%	77,27%	77,27%	85%	90%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%	95%

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [95; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 95[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço insatisfatória, devido ao subdimensionamento da ETAR do Sistema Cidade (Frossos). É compromisso da AGERE, a partir do arranque da nova ETAR do ESTE, iniciar um percurso crescente, embora não seja expectável, atendendo ao número e diversidade de infraestruturas, ultrapassar o valor mediano deste indicador.

(AR14ab) – Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)

“Percentagem de lamas de fossas sépticas coletivas e de ETAR encaminhadas para tratamento em ETAR de outra entidade gestora (lamas líquidas ou espessadas) ou entregues a operador licenciado (lamas desidratadas).”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [95; 100[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 95[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

3. Resíduos Urbanos

3.1. Defesa dos interesses dos utilizadores

(RU01b) – Acessibilidade física do serviço (%)

“Percentagem do número de alojamentos familiares e coletivos na área de intervenção da entidade gestora com serviço de recolha indiferenciada a uma distância inferior a 100 m do limite do prédio (inclui a totalidade dos alojamentos em áreas cobertas por recolha porta-a-porta).”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Acessibilidade Física do Serviço (%)	92,45%	96,36%	93,57%	92,13%	91,58%	97,24%	97,30%	97,40%	97,5%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%	97,60%

Valores de referência para áreas de intervenção predominantemente urbanas:

Qualidade do serviço boa [95; 100]

Qualidade do serviço mediana [80; 95[

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 80[

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço mediana. É compromisso da AGERE assegurar a evolução deste indicador, atingindo uma Qualidade de Serviço boa dentro do período vinculativo.

(RU04b) – Lavagem de Contentores

“Frequência de lavagem de contentores do serviço de deposição indiferenciada de resíduos urbanos.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Lavagem de contentores	11.90	12.20	9,10	7,40	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3	18,3

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa [6,0; 24,0]

Qualidade do serviço mediana [4,0; 6,0] ou [24,0;28,0]

Qualidade do serviço insatisfatória [0,0; 4,0] ou [28,0; +∞]

Este indicador apresenta valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, pelo que é compromisso da AGERE assegurar a sua manutenção.

(RU05b) – Resposta a reclamações e sugestões (%)

“Percentagem de reclamações e sugestões escritas que foram objeto de resposta escrita num prazo não superior a 22 dias úteis.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Resposta a reclamações e sugestões (%)	100%	100%	98,89%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Valores de referência para sistemas em baixa:

Qualidade do serviço boa 100

Qualidade do serviço mediana [85; 100]

Qualidade do serviço insatisfatória [0; 85]

Como se pode verificar, este indicador nos últimos anos tem apresentando valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, iguais ao valor máximo, pelo que devido à situação de referência existente, é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste indicador.

3.2. Sustentabilidade da gestão do Serviço

(RU11ab) – Renovação do parque de viaturas (km/viatura)

“Distância média percorrida por viatura afeta ao serviço de recolha de resíduos urbanos.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Renovação do parque de viaturas (km/viatura)	182.011	216.005	199.516	215.986	242.076	245.744	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000	250.000

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa [0; 250 000]

Qualidade do serviço mediana]250 000; 350 000[

Qualidade do serviço insatisfatória [350 000; +∞[

Como se pode verificar, este indicador tem apresentando valores crescentes, que se traduzem, no entanto, numa qualidade de serviço boa.

É compromisso da AGERE assegurar a manutenção da qualidade do serviço boa para este indicador.

3.3. Sustentabilidade ambiental

(RU14b) – Utilização de recursos energéticos (tep/1000 t)

“Consumo total de combustível por 1000 toneladas de resíduos urbanos recolhidos indiferenciadamente na área de intervenção da entidade gestora.”

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
- Utilização de recursos energéticos (tep/1.000 t)	4,1	4,2	4,5	4,5	4,3	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5	4,5

Valores de referência para sistemas em alta e baixa:

Qualidade do serviço boa $[0; 4,5]$

Qualidade do serviço mediana $]4,5; 5,5]$

Qualidade do serviço insatisfatória $]5,5; +\infty[$

Como se pode verificar, este indicador apresenta valores que se traduzem numa qualidade de serviço boa, pelo que é compromisso da AGERE assegurar a manutenção deste valor.

Serviço	Indicador	Descrição	ID Investimentos (ver lista de investimentos em anexo)
Abastecimento de Água	AA01b	- Acessibilidade Física do Serviço (%)	69, 70, 75, 76, 77, 78, 79
	AA03b	- Ocorrência de falhas no abastecimento [n.º/(1000 ramais.ano)]*	4 a 8, 10 a 13, 15 a 22, 24 a 28, 30 a 32, 34 a 37, 40 a 43, 48 a 68, 76 a 79
	AA04b	- Água segura (%)	1 a 3, 12 a 15, 23, 33, 38, 39, 41 a 47, 55 a 68, 219, 223
	AA05b	- Resposta a reclamações e sugestões (%)	Indiretamente todos os investimentos descritos nos restantes indicadores tem impacto nas reclamações e sugestões, 224
	AA07b	- Adesão ao serviço (%)	76 a 79
	AA08b	- Água não faturada (%)	9, 14, 15, 53 a 60, 67, 68, 76 a 86, 92 a 96
	AA10b	- Ocorrência de avarias em condutas [n.º/(100 Km ano)]	15, 37, 48 a 68, 78, 79
		- Cumprimento do licenciamento das captações (%)	2, 3, 23
	AA14b	Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)	41, 42, 43
Serviço	Indicador	Descrição	ID Investimentos (ver lista de investimentos em anexo)
Águas Residuais	AR01b	- Acessibilidade Física do Serviço através de redes fixas (%)*	124 a 137, 151 a 161, 164 a 167
	AR04b	- Resposta a reclamações e sugestões (%)	Indiretamente todos os investimentos descritos nos restantes indicadores tem impacto nas reclamações e sugestões, 224
	AR06b	- Adesão ao serviço (%)*	124 a 137, 151 a 161, 164 a 167
	AR08b	- Ocorrência de colapsos estruturais em coletores [n.º/(100 Km ano)]	124 a 152, 162, 163, 165, 166
	AR11b	- Destino Adequado de Águas Residuais Recolhidas (%)	124 a 138, 153 a 167
	AR13b	- Cumprimento da licença de descarga (%)	98 a 167, 223
	AR14b	- Encaminhamento adequado de lamas do tratamento (%)	108, 110, 116
Serviço	Indicador	Descrição	ID Investimentos (ver lista de investimentos em anexo)
Resíduos Urbanos	RU01b	- Acessibilidade Física do Serviço (%)	176 a 187
	RU04b	- Lavagem de contentores	187
	RU05b	- Resposta a reclamações e sugestões (%)	Indiretamente todos os investimentos descritos nos restantes indicadores tem impacto nas reclamações e sugestões, 224
	RU11b	- Renovação do parque de viaturas (km/viatura)	186, 187
	RU14b	- Utilização de recursos energéticos (tep/1.000 t)	186, 187

Anexo 3

Tarifário para 2021

I - TARIFÁRIOS PRINCIPAIS

1. Tarifário de abastecimento público de água:

1.1. Tarifa variável de consumo de água:

1.1.1. Consumidor doméstico:

		2021
Intervalo		Preço por m3 (1 000 litros)
m3	litros	
0 - 5	0 - 5 000	0,4751 €
6 - 10	6 000 - 1000	0,6206 €
11 - 15	11 000 - 15 000	0,8048 €
16 - 25	16 000 - 25 000	1,7550 €
>25	>25 000	2,5114 €

1.1.2. Consumidor não doméstico, (incluindo hotelaria e restauração):

		2021
Intervalo		Preço por m3 (1 000 litros)
m3	litros	
0 - 30	0 - 30 000	0,9018 €
31 - 60	31 000 - 60 000	1,2799 €
>60	>60 000	1,4157 €

1.1.3. Autarquia e empresas municipais (*):

		2021
Intervalo		Preço por m3 (1 000 litros)
m3	litros	
0 - 30	0 - 30 000	0,9018 €
31 - 60	31 000 - 60 000	1,1500 €
>60	>60 000	1,2700 €

(*) O tarifário aplicado às Juntas de Freguesia usufruirá de uma redução de 20%.

1.1.4. IPSS:

		2021
Intervalo		Preço por m3 (1 000 litros)
m3	litros	
0 - 30	0 - 30 000	0,7700 €
31 - 60	31 000 - 60 000	0,9800 €
>60	>60 000	1,0800 €

1.1.5. Consumidor funcionários da Empresa ():**

		2021
Intervalo		Preço por m3 (1 000 litros)
m3	litros	
0 - 5	0 - 5 000	0,4751 €
6 - 10	6 000 - 10 000	0,5171 €
11 - 15	11 000 - 15 000	0,6365 €
16 - 25	16 000 - 25 000	1,4420 €
>25	> 25 000	2,0785 €

(**) aplica-se aos funcionários da Empresa e aos funcionários públicos da autarquia que usufruíam deste tarifário em 01-05-2005.

1.1.6. Consumidor social:

	2021
Intervalo de m3	Preço por m3 (1 000 litros)
1º escalão Consumos menores ou iguais a 15 m3/30 dias	0,3088 €
2º escalão Consumos obtidos pela diferença entre o resultado da aplicação da fórmula ("n" x 3,6 m3 / 30 dias + 2 em que "n" é igual ao nº de pessoas do agregado familiar), e os consumos iguais a 15 m3/30 dias faturados no 1º escalão da Tarifa Social	0,6206 €
3º escalão Consumos que excedem o resultado da aplicação da fórmula ("n" x 3,6 m3 / 30 dias + 2 em que "n" é igual ao nº de pessoas do agregado familiar)	1,7550 €

Obs- Atribuível às pessoas singulares que se encontrem em situação de carência económica ou cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a € 5 808, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10, de acordo com o disposto no artigo n.º 2 do Decreto-Lei n.º 146/2017.

1.1.7. Consumidor famílias numerosas:

	2021
Intervalo de m3	Preço por m3 (1 000 litros)
1º escalão Consumos menores ou iguais a 15 m3/30 dias	0,4751 €
2º escalão Consumos obtidos pela diferença entre o resultado da aplicação da fórmula ("n" x 3,6 m3/30 dias + 2 em que "n" é igual ao nº de pessoas do agregado familiar), e os consumos iguais a 15 m3/30 dias faturados no 1º escalão da Tarifa Familiar	0,6206 €
3º escalão Consumos que excedem o resultado da aplicação da fórmula ("n" x 3,6 m3/30 dias + 2 em que "n" é igual ao nº de pessoas do agregado familiar)	1,7550 €

Obs - Atribuível aos agregados familiares que tenham cinco ou mais elementos no agregado e mediante apresentação do cartão família numerosa.

1.2. Tarifa fixa de disponibilidade de água:

1.2.1. Consumidor doméstico:

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	4,5476 €
20 mm	4,5476 €
25 mm	4,5476 €
30 mm	6,9426 €
40 mm	9,1340 €
50 mm	11,7714 €
80 mm	18,2680 €
100 mm	23,5428 €

1.2.2. Consumidor não domésticos (incluindo hotelaria e restauração, autarquia e empresas municipais (*)):

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	3,7194 €
20 mm	5,7694 €
25 mm	7,2626 €
30 mm	8,6977 €
40 mm	11,3835 €
50 mm	14,7773 €
80 mm	22,8640 €
100 mm	29,4479 €

(*) O tarifário aplicado às Juntas de Freguesia usufruirá de uma redução de 20%.

1.2.3. IPSS:

2021

Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	3,7194 €
20 mm	5,7694 €
25 mm	7,2626 €
30 mm	8,6977 €
40 mm	11,3835 €
50 mm	14,7773 €
80 mm	22,8640 €
100 mm	29,4479 €

Desconto mensal de 3,7194 EUR, correspondente ao preço da Quota de Serviço prevista para Clientes Não Domésticos com contador de calibre igual a 15 mm

1.2.4. Consumidor social:

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	4,5476 €
20 mm	4,5476 €
25 mm	4,5476 €
30 mm	6,9426 €
40 mm	9,1340 €
50 mm	11,7714 €
80 mm	18,2680 €
100 mm	23,5428 €

Desconto mensal de 4,5476 EUR, correspondente ao preço da Quota de Serviço prevista para Clientes Domésticos com contador de calibre igual a 15 mm

1.3. Taxa de Recursos Hídricos (TRH) - Água

2021
Preço por m3 (1000 litros)
0,0277 €

2. Tarifário de drenagem e tratamento de águas residuais:

2.1. Tarifa variável de drenagem de águas residuais:

Para além de incidir nos consumos registados nos contadores instalados para medição dos montantes de água consumida da rede pública, incide também sobre os consumos registados nos contadores instalados para medição dos montantes de água consumida em origem de abastecimento alternativa particular (ex: furos ou poços), sempre que o destino final do efluente produzido com base nestes consumos seja a rede pública de saneamento.

2.1.1. Consumidor doméstico:

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,4402 €

2.1.2. Consumidor não doméstico (Incluindo autarquia e empresas municipais) (*):

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	1,2592 €

(*) O tarifário aplicado às Juntas de Freguesia usufruirá de uma redução de 20%.

2.1.3. Consumidor da hotelaria e restauração:

	2021
Por m3 de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Com área até 200 m2	0,4402 €
Com área com mais de 200 m2	1,2592 €

2.1.4. IPSS:

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,3510 €

2.1.5. Consumidores funcionários da Empresa ():**

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,3583 €

(**) aplica-se aos funcionários da Empresa e aos funcionários públicos da autarquia que usufruíam deste tarifário em 01-05-2005.

2.1.6. Consumidor social:

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,2340 €

2.1.7. Consumidor de saneamento que não sejam consumidores de água:

A tarifa variável do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais é aplicada consoante sejam utilizadores domésticos ou não-domésticos. A tarifa variável do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais é aplicada ao consumo médio de utilizadores com características similares, no âmbito do território abrangido pela Entidade Gestora, verificado no ano anterior.

2.2. Tarifa fixa de disponibilidade de águas residuais:

Para além de incidir nos consumos registados nos contadores instalados para medição dos montantes de água consumida da rede pública, incide também sobre os consumos registados nos contadores instalados para medição dos montantes de água consumida em origem de abastecimento alternativa particular (ex: furos ou poços), sempre que o destino final do efluente produzido com base nestes consumos seja a rede pública de saneamento.

2.2.1. Consumidor doméstico:

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	4,4635 €
20 mm	4,4635 €
25 mm	4,4635 €
30 mm	6,7875 €
40 mm	8,9476 €
50 mm	11,5581 €
80 mm	18,0385 €
100 mm	23,1265 €

Utilizadores com abastecimento alternativo (furos ou poços) ligados à rede pública de águas acresce 5 Euros de tarifa disponibilidade

2.2.2. Consumidor não doméstico (Incluindo hotelaria e restauração, autarquia e empresas municipais) (*):

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	4,3305 €
20 mm	6,4496 €
25 mm	8,3231 €
30 mm	9,8587 €
40 mm	12,9402 €
50 mm	16,7895 €
80 mm	26,1875 €
100 mm	33,5790 €

(*) O tarifário aplicado às Juntas de Freguesia usufruirá de uma redução de 20%.

2.2.3. IPSS:

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	4,3305 €
20 mm	6,4496 €
25 mm	8,3231 €
30 mm	9,8587 €
40 mm	12,9402 €
50 mm	16,7895 €
80 mm	26,1875 €
100 mm	33,5790 €

Desconto mensal de 4,3305 EUR, correspondente ao preço da Quota de Serviço prevista para Clientes Não Domésticos com contador de calibre igual a 15 mm.

2.2.4. Consumidor Social :

	2021
Calibre do contador	Preço mensal
15 mm	4,4635 €
20 mm	4,4635 €
25 mm	4,4635 €
30 mm	6,7875 €
40 mm	8,9476 €
50 mm	11,5581 €
80 mm	18,0385 €
100 mm	23,1265 €

Desconto mensal de 4,4635 EUR, correspondente ao preço da Quota de Serviço prevista para Clientes Domésticos com contador de calibre igual a 15 mm.

2.2.5. Utilizadores com abastecimento alternativo (furos ou poços) ligados à rede pública de águas:

(que não criem condições para instalação de contadores e medição dos montantes de água consumida nessa origem de abastecimento alternativa particular para efeitos de incidência da TDAR)

	2021
ÁREA TOTAL (m2)	Tarifa Disp. Águas Res. fixa mensal
0-999	730,00 €
1000-1999	1.095,00 €
2000-2999	1.645,00 €
4000-4999	2.465,00 €
>5000	3.700,00 €

2.2.6. Consumidor de saneamento que não sejam consumidores de água:

A tarifa de disponibilidade do serviço de drenagem e tratamento de águas residuais é aplicada consoante sejam utilizadores domésticos ou não-domésticos.

2.3. Taxa de Recursos Hídricos (TRH) - Saneamento

2021
Preço por m3 (1000 litros)
0,0211 €

3. Tarifário de Gestão de Resíduos Urbanos:

3.1. Tarifa variável:

3.1.1. Consumidor doméstico:

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,0136 €

3.1.2. Consumidor não doméstico:

	2021
Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,0190 €

3.1.3. Consumidor Social (Doméstico e Não Doméstico):

2021

Por m3 (1 000 litros) de água faturada	Preço por m3 (1 000 litros)
Escalão único	0,0136 €

3.1.4. Consumidores da recolha de lixo que não sejam consumidores de água

A tarifa variável dos serviços de resíduos é aplicada consoante sejam utilizadores domésticos ou não-domésticos. A tarifa variável de gestão de resíduos urbanos é aplicada ao consumo médio de utilizadores com características similares, no âmbito do território abrangido pela Entidade Gestora, verificado no ano anterior.

3.2. Tarifa fixa:

3.2.1. Consumidor doméstico:

	2021
Valor mensal	2,3310 €

3.2.2. Consumidor não doméstico:

	2021
Valor mensal	40,8470 €

3.2.3. Consumidor social doméstico:

	2021
Valor mensal	Isento

3.2.4. Consumidor social não doméstico:

	2021
Valor mensal	2,3310 €

3.2.5. Consumidores da recolha de resíduos que não sejam consumidores de água

A tarifa de disponibilidade dos serviços de resíduos é aplicada consoante sejam utilizadores domésticos ou não-domésticos.

3.3. Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)

		2021
Valor Mensal	Doméstico	1,296 €
	Não Doméstico	2,426 €
	Sociais Domésticos	isento
	Sociais Não Domésticos	1,296 €

Notas:

Desconto de 42% na tarifa fixa ao utilizador doméstico em zona predominantemente rural

Desconto de 45% na tarifa fixa ao utilizador não doméstico com área até 100m2 em zona urbana

Desconto de 75% na tarifa fixa ao utilizador não doméstico com área até 100m2 em zona não urbana

Desconto de 45% na tarifa fixa ao utilizador não doméstico com área entre 100m² e 200m² em zona não urbana
 Limite máximo da tarifa variável de 100m³ ao utilizador enquadrado no tarifário não doméstico

II - TARIFÁRIOS E PREÇOS ACESSÓRIOS

1. Tarifa especial de recolha de Resíduos:

Valor definido por orçamentação

2. Ramais de água:

	2021
Tipo de ramais	Preço
DN32mm	475,00 €
DN50mm	510,00 €
DN63mm	630,00 €
DN75mm	745,00 €
DN90mm	900,00 €
DN110mm	1.020,00 €
Acima	Por orçamento

3. Ramais de saneamento:

	2021	
Comprimento em metros	Valor sem caixa	Valor com caixa
Ligação a caixa de visita		
1,0 a 2,0 m	264,00 €	645,00 €
2,0 a 4,0 m	353,00 €	731,00 €
4,0 a 6,0 m	469,00 €	850,00 €
6,0 a 10,0 m	645,00 €	1.022,00 €
>10,0 e <20,0 m / ml	66,00 €	86,00 €
Ligação a forquilha		
1,0 a 2,0 m	310,00 €	691,00 €
2,0 a 4,0 m	396,00 €	777,00 €
4,0 a 6,0 m	512,00 €	896,00 €
6,0 a 10,0 m	691,00 €	1.068,00 €
>10,0 e <20,0 m / ml	66,00 €	92,00 €

4. Tarifa de ligação de saneamento:

2021

Caracterização do prédio	Dentro do perímetro urbano	Fora do perímetro urbano
1. Prédios destinados a habitação		
1.1. Habitação colectiva em propriedade horizontal	1,8375 €	1,7115 €
1.2. Moradias unifamiliares		
1.2.1. Moradias em banda	2,0790 €	1,7115 €
1.2.2. Moradias geminadas	2,2050 €	1,8375 €
1.2.3. Moradias isoladas	2,3310 €	1,9635 €
2. Prédios não destinados à habitação		
2.1. Área até 50 m2	5,1450 €	4,6515 €
2.2. Área de 51 a 100 m2	4,2840 €	3,9270 €
2.3. Área superior a 100 m2	4,2840 €	3,9270 €
3. Armazéns exclusivamente destinados a arrecadação de bens e equipamentos		
3.1. Área até 300 m2	3,3075 €	2,9400 €
3.2. Área de 301 a 600 m2	1,9635 €	1,8375 €
3.3. Área superior a 600 m2	1,9635 €	1,8375 €

Nota: A tarifa é calculada pela aplicação dos coeficientes à área bruta e é liquidada pelo proprietário do prédio.

5. Outros serviços:

	2021
Abertura e fecho de água (*)	28,0000 €
Ligação de água	22,5000 €
Encargos com processo de corte de água, com deslocação	28,0000 €
Encargos com processo de corte de água, sem deslocação	3,1000 €
Aferição de contador de água	28,0000 €
Reparação de torneiras (*1)	4,1500 €
Substituição de torneiras (até 3/4") (*1)	11,4000 €
Reparação de válvulas (*1)	4,1500 €
Substituição de tubagens e torneiras na caixa de contador (*1)	54,0000 €
Tarifa de ligação, mudança de calibre de contador	22,5000 €
Requerimento de emissão de certificado de conformidade AGERE	5,8500 €
Requerimento de pedido de informação prévia (PIP)	5,8500 €
Requerimento de apresentação de projetos de aditamento de especialidade	5,8500 €
Fornecimento de RIP e/ou cadastro georeferenciado, em suporte digital	90,0000 €
Execução de telas finais georeferenciadas segundo a template da AGERE	5€/ml, com um mínimo de 53€
Execução de inspeção vídeo, incluindo a análise a Norma EN13508-2 - a ramais, por unidade	83,0000 €
Execução de inspeção vídeo, incluindo a análise a Norma EN13508-2 - a coletores, por metro	15€/m, com um mínimo de 53€
Ensaio de condutas de AA - Execução de ensaios de pressão em loteamentos - primeira hora	110,2400 €
Ensaio de condutas de AA - Execução de ensaios de pressão em loteamentos - Hora adicional	41,3400 €

	2021	
	Até 3 visitas	Por visita adicional

Fiscalização de obra, verificações técnicas e emissão de receções de obras de urbanização - Abastecimento de Água, Saneamento de Águas Residuais, Recolha de Resíduos Urbanos e Recolha Seletiva	158,00 €	79,00 €
Vistoria de redes prediais - Vistoria, verificação técnica e emissão de certificado de conformidade de ligações - habitação unifamiliar (*2)	79,20 €	39,60 €
Vistoria de redes prediais - Vistoria, verificação técnica e emissão de certificado de conformidade de ligações - por fogo, em prédios de propriedade horizontal (*2)	18,20 €	9,10 €
Vistoria de redes prediais - Vistoria, verificação técnica e emissão de certificado de conformidade de ligações - outros estabelecimentos não destinados à habitação (*2)	132,00 €	66,00 €
Emissão de Licença de Utilização do Sistema Público de Drenagem - Rejeição de Águas Residuais não domésticas	198,00 €	99,00 €
Renovação da Licença de Utilização do Sistema Público de Drenagem	99,00 €	49,50 €

(*)Não será cobrada a abertura e fecho de água, caso esta se deva a uma fuga de água no ramal predial, antes do contador, e a fuga de água tenha sido comunicada pelo cliente da instalação onde se verifica a fuga de água.

(*1) Serviço somente efetuado no decurso da deslocação para instalação, substituição ou baixa de contador.

(*2) Faturado junto com a tarifa de ligação de saneamento

6. Serviços particulares por orçamentação, nomeadamente para a área de higiene e limpeza e saneamento:

Preços unitários a aplicar:

	2021
Designação item	Valor
Deslocação – Custo Fixo	53,0000 €
Custo de utilização/hora de Camiões/Outros equipamentos (inclui motorista)	49,0000 €
Custo de utilização de Pessoal/hora	10,9000 €
Encargos Indiretos	30% s/ orçamento

Anexo 4

Principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE

Enquadramento

De forma muito sucinta são de seguida descritas as iniciativas estratégicas preconizadas pela AGERE para o período compreendido entre 2021 e 2025, sendo que algumas das ações já se iniciaram e terão o seu *terminus* no próximo período.

Para apoio à implementação e monitorização da sua estratégia, tem a AGERE implementado um software de gestão de objetivos, sustentados em indicadores, de acordo com a metodologia de *Balanced Scorecard*. São ali definidos os temas estratégicos pelos quais se orientará a gestão da empresa, bem como os objetivos, monitorizados por um conjunto alargado de indicadores, que assegurarão o alinhamento da organização em termos de gestão e de recursos humanos

Estratégia da Organização				
Valor	OE_V_1_Melhorar Resultados Operacionais	OE_V_2_Garantir o cumprimento do Plano Investimentos aprovado	OE_V_3_Reduzir Gastos Operacionais	OE_V_4_Melhorar a Eficácia de Cobrança
Cliente	OE_C_1_Aumentar Adesão de Clientes	OE_C_2_Aumentar Nível Satisfação de Clientes		
Processos	OE_P_1_Asssegurar a operacionalidade e integração dos Sistemas de Informação	OE_P_2_Garantir a Sustentabilidade Infraestrutural	OE_P_3_Reduzir as Afluências Indevidas	OE_P_4_Reduzir Número e Severidade de Acidentes de Trabalho
	OE_P_5_Asssegurar a Higiene e Salubridade Ambiente Urbano	OE_P_6_Garantir a Eficiência Operacional da Frota	OE_P_7_Aumentar Eficiência Energética	OE_P_8_Manter o nível da qualidade do produto /serviço
	OE_P_9_Melhorar a Ecoeficiência	OE_P_10_Reduzir a Água Não Faturada	OE_P_11_Otimizar Compras e Aprovisionamento	
Aprendizagem e Crescimento	OE_A_1_Promover uma cultura de Inovação	OE_A_2_Promover a Capacitação e Motivação dos Colaboradores	OE_A_3_Reforçar a Identidade da Marca	OE_A_4_Garantir a Sustentabilidade Empresarial

Iniciativas estratégicas

Na sequência do trabalho atrás referenciado, foi definido um conjunto de iniciativas, enquadrado com as linhas estratégicas definidas, que visam o cumprimento de metas de curto, médio e longo prazo relativas aos indicadores de monitorização estabelecidos e vertidos já no contrato de gestão delegada. Estas iniciativas abrangem um espectro alargado da atividade da empresa, desde a sua perspetiva de valor (VAL), clientes (CLT), processos (PRC), e de aprendizagem e conhecimento (APC).

Na tabela abaixo são listadas as principais iniciativas estratégicas preconizadas pela AGERE para o período de referência, com correspondência ao respetivo tema estratégico em que se insere e ao(s) objetivo(s) estratégico(s) que visa dar resposta.

Iniciativa	Tema Estratégico	Objetivo Estratégico	Data prevista
Plano de Segurança da Água	PRC	OE_P_8	2021
Plano de Segurança de Saneamento	PRC	OE_P_2 OE_P_3	2022
Plano de digitalização da AGERE	PRC	OE_P_1	2024
Plano de Redução de Perdas	PRC	OE_P_10	2021
Plano de Remodelação de Condutas	PRC	OE_P_2 OE_P_8 OE_P_10	2024
Plano de Remodelação de Coletores	PRC	OE_P_2 OE_P_3 OE_P_8	2024
Otimização e monitorização da nova metodologia de recolha de resíduos urbanos	PRC	OE_P_6 OE_P_8	2021
Implementação da NPISO/IEC 27001, Gestão de Segurança da Informação	PRC	OE_P_1	2021
Implementação do modelo de gestão de Carreiras (AE)	APC	OE_A_2	2021
Assegurar avaliação de desempenho dos colaboradores	APC	OE_A_2	2021
Construção do Emissário e ETAR do Este	PRC APC	OE_P_2 OE_P_8 OE_A_4	2023

De seguida são resumidas as iniciativas definidas.

Plano de Segurança da Água

Este plano tem como objetivo garantir a qualidade, quantidade e pressão adequada da água fornecida pela Agere, num serviço sem falhas e em todas as zonas de abastecimento do concelho de Braga.

Este documento pretende sistematizar a identificação, avaliação, prevenção e controlo dos riscos associados às operações de abastecimento, desde a origem da água até à torneira dos consumidores, preparando a empresa para a ocorrência de situações extraordinárias.

Elaborado inicialmente em 2018 e após a implementação de medidas minimizadoras de riscos identificados, o Plano de Segurança da Água será agora alvo de revisão de modo a reavaliar os riscos associados.

Plano de Segurança de Saneamento

Reconhecidos os benefícios da sistematização da informação inerente ao plano de segurança da água, será concretizado o plano de segurança de saneamento, que visará reduzir o risco associado à operação e manutenção das infraestruturas de águas residuais. Relewa-se aqui a análise das afluências indevidas, atividade já iniciada no projeto colaborativo iAFLUI - Iniciativa Nacional para as Afluências Indevidas – com o LNEC.

As atividades associadas a este plano tiveram já início em 2012 e tem evoluído ao longo dos últimos anos com equipas exclusivamente dedicadas a tarefas de deteção dotadas de equipamentos de elevada tecnologia e que tem permitido atingir rácios de água não faturada, alinhados com as melhores práticas do setor.

Plano de digitalização da AGERE

Tem por objetivo colocar a AGERE num patamar de relacionamento com clientes e *stakeholders* adequado ao atual panorama de relacionamento digital.

Num contexto de crescimento natural das realidades digitais, catalisado pela recente aceleração dos processos de digitalização dos negócios provocados pelos novos hábitos decorrentes da recente pandemia, a Agere avaliou o seu estado atual, as necessidades estruturais e conjunturais, as tendências e necessidades de clientes e fornecedores, e a necessidade de informação de gestão e operacional e definiu um plano a médio prazo que conduzisse a um correto enquadramento nos âmbitos anteriormente referidos. Este plano contempla um conjunto de ações que tornarão o contacto com a Agere mais fácil, eficaz e eficiente, a otimização dos serviços prestados e a existência de informação de suporte à tomada de decisões.

Plano de Redução de Perdas

O envelhecimento das infraestruturas e a escassez dos recursos hídricos tornaram-se questões preocupantes face ao crescimento mundial da população. As perdas de água constituem uma das principais fontes de ineficiência das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água.

Sendo assim, controlar as perdas de água tornou-se uma prioridade para as *utilities* em todo o mundo. Por forma a melhorar as suas eficiências, as entidades gestoras necessitam de adotar boas práticas para o controlo das suas perdas. A ERSAR estabeleceu linhas orientadoras que incluem o Balanço Hídrico e estratégias de gestão para a redução de perdas de água, que têm sido adotadas pelas entidades gestoras para lidar com as perdas de uma forma eficiente, reduzindo custos e melhorando a qualidade do serviço.

Tal como é referido no relatório PENSAAR 2020, os investimentos realizados nas últimas décadas permitiram uma evolução notável na disponibilidade dos serviços públicos de água e saneamento de águas residuais. Deve-se agora assegurar a sustentabilidade desses investimentos a longo prazo, garantindo a melhoria do ambiente, o aumento da eficiência e o desenvolvimento do setor.

A AGERE-EM, como entidade gestora de serviços públicos de água, tem a responsabilidade de implementar ações que contribuam para a sustentabilidade, promovendo o uso racional e otimizado dos recursos hídricos e, como tal, definiu como Objetivo Estratégico “Reduzir a Água Não Faturada”.

O plano desenvolvido definiu uma série de investimentos a longo prazo que permitiu evoluir com uma candidatura ao AVISO POSEUR-12-2018-18 Investimentos nos sistemas em baixa com vista ao controlo e redução de perdas nos sistemas de distribuição e adução de água que mereceu aprovação e que está agora em implementação

Plano de Remodelação de Condutas

A AGERE promove de forma sistemática, a substituição de condutas e ramais em final de vida útil ou cuja operação dita a necessidade de renovação, o que é evidenciado pelo aumento de 27% da extensão de condutas reabilitadas em 2020 face ao ano de 2019.

Pretende este plano aferir e consolidar os critérios de priorização da substituição da rede em mau estado com a dedicação de equipas operacionais de exploração à instalação/substituição de condutas.

Plano de Remodelação de Coletores

No que respeita à rede de drenagem de águas residuais, da qual se pretende a redução do número de obstruções e inundações assim como das afluências indevidas, para a sustentabilidade infraestrutural e melhoria da qualidade dos efluentes tratados, pretende este Plano sistematizar a análise e ditar as ações a levar a cabo.

Assim, destacamos:

- a) Aplicação do regulamento de descarga de águas residuais industriais;
- b) Consolidação das práticas de deteção e eliminação de afluências indevidas:
 - i. Sistematização das práticas de monitorização de caudais;
 - ii. Reforço das operações de inspeção de redes;
 - iii. Otimização do procedimento de regularização de ligações ilícitas;
 - iv. Sistematização de práticas de inspeção CCTV;
 - v. Reabilitação de caixas de visita e coletores;
- c) Consolidação de práticas de monitorização contínua do comportamento de redes com maior número de avarias;
- d) Implementação dos planos de manutenção e inspeção vídeo de rede de saneamento;
- e) Eliminação de pontos críticos da rede de drenagem, detetados em inspeções visuais e campanhas de inspeção vídeo;
- f) Melhoria das condições de operação dos sistemas de hidropressão existentes;
- g) Aumento da eficiência das equipas operacionais, com a introdução de novas ferramentas de trabalho e recurso a novas tecnologias de informação.

Otimização e monitorização da nova metodologia de recolha de resíduos urbanos

O ano de 2020 marcou a consolidação do sistema de recolha de resíduos urbanos no Concelho de Braga com a instalação de contentores subterrâneos e de superfície na via pública, a lavagem dos mesmos e a rentabilização do parque de viaturas. Iniciado em meados de 2018 e finalizado em 2019, o nível de operação oferece já garantias de estabilidade em termos de capacidade e localização dos equipamentos a nível global.

Numa aposta contínua na cultura de inovação através das novas tecnologias por forma a aumentar os níveis de performance, de eficiência e de eficácia na prestação dos seus serviços junto dos Municípios, a AGERE foi consolidando ao longo do ano a plataforma tecnológica de gestão integrada da atividade de resíduos - *Garbage* - cujo principal objetivo é a gestão de todo o ciclo de higiene urbana, ou seja: o sistema de recolha de resíduos, a recolha de monstros, a varredura, a recolha de papeleiras e a lavagem de equipamentos urbanos.

É compromisso da AGERE focar-se na qualidade e na eficiência do serviço disponibilizado por esta atividade, privilegiando assim a otimização dos percursos de recolha para uma maior rentabilização do parque de viaturas, monitorizando a performance dos motoristas, promovendo a condução defensiva, reduzindo consumos de combustível e aumentando a segurança dos colaboradores.

Implementação da NP ISO/IEC 27001, Gestão de Segurança da Informação

Foi, em 2019, iniciado o desenvolvimento e execução de um processo formal de auditoria e consultoria aos sistemas de informação da Agere orientado para a disciplina de segurança de informação, que permita estabelecer (no futuro) um modelo de negócio seguro com otimização de recursos e funcionalidades na organização de acordo com a criticidade que lhe merece.

Com o apoio de consultoria externa, em regime de *Security Officer*, baseada nas melhores práticas do mercado, orientada pela norma ISO/IEC27001, que rege os padrões internacionais da segurança de informação, bem como pelas normativas europeias em sede de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais ("RGPD"). Os objetivos propostos para o projeto pretendem garantir a auditoria e consultoria na área de *Cyber Security*, de *compliance* (incluindo a preparação da AGERE para a certificação ISO27001, nas componentes que lhe sejam aplicáveis) e de conformidade face ao RGPD. As ações, de auditoria e consultoria de segurança, incidem sobre os processos de avaliação, implementação, manutenção, evolução e gestão da plataforma tecnológica/aplicacional da arquitetura desenvolvida pela AGERE, análise processual de preparação para a certificação ISO27001 (*compliance*) e serviços especializados na componente de privacidade e proteção de dados (RGPD), com base em normativos de referência tais como ISO27001, ISO27002, ISO29100, ISO20000, ISO22301, bem como certificações Open Web *Application Security Project* e *Ethical Hacker*.

Implementação de modelo de gestão de Carreiras (AE)/ Assegurar avaliação de desempenho dos colaboradores

O ano 2020 fica marcado pela celebração do Acordo de Empresa e pela implementação do Modelo das Carreiras, encerrando um ciclo com dois marcos consideráveis. Entrarão em vigor em 2021, em conjunto com o sistema de avaliação de desempenho, concretizando-se, desta forma, um objetivo antigo quer da Administração, quer dos Colaboradores.

Em novembro, a assinatura do Acordo de Empresa com o SINTAP – Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e com o STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, expressa o resultado de um processo negocial iniciado em 2019, e espelha o objetivo comum das partes em conseguir um acordo jurídico-laboral que se aproximasse da realidade da Empresa, garantindo uma solução equilibrada e com claras vantagens para os colaboradores.

Estes dois instrumentos estratégicos vão permitir uma melhoria significativa nas condições de trabalho de toda a equipa, contribuindo ainda para uma maior motivação de todos os colaboradores como resultado do posicionamento na respetiva carreira e na possibilidade de progressão na mesma através de critérios de meritocracia. Permite também, a valorização dos trabalhadores e o reconhecimento do seu papel na dinâmica da Empresa.

Construção do Emissário e ETAR do Este

Apesar dos elevados investimentos de ampliação e reabilitação realizados na ETAR de Frossos ao longo dos anos, esta apresenta, nas atuais condições de afluência, sérias limitações operacionais.

Verifica-se que esta ETAR atingiu já o seu horizonte de projeto, quer ao nível de caudais como de cargas poluentes, tendo-se inclusive em determinados períodos superado as condições de dimensionamento, pois não permite encaixar picos de caudal que resultam de condições de pluviosidade, o que gera impactos no meio recetor.

Para colmatar as fragilidades detetadas, e uma vez que a ETAR se encontra em risco iminente de entrar em incumprimento das cláusulas legais definidas na DARU (Diretiva Águas Residuais Urbanas, Diretiva 91/271/CEE do Conselho Europeu, de 21 de maio de 1991), a AGERE tenciona incrementar a capacidade de tratamento do Sistema Cidade, procedendo à construção de uma nova ETAR, denominada por ETAR do Este, na bacia do rio Este, mantendo a ETAR de Frossos em funcionamento, mas retirando-lhe pressão.

Esta estratégia de atuação permite aumentar a resiliência do Sistema, quer pelo reforço substancial da capacidade de tratamento instalada, quer pela divisão dos caudais de descarga em duas bacias hidrográficas, mantendo-se, no entanto, a interligação entre os Sistemas.

A construção de uma ETAR no vale do rio Este visa essencialmente assegurar a proteção do ambiente em geral dos efeitos nefastos das descargas das águas residuais urbanas, contribuindo para a melhoria da qualidade das

massas de água, na medida em que assegurará que a ETAR de Frossos operará dentro das suas condições ideais de tratamento, e que as águas descarregadas na Ribeira de Panóias cumprirão os exigentes requisitos ambientais impostos pela Tutela. A criação de capacidade incremental de tratamento de águas residuais no Município de Braga, para além do contributo para a melhoria da qualidade das massas de água, incentivará o esforço de aumento da taxa de adesão à rede de saneamento de águas residuais, ainda insuficiente no Município, permitindo ainda acomodar efluentes provenientes do crescimento populacional expectável.

Em complemento, importa gerir o risco associado ao Sistema Cidade através da divisão dos caudais de descarga em duas bacias hidrográficas distintas (rio Cávado e rio Ave).

Dados do projeto:

Emissário: DN 1000mm, FFD, 3.700m

ETAR:

	População Servida pelo Sistema Cidade	
	ETAR de Frossos (BH Cávado)	Nova ETAR do Este (BH Ave)
TOTAL 2021	360.000	---
Dados de Projeto (H0, 2022)	180.000	180.000
Dados de projeto, (HP, 2042)	200.000	200.000

Para concretização deste projeto, a AGERE foi objeto de um convite por parte do POSEUR – Plano Operacional Sustentabilidade no Uso de Recursos, com o código POSEUR-12-2020-08 em julho de 2020.

Submetida a candidatura, esta mereceu aprovação a 30/09/2020 tendo-lhe sido atribuído o código POSEUR-03-2012-FC-001435.

Esta operação foi objeto de contratualização através de um termo de aceitação com as seguintes premissas importantes a referir:

- valor máximo de comparticipação: 9.000.000 €

- data de fim da operação: 11/06/2023

A data de fim da operação, cujo ano é coincidente com o fim do ciclo deste Quadro Comunitário, dita, obrigatoriamente, a conclusão do projeto pelo que não nos deixa margem para prazos de execução mais alargados.

As iniciativas supramencionadas, aliadas a muitas outras de menor dimensão, tem um impacto significativo nas áreas de negócio da AGERE, implicando uma mobilização transversal dos recursos humanos, quer na fase de preparação, quer na fase de implementação, uma vez que se irão refletir nos indicadores de desempenho constantes do Anexo 2.

A AGERE pretende atingir as metas através das iniciativas vertidas no presente Anexo, aplicando-se ao seu incumprimento o previsto na Clausula 36ª do Contrato.

Iniciativa	Indicador	ID Investimentos (ver lista de investimentos em anexo)
Plano de Segurança da Água	AA01b AA04b AA07b AA14b	69, 70, 75 a 79 1 a 3, 12 a 15, 23, 33, 38, 39, 41 a 47, 55 a 68, 219, 223 76 a 79 41, 42, 43
Plano de Segurança de Saneamento	AR01b AR06b AR08b AR11b AR13b AR14b	124 a 137, 151 a 161, 164 a 167 124 a 137, 151 a 161, 164 a 167 124 a 152, 162, 163, 165, 166 124 a 138, 153 a 167 98 a 167, 223 108, 110, 116
Plano de digitalização da AGERE	Transversal a todos os indicadores	138, 216 a 254
Plano de Redução de Perdas	AA03b AA08b AA10b	4 a 8, 10 a 13, 15 a 22, 24 a 28, 30 a 32, 34 a 37, 40 a 43, 48 a 68, 76 a 79 9, 14, 15, 53 a 60, 67, 68, 76 a 86, 92 a 96 15, 37, 48 a 68, 78, 79
Plano de Remodelação de Condutas	AA03b AA08b AA10b	4 a 8, 10 a 13, 15 a 22, 24 a 28, 30 a 32, 34 a 37, 40 a 43, 48 a 68, 76 a 79 9, 14, 15, 53 a 60, 67, 68, 76 a 86, 92 a 96 15, 37, 48 a 68, 78, 79
Plano de Remodelação de Coletores	AR08b AR11b AR13b	124 a 152, 162, 163, 165, 166 124 a 138, 153 a 167 98 a 167, 223
Otimização e monitorização da nova metodologia de recolha de resíduos urbanos	RU01b RU04b RU05b RU11b RU14b	176 a 187 187 Indiretamente todos os investimentos descritos nos restantes indicadores tem impacto nas reclamações e sugestões, 224 186, 187 186, 187
Implementação da NPISO/IEC 27001, Gestão de Segurança da Informação	Transversal a todos os indicadores	138, 216 a 254
Implementação do modelo de gestão de Carreiras (AE)	AA05b AR04b RU05b	Indiretamente todos os investimentos descritos nos restantes indicadores tem impacto nesta iniciativa, 224
Assegurar avaliação de desempenho dos colaboradores	AA05b AR04b RU05b	Indiretamente todos os investimentos descritos nos restantes indicadores tem impacto nesta iniciativa, 224
Construção do Emissário e ETAR do Este	AR01b AR06b AR08b AR11b AR13b AR14b	124 a 137, 151 a 161, 164 a 167 124 a 137, 151 a 161, 164 a 167 124 a 152, 162, 163, 165, 166 124 a 138, 153 a 167 98 a 167, 223 108, 110, 116

Anexo 4.1

Lista de Investimentos

ID	Descrição Ação
1	Alter. Cond. Capt. subleito, incluindo QE e Autom.
2	Med. PSA_Análise multip._água bruta do Rio Cávado
3	Med. PSA_Barreira de proteção da Capt. Superficial
4	Aq. grupo de bombagem superficial, incluindo QE
5	Subst. bombas de extração de areias_Capt Sup
6	Subst. grupos G1M e G1J_Capt Sup
7	Subst. grupos G2M e G2J_Capt Sup
8	Subst. Telas dos tamisadores TM1 e TM2_OE
9	Subst. MQ entrada de água no sistema: DN 600/PN10
10	Reparação estrut. fundo da Capt. Superficial
11	Substituição de peças e acessórios de ligação da conduta da Captação superficial PEAD / DN1000
12	Conserv. e rep. de equipamentos_Captação Água
13	Obras de const. ou reabilitação_Captação Água
14	Sist. automação, supervisão e controlo de processo
15	Telegestão do sistema de abastecimento de água
16	Aq. transformador, potência 2200 Kva, 15/6 Kv
17	Rev. transformador, potência 2200 kVA,15/6 kV,TF1
18	Ver. Transformador, potência 2200 kVA,15/6 kV,TF2
19	Ver. Transformador, potência 630kVA,15/0,4 kV,TF3
20	Substituição da bateria de condensadores QGBT/ TF3
21	Ver. Transformador, potência 630kVA,15/0,4 kV,TF4
22	Substituição da bateria de condensadores QGBT/ TF4
23	Med. PSA_Sistema de doseamento de carvão ativo
24	Subst. 2 eletrobombas_água suja para espessador
25	Subst. 6 eletrobombas de eixo horizontal
26	Subst. válvulas de controlo de bombagem_GP1 a GP5
27	Aquisição de válvula DN600mm, PN40
28	Rep. equipamentos celas de média tensão do PT
29	UPAC_150 kWp_ETA
30	Subst. 8 válv. entrada água_lavagem dos filtros
31	Subst. 8 válv. entrada ar_lavagem dos filtros
32	Aquisição de grupo de elevação do Setor Principal
33	Reabilitação de cisternas de água_ETA
34	Substituição do RAC do Setor Principal
35	Subst. 2 válv. saída água suja_lavagem dos filtros
36	Subst. rotor do motor elét. grupo de elevação GP2
37	Upgrade dos autómatos do setor principal
38	Remodelação filtros "Aquazur"_subst. placas
39	Inst. sistema automático de segurança_cloro gás
40	Substituição de 2 válv. de saída de água filtrada
41	Remodelação da ETA
42	Conservação e reposição de equipamentos_ETA
43	Obras de construção ou reabilitação_ETA
44	Equip. para laboratório_ETA_Espectrofotómetro
45	Equip. para laboratório_ETA_Cromatógrafo iónico
46	Equip. para laboratório_ETA_Hotte
47	Conservação e reposição equipamentos_Lab. AA
48	Subst. motor bomba do Setor Secundário, 90 kW
49	Subst. 1 grupo para o Setor Secundário, 200 m3/h
50	Subst. RAC do Setor Secundário (Qs=500m3/h)

ID	Descrição ação
51	Nova conduta elevatória DN450 / PN 25, ETA - Reservatório de Pitancinhos
52	Subst. QE _elevação Montariol/Guadalupe
53	Conservação e reposição de equip._Adução e Elevação
54	Obras de construção ou reabilit._Adução e Elevação
55	Reabilitação do Reservatório antigo de Montariol
56	Reabilitação do Reservatório de Sete Fontes
57	Reabilitação do Reservatório do Picoto de Baixo
58	Reabilitação do Reservatório de Pitancinhos
59	Ampliação dos reservatórios de Pitancinhos. De 4000 para 8000m3
60	Reabilitação do Reservatório de Celeirós
61	Subst. de válvulas para choque hidráulico
62	Subst. válvulas na tubagem_R4000/Lamações de Cima
63	Subst. válvulas na tubagem_R10/Nogueiró
64	Subst. válvulas na tubagem_RA/Montariol-Guadalupe
65	Subst. válvulas na tubagem_RE18/Lamas de Baixo
66	Upgrade dos equip. de radio do Sist. Telegestão
67	Conservação e reposição de equip._Armaz. de Água
68	Obras de construção ou reabilit_Armaz. de Água
69	Rede de distrib._ ampliação_fecho da empreitada
70	Rede de distrib._ramais_fecho da empreitada
71	Inst. variadores de velocidade no HP AGH19/TEBOSA
72	Inst. variadores de velocidade no HP AGH01/Adaúfe
73	Inst. variadores de velocidade no HP AGH06/Cunha
74	Inst. variadores de velocidade no HP AGH11/Ruilhe
75	Rede de distribuição _ ampliação de redes
76	Ampliação/Substituição de condutas e ramais _ AD
77	Construção de ramais _ administração direta
78	Conservação e reposição de eq._Distribuição Água
79	Obras de construção ou reabilit_Distribuição Água
80	Plano de Controlo de ANF_Software de Gestão
81	Plano de Controlo de ANF_Equip. pesquisa de fugas
82	Plano de Controlo de ANF_Videoscópico
83	Plano de Controlo de ANF_Acessórios para ZMC
84	Plano de Controlo de ANF_Medidores de Caudal
85	Plano de Controlo de ANF_CC de ZMC
86	Plano de Controlo de ANF_Reabilit. Redes de AA
87	Geradores
88	Máquina de cortar tapete
89	Compactador de valas
90	Cilindro
91	Compressor portátil com rodados
92	Plano de Controlo de ANF_Equipamentos
93	Plano de Controlo de ANF_Construção Civil
94	Emissores para contadores de água
95	Concentradores de leitura / telemetria
96	Contadores de água
97	Outras aquis. (inclui Ferram. e Utensílios Vários)
98	ET Frossos_Contenção de Espumas nos TA
99	ET Frossos_Melhorias no sistema de arejamento
100	ET Frossos_Remodelação da linha de ar comprimido

ID	Descrição ação
101	ET Frossos_Substituição do QGBT
102	ET Frossos_Instalação de Seletores biológicos
103	ET Frossos_Elim. das limitações da Step-Screen
104	ET Frossos_Amostradores autom. prop. Caudal
105	ET Frossos_Reparação estrutural da Decant. Prim.
106	ET Frossos_Substituição de comp. de arejamento
107	ET Frossos_Pontes raspadoras Decant. Prim. e Sec.
108	ET Frossos_Sistema de remoção do Poço de Grossos
109	ET Frossos_Equip. para reutilização de 10% da ApR
110	ET Frossos_Aquisição de Centrífuga
111	ET Frossos_Substituição de Parafusos de elevação
112	ET Frossos_Beneficiação das pontes dos desaren.
113	Exutor da ET Frossos_CMBraga
114	Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento
115	Exutor da ET Frossos_Prolongamento
116	Reab. do Sistema de Digestão da ETAR de Frossos
117	Amostradores automáticos, fixos e refrigerados
118	ET Sobreposta_sistema de gradagem automática
119	ET Crespos_Sistema de desinfecção por UV
120	Instalação de sensores em descarregadores
121	Conservação e reposição de equipamentos_ETAR
122	Obras de construção ou reabilitação_ETAR
123	Conservação e reposição equipamentos_Lab. AR
124	Emissário e ETAR do Este_Elab. e acomp. Candid.
125	Emissário e ETAR do Este_Projeto de Arq. Paisag.
126	Emissário e ETAR do Este_Fiscalização de Obra
127	Emissário e ETAR do Este_Plano de Comunicação
128	Emissário e ETAR do Este_EIA
129	Emissário e ETAR do Este_Peritagens
130	ETAR do Este_Aquisição de terreno
131	ETAR do Este_Fornecimentos diversos
132	ETAR do Este_Construção Civil
133	ETAR do Este_Equipamento
134	ETAR do Este_Instalações Elétricas, instrumentação e automação
135	ETAR do Este_Arranque da infraestrutura
136	Emissário do Este_indemnizações_serviços
137	Emissário do Este_Construção civil
138	SMARB_Melhorias e integração de novas instalações
139	Melhorias em EEAR_Sistema Cidade
140	Melhorias em EEAR_Sistema Palmeira
141	EEAR Navarra_ Forn. e montagem de 2 eletrobombas
142	Melhorias em EEAR_Sistema Esporões
143	Melhorias em EEAR_Sistema Tebosa
144	Melhorias em EEAR_Sistema Celeirós
145	Melhorias em EEAR_Sistema Espinho
146	Melhorias em EEAR_Sistema Ruilhe
147	Melhorias em EEAR_Sistema Arentim
148	Melhorias em EEAR_Sistema Sobreposta
149	Melhorias em EEAR_Sistema Tadim
150	Forn. e montagem de 8 Caud. e 7 transm. de pressão

ID	Descrição ação
151	Conservação e reposição de equipamentos_EEAR
152	Obras de construção ou reabilitação_EEAR
153	Ampliação rede de drenagem_Sistema Arentim_emp.
154	Ampliação rede de drenagem_Sistema Cidade_emp.
155	Ampliação rede de drenagem_Sistema Crespos_emp.
156	Ampliação rede de drenagem_Sistema Palmeira_emp.
157	Ampliação rede de drenagem_Sistema Priscos_emp.
158	Ampliação rede de drenagem_Sistema Ruães_emp.
159	Ampliação da rede de drenagem_diversos_empreitada
160	Ampliação da ramais_diversos_empreitada
161	Ampliação rede de drenagem_Servidões
162	Eliminação de Afluências Indevidas_ZMC
163	Recuperação do Túnel
164	Ampliação da rede de drenagem de águas residuais
165	Ampliação e/ou subst. de rede de drenagem_AD
166	Reabilitação rede de drenagem s/ abertura de vala
167	Construção de ramais de águas residuais_AD
168	Geradores
169	Equipamento de desobstrução
170	Máquina de cortar tapete
171	Compactador de valas
172	Equipamento de Inspeção CCTV 360º
173	Cilindros
174	Compressor portátil com rodados
175	Outras aquis. (inclui Ferram. e Utensílios Vários)
176	Contentores de superfície_Sistema Bilateral_3000 L
177	Contentores de superfície_Sistema Bilateral_3750 L
178	Contentores_1100lts
179	Contentores enterrados_Sistema Bilateral_5000 L
180	Instalação de contentores enterrados
181	Arranjos urbanísticos_cont. bilaterais superfície
182	Marcos balizadores e pinturas sinalizadoras pav.
183	Terminais de alinhador para contentores bilaterais
184	Suportes amarradores de contentores de 1100l
185	Instalação de suportes amarradores
186	Viaturas de Recolha de 15 m3
187	Aquisição de viaturas diversas - RU
188	Varredora Urbana de 5 m3
189	Viatura de Recolha de Monstros
190	Viaturas Elétricas Goupil
191	Viaturas Elétricas Glutton
192	Aquisição de viaturas diversas - AU
193	Papeleiras
194	Carrinhos de Varredura
195	Aquisição de Ferramentas e Utensílios Vários - AU
196	Aquisição de Ferramentas e Utensílios Vários - CRO
197	Certificação ISO_Consultoria Qual., amb. e seg.
198	Certificação ISO_Serviços de Cons. e Av. de Risco
199	Certificação ISO 45001_Iluminação e sinalética
200	Certificação ISO_Medidas de autoproteção

ID	Descrição ação
201	Escada de emergência - SEDE
202	Reabilitação do edifício Sede - fachadas exteriores
203	Reabilitação do edifício Sede - paredes interiores
204	Obras req. cantina_Balneários, bar, cantina, etc
205	Cobertura do parque de Resíduos
206	Construção de Museu
207	Aquisição ou substituição de equipamentos diversos
208	Obras de const. ou reab. de instalações diversas
209	Aquisição de viatura ligeira de mercadorias
210	Aquisição de viatura ligeira de mercadorias
211	Viaturas ligeiras
212	Viaturas ligeiras
213	Viaturas ligeiras
214	Aquisição de viaturas diversas
215	Aquisição de Ferramentas e Utensílios Vários - Of.
216	Renovação da rede informática - Centro Operacional
217	Fecho do anel de Fibra ótica - Hospital/UM
218	Telecomunicações Voip
219	CCTV - Vigilância
220	Intranet
221	Software de análise de consumos energéticos
222	Business Analytics
223	Sistema de Gestão de laboratórios_LIMS
224	APP AGERE
225	Cartografia base ESC. 1:2000
226	Integração Aquafield_Primavera
227	Integração Aquafield_Sistema de Gestão Comercial
228	Substituição dos servidores Dell
229	Renovação dos Switching
230	Virtualização do Sistema de Telegestão do AA
231	Virtualização do Sistema de Telegestão do SAR
232	Sistema de Gestão do Parque de Contadores
233	Aplicação de Gestão de redes de SI
234	Interligação de reservatórios com Fibra Ótica
235	Sistema de Gestão de Caudais de Águas Residuais
236	Conceção de Sala de Controlo Operacional
237	Portal_Águas Residuais Industriais
238	Portal do Colaborador
239	Remodelação Data Centers
240	Interligações aplicacionais
241	Assistente virtual
242	Dupla autenticação
243	Aplicação gestão fornecedores
244	Compatibilização toponímia
245	Outros (soft., inf. Geog., indic., equipamentos)
246	Impl. dupla autenticação no acesso VPN à Firewall
247	Atualização da Firewall
248	Impl. Unified Endpoint Managment nos disp. móveis
249	Ativação de Captive Portal na Firewall
250	Implementação de EDR, com integração da Firewall
251	Formação em cibersegurança para técnicos de SI
252	Implementação de encriptação na rede TLG
253	Aquisição/Renovação de Hardware
254	Renovação de infraestrutura de rede

Anexo 5

Afetação de Bens Municipais à Prestação dos Serviços a efetuar pela AGERE

Os Bens apresentados abaixo eram da propriedade do Município de Braga tendo sido transferidos para a AGERE (Empresa Municipal), aquando da transformação dos Serviços Municipalizados em Empresa Municipal. Após essa data, esses bens passaram a ser propriedade da Empresa Municipal AGERE.

Atualmente não existem bens municipais afetos à prestação de serviços da AGERE.

Caracterização de Infraestruturas de Abastecimento de Água

ETA – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO E CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Designação / Local	Capacidade de Produção (m3/dia)
Ponte do Bico	55 300

ADUTORAS

Diâmetro	Tipo de Material	Extensão (m)
150	FIB	647,70
200	FFD	0,20
300	PEAD	35,30
350	FFD	3 137,30
600	ACO/PRFV	5 651,30
1200	ACO	4 939,30
Total (m)		14 411,10

Caracterização de Infraestruturas de Abastecimento de Água

ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS

Designação / Local	Subsistema
Corgo (Adaúfe)	Montariol
Aveleda	Montariol
Cabreiros	Montariol
Nogueira	Picoto
Sete Fontes	Sete Fontes
Fraião (Cemitério)	Lamações
Gualtar (Cemitério)	S Mamede

Caracterização de Infraestruturas de Abastecimento de Água

RESERVATÓRIOS

Designação / Local	Subsistema	Capacidade de Reserva (m3)
Lamações de Baixo	Lamações	3 000
Lamações do Alto	Lamações	4 000
Sete Fontes	Sete Fontes	4 000
Celeirós	Celeirós	2 000
Picoto de Baixo	Montariol	3 000
Montariol	Montariol	30 000
Picoto do Alto	Picoto	1 000
Pitancinhos	Pitancinhos	4 000
Guadalupe	Guadalupe	2 000

Caracterização de Infraestruturas de Abastecimento de Água

REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Sistema	Subsistema	Extensão (m)
Principal	Montariol	195 596,00
Principal	Picoto	32 712,60
Principal	Sete Fontes	56 262,40
Principal	Lamações	34 256,90
Principal	S Mamede	8 620,70
Principal	Espinho	994,50
Principal	Sobreposta	3 404,70
Principal	Pedralva	1 612,50
Principal	Nogueiró	10 383,60
Principal	Morreira	9 081,80
Principal	Sequeira	35 012,80
Principal	Ruílhe	19 102,30
Principal	Celeirós	17 502,70
Principal	Priscos	13 069,80
Principal	Lamas	12 969,00
Principal	Pitancinhos	22 026,20
Secundário	Tibães	71 718,80
Secundário	Guadalupe	26 886,00
Total (m)		571 213,30

Caracterização de Infraestruturas de Abastecimento de Água

REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

Diâmetro	Tipo de Material	Extensão (m)
32	PEAD/PVC	261,60
40	PEAD/PVC	524,10
50	PEAD/PVC/FE	5 625,10
60	FIB	85,10
63	PEAD/PVC/FE/FI	21 611,90
75	PEAD/PVC/FE	17 839,50
80	FE/FFD/FIB	14 598,40
90	PEAD/PVC	349 513,50
100	FE/FIB	2 648,40
110	PEAD/PVC	43 901,10
125	PEAD/PVC/FFD/FI	21 486,20
140	PVC	1 745,30
150	FE/FFD/FIB/PVC	4 040,90
160	PEAD/PVC	38 037,10
200	PEAD/PVC/FFD/FIB/FE	14 171,10
250	PVC/FFD/FIB/FE	11 902,10
300	FE/FFD/FIB	6 369,70
315	PEAD/PVC	198,90
350	FFD/FIB	8 302,40
400	FFD	1 538,60
450	FE/FFD/FIB/PEAD	2 528,10
500	FFD	2 306,30
600	FFD	1 424,90
1200	FFD	553,00
Total (m)		571 213,30

Caracterização de Infraestruturas de Recolha, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

ETAR's – ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Designação / Local	Sistema	Cap. de Tratamento Instalada (m3/dia)	Nível de Tratamento	Tipo de Tratamento	Meio Receptor
Cidade/Frossos	Cidade	25 803	Secundário	Lamas ativadas com arejamento prolongado	Ribeira de Panoias/Cávado
Adaúfe	Palmeira	800	Secundário	Lagunagem Lamas ativadas com arejamento prolongado	Cávado
Celeirós	Celeirós	1 450	Secundário	Lamas ativadas com arejamento prolongado, precedido de tratamento físico-químico	Cávado
Palmeira	Palmeira	32 000	Secundário	Lamas ativadas com arejamento prolongado, precedido de tratamento físico-químico	Este/Ave

Caracterização de Infraestruturas de Recolha, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Sistema	Extensão (m)
Cidade	79 658,47
Celeirós	15 012,59
Palmeira	37 302,46
Ruães	14 427,97
Cabreiros	2 876,02
Esporões	4 092,39
Espinho	1 510,32
Cunha	872,92
Arentim	247,20
Priscos	125,65
Total (m)	156 125,99

Caracterização de Infraestruturas de Recolha, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

REDES DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

Diâmetro	Tipo de Material	Extensão (m)
90	PVC	196,55
110	PVC	33,39
125	GRES/PVC	1 310,71
140	PVC	629,85
150	GRES	50,74
160	PVC	1 331,22
200	GRES/PP-C/PVC	139 393,72
250	FFD/GRES/PP-C/PVC	1 983,83
300	FFD/GRES	1 500,85
315	GRES/PP-C/PVC	4 343,17
350	GRES	319,50
400	GRES/PVC	1 391,10
500	PVC	46,79
800	BETAO/FFD/PP-C	2 084,29
1000	FFD/PP-C/PVC	1 510,28
Total (m)		156 125,99

Caracterização de Infraestruturas de Recolha, Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUAS RESIDUAIS

Designação / Local	Sistema
Espírito Santo	Cidade
Vilarinho	Palmeira
Bordalo Pinheiro	Cidade
City Rio/Ferreiros	Cidade
Grundig	Cidade
Abraão	Cidade
Ponte Pedrinha	Cidade
Naia	Cidade
Ponte do Bico	Palmeira
Sete Fontes	Cidade
Celeirós	Celeirós
Bairro da Alegria	Cidade

Caracterização dos bens afetos à Recolha de Resíduos Sólidos

FROTA DE VIATURAS

Marca	Matrícula	Tipo
Mercedes	24-94-IJ	Pesado de Mercadorias
Mercedes	10-91-IM	Pesado de Mercadorias
Mercedes	08-25-GB	Pesado de Mercadorias
Mercedes	08-26-GB	Pesado de Mercadorias
Mercedes	DI-09-40	Pesado de Mercadorias
Nissan	60-32-AD	Pesado de Mercadorias
Toyota Dyna	43-20-HH	Pesado de Mercadorias
Volvo	QM-87-77	Pesado de Mercadorias
Volvo	SQ-42-88	Pesado de Mercadorias
Volvo	92-16-AE	Pesado de Mercadorias
Volvo	83-01-AF	Pesado de Mercadorias
Volvo	QE-74-11	Pesado de Mercadorias
Volvo	QS-02-53	Pesado de Mercadorias
Volvo	QS-02-55	Pesado de Mercadorias
Volvo	QN-45-97	Pesado de Mercadorias
Volvo	02-94-DD	Pesado de Mercadorias
Volvo	17-54-DG	Pesado de Mercadorias
Volvo	IO-23-88	Pesado de Mercadorias
Volvo	QP-76-63	Pesado de Mercadorias
Volvo	66-15-HJ	Pesado de Mercadorias
Volvo	NS-28-51	Pesado de Mercadorias
Mercedes	BV-92-76	Pesado de Mercadorias
Volvo	OO-42-81	Pesado de Mercadorias
Volvo	NP-71-02	Pesado de Mercadorias
Volvo	ON-18-93	Pesado de Mercadorias

Caracterização dos bens afetos à Recolha de Resíduos Sólidos

CONTENTORES

Contentor / Tipologia	Quantidade
Contentor p/ lixo	45
Contentor p/ lixo 800 Lt	215
Contentor p/ lixo 5000 Lt (Molok)	11
Contentor p/ papel 800 Lt	5
Contentores p/ vidro 3000 Lt (Molok)	2
Contentor c/ tampa articulada	6
Contentores industriais	8

Anexo 6

Atualização das Tarifas

1 – Fórmula de Atualização das tarifas

1.1. - Tarifas para a atividade de abastecimento de Água (anexo 3)

As tarifas referentes à atividade de abastecimento de água do anexo 3 são fixadas anualmente de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$K_a = 0.46 * (1 + G_t) + 0.14 * (1 + E_t) + 0.40 * [0.58 * (1 + P_{UBt}) + 0.42 * (1 + P_{Rt})]$$

1.2. - Tarifas para a atividade de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais (anexo 3)

As tarifas referentes à atividade de saneamento de águas residuais do anexo 3 são fixadas anualmente de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$K_s = 0.66 * (1 + G_t) + 0.02 * (1 + E_t) + 0.32 * [0.45 * (1 + P_{UBt}) + 0.55 * (1 + P_{Rt})]$$

1.3. - Tarifas para a atividade de resíduos urbanos (anexo 3)

As tarifas referentes à atividade de resíduos urbanos do anexo 3 são fixadas anualmente de acordo com a aplicação da seguinte fórmula:

$$K_r = 0.56 * (1 + G_t) + 0.07 * (1 + C_t) + 0.37 * [0.38 * (1 + P_{UBt}) + 0.62 * (1 + P_{Rt})]$$

1.4. - Definições

K_a = Fator de atualização tarifas para a atividade de abastecimento de água

K_s = Fator de atualização tarifas para a atividade de saneamento de águas residuais

K_r = Fator de atualização tarifas para a atividade de resíduos urbanos

t = ano atual

G_t (Índice harmonizado de preços no consumidor (Taxa de variação média dos últimos 12 meses - Base 2015 - %) por Consumo individual por objetivo; Mensal; Localização geográfica: Portugal).

E_t (Índice harmonizado de preços no consumidor (Taxa de variação média dos últimos 12 meses - Base 2015 - %) por Agregados especiais: Energia; Mensal; Localização geográfica: Portugal).

P_{UBt} (Índice de custo do trabalho (Taxa de variação média anual - Base 2016 - %) por Atividade económica (CAE Rev. 3): Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; e Origem da variação do índice: Custo médio por trabalhador; Anual; Localização geográfica: Portugal).

P_{Rt} (Índice de custo do trabalho (Taxa de variação média anual - Base 2016 - %) por Atividade económica (CAE Rev. 3): Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; e Origem da variação do índice: Custo médio por trabalhador; Anual; Localização geográfica: Portugal).

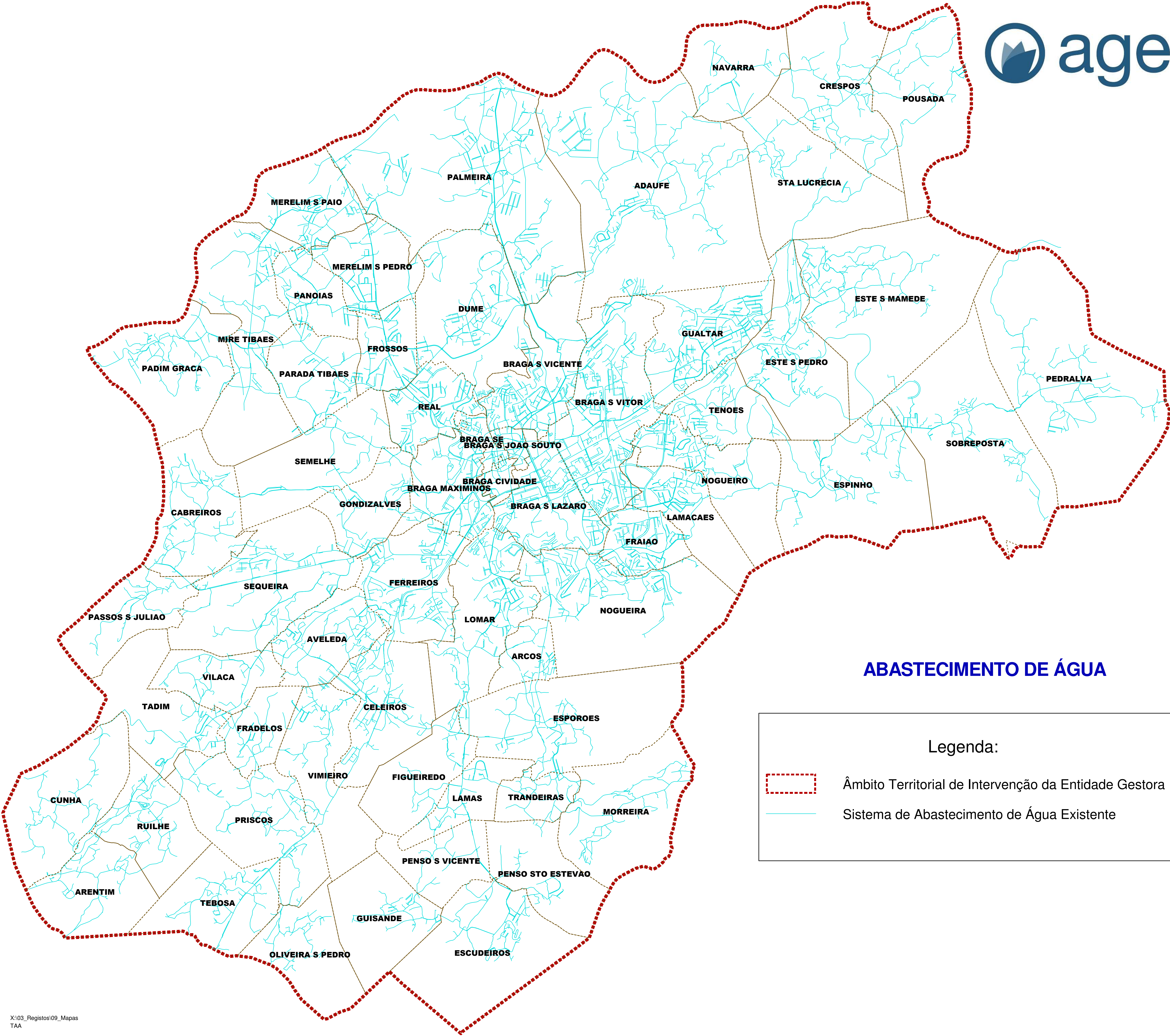
C_t (Índice harmonizado de preços no consumidor (taxa de variação média dos últimos 12 meses - Base 2015 - %) por Consumo individual por objetivo: Combustível e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal; Mensal; Localização geográfica: Portugal).

Fontes de informação:

G_t ; E_t ; P_{UBt} ; P_{Rt} ; C_t – Instituto Nacional de Estatística

Anexo 8

Plantas



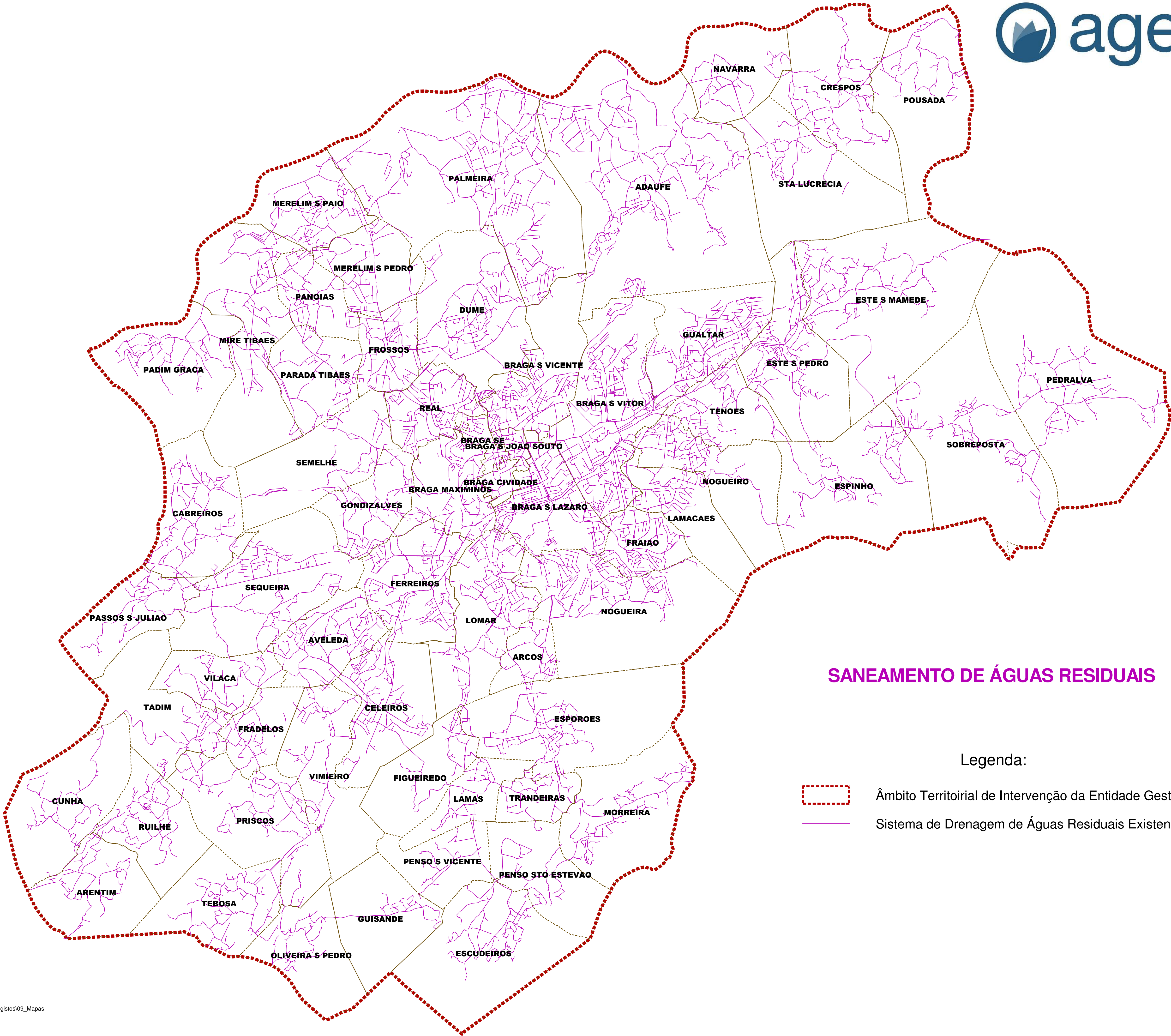
ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Legenda:

Âmbito Territorial de Intervenção da Entidade Gestora

Sistema de Abastecimento de Água Existente

Zona Geográfica	Alojamentos existentes familiares clássicos, censos 2011
BRAGA	84497
ADAUFE	1471
ARCOS	273
ARENTIM	365
AVELEDA	864
BRAGA CIDADE	689
BRAGA MAXIMINOS	5052
BRAGA S JOAO SOUTO	346
BRAGA S LAZARO	7001
BRAGA S VICENTE	6736
BRAGA S VITOR	16586
BRAGA SE	1760
CABREIROS	533
CELEIROS	1405
CRESPOS	374
CUNHA	268
DUME	1387
ESCUDEIROS	429
ESPINHO	429
ESPOROES	605
ESTE S MAMEDE	716
ESTE S PEDRO	825
FERREIROS	3470
FIGUEIREDO	436
FRADELOS	291
FRAIAO	2166
FROSSOS	696
GONDIZALVES	581
GUALTAR	3020
GUISANDE	170
LAMACAES	1135
LAMAS	289
LOMAR	2593
MERELIM S PAIO	1029
MERELIM S PEDRO	757
MIRE TIBAES	907
MORREIRA	293
NAVARRA	213
NOGUEIRA	2440
NOGUEIRO	1631
OLIVEIRA S PEDRO	205
PADIM GRACA	605
PALMEIRA	2248
PANCIAS	623
PARADA TIBAES	486
PASSOS S JULIAO	241
PEDRALVA	499
PENSO S VICENTE	113
PENSO STO ESTEVAO	175
POUSADA	210
PRISCOS	567
REAL	3365
RUILHE	483
SEMELHE	295
SEQUEIRA	767
SOBREPOSTA	448
STA LUCRECIA	221
TADIM	488
TEBOSA	430
TENOES	742
TRANDEIRAS	257
VILACA	332
VIMIEIRO	466

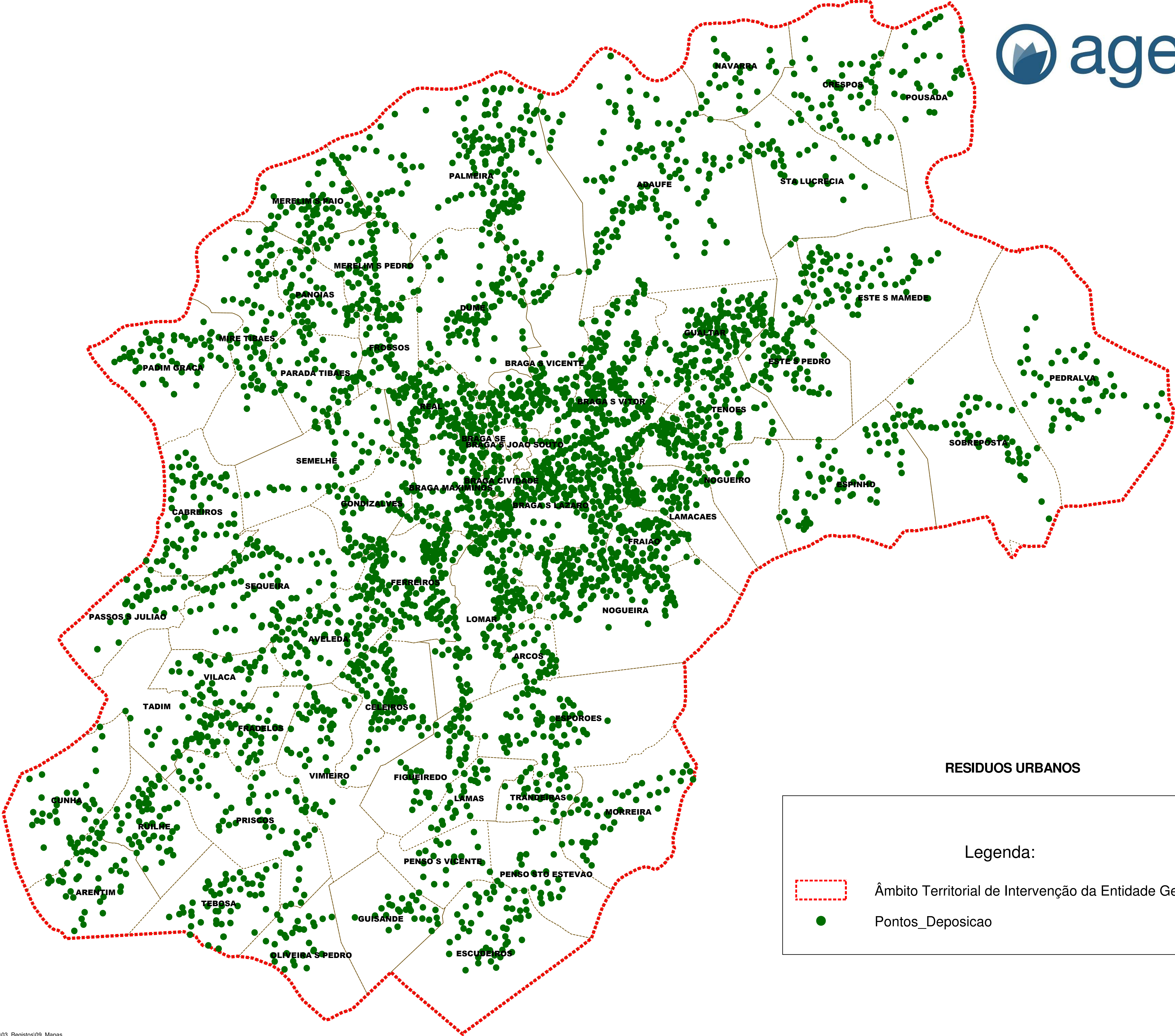


SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

Legenda:

- Âmbito Territorial de Intervenção da Entidade Gestora
- Sistema de Drenagem de Águas Residuais Existente

Zona Geográfica	Alojamentos existentes familiares clássicos, censos 2011
BRAGA	84497
ADAUFE	1471
ARCOS	273
ARENTIM	365
AVELEDA	864
BRAGA CIDADE	689
BRAGA MAXIMINOS	5052
BRAGA S JOAO SOUTO	346
BRAGA S LAZARO	7001
BRAGA S VICENTE	6736
BRAGA S VITOR	16586
BRAGA SE	1760
CABREIROS	533
CELEIROS	1405
CRESPOS	374
CUNHA	268
DUME	1387
ESCUDEIROS	429
ESPINHO	429
ESPOROES	605
ESTE S MAMEDE	716
ESTE S PEDRO	825
FERREIROS	3470
FIGUEIREDO	436
FRADELOS	291
FRAIAO	2166
FROSSOS	696
GONDIZALVES	581
GUALTAR	3020
GUISANDE	170
LAMACAES	1135
LAMAS	289
LOMAR	2593
MERELIM S PAIO	1029
MERELIM S PEDRO	757
MIRE TIBAES	907
MORREIRA	293
NAVARRA	213
NOGUEIRA	2440
NOGUEIRO	1631
OLIVEIRA S PEDRO	205
PADIM GRACA	605
PALMEIRA	2248
PANOIAS	623
PARADA TIBAES	486
PASSOS S JULIAO	241
PEDRALVA	499
PENSO S VICENTE	113
PENSO STO ESTEVAO	175
POUSADA	210
PRISCOS	567
REAL	3365
RUILHE	483
SEMELHE	295
SEQUEIRA	767
SOBREPOSTA	448
STA LUCRECIA	221
TADIM	488
TEBOSA	430
TENOES	742
TRANDEIRAS	257
VILACA	332
VIMIEIRO	466



Zona Geográfica	Alojamentos existentes familiares clássicos, censos 2011
BRAGA	84497
ADAUFE	1471
ARCOS	273
ARENTIM	365
AVELEDA	864
BRAGA CIDADE	689
BRAGA MAXIMINOS	5052
BRAGA S JOAO SOUTO	346
BRAGA S LAZARO	7001
BRAGA S VICENTE	6736
BRAGA S VITOR	16586
BRAGA SE	1760
CABREIROS	533
CELEIROS	1405
CRESPOS	374
CUNHA	268
DUME	1387
ESCUDEIROS	429
ESPINHO	429
ESPOROES	605
ESTE S MAMEDE	716
ESTE S PEDRO	825
FERREIROS	3470
FIGUEIREDO	436
FRADELLOS	291
FRAIAO	2166
FROSSOS	696
GONDIZALVES	581
GUALTAR	3020
GUISANDE	170
LAMACAES	1135
LAMAS	289
LOMAR	2593
MERELIM S PAIO	1029
MERELIM S PEDRO	757
MIRE TIBAES	907
MORREIRA	293
NAVARRA	213
NOGUEIRA	2440
NOGUEIRO	1631
OLIVEIRA S PEDRO	205
PADIM GRACA	605
PALMEIRA	2248
PANOIAS	623
PARADA TIBAES	486
PASSOS S JULIAO	241
PEDRALVA	499
PENSO S VICENTE	113
PENSO STO ESTEVAO	175
POUSADA	210
PRISCOS	567
REAL	3365
RUILHE	483
SEMELHE	295
SEQUEIRA	767
SOBREPOSTA	448
STA LUCRECIA	221
TADIM	488
TEBOSA	430
TENOES	742
TRANDEIRAS	257
VILACA	332
VIMEIRO	466

RESIDUOS URBANOS

Legenda:

Âmbito Territorial de Intervenção da Entidade Gestora

Pontos_Deposicao

CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS

CARAVELA RC GERAL



CARAVELA
COMPANHIA DE SEGUROS



ÍNDICE

	Pag.
	4
CLAUSULA PRELIMINAR	4
CAPÍTULO I	DEFINIÇÕES, OBJETO e GARANTIAS DO CONTRATO
CLAUSULA 1. ^a	DEFINIÇÕES
CLAUSULA 2. ^a	OBJECTO DO CONTRATO
CLAUSULA 3. ^a	ÂMBITO TERRITORIAL
CLAUSULA 4. ^a	ÂMBITO TEMPORAL
CLAUSULA 5. ^a	EXCLUSÕES
CAPÍTULO II	DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE
CLAUSULA 6. ^a	DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO
CLAUSULA 7. ^a	INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO
CLAUSULA 8. ^a	INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO
CLAUSULA 9. ^a	INSPEÇÃO DO RISCO
CLAUSULA 10. ^a	AGRAVAMENTO DO RISCO
CLAUSULA 11. ^a	SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO
CAPÍTULO III	PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS
CLAUSULA 12. ^a	PAGAMENTO DOS PRÉMIOS
CLAUSULA 13. ^a	FRACCIONAMENTO DOS PRÉMIOS
CLAUSULA 14. ^a	ALTERAÇÃO DO PRÉMIO
CAPÍTULO IV	INÍCIO, DURAÇÃO DO CONTRATO, REDUÇÃO, DENÚNCIA E RESOLUÇÃO DO CONTRATO
CLAUSULA 15. ^a	INÍCIO DO CONTRATO
CLAUSULA 16. ^a	DURAÇÃO DO CONTRATO
CLAUSULA 17. ^a	DURAÇÃO, DENÚNCIA E RESOLUÇÃO DO CONTRATO
CAPÍTULO V	CAPITAL SEGURO E CÁLCULO DO PRÉMIO
CLAUSULA 18. ^a	CAPITAL SEGURO
CLAUSULA 19. ^a	REDUÇÃO E REPOSIÇÃO DO CAPITAL SEGURO
CLAUSULA 20. ^a	CÁLCULO DO PRÉMIO
CAPÍTULO VI	SINISTROS
CLAUSULA 21. ^a	OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA
CLAUSULA 22. ^a	INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL SEGURO
CLAUSULA 23. ^a	FRANQUIA
CLAUSULA 24. ^a	PLURALIDADE DE SEGUROS
CLAUSULA 25. ^a	OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO
CLAUSULA 26. ^a	OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO
CLAUSULA 27. ^a	SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR
CLAUSULA 28. ^a	DEFESA JURÍDICA
CLAUSULA 29. ^a	DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR
CAPÍTULO VII	DISPOSIÇÕES DIVERSAS
CLAUSULA 30. ^a	INTERVENÇÃO DO MEDIADOR DE SEGUROS
CLAUSULA 31. ^a	REGIME DE COSSEGURO
CLAUSULA 32. ^a	COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES
CLAUSULA 33. ^a	ARBITRAGEM
CLAUSULA 34. ^a	LEGISLAÇÃO
CLAUSULA 35. ^a	FORO
CLAUSULA 36. ^a	PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS



CLÁUSULAS ESPECIAIS SEGUROS OBRIGATÓRIOS		
Condição Especial 100	MEDIADOR IMOBILIARIO	17
Condição Especial 101	MEDIADOR DE SEGUROS	28
Condição Especial 102	PERITO AVALIADOR DE IMOVEIS	39
Condição Especial 103	INSTALADORES DE REDES DE GAS E MONTADORES DE APARELHOS DE GAS	50
Condição Especial 104	INSTALACAO DE GAS	61
Condição Especial 105	ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA MANUTENCAO E INSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES	71
Condição Especial 106	ANIMAÇÃO TURISTICA	81
Condição Especial 107	AGÊNCIA DE VIAGENS	92
Condição Especial 108	SIR – ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL	104
Condição Especial 109	PROPRIETARIO DE CAES	116
Condição Especial 110	ORGANIZAÇÃO MONTARIAS BATIDAS E LARGADAS	127
Condição Especial 111	TITULARES DE LICENÇA DE USO E PORTE DE ARMAS OU SUA DETENÇÃO	137
Condição Especial 112	ENTIDADES RESPONSÁVEIS POR EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	148
Condição Especial 113	ESPAÇOS DE JOGOS E RECREIO	158
Condição Especial 114	ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RECINTOS DE ESPETÁCULOS E DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS	169
Condição Especial 115	ENTIDADES, PESSOAS SINGULARES E/OU COLETIVAS, A DESENVOLVER A ATIVIDADE DE INTERMEDIÁRIO DE CRÉDITO	180
Condição Especial 116	EMPRESAS DE APLICAÇÃO TERRESTRE DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	191
Condição Especial 117	RESPONSABILIDADE CIVIL POLUIÇÃO SÚBITA E IMPREVISTA – ENTIDADES ACREDITADAS NO ÂMBITO DO SIR	203
Condição Especial 118	RESPONSABILIDADE CIVIL DO TITULAR DA UTILIZAÇÃO PRIVATIVA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL	215
CLÁUSULA PARTICULAR		
Condição Particular 90	CLÁUSULA UNIFORME DE COSSEGURO	226



CONDIÇÕES GERAIS DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, Especiais e Particulares desta apólice, de harmonia com as declarações constantes da proposta que lhe serviu de base e da qual faz parte integrante.
2. Compõem ainda o presente Contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao Tomador do Seguro ou ao terceiro lesado.
3. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO e GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Apólice – Conjunto de documentos escritos que formalizam o contrato de seguro e que compreende as Condições Gerais, Especiais e Particulares.

Condições Gerais – Conjunto de cláusulas que definem e regulam obrigações genéricas e comuns inerentes ao ramo e modalidade de seguro.

Condições Especiais - Cláusulas que visam esclarecer, completar ou especificar disposições das Condições Gerais.

Condições Particulares – Documento em que se especificam e individualizam os elementos identificadores e caracterizadores do contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento dos prémios.

Segurado – A pessoa ou entidade cuja responsabilidade civil se garante nos termos do presente contrato e que se encontra identificada nas Condições Particulares.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra uma lesão que origine danos suscetíveis de, nos termos da lei civil e desta Apólice, serem reparados ou indemnizados.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Evento – Acontecimento ou série de acontecimentos resultantes de uma mesma causa, suscetíveis de desencadear um sinistro.

Lesão Corporal – Ofensa que afete a saúde física ou mental, causando um dano.

Lesão Material – Ofensa que afete qualquer bem, móvel, imóvel ou animal, causando um dano.

Dano Patrimonial – Prejuízo que, sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indemnizado.

Dano Não Patrimonial – Prejuízo que, não sendo suscetível de avaliação pecuniária, deve, no entanto, ser reparado através de uma compensação pecuniária.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

Capital Seguro – Limite máximo de indemnização a que se obriga a Seguradora, por força deste contrato.

Limite máximo de indemnização por cobertura contratada – é o limite máximo de



responsabilidade da Seguradora, por cobertura, relativo a uma reclamação ou série de reclamações decorrentes do mesmo facto gerador. Os limites máximos por cobertura são autónomos e independentes.

Entidade Beneficiária – A pessoa ou entidade à qual deve ser liquidada a indemnização, nos termos da lei civil e desta apólice.

Empregado – Por esta designação entende-se qualquer pessoa vinculada ao Segurado por contrato de prestação de serviços ou de aprendizagem, contratada a prazo ou mesmo a trabalhar por conta própria sob controlo e supervisão do Segurado.

CLAUSULA 2ª.

OBJECTO DO CONTRATO

1. O presente contrato tem por objeto garantir, até ao limite fixado nas Condições Particulares, e de harmonia com o disposto nas respectivas Condições Gerais, Especiais e Particulares, a responsabilidade extracontratual e a responsabilidade civil contratual, quando e se esta estiver expressamente contratada, que ao abrigo da lei seja imputável ao Segurado exclusivamente na qualidade ou no exercício da atividade identificada nas já referidas Condições Particulares.

2. Ficam garantidos os danos patrimoniais e/ou não patrimoniais direta e exclusivamente decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros de acordo com o previsto nas Condições Gerais, Condições Especiais e Condições Particulares da Apólice, sem prejuízo das exclusões nelas previstas.

CLAUSULA 3ª.

ÂMBITO TERRITORIAL

Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, apenas ficam a coberto deste contrato os sinistros ocorridos em Portugal Continental e nas regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

CLAUSULA 4ª.

ÂMBITO TEMPORAL

As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência da apólice nos termos legais aplicáveis.

Ficam, porém, excluídas as reclamações apresentadas após a data da cessação do contrato se o risco estiver coberto por contrato de seguro posterior.

Em qualquer caso, ficam excluídas quaisquer reclamações por factos ocorridos anteriormente ou posteriormente ao período de vigência do contrato, estejam ou não abrangidos por outra Apólice.

CLAUSULA 5ª.

EXCLUSÕES

Ao abrigo do presente Contrato não ficam garantidos em caso algum:

a) Danos decorrentes de atos ou omissões dolosas do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável;

b) Danos decorrentes de atos ou omissões praticados pelo Segurado, seus empregados, colaboradores ou de pessoas por quem aquele seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência do álcool, estupefacientes ou outras drogas;

c) Danos causados aos sócios, gerentes, administradores e legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;

d) Danos causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este Contrato, bem como ao cônjuge, ascendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

e) Danos resultantes de atos de guerra, invasão, lei marcial, revolução, rebelião, insurreição, motins, comoção civil, sabotagem, terrorismo, confiscação, requisição e destruição causada por ordem do governo ou quaisquer autoridades



públicas ou locais terrorismo, sabotagem, assaltos, greves, tumultos e "lock-out";

f) Danos decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

g) Danos decorrentes de casos de força maior ou de casos fortuitos, nos termos da lei civil, nomeadamente, mas não só, os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos de natureza catastrófica;

h) Danos causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste e desde que tais danos resultem de acidentes enquadráveis na legislação sobre Acidentes de Trabalho ou Doenças Profissionais

i) Acidentes provocados por veículos que, nos termos da legislação em vigor, sejam obrigados a seguro de responsabilidade civil, designadamente veículos automóveis, embarcações ou aeronaves;

j) Danos resultantes de trabalhos que devam ser garantidos ao abrigo de seguros obrigatórios;

k) Danos resultantes do exercício por pessoal não qualificado de atividades profissionais para as quais seja necessária a respetiva licença;

l) Danos resultantes de furto ou roubo, abuso de confiança ou infidelidade do Segurado ou dos seus colaboradores;

m) Danos resultantes de reclamações baseadas em acordo ou contrato particular celebrado entre o terceiro e o Segurado, na medida em que a responsabilidade que daí resulte exceda a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

n) Indemnizações fixadas a título de danos punitivos (punitive damages), danos de vingança (vindictive damages), danos exemplares (exemplary damages) e outras de características semelhantes;

o) Danos causados e/ou relacionados, direta ou indiretamente, com a remoção, utilização ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

p) Perdas consequenciais ou indiretas de qualquer espécie, designadamente perdas de exploração, lucros cessantes, paralisações de atividade, perdas financeiras, perdas de contratos e perdas de mercado;

q) Quaisquer despesas provenientes de procedimento criminal, fianças, multas ou outros encargos de idêntica natureza;

r) Danos causados à biodiversidade ou danos ao ambiente ao abrigo da Diretiva 2004/35 CE, de 21/04/2004, Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29/07 e Decreto-Lei n.º 245/2009, de 22/09;

s) Danos resultantes de toda e qualquer reclamação baseada em perda financeira pura ou derivada, a qualquer título, nomeadamente perda, quebra ou incumprimento de qualquer contrato;

t) Produção ou comercialização de produtos derivados do sangue;

u) Atividades ou produtos relacionados com tecnologia genética;

v) Atos próprios de Administradores, Diretores ou quaisquer outras pessoas com poderes delegados para tal;

2. Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Especiais ou Particulares e sem prejuízo de outras exclusões nelas constantes, o presente contrato não garante também os danos causados:

a) A bens ou objetos de terceiros que estejam confiados ao Segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

b) Por obras ou produtos defeituosos, após a sua entrega;

c) Por alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou



indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas, quando resultantes de causa súbita, acidental e imprevisível;

d) Por acidentes provocados por veículos que, não sendo sujeitos à obrigatoriedade de seguro, sejam contudo suscetíveis de se encontrar abrangidos pelas garantias da apólice de Responsabilidade Civil Automóvel;

3. Sempre que a cobertura fornecida por esta apólice implique a violação de quaisquer embargos ou sanções financeiras ou económicas impostas por resolução das Nações Unidas ou por sanções, Leis ou regulamentos comerciais ou económicos da União Europeia, Reino Unido ou Estados Unidos da América, a cobertura será considerada nula, não produzindo quaisquer efeitos.

Em complemento do disposto no parágrafo anterior, de acordo com as normas nacionais e internacionais e com as boas práticas de negócio, o Segurador reserva-se o direito de se abster de executar qualquer operação sobre a apólice, que esteja ou que se suspeite estar relacionada com a prática dos crimes de branqueamento de capitais e/ou financiamento ao terrorismo.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLAUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

Nomeadamente, compete-lhe:

a) Informar o Tomador de Seguro, antes da celebração do contrato, e nos termos da Lei, das condições do mesmo, das formalidades a cumprir para a sua celebração, dos seus direitos e obrigações, e ainda, de todos os factos ou circunstâncias que possam influir na sua vontade de celebrar o contrato;

b) Responder a todos os pedidos de esclarecimento do Tomador de Seguro ou do Segurado, necessários ao entendimento das condições e da gestão do contrato;

c) Informar o Tomador de Seguro das situações de incumprimento contratual e das respetivas obrigações e consequências de tal incumprimento, nomeadamente do referido nos pontos 1 e 2 desta Cláusula.



CLAUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2.
5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLAUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de

riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLAUSULA 9ª.

INSPECÇÃO DO RISCO

A Seguradora pode, a todo o tempo, mandar inspecionar por representante devidamente mandatado os bens identificados nas Condições Particulares dos quais possa advir responsabilidade civil imputável ao Segurado nos termos deste contrato, obrigando-se este a fornecer as informações que lhe forem solicitadas, sob pena de responder por perdas e danos.

CLAUSULA 10ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à



Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

4. As novas condições decorrentes das alterações devem constar de ata adicional emitida pela Seguradora.

5. No caso de a Seguradora recusar a aceitação da alteração do risco, deverá, dentro do prazo referido no n.º 3, comunicar ao Tomador de Seguro a resolução do contrato.

6. Salvo convenção expressa em contrário, a apólice produz todos os seus efeitos para o risco agravado, entre a data da comunicação do agravamento e a data da resolução do contrato por qualquer das partes.

CLAUSULA 11ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado

antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLAUSULA 12ª.

PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. O prémio ou fração inicial é devido na data da celebração do contrato, dependendo a eficácia deste do respetivo pagamento.

2. Sem prejuízo do disposto no n.º 7, os prémios ou frações subsequentes são devidos nas datas estabelecidas na apólice, sendo aplicável, neste caso, o regime previsto nos nºs 3 a 5.

3. A Seguradora encontra-se obrigada, até 60 dias antes da data em que o prémio ou fração subsequente é devido, a avisar, por escrito, o Tomador de Seguro, indicando essa data, o valor a pagar, a forma e o lugar de pagamento e as consequências da falta de pagamento do prémio ou fração.

4. Nos contratos de seguro cujo pagamento do prémio seja objeto de fracionamento por prazo inferior ao trimestre, e estejam identificados em documento contratual as



datas de vencimento e os valores a pagar, bem como as consequências da falta de pagamento do prémio ou fração, a Seguradora pode optar por não proceder ao envio do aviso previsto no número anterior, recaindo sobre ela o ónus da prova da emissão e aceitação, pelo Tomador de Seguro, daquele documento contratual.

5. Nos termos da lei, a falta de pagamento do prémio ou fração na data indicada no aviso previsto no n.º 2 ou no documento contratual previsto no número anterior determina a não renovação ou a resolução automática e imediata do contrato, na data em que o pagamento seja devido.

6. Nos contratos de prémio variável e nos contratos titulados por apólices abertas, é aplicável o disposto na Condição Especial “Contratos de prémio variável e contratos titulados por apólices abertas”.

7. A falta de pagamento, na data indicada no aviso, de um prémio adicional, desde que este decorra de um pedido do Tomador de Seguro para extensão da garantia, não implicando agravamento do risco inicial, determinará que se mantenham as condições contratuais em vigor anteriormente àquele pedido.

8. O seguro considera-se em vigor sempre que o recibo tenha sido entregue ao Tomador de Seguro por entidade expressamente designada pela Seguradora para o recebimento do prémio respetivo.

CLAUSULA 13ª.

FRACCIONAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A Seguradora pode admitir o fracionamento do pagamento de prémios de apólices que vigorem por um ano e seguintes, desde que tal modalidade tenha sido expressamente contratada.

2. Em tal caso, as prestações serão pagas nos termos da cláusula anterior.

3. O não pagamento de qualquer prestação do prémio, nos termos antes referidos, confere à Seguradora o direito de exigir imediatamente o pagamento dessa prestação e das prestações vincendas.

CLAUSULA 14ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

1. Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetivar-se no vencimento anual seguinte.

2. O Tomador de Seguro dispõe de um prazo de 15 dias após a receção da comunicação referida no nº anterior para, não aceitando o novo prémio, reduzir ou resolver o contrato.

CAPÍTULO IV

Início, Duração do Contrato, Redução, Denúncia e Resolução do Contrato

CLAUSULA 15ª.

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prémio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

2. A proposta considera-se aprovada no décimo quinto dia a contar da data da sua receção na Seguradora, a menos que entretanto o candidato a Tomador de Seguro seja notificado da recusa ou da sua antecipada aprovação, ou da necessidade de recolher esclarecimentos essenciais à avaliação do risco.

CLAUSULA 16ª

DURAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano a continuar pelos seguintes, de acordo com o que ficar estabelecido nas Condições Particulares.

2. Quando o contrato for celebrado por um período de tempo determinado (seguro temporário), o mesmo cessa os seus efeitos às 24 horas do último dia, ainda que se tenha verificado uma interrupção dos trabalhos durante o prazo de vigência.

3. Quando o contrato for celebrado por um ano a continuar pelos seguintes, considera-se



sucessivamente renovado por períodos anuais, exceto se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio nos termos do nº 1 da cláusula 12.^a.

CLAUSULA 17^a.

REDUÇÃO, DENÚNCIA E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O não pagamento pelo Tomador de Seguro do prémio relativo a uma anuidade subsequente ou de uma sua fração, determina a não renovação ou a resolução automática e imediata do contrato, na data em que o pagamento seja devido.

2. O Tomador de Seguro pode, a todo o tempo, reduzir o capital e/ou garantias do presente contrato, mediante correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que a redução ou resolução produz efeitos.

3. A redução não pode conduzir à existência de capitais seguros inferiores aos mínimos fixados legalmente.

4. A Seguradora ou o Tomador do Seguro, mediante comunicação escrita à outra parte com pelo menos 30 dias de antecedência em relação à data de efeito, poderão denunciar o contrato na data do seu vencimento.

5. O presente contrato pode ser resolvido por qualquer das partes a todo o tempo, havendo justa causa para o efeito, nos termos legais.

6. Sem prejuízo de outras causas de resolução convencionadas entre as partes e constantes das Condições Particulares, as partes poderão igualmente resolver o contrato quando, numa anuidade, ocorram dois ou mais sinistros ou o valor das indemnizações a liquidar, independentemente do número de sinistros, seja superior a 25% do capital seguro.

7. O montante do prémio a devolver ao Tomador do seguro, em caso de cessação antecipada do contrato, é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes, em função de razão atendível, como seja a

garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

8. A redução ou resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que se verifique.

9. A resolução do contrato, quando tenha ocorrido sinistro, fica subordinada ao disposto nos números anteriores, tendo somente, para efeito de devolução do prémio, de considerar-se a parte do capital seguro que exceda o valor da indemnização liquidada.

10. Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, a Seguradora deve avisar o Segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

CAPITAL SEGURO E CÁLCULO DO PRÉMIO

CLAUSULA 18^a.

CAPITAL SEGURO

1. O capital seguro, cuja determinação é sempre da responsabilidade do Tomador de Seguro, é o expresso nas Condições Particulares, respondendo a Seguradora, seja qual for o número de terceiros lesados, até ao limite desse valor.

2. O capital seguro considera-se estabelecido pelo período contratado, salvo se ficar expressamente estabelecido nas Condições Particulares que é por sinistro, não podendo este ser inferior ao montante mínimo legalmente previsto.

CLAUSULA 19^a.

REDUÇÃO E REPOSIÇÃO DO CAPITAL SEGURO

Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro ficará, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização, a não ser que o Tomador de Seguro solicite expressamente a sua reposição até ao valor inicialmente contratado, pagando o prémio



suplementar que na altura vier a ser fixado.

CLAUSULA 20ª.

CÁLCULO DO PRÉMIO

1. O prémio poderá ser fixo ou calculado mediante aplicação de uma taxa ao volume anual de faturação ou de salários, conforme indicação expressa nas Condições Particulares.
2. Nos casos em que for convencionada a aplicação de uma taxa, o Tomador de Seguro obriga-se a pagar, no início de cada anuidade, o prémio mínimo não estornável, e a indicar à Seguradora, nos sessenta dias imediatos ao termo do período seguro, o montante de faturação ou de salários correspondente à anuidade finda, para efeitos do respetivo ajustamento.

CAPÍTULO VI

SINISTROS

CLAUSULA 21ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente, contrato constituem obrigações da Seguradora:
 - a) Proceder às averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos com prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos;
 - b) Substituir o Segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que ao abrigo do presente contrato ocorra durante o período de vigência do mesmo;
 - c) Suportar as despesas decorrentes da regularização de sinistros, incluindo as judiciais, sem prejuízo do disposto nas cláusulas 18ª e 19ª;
 - d) Pagar a indemnização, determinadas que sejam as causas, circunstâncias e consequências do sinistro bem como o valor da indemnização a liquidar, sem prejuízo de poderem ser efetuados pagamentos por conta.
2. Se, decorridos 30 dias, a Seguradora, de posse de todos os elementos indispensáveis ao pagamento da indemnização acordada, não tiver realizado essa obrigação, por causa não justificada ou que lhe seja imputável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor.

3. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

4. Salvo convenção em contrário:

a) Quando a indemnização atribuída for igual ou exceder o valor seguro, a Seguradora não responderá pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída for inferior ao capital seguro, a Seguradora responderá também pelas despesas judiciais até ser atingido o limite do valor seguro.

5. A Seguradora responde por honorários de advogados e solicitadores, desde que tenham sido por ela escolhidos, e desde que o capital seguro não tenha sido esgotado.

6. Quando a indemnização devida ao lesado consistir numa renda, a Seguradora afetará à constituição da respetiva provisão matemática a parte disponível do valor seguro por lesado, de acordo com as bases técnicas oficialmente estabelecidas para o efeito.

CLAUSULA 22ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL SEGURO

1. No caso de coexistirem vários lesados e o montante das indemnizações exceder o capital seguro, será este rateado entre todos os lesados, na proporção das indemnizações fixadas para cada um deles.

2. A Seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento da existência de outras reclamações, liquidou a um lesado uma indemnização de valor superior à que lhe competiria, nos termos do número anterior, apenas fica obrigada para com os outros lesados até à concorrência da parte restante do capital seguro.

CLAUSULA 23ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros,



não sendo, porém, no caso de apólices obrigatórias, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. No caso de contratos obrigatórios, compete ao segurador, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLAUSULA 24ª

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

CLAUSULA 25ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLAUSULA 26.ª

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas



efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLAUSULA 27.^a

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.
2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLAUSULA 28.^a

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.
2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.
3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.
4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.
5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLAUSULA 29.^a

Direito de regresso do segurador

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

- a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;
- b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e ou regulamentos em vigor;
- c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 25.^a.

2. O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLAUSULA 30.^a

Intervenção de mediador de seguros

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLAUSULA 31.^a

Regime de Cosseguro

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto,



para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

Email: cimpasnorte@cimpas.pt
Site: www.cimpas.pt

CLAUSULA 32ª

Comunicações e notificações entre as partes

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLAUSULA 33ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª
Esq, 1050-115 Lisboa.
Telefone: 213 827 700
Fax: 213 827 708
Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73,
Piso 1, 4050-297 Porto
Telefone: 226 069 910
Fax: 226 094 110

CLAUSULA 34ª.

LEGISLAÇÃO

A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.

CLAUSULA 35ª.

FORO

1. O Foro competente para dirimir os litígios emergentes da apólice será o que for fixado nos termos da lei processual civil.

CLÁUSULA 36ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores



- próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados.
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
 5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
 6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
 7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
 8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
 9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 100

ENTIDADES MEDIADORAS IMOBILIÁRIAS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no artigo 7º da Lei nº 15/2013, de 8 de Fevereiro, regulamentado pelo mesmo diploma e pela Norma Regulamentar nº 4/2009-R, de 19 de março.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um

período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa ou entidade, na sua qualidade de mediadora imobiliária legalmente constituída e autorizada para o exercício desta atividade, titular do interesse seguro.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado. Para este efeito, são considerados todos os que, em resultado de um ato de mediação imobiliária, venham a sofrer danos patrimoniais, ainda que não tenham sido parte no contrato de mediação imobiliária.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua



qualidade de entidade mediadora imobiliária, prevista na Lei nº 15/2013, de 8 de Fevereiro.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, o pagamento de indemnizações para ressarcimento dos danos patrimoniais, causados a terceiros, decorrentes de ações ou omissões das empresas de mediação imobiliária ou dos seus representantes legais e colaboradores, ou do incumprimento de outras obrigações resultantes do exercício da atividade, ainda que, sem prejuízo do disposto no número seguinte, se verifique:

- a) A cessação da atividade de mediação imobiliária;
- b) A caducidade da licença para o exercício da atividade de mediação imobiliária;
- c) A resolução do contrato de seguro de responsabilidade civil.

CLÁUSULA 4ª

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

No caso de ter ocorrido:

- a) A cessação da atividade de mediação imobiliária;
- b) A caducidade da licença para o exercício da atividade de mediação imobiliária;
- c) A resolução do contrato de seguro de responsabilidade civil, independentemente da respetiva causa,

o seguro responderá pelos danos ocorridos no decurso da vigência do contrato e reclamados até um ano após a data de ocorrência de qualquer daqueles factos.

3 - Em caso de suspensão da licença, o contrato de seguro caduca às 24 horas do próprio dia da sua verificação. Este facto tem que ser comunicado à Seguradora no prazo de 48 horas.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido na cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:

- a) Os acidentes devidos a atos de guerra, insurreição e terrorismo;
- b) Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal, contraordenacional ou disciplinar;
- c) A responsabilidade por danos decorrentes da falta de capacidade e legitimidade para contratar das pessoas que intervenham em negócios com o segurado, quando estes factos lhe sejam dolosamente ocultados, e nos casos em que seja impossível o cumprimento do dever legal que impende sobre o segurado no sentido de se certificar que, no momento da celebração do contrato de mediação, os seus clientes têm capacidade e legitimidade para contratar nos negócios que irá promover;
- d) A responsabilidade pelos danos decorrentes da impossibilidade de cumprimento de deveres contratuais ou quaisquer obrigações legais por facto de força maior não imputável ao segurado;
- e) A responsabilidade pelo pagamento de danos decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas, direta ou indiretamente, na aplicação de quaisquer fianças, taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por



indenizações fixadas a título punitivo, de danos exemplares ou outras reclamações de natureza semelhante.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO



1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à

Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.



2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.ª

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12.ª

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13.ª

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se

indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.ª

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15.ª

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV



INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12ª.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.
4. A presente apólice caduca na data em que o segurado deixe de estar legalmente habilitado para exercer a atividade de mediador imobiliário, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.
5. Nos casos previstos nas alíneas a), b) e c) da Cláusula 3ª, o contrato de seguro

caduca às vinte e quatro horas do próprio dia da sua verificação, devendo o Tomador de Seguro comunicar à Seguradora, no prazo de vinte e quatro horas, tal ocorrência.

6. Nos casos em que o Segurado seja empresa ainda não licenciada para o exercício da atividade de mediação imobiliária, a produção dos efeitos do presente contrato fica condicionada à atribuição ao Segurado da respetiva licença.

7. É obrigação do IMPIC, I.P. (Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P.) dar conhecimento à Seguradora do cancelamento da licença da empresa de mediação.

CLÁUSULA 18ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A Seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarifação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até



20 dias após a não renovação ou a resolução.

6. A Seguradora é obrigada a dar conhecimento ao IMPIC, I.P. (Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção. I.P.) da falta de pagamento do prémio, das alterações que o contrato de seguro venha a sofrer, bem como da sua resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19.^a

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20.^a

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros,

responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21.^a

CAPITAL SEGURO

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22.^a

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 23.^a

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO



1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em

cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí



decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, nos seguintes casos:

a) Responsabilidade por danos decorrentes de atuação dolosa do segurado ou quando o ato por este praticado seja qualificado como crime ou contraordenação;

b) Quando a responsabilidade do segurado decorrer de perda ou extravio de dinheiro ou quaisquer outros valores ou documentos colocados à sua guarda;

c) Quando a responsabilidade decorrer de factos praticados pela empresa de mediação para obtenção de benefícios e ou redução de custos de natureza fiscal, causando danos a todos os interessados que não conheçam os factos em questão;

d) Quando a responsabilidade decorrer de atos ou omissões praticados pelo segurado ou por pessoa por quem este seja civilmente responsável sob a influência de embriaguez, uso de estupefacientes ou demência;

e) Quando o contrato de mediação imobiliária for nulo por vício de forma.

f) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da Cláusula 23ª.

2. O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente a seguradora após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente



contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços da seguradora e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. (www.asf.com.pt)
3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

CLÁUSULA 33ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 34ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o



- cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados.
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
 5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
 6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
 7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
 8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
 9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 101 MEDIADOR DE SEGUROS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista na Lei nº 7/2009, de 16 de Janeiro.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa ou entidade, na sua qualidade de mediador de seguros, legalmente autorizada para o exercício desta atividade, titular do interesse seguro.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

Mediador de seguros – Qualquer pessoa singular ou coletiva que inicie ou exerça, mediante remuneração, a atividade de mediação de seguros;

Mediação de seguros – Qualquer atividade que consista em apresentar ou propor um contrato de seguro ou praticar outro ato preparatório da sua celebração, em celebrar contrato de seguro ou em apoiar a gestão e execução desse Contrato, em especial em caso de sinistro.

Empresa de seguros – uma empresa que tenha recebido da autoridade competente de um dos Estados membros da União Europeia uma autorização para o exercício da atividade seguradora;

Carteira de seguros – o conjunto de contratos de seguro relativamente aos quais o mediador de seguros exerça a atividade de mediação e por



virtude dos quais são criados na sua esfera jurídica direitos e deveres para com empresas de seguros e tomadores de Seguros;

CLÁUSULA 2ª

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de entidade mediadora de seguros, prevista na Lei nº 7/2009, de 16 de Janeiro.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o segurado, por responsabilidade civil resultante do exercício da atividade de mediação de seguros.

CLÁUSULA 4ª

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a eventos ocorridos no território da União Europeia.

2. Ao abrigo do presente Contrato apenas ficam garantidos sinistros causados por atos ou omissões ocorridos durante a vigência da apólice desde que reclamados até um ano após a data de cessação, caducidade ou resolução do contrato de seguro.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido na cláusula 5ª das Condições Gerais que

regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:

a) Os danos resultantes de atividades não relacionadas com o exercício da atividade de mediação de seguros;

b) Os danos resultantes de atos ou omissões do Segurado ou de quem este seja civilmente responsável, praticados em conluio com o lesado, no sentido de obter para este um benefício ilegítimo ao abrigo do contrato de seguro;

c) Os danos causados aos acionistas, sócios, administradores, gerentes e outros legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;

d) Os danos causados aos trabalhadores, mandatários ou pessoas diretamente envolvidas na atividade do Segurado, quando ao serviço deste;

e) Os danos causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este Contrato, bem como ao cônjuge, ascendentes e descendentes ou pessoas que com elas coabitem ou vivam a seu cargo;

f) Os danos resultantes de atos de guerra, guerra civil, invasão, hostilidades, insurreição, poder militar ou civil usurpado ou tentativas de usurpação do poder, distúrbios laborais tais como assaltos, greves, tumultos e lock-outs;

g) Os danos resultantes de atos de terrorismo, como tal tipificados na legislação penal portuguesa vigente, ou de sabotagem;

h) Os danos resultantes de acidente que deva ser garantido por outro seguro obrigatório, designadamente de acidentes de trabalho ou de responsabilidade civil automóvel;

i) Os danos que estejam ou devam estar abrangidos pelo seguro de caução ou garantia bancária legalmente exigida ao corretor de seguros;

j) Os danos causados por alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição ou



contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas;

k) Os danos causados às empresas de seguros, bem como aos mediadores de seguros em nome e por conta dos quais exerça a sua atividade;

l) As indemnizações fixadas a título de danos punitivos, de danos exemplares ou outras reclamações de natureza semelhante;

m) O pagamento de indemnizações emergentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer fianças, taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal;

n) A obtenção de benefício pessoal ou vantagens em consequência de acordos especiais ou promessas que excedam o âmbito da responsabilidade civil legal;

o) As reclamações derivadas da atividade de mediador de resseguro.

2. De igual modo, e tal como resulta das cláusulas anteriores, o presente Contrato também não garante:

a) Os danos resultantes de erros ou omissões cometidos pelo Segurado antes da data de início da Apólice ou após o seu termo;

b) Os danos resultantes de erros ou omissões que sejam reclamados à Seguradora para além do prazo previsto na cláusula 4.^a.

3. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5^a das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6^a.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7^a.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO



1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;



b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.ª

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12.ª

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13.ª

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.ª

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.



2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
- b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
- c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15.^a

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16.^a

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12.^a.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17.^a

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

4. A presente apólice caduca na data em que o segurado deixe de estar legalmente habilitado para exercer a atividade de mediador de seguros, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18.^a

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado



proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19.^a

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20.^a

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21.^a

CAPITAL SEGURO

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22.^a

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no n.º 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.



CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador



ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, quando os danos resultem de:

a) Atuação ou omissão dolosa do segurado ou por quem ele seja civilmente responsável;

b) Qualquer infração ou inobservância de leis ou regulamentos aplicáveis ao exercício da atividade do Tomador do Seguro/Segurado, bem como de outras disposições legais ou determinadas pelas autoridades competentes;

c) Celebração de contratos em nome da empresa de seguros, em violação das condições contratuais de aceitação definidas pela empresa de seguros e conhecidas do segurado.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.



CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª
Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73,
Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em



vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados.

4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento

não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.

8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 102

PERITO AVALIADOR DE IMÓVEIS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista na Lei nº 153/2015 de 14 de setembro.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – Pessoa singular cuja responsabilidade civil se pretende garantir, quando exclusivamente no exercício da sua atividade de perito avaliador imobiliário;

Cliente: Qualquer pessoa que adquira ao segurado a prestação de qualquer serviço no âmbito da sua profissão;

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de perito avaliador de imóveis prestando serviços a entidades do sistema financeiro da área bancária, imobiliária, seguradora, resseguradora, e dos fundos de pensões assim como



quaisquer outras entidades singulares ou coletivas, conforme o disposto na Lei nº 153/2015 de 14 de setembro.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

Ao abrigo da presente Condição Especial, quando expressamente contratada e mencionada nas Condições Particulares, o Segurador garante o pagamento das indemnizações que sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados aos seus clientes e terceiros, decorrentes exclusivamente de erros e omissões por ele cometidos e pelos quais seja civilmente responsável no exercício da sua atividade profissional, conforme declarado nas Condições Particulares.

Nos termos estabelecidos no nº 2 do Artº 148º do Decreto-Lei nº 72/2008, não ficam excluídos os danos resultantes de atos ou omissões dolosos do segurado, sem prejuízo do direito de regresso previsto na cláusula 29ª desta Condição Especial.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O contrato de seguro produz efeitos em relação a sinistros decorrentes do exercício da atividade do perito avaliador de imóveis em território nacional.

2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato, abrangendo os pedidos de indemnização apresentados até dois anos após a cessação do mesmo, desde que não cobertos por outro contrato de seguro posterior válido.

CLÁUSULA 5ª.

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, ficam excluídos os pagamentos devidos a título de responsabilidade civil criminal, contraordenacional ou disciplinar do segurado.

2. Fica ainda excluída a cobertura de:

a) Danos causados ao tomador do seguro se diferente do segurado;

b) Danos causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade seja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge (ou pessoa que viva em união de facto com o Segurado), ascendentes e descendentes ou pessoas que com ele coabitem ou vivam a seu cargo;

c) Danos causados a membro dos corpos sociais, ou pessoa que exerça cargo de administração, gerência, direção ou chefia ou atue em representação legal ou voluntária da pessoa cuja responsabilidade se garante;

d) Danos resultantes da prática de atos para os quais, nos termos da lei ou dos regulamentos aplicáveis, o segurado não se encontra habilitado;

e) Danos resultantes de atos ou omissões do segurado ou de quem este seja civilmente praticados pelo segurado ou por quem este seja civilmente responsável, praticados em conluio com o lesado, no sentido de obter para este um benefício ilegítimo ao abrigo do contrato de seguro;

f) Custas e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, fianças, coimas, multas, taxas ou outros encargos de idêntica natureza;

g) Danos resultantes de guerra, greve, "lock-out", tumultos, comoções civis, assaltos em consequência de distúrbios laborais, sabotagem, terrorismo, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade e *hi-jacking*;

h) Danos que deveriam estar cobertos por qualquer outro tipo de seguro obrigatório.



3. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceite o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca

do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:



a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra



contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe,

nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO



1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12ª.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

4. A presente apólice caduca na data em que o segurado deixe de estar legalmente habilitado para exercer a atividade de mediador imobiliário, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18ª.

CADUCIDADE DO CONTRATO

O contrato de seguro caduca automaticamente:

a) Na data em que for cancelado ou suspenso o registo do perito avaliador de imóveis, a seu pedido;

b) Na data em que for cancelado ou suspenso o registo do perito avaliador de imóveis pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;

c) Na data em que o perito avaliador de imóveis seja condenado em sanção acessória de interdição do exercício da atividade

d) Na data em que o perito avaliador de imóveis seja condenado em sanção acessória de cancelamento do registo de perito avaliador de imóveis.

CLÁUSULA 19.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarifação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até



20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 20.^a

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 21.^a

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 22.^a

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 23.^a

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no n.º 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 24.^a

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que



tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 25ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador

antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 26ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 27ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do



direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 28ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 29ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

Em caso de sinistro e após ter sido satisfeita a indemnização, a Seguradora tem direito de regresso contra o segurado, quando os danos resultem de:

- a) **Atos ou omissões dolosas do segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável;**
- b) **Atos ou omissões praticados pelo Segurado, ou pessoa por quem este seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência de álcool, de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos.**

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 30ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 31ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 32ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.



3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 33ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 34ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 35ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

Cláusula 36ª

Privacidade e Proteção de Dados

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do



consentimento prestado, quando aplicável.

5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 103

ENTIDADES INSTALADORAS DE GÁS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar nos termos do artigo 7.º da Lei n.º 15/2015, de 16 de fevereiro,

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa ou entidade no interesse da qual o contrato é celebrado, na sua qualidade de empresa instaladora de gás.

Entidade instaladora – a empresa legalmente constituída que desempenhe as seguintes funções:

- a) Execução, reparação, alteração ou manutenção das instalações de gás e das redes e ramais de distribuição de gás;
- b) Instalação de aparelhos a gás e intervenção em quaisquer atos para adaptar, reparar e efetuar a manutenção destes aparelhos.

Gases combustíveis – Os produtos gasosos ou liquefeitos obtidos a partir refinação do petróleo bruto, do tratamento de hidrocarbonetos naturais, dos efluentes da indústria petroquímica e do tratamento dos carvões, os respetivos gases de substituição e os resultantes da fermentação da biomassa;

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo



montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a garantia da responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de empresa instaladora de gás, nos termos da legislação específica aplicável.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

1. A Seguradora garante, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, incluindo os gastos de hospitalização e repatriamento, que sejam decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros em resultado da execução, reparação, alteração ou manutenção das instalações de gás e das redes e ramais de distribuição de gás, ou da instalação de aparelhos a gás e intervenção em quaisquer atos para adaptar, reparar e efetuar a manutenção destes aparelhos.
2. A apólice corresponde ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no estatuto das entidades instaladoras de gás legalmente aprovado.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, o contrato apenas produz efeitos em relação a eventos ocorridos em Portugal Continental e Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.
2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato, abrangendo os pedidos de

indemnização apresentados até dois anos após a cessação do mesmo, desde que não cobertos por outro contrato de seguro posterior válido.

CLÁUSULA 5ª.

EXCLUSÕES

1. Derrogando todas as exclusões constantes da cláusula 5ª das Condições Gerais, o presente contrato apenas não cobre os danos:

a) Resultantes da adaptação de veículos automóveis ligeiros e pesados, equipados com motores de ignição comandada ou por compressão, à utilização de gases de petróleo liquefeitos (GPL) como carburantes nos motores térmicos das mesmas viaturas;

b) Decorrentes, direta ou indiretamente, de explosão, libertação de calor ou radiação, provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioatividade;

c) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste ou quando resultem de acidente caracterizável como acidente de trabalho;

d) Causados aos sócios, gerentes e legais representantes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;

e) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge (ou pessoa que viva em união de facto com o Segurado), ascendentes e descendentes ou pessoas que com ele coabitem ou vivam a seu cargo;

f) Os danos devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, hostilidades, rebelião, insurreição, poder militar ou usurpado ou tentativas de usurpação do poder, terrorismo, sabotagem, assaltos e distúrbios laborais tais como assaltos, greves e tumultos;

g) Que consistam em multas coimas de qualquer natureza;



h) Resultantes de acordo ou contrato particular celebrado entre o terceiro e o Segurado, na medida em que a responsabilidade que daí resulte exceda a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

i) Pelas obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens produzidos ou armazenados e ou fornecidos pelo segurado, se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens, produtos ou serviços desde que tais obras, produtos ou serviços sejam estranhas à atividade segura;

j) Por alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas, quando resultantes de causa súbita, accidental e imprevisível;

k) Em consequência de fenómenos da natureza, desde que para tais danos não tenha contribuído a atuação do segurado no exercício da atividade segura;

l) Ocorridos quando o sinistro for imputável ao próprio lesado ou a terceiro.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.



2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.



CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as

sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.



3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

- a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12ª.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.
4. A presente apólice caduca na data em que o segurado deixe de estar legalmente habilitado para exercer a atividade de mediador de seguros, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.
2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.
3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato,



salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI



CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.



4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

Em caso de sinistro e após ter sido satisfeita a indemnização, a Seguradora tem direito de regresso contra o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos relativos à instalação de redes de gás e ou reparação de aparelhos de gases combustíveis;

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª

2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª



COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços da seguradora e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. (www.asf.com.pt)
3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

CLÁUSULA 33ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

Cláusula 34ª.

Privacidade e Proteção de Dados

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura



ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.

7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 104

REDES INTERNAS OU RAMAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no nº 3 do Artº 3º do Decreto-Lei nº 449/85, de 25 de Outubro

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um

período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa ou entidade no interesse da qual o contrato é celebrado, na sua qualidade de proprietário e/ou responsável pela direção efetiva das instalações de gás.

Gás – Os combustíveis gasosos obtidos a partir refinação do petróleo bruto, do tratamento de hidrocarbonetos naturais, dos elementos de petroquímica, do tratamento dos carvões e de biomassa.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil imputável ao Segurado na sua qualidade de proprietário e/ou



responsável pela direção efetiva das instalações de gás pertencentes ao estabelecimento identificado nas Condições Particulares, nos termos previstos no nº3 do Artº 3º do Decreto-Lei nº 449/85, de 25 de Outubro.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o Segurado, por responsabilidade civil resultante do exercício da atividade e local identificados nas Condições Particulares.

2. Nos termos do número anterior ficam, designadamente, garantidos os danos causados por sinistros decorrentes de deficiente instalação, de defeito ou anomalia no funcionamento dos sistemas de evacuação dos produtos de combustão e na ventilação dos locais, bem como os que ocorram na ausência de certificados dos aparelhos, exigíveis por lei.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª.

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:

a) Os acidentes devidos a atos de guerra, insurreição e terrorismo;

b) Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal, contraordenacional ou disciplinar.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;



e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à



Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três



meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prémio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.
2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.



3. O montante do prêmio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador

de seguro, do prêmio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer



dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida



e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos relativos a instalações de gás e funcionamento dos sistemas de evacuação dos produtos de combustão e na ventilação dos locais;

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª

2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.



CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a



- prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
 5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
 6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
 7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
 8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
 9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 105

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA MANUTENÇÃO E INSPEÇÃO DE ASCENSORES, MONTA-CARGAS, ESCADAS MECÂNICAS E TAPETES ROLANTES

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no artigo 8.º da Lei n.º 65/2013, de 27 de agosto.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo

fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A entidade no interesse da qual o contrato é celebrado, na sua qualidade de entidade exercendo a atividade de manutenção de instalações de elevação.

Elevador – A instalação destinada ao transporte de pessoas e carga entre níveis definidos de serviço, numa cabina que se desloca ao longo de guias verticais ou ligeiramente inclinadas sobre a vertical;

Monta-cargas – Os elevadores destinados exclusivamente ao transporte de carga e cuja cabina tem dimensões e constituição que impedem ou dificultam o acesso de pessoas;

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo



montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de entidade responsável pela manutenção de instalações de elevação, nos termos da legislação específica aplicável.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o segurado, por responsabilidade civil resultante do exercício da atividade de entidade responsável pela manutenção de instalações de elevação, conforme definidas na legislação específica em vigor.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:

a) Os acidentes devidos a atos de guerra, insurreição e terrorismo;

b) Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal, contraordenacional ou disciplinar.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu



incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.



3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:



- a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prémio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR



CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.
2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:
 - a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;
 - b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.
3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.
2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

CAPITAL SEGURO E INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. A responsabilidade da seguradora prevista na Cláusula 3ª é sempre limitada, seja qual for o número de lesados por sinistro, à importância

indicada nas Condições Particulares da apólice, a qual corresponde ao valor mínimo previsto na legislação aplicável às E.M.I.E..

2. O capital seguro é estabelecido por sinistro, sendo, quando tal se revele necessário, automaticamente atualizado em Janeiro de cada ano, até à concorrência do valor mínimo obrigatório.
3. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.
4. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.
2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.
3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.
4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:



a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e

proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGUADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o



valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos relativos ao exercício da

atividade de entidade responsável pela manutenção e inspeção de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes, conforme definidas na legislação específica em vigor.

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª

2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES



1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente



autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-

4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 106

RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIA DAS EMPRESAS DE ANIMAÇÃO TURÍSTICA

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 108/2009, de 15 de maio, republicado pelo Decreto-Lei n.º 186/2015, de 3 de setembro.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um

ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa singular ou coletiva no interesse da qual o contrato é celebrado, que estará devidamente autorizada a exercer as atividades de Animação Turística.

Cliente – Qualquer pessoa singular ou coletiva que tenha adquirido o direito à prestação de qualquer serviço no âmbito da atividade segura.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

1. **O presente contrato tem por objeto garantir a responsabilidade civil decorrente da atividade do Segurado, na**



sua qualidade de Empresa de Animação Turística, nos termos da legislação específica aplicável.

2. Apenas estarão garantidas as atividades devidamente discriminadas nas Condições Particulares da apólice, que deverão corresponder à totalidade das atividades exercidas pelo Segurado e inscritas ou averbadas no Registo Nacional de agentes de Animação Turística – Empresas de Animação Turística.

3. Para efeitos do presente contrato e em conformidade a legislação vigente, entende-se por Empresa de animação turística, a pessoa singular ou coletiva que desenvolva, com carácter comercial, atividades lúdicas de natureza recreativa, desportiva ou cultural, que se configurem como atividades de turismo de ar livre ou de turismo cultural e que tenham interesse turístico para a região em que se desenvolvam, nomeadamente:

a) «Atividades de turismo de ar livre», também denominadas por «atividades outdoor», de «turismo ativo» ou de «turismo de aventura», as atividades que, cumulativamente:

i) Decorram predominantemente em espaços naturais, traduzindo-se em vivências diversificadas de fruição, experimentação e descoberta da natureza e da paisagem, podendo ou não realizar-se em instalações físicas equipadas para o efeito;

ii) Suponham organização logística e ou supervisão pelo prestador;

iii) Impliquem uma interação física dos destinatários com o meio envolvente;

b) «Atividades de turismo cultural», as atividades pedestres ou transportadas, que promovam o contacto com o património cultural e natural através de uma mediação entre o destinatário do serviço e o bem cultural usufruído, para partilha de conhecimento.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

1. A Seguradora garante, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações que legalmente sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais, incluindo os gastos de hospitalização e repatriamento, que sejam decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros resultantes de ações relativas à sua atividade de empresa de animação turística, conforme definidas na legislação específica em vigor.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em todo o mundo.

2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato, abrangendo os pedidos de indemnização apresentados até dois anos após a cessação do mesmo.

CLÁUSULA 5ª.

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que se estabelece no Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice, estão apenas excluídos os danos:

a) Causados aos agentes ou representantes legais do Segurado;

b) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste ou quando resultem de acidente caracterizável como acidente de trabalho;

c) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como cônjuge, ascendentes



e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

d) Provocados pelo cliente ou por terceiros alheios ao fornecimento das prestações;

e) Decorrentes do exercício de outras atividades ou prestações de serviço que não correspondam às atividades próprias ou acessórias das empresas de animação turística;

f) Causados por acidentes ocorridos com meios de transporte que não pertençam à empresa de animação turística, desde que o transportador tenha o Seguro exigido para aquele meio de transporte;

g) Devidos a atos de guerra, guerra civil, invasão, hostilidades, rebelião, insurreição, poder militar ou usurpado ou tentativas de usurpação do poder, terrorismo, sabotagem, assaltos e distúrbios laborais tais como assaltos, greves e tumultos;

h) Decorrentes de perdas de imagem, de mercado, de contratos e quaisquer outros danos de natureza económica causados a outras empresas de animação turística;

i) Decorrentes de reclamações resultantes ou baseadas direta ou indiretamente na aplicação de quaisquer fianças, taxas, multas ou coimas, impostas por autoridades competentes, bem como de outras penalidades de natureza sancionatória ou fiscal e por indemnizações fixadas a título punitivo (punitive damages), de danos exemplares (exemplary damages) ou outras reclamações de natureza semelhante;

j) Resultantes de reclamações baseadas numa responsabilidade do segurado resultante de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

k) Resultantes de produção ou comercialização de produtos derivados do sangue;

l) Resultantes de atividades ou produtos relacionados com tecnologia genética;

2. O presente contrato não garante, em caso algum:

a) Bens ou objetos de terceiros que estejam confiados ao Segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim desde que não se encontrem a referir aqueles que tenham sido confiados pelos clientes por forma a poderem usufruir das próprias atividades de animação turística;

b) Danos por obras ou produtos defeituosos que estejam abrangidos pela responsabilidade do produtor;

3. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceite o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;



b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se



tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.



AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a

subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prêmio.
4. A presente apólice caduca na data em que o segurado veja cancelado o registo no



RNAAT ou suspensão a autorização de exercício da atividade de empresa de animação turística, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente reposto, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

CAPITAL SEGURO E INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.



2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.



CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.
2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.
2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.
3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.
4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.
5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da

regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos relativos ao exercício da atividade de empresa de animação turística, conforme definida na legislação específica em vigor.

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª

- 2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS



1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se

validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS



1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 107

RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO DAS AGÊNCIAS DE VIAGENS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março; regulamentado pela Norma Regulamentar n.º 4/2009-R, de 19 de março.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou

quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa singular ou coletiva titular do interesse seguro que, nos termos de legislação em vigor e sob controlo do Turismo de Portugal IP ou de autoridade competente que lhe suceda, esteja devidamente registada no RNAVT (registo nacional das agências de viagem e turismo) e tenha subscrito o fundo de garantia de viagens e turismo (FGVT) ou disso esteja isenta, e possa exercer a sua atividade de agência de viagem e turismo, ou como “agência vendedora” ou “agência organizadora”, seja:

- Agência de viagens e turismo, sua sucursal ou qualquer outra forma de representação no território nacional;
- Sucursal de agência de viagens e turismo, sediada em qualquer outro Estado Membro da União Europeia, estabelecida em Portugal, ou ainda
- Pessoa ou entidade que, sem regularidade nem fim lucrativo, organize viagens turísticas para terceiros, em termos consentidos pela lei;

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.



Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil de agências de viagem e turismo, prevista no decreto-lei nº 17/2018 de 8 de Março.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o segurado, por responsabilidade civil resultante de danos patrimoniais e não patrimoniais causados a clientes ou a terceiros, decorrentes exclusivamente de ações ou omissões suas, dos seus representantes ou mandatários, no âmbito da sua atividade definida nas Condições Particulares e ainda, nos termos definidos nas Condições Particulares:

- a) O repatriamento e prestação de assistência até ao ponto de partida ou de chegada quando, por razões que não lhe forem imputáveis, o cliente não possa terminar a viagem organizada, conforme previsto no Art.º 30º do Decreto-Lei nº17/2018, de 8 de Março;
- b) A assistência médica e medicamentos necessários, em caso de acidente ou doença ocorridos durante a viagem, incluindo aqueles que se revelem necessários após a sua conclusão.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O âmbito territorial é o que resulte da atividade de agência de viagens autorizada a operar em Portugal, independentemente do local de ocorrência do acidente ou sinistro.

2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato, nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o estabelecido na cláusula 5.ª das Condições Gerais, não ficam cobertos por esta apólice:

- a) Os acidentes devidos a atos de guerra, insurreição e terrorismo;
- b) Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal, contraordenacional ou disciplinar.

2. O presente contrato também não cobre os danos:

- a) Causados aos agentes ou representantes legais do Segurado;
- b) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste ou quando resultem de acidente caracterizável como acidente de trabalho;
- c) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;
- d) Provocados pelo cliente ou por terceiros alheios ao fornecimento das prestações, no âmbito da cobertura de responsabilidade civil;
- e) Decorrentes do exercício de outras atividades ou prestação de serviços que não correspondam às atividades próprias ou acessórias das agências de viagens e turismo;



f) Originados por motivo de força maior, resultante de circunstâncias anormais e imprevisíveis, alheias àquele que as invoca, cujas consequências não pudessem ter sido evitadas. Esta exclusão não se aplica à cobertura do risco de repatriamento e assistência previsto no nº2 da cláusula 41ª do Decreto-Lei nº 17/2018, de 8 de Março e constantes das alíneas a) e b) da cláusula 3ª da presente apólice;

g) Decorrentes de greves nas empresas prestadoras dos serviços acordados, estando salvaguardada a cobertura do risco acessório de repatriamento e assistência previsto no nº 2 da cláusula 41ª decreto-lei nº 17/2018, de 8 de Março e constantes das alíneas a) e b) da cláusula 3ª da presente apólice;

h) Por reclamações baseadas numa responsabilidade do Segurado resultante de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato, estando salvaguardada a cobertura do risco acessório de repatriamento e assistência previsto no nº2 da cláusula 41ª do decreto-lei nº 17/2018, de 8 de Março e constantes das alíneas a) e b) da cláusula 3ª da presente apólice;

i) Decorrentes de perdas de imagem, de mercado, de contratos e quaisquer outros danos de natureza económica causados a outras agências, sucursais ou entidades equiparadas.

3. Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, o presente contrato também não cobre os danos:

a) Causados por acidentes ocorridos com meios de transporte que não pertençam ao Segurado, desde que o transportador tenha o seguro exigido para aquele meio de transporte;

b) Resultantes de perdas, deteriorações, furtos ou roubos de bagagens ou valores

entregues pelo cliente à guarda do Segurado;

c) Resultantes da alteração dos termos do contrato de viagem organizada e se verificar que procedeu em conformidade com o estabelecido no nº 1 do Artigo 24º do decreto-lei nº 17/2018, de 8 de Março, e constante alínea a) da cláusula 3ª da presente apólice;

d) Decorrentes da não-aceitação por parte do cliente do aumento de preços acordados nas situações legalmente admissíveis e comunicados dentro dos termos e prazos previstos no Artigo 23º do decreto-lei nº 17/2018, de 8 de Março.

4. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;



b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se



tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.



AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a

subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DA COBERTURA E DOS EFEITOS

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prêmio.
4. A presente apólice caduca na data em que o segurado deixe de estar legalmente



habilitado para exercer a atividade, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro comunica a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Quando a indemnização devida ao lesado consistir numa renda, a Seguradora afetará à constituição da respetiva provisão matemática a parte disponível do capital seguro, de acordo com as bases técnicas oficialmente estabelecidas para o efeito.

4. O Segurador não pagará custas e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, nem fianças, multas ou outros encargos de idêntica natureza.

5. Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, a Seguradora indemnizará em euros e em Portugal, entendendo-se cumprida a sua obrigação no momento em que der conhecimento à entidade beneficiária do depósito numa instituição bancária legalmente autorizada a operar em Portugal, a seu favor, da quantia que está obrigada a indemnizar, segundo o direito aplicável.

6. Para a conversão de valores em moeda estrangeira para a unidade monetária portuguesa atender-se-á à taxa de câmbio indicativa (fixada pela autoridade monetária competente) do dia em que for efetuado o depósito.

CLÁUSULA 20ª.



FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.



CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea *b*) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pela seguradora, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador

ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA



1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração deliberada por parte do segurado de leis e/ou regulamentos relativos ao exercício da sua atividade ou aos bens ou equipamentos utilizados, conforme legislação específica em vigor.

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.^a

2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29^a.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30^a.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32^a.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9^a Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708



Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73,
Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e

devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-

4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de



campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.

9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 108

RESPONSABILIDADE CIVIL POLUIÇÃO SÚBITA E IMPREVISTA - SEGURO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL

Seguro Obrigatório a aplicar exclusivamente para Atividades Industriais de Elevado Risco conforme definido no Artº 4º do Anexo ao Decreto-Lei nº 169/2012 de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 de Maio.

1. É abrangido pela presente Condição Especial o industrial titular da exploração de estabelecimento industrial incluído nas tipologias 1 ou 2, tal como definidas no SIR (Sistema da Indústria Responsável).

2. **A aceitação e posterior validade desta Condição Especial fica subordinada à prévia emissão e manutenção de licença de exploração industrial por entidade coordenadora habilitada para o efeito, ficando a respetiva cópia da licença a ser parte integrante da apólice.**

3. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.

4. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.

2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.

3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e

carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.

4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.

5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa singular ou coletiva titular do interesse seguro que exerce atividade em estabelecimento industrial ou em quem tenha sido delegado o exercício de um poder económico determinante sobre o respetivo funcionamento nos termos de legislação em vigor

Atividade industrial - a atividade económica prevista na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE - rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei 381/2007, de 14 de novembro, nos termos definidos no anexo i ao SIR;



Instalação industrial - a unidade técnica dentro de um estabelecimento industrial na qual é exercida uma ou mais atividades industriais ou quaisquer outras atividades diretamente associadas que tenham uma relação técnica com as atividades exercidas;

Estabelecimento industrial - a totalidade da área coberta e não coberta sob responsabilidade do industrial, que inclui as respectivas instalações industriais, onde é exercida atividade industrial;

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indenizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil por parte das Atividades Industriais de Elevado Risco conforme definido no Artº 4º do Anexo ao Decreto-Lei nº 169/2012 de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 de Maio.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

Correspondendo ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar (Portaria nº 307/2015, de 24 de setembro) esta Condição Especial, independentemente do que possa ser estipulado noutras cláusulas ou garantias desta apólice, garante a Responsabilidade Civil Extracontratual que, nos termos da lei e do clausulado deste seguro, seja imputável ao Segurado por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais resultantes de lesões corporais e/ou materiais derivadas do exercício da atividade e da exploração do

estabelecimento industrial identificado nas Condições Particulares da Apólice, nomeadamente, as que decorram de:

a) Incêndio ou explosão com origem no estabelecimento industrial ou a que o segurado, ou pessoa por quem seja civilmente responsável, dê causa, no desempenho de trabalhos ou na prestação de serviços no âmbito da atividade industrial a que se dedique, ainda que fora do respetivo estabelecimento industrial;

b) Acidente ocorrido em reservatórios de matérias ou produtos inflamáveis, explosivos, corrosivos ou tóxicos, existentes no estabelecimento industrial do segurado ou que este esteja a utilizar;

c) Utilização de guias, cabrestantes ou outras instalações mecânicas, assim como de outros veículos industriais utilizados pelo segurado no exercício da sua atividade industrial;

d) Operações de carga, descarga, manipulação e armazenamento de mercadorias ou bens.

3 - As indemnizações devidas por danos a propriedades de terceiros contíguas à instalação industrial, decorrentes de poluição ou contaminação da água ou do solo, apenas ficam garantidas, desde que:

a) A poluição ou contaminação seja resultado direto de evento súbito e imprevisto, específico e identificado, com origem nas instalações do segurado e ocorrido no período de cobertura previsto no contrato de seguro;

b) A poluição ou contaminação seja detetada nos quinze dias posteriores ao momento em que teve início, considerando-se que este ocorre aquando da primeira libertação, ou série de libertações, resultantes de uma mesma causa.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O presente contrato produz efeitos relativamente a acidente ou sinistro



ocorrido no estabelecimento industrial identificado nas Condições Particulares.

2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato, nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

Derrogando o estabelecido na cláusula 5.ª das Condições Gerais, apenas ficam excluídos ao abrigo da presente garantia:

a) Danos causados aos sócios, diretores, gerentes, administradores e legais representantes de pessoa coletiva segurada, bem como a quaisquer outras pessoas cuja responsabilidade se encontre garantida pelo seguro;

b) Danos causados ao cônjuge ou a pessoa que viva em união de facto com o segurado, bem como a ascendentes e descendentes daquele que com ele vivam em economia comum;

c) Danos causados aos empregados, assalariados ou a outras pessoas ao serviço do segurado, que devam ser garantidos por seguro obrigatório de acidentes de trabalho;

d) Danos resultantes de uso de veículo que devam ser garantidos por seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel;

e) Indemnizações atribuídas a título de danos punitivos, danos de vingança, danos exemplares, sanção pecuniária compulsória, e/ou outras de características e natureza semelhantes;

f) Danos resultantes de acidentes provocados por veículos ferroviários, aeronaves, embarcações marítimas, lacustres ou fluviais que devam ser garantidos por outro seguro obrigatório, designadamente de responsabilidade civil;

g) Danos ocorridos por ocasião de guerra, declarada ou não, guerra civil, greve, lockout, tumultos, comoções civis,

assaltos, atos de sabotagem ou de terrorismo como definidos na lei penal, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de forças usurpando a autoridade, assaltos e sequestros;

h) Danos causados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica e imprevisível ou, ainda que previstos, de natureza inevitável;

i) Danos decorrentes de efeito direto de radiação, bem como os provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou de radioatividade;

j) Despesas de reparação, substituição, novo projeto ou projeto de modificação, das instalações danificadas pertencentes ao segurado;

k) Despesas de remoção, neutralização ou limpeza do solo ou das águas nos próprios terrenos do segurado;

l) Danos sofridos por mercadorias ou bens que estejam a ser manuseados ou manipulados pelo segurado, ou pessoa ao seu serviço, ou se encontrem armazenados em instalações do segurado;

m) Danos causados por emissões ou atividades que, por ocasião da sua libertação ou efetivação, não sejam consideradas nocivas à luz do estado do conhecimento científico e técnico;

n) Danos genéticos causados a pessoas ou animais;

o) Danos ocorridos em consequência de cumprimento de ordem ou instrução de autoridade que não seja ordem ou instrução relativa ao modo de enfrentar emissão ou incidente causado pela atividade do segurado;

p) Danos decorrentes de reclamações, custos ou despesas direta ou indiretamente resultantes ou relacionadas com o fabrico, a extração, a distribuição ou a produção, os testes, a reparação, a remoção, a armazenagem, a colocação, a



venda, o uso ou a exposição a amianto ou a materiais ou produtos contendo amianto, quer tenha ou não havido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

q) Danos causados por defeito de produtos que o industrial pôs em circulação enquanto produtor;

r) A responsabilidade por via da lesão de um qualquer componente ambiental inerente à atividade desenvolvida, prevista no Decreto-Lei 147/2008, de 29 de julho, salvo a referida no nº 3 da cláusula 4.ª da presente portaria.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver



concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;



b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da



pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prêmio.

4. A presente apólice caduca na data em que ocorra a cessação, perda de permissão administrativa, a suspensão ou a desativação da atividade, sendo neste caso o estorno de prêmio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro deve comunicar a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prêmio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA



CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor

superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Em caso de responsabilidade cumulativa de mais do que uma pessoa sujeita à obrigação de segurar prevista neste diploma, coberta por mais do que um seguro, a ordem pela qual tais seguros são chamados a responder é a seguinte:

a) Em primeiro lugar, o seguro contratado pelo industrial;

b) Em segundo lugar, o seguro contratado pela entidade acreditada.

2. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

3. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

4. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

5. O previsto no nº 3 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;



b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o

não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGUADOR

1 - O segurador que tiver pago indemnização ao abrigo de seguro celebrado nos termos previstos na presente portaria fica sub-rogado, até ao limite do montante pago, nos direitos do segurado ou do lesado, contra terceiro também responsável pela reparação do facto danoso, na medida da responsabilidade deste.

2 - O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique o direito previsto no número anterior.

3 - A sub-rogação parcial não prejudica o direito do segurado relativo à parcela do risco não coberto, quando concorra com o segurador contra o terceiro responsável.

4 - O disposto no n.º 1 não é aplicável:

a) Contra o segurado, se este responde pelo terceiro responsável, nos termos da lei;

b) Contra o cônjuge, pessoa que viva em união de facto, ascendentes e descendentes do segurado que com ele vivam em economia comum, salvo se a responsabilidade destes terceiros for dolosa ou se encontrar coberta, ela própria, por contrato de seguro ou outra garantia equivalente.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.



3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

Sem prejuízo do estipulado nas Condições Gerais, esta Condição Especial prevê o exercício do direito de regresso por parte do Segurador contra o segurado quando os danos resultem de:

a) Atos ou omissões do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável, praticados em estado de demência, sob a influência do álcool, de estupefacientes ou de outras drogas, ou de produtos tóxicos, sem prescrição médica;

b) Exercício por pessoal não qualificado de atividades profissionais para as quais seja necessária a respetiva licença;

c) Inexistência de plano de emergência exigido legalmente para as atividades abrangidas pelo regime específico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

d) Ato, ou omissão, do Segurado ou de pessoa por quem responda civilmente, quando praticado com dolo, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;

e) Falta de, ou deficiente, manutenção das instalações ou equipamentos, desde que conhecida do, ou cognoscível pelo, Segurado.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DO MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador,



desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e



integridade dos dados transmitidos através da internet.

3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 109

RESPONSABILIDADE CIVIL ANIMAIS DE COMPANHIA (ANIMAIS PERIGOSOS E POTENCIALMENTE PERIGOSOS)

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista nos Decreto-Lei nº 315/2009, de 20 de outubro (repblicado pela Lei nº 46/2013, de 4 de julho.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou

quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa ou entidade no interesse da qual o contrato é celebrado, na sua qualidade de detentor de animais de companhia.

Detentor - Qualquer pessoa singular, maior de 16 anos sobre a qual recai o dever de vigilância de um animal perigoso ou potencialmente perigoso para efeito de criação, reprodução, manutenção, acomodação ou utilização, com ou sem fins comerciais, ou que o tenha sob a sua guarda, mesmo que a título temporário

Cães perigosos - Conforme estabelecido no DL nº 315/2009, de 20/10 entende-se nesta classificação qualquer animal que:

- Tenha mordido, atacado ou ofendido o corpo ou a saúde de uma pessoa;
- Tenha ferido gravemente ou morto um outro animal fora da propriedade do detentor;
- Tenha sido declarado, voluntariamente, pelo seu detentor, à junta de freguesia da sua área de residência, que tem um caráter e comportamento agressivos;
- Tenha sido considerado pela autoridade competente como um risco para a segurança de pessoas ou animais, devido ao seu



comportamento agressivo ou especificidade fisiológica;

Cães potencialmente perigosos - Qualquer animal que, devido às características da espécie, ao comportamento agressivo, ao tamanho ou à potência de mandíbula, possa causar lesão ou morte a pessoas ou outros animais, nomeadamente os cães pertencentes às raças definidas como potencialmente perigosas na Portaria 422/2004 de 24/04:

- Cão de Fila Brasileiro;
- Dogue Argentino;
- Pit Bull Terrier;
- Rottweiler;
- Staffordshire Terrier Americano;
- Staffordshire Bull Terrier;
- Tosa Inu,

bem como os cruzamentos de primeira geração destas, os cruzamentos destas entre si ou cruzamentos destas com outras raças, obtendo assim uma tipologia semelhante a algumas das raças referidas naquele diploma regulamentar.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil de por parte dos detentores de animais perigosos ou potencialmente perigosos, prevista no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de outubro (repblicado pelo Anexo II da Lei n.º 46/2013, de 4 de julho).

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

Ao abrigo da presente Condição Especial, quando expressamente contratada nas Condições Particulares, o Segurador garante o pagamento das indemnizações emergentes de responsabilidade civil extracontratual que, ao abrigo da lei, sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros, pelo animal ou animais de identificado (s) nas Condições Particulares (incluindo cães perigosos e/ou potencialmente perigosos), desde que o

Segurado seja seu proprietário ou detentor, ainda que a título temporário.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O contrato de seguro apenas produz efeitos em relação a eventos ocorridos em Portugal continental e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência desde que reclamados até um ano após a cessação do contrato.

CLÁUSULA 5ª.

EXCLUSÕES

Derrogando o estabelecido na Cláusula 5ª das Condições Gerais, apenas ficam excluídos da garantia desta Condição Especial os danos:

a) a) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de acidentes de trabalho;

b) Causados aos sócios, gerentes, legais representantes ou agentes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta;

c) Causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, pessoa que viva em união de facto com o segurado, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo, assim como ao detentor, vigilante ou utilizador do animal;

d) Causados pelos animais quando na prática da caça, que, nos termos da lei, devem ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

e) Devidos a responsabilidade por acidentes ocorridos com veículos que, nos termos da lei, devem ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;



f) Decorrentes de custas e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, fianças, coimas, multas, taxas ou outros encargos de idêntica natureza;

g) Causados pela inobservância das disposições legais em vigor que regulamentem a detenção de animais de companhia;

h) Causados pelo transporte de animais em veículos não apropriados para o efeito, assim como os causados aos veículos transportadores de animais;

i) Causados a outros animais da mesma espécie;

j) Decorrentes da inobservância de medidas higiénicas, profiláticas e terapêuticas recomendáveis em caso de doenças infectocontagiosas ou parasitárias;

l) Ocorridos em consequência de guerra, greve, lock-out, tumultos, comoções civis, assaltos, sabotagem, terrorismo, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade, assaltos e pirataria aérea.

2. O contrato também não garante as indemnizações devidas pelo Segurado em consequência de danos causados a terceiros por animais utilizados em espetáculos, competições, concursos, exposições, publicidade e manifestações similares, salvo quando contratada a respetiva cobertura.

3. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante



declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de

alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.



3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.



2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;

b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;

c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prémio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarifação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora



deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros lesados, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes ou aos seus herdeiros.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

CAPITAL SEGURO

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma,



explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o

segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGUADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pela seguradora, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.



CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:
 - a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;
 - b) Quando seja causa do sinistro, infração deliberada por parte do segurado de leis e/ou regulamentos aplicáveis.
 - c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª
- 2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.



3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.



5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CONDIÇÃO ESPECIAL 110

RESPONSABILIDADE CIVIL ORGANIZAÇÃO DE MONTARIAS, BATIDAS E LARGADAS

Entidades responsáveis pela organização de montarias, batidas e largadas (Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto)

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos desta Condição Especial entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa singular ou coletiva no interesse da qual o contrato é celebrado, que estará devidamente autorizada a exercer as atividades de organização de Montarias, Batidas ou Largadas.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

Evento cinegético: Acontecimento inerente à realização de Montarias, Batidas ou Largadas;

Montarias: Processo de Caça em que o Caçador aguarda, em local previamente definido, para capturar exemplares de caça maior levantados por matilhas de cães, conduzidos por matilheiros;

Batidas: Processo em que o Caçador aguarda para capturar as espécies cinegéticas que lhe são levantadas por batedores, com ou sem cães de caça no caso de caça menor, e sem cães no caso de caça maior;



Largadas: Libertação, em campos de treino de caça, de exemplares de espécies cinegéticas criadas em cativeiro para captura no próprio dia.

CLÁUSULA 2ª

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente da sua atividade de organizador de montarias, batidas ou largadas, conforme estabelecido no nº 2 do Artigo 76º do Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

Ao abrigo da presente Condição Especial, quando expressamente contratada nas Condições Particulares, o Segurador garante, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, o pagamento das indemnizações emergentes de responsabilidade civil que, ao abrigo da lei, sejam exigíveis ao Segurado, por danos patrimoniais e/ou não patrimoniais causados a terceiros, decorrentes de atos ou omissões na qualidade de organizador das Montarias, Batidas ou Largadas de caça nos locais e datas identificadas nas Condições Particulares.

2. Consideram-se incluídos no âmbito desta garantia os danos causados:

- a) Na qualidade de proprietário ou locatário das instalações onde ocorrem as provas identificadas nas Condições Particulares;
- b) Por reclamos, painéis publicitários ou tabuletas, existentes nas instalações referidas na alínea anterior;
- c) Pela exploração de bares, bufetes ou outros postos de venda, incluindo a intoxicação alimentar causada por alimentos aí preparados ou servidos.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

- 1. O âmbito territorial é o território nacional.
- 2. As garantias conferidas por este contrato são limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do

contrato, abrangendo os pedidos de indemnização apresentados até dois anos após a cessação do mesmo, desde que não cobertos por outro contrato de seguro posterior válido.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

Derrogando o estabelecido na Cláusula 5ª das Condições Gerais, ficam apenas excluídos da cobertura os danos:

1.

a) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do tomador do seguro, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de acidentes de trabalho, assim como os danos devidos a responsabilidade por acidentes ocorridos com veículos que, nos termos da lei, devem ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

b) Decorrentes de custas e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, fianças, coimas, multas, taxas ou outros encargos de idêntica natureza;

c) Os danos resultantes de atos ou omissões do segurado ou de quem este seja civilmente responsável, praticados em conluio com o lesado, no sentido de obter para este um benefício ilegítimo ao abrigo do contrato de seguro;

d) Ocorridos em consequência de guerra, greve, lockout, tumultos, comoções civis, sabotagem, terrorismo, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade e sequestros.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.



CAPÍTULO II
DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E
SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO
RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER
DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO
DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO
RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de



riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual

prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.



CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das



partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.
4. A presente apólice caduca automaticamente caso a entidade responsável pela realização de montarias, batidas ou largadas cesse a sua atividade ou seja revogada ou anulada a autorização para o exercício daqueles atos, sendo neste caso o estorno de prémio processado, salvo convenção em contrário, pro rata temporis, nos termos legais, para o que o tomador do seguro deve comunicar a situação ao segurador.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.
2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.
2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:
 - a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;
 - b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

CLÁUSULA 20ª.



FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros lesados, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes ou aos seus herdeiros.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do



incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.
2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.
3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.
2. O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pela seguradora, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.
2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.



DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Atos ou omissões praticados pelo Segurado, seus empregados, colaboradores ou de pessoas por quem aquele seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência do álcool, estupefacientes ou outras drogas;

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110



Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente

autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-

4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 111

SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS TITULARES DE LICENÇA PARA USO E PORTE DE ARMAS OU SUA DETENÇÃO

(Quando não subscrito conjuntamente com o seguro obrigatório de Responsabilidade Civil do Caçador)

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista na Lei nº 5/2006, de 23 de fevereiro (com a redação que lhe foi dada pela Lei nº 12/2011, de 27 de abril).

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.

5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil dos titulares de licença para uso e porte de armas ou sua detenção, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado: A pessoa, seja titular de licença para uso e porte de armas ou sua detenção, incluindo licença de tiro desportivo e licença de colecionador, seja isenta de tal licença pela respetiva Lei Orgânica ou estatuto profissional, e no interesse da qual o contrato é celebrado.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO



O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente do uso e porte de armas ou sua detenção nos termos da legislação específica aplicável.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o Segurado, por responsabilidade civil, em consequência de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros em consequência do uso, porte ou detenção de armas de fogo.

2. A cobertura prestada inclui os danos causados a terceiros pelo uso, legítimo ou não, de armas de fogo, por pessoa distinta do segurado, quando haja violação grosseira das normas de conduta referentes à sua guarda e transporte.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:

a) Os danos resultantes do uso, porte ou detenção de arma não registada ou

manifestada;

b) Os danos resultantes do uso, porte ou detenção de arma para a qual o Segurado não se encontra legalmente licenciado;

c) Os danos resultantes do uso ou porte de arma no exterior do domicílio quando o Segurado apenas é titular de licença de detenção de armas no domicílio;

d) Os atos ou omissões dolosas do Segurado, ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável.

e) Os acidentes devidos a cataclismos da natureza, atos de guerra, terrorismo, perturbação da ordem pública e utilização ou transporte de materiais radioativos;

f) Os acidentes que forem imputáveis ao próprio lesado;

g) Os danos resultantes de acidentes abrangidos pela lei de acidentes de trabalho ou pelo seguro obrigatório de responsabilidade civil do caçador.

h) O pagamento de multas de qualquer natureza, custas, impostos de justiça e despesas judiciais em processos-crime.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja



menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso

referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao



qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações



ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;

b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;

c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano e prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.



3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

4. O presente contrato suspende os seus efeitos relativamente a armas:

a) Na posse de terceiro, em consequência de extravio, furto ou roubo, não resultante de violação grosseira de norma de conduta referente à guarda e transporte da arma, a partir da data da participação às autoridades policiais;

b) Cedidas por empréstimo nos termos legais, durante o período do referido empréstimo;

c) Apreendidas à ordem de processos criminais;

d) Apreendidas por agente ou autoridade policial.

5. O presente contrato cessa automaticamente os seus efeitos:

a) Relativamente a armas que tenham sido vendidas ou doadas pelo Segurado, ou declaradas perdidas a favor do Estado.

b) Na data da morte do Segurado;

c) Na data de caducidade da licença para uso e porte de armas ou sua detenção;

d) Na data de cassação de licença para uso e porte de armas ou sua detenção, ou quando for aplicada ao Segurado pena acessória de interdição de detenção, uso e porte de armas, nos termos legais aplicáveis.

5. Nos casos previstos no número anterior, o estorno do prémio é processado na proporção do tempo que decorreria até ao vencimento do contrato.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:



a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DO CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A entregar ao segurador cópia da participação às autoridades policiais do extravio, furto ou roubo de arma;

e) A entregar ao segurador cópia da participação às autoridades policiais da ocorrência de qualquer acidente ou de situação em que tenha recorrido às armas por circunstâncias de defesa pessoal ou da propriedade.

f) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o



terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGURADOR

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da



regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado:

a) O acidente resulte de atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou aplicáveis ao uso e porte de armas ou à sua detenção;

c) Por incumprimento das indicações das autoridades competentes relativas à detenção, guarda, transporte, uso e porte das mesmas;

d) Rixas, desordens, influência do álcool ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

e) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª

2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser



prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

LEI APLICÁVEL, RECLAMAÇÕES E ARBITRAGEM

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.

2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços da seguradora e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. (www.asf.com.pt)

3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

CLÁUSULA 33ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 34ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e

integridade dos dados transmitidos através da internet.

3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o



tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.

8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt.



CONDIÇÃO ESPECIAL 112

RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO DAS ENTIDADES RESPONSÁVEIS POR EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no Decreto-Lei nº 100/2003, de 23 de maio (alterado pelo Decreto-Lei nº 82/2004, de 14 de abril).

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo

fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLÁUSULA 1ª

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa ou entidade responsável por instalação desportiva de uso público que conceba, instale e mantenha balizas de futebol, andebol, hóquei e polo aquático e equipamentos de basquetebol, titular do interesse seguro.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Equipamento desportivo – Todo o equipamento, integrante duma Instalação Desportiva globalmente considerada.

Instalação desportiva – A instalação designada nas Condições Particulares, apropriada para a prática de modalidade desportiva.

Utilizadores – Todas as pessoas que utilizem os equipamentos desportivos integrados na Instalação Desportiva.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e cujo



montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de seguro de responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de responsável pelo Equipamento Desportivo identificado nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o segurado, por responsabilidade civil resultante de danos causados a terceiros enquanto utilizadores dos equipamentos desportivos integrantes das Instalações Desportivas identificadas nas Condições Particulares, por sinistro devido a deficientes condições de instalação e manutenção dos mesmos.

CLÁUSULA 4ª

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que

regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice os danos:

a) Causados por atuação dolosa do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável;

b) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do Segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de acidentes de trabalho;

c) Causados aos sócios, gerentes, representantes legais ou agentes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta e a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida pelo contrato de seguro, bem como ao cônjuge, pessoa que viva em união de facto com o Segurado, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

d) Originados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

e) Causados por defeito do equipamento desportivo, pelo qual o respetivo produtor deva responder ao abrigo do regime jurídico que estabelece a responsabilidade civil do produtor.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato,



a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior

deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.



3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexactidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.ª

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as



sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12.^a

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13.^a

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.^a

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:

a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;

b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;

c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15.^a

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16.^a

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12.^a.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início dos efeitos do contrato, caso seja distinto do início da cobertura.



CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

CLÁUSULA 18.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.
3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.
5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora

deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19.ª

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.
2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:
 - a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;
 - b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.
3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente reposto, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.
2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado



nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.
2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.
2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.
3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.
4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. **Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:**
 - a) **A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar**

do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

- b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;
 - c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;
 - d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.
2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

- a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
- b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.
5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.
2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do



sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do

direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos aplicáveis;

c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª

2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o



segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido

em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO



Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 113

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELOS ESPAÇOS DE JOGO E RECREIO DE USO COLETIVO, E RESPECTIVO EQUIPAMENTO E SUPERFÍCIES DE IMPACTO

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no artigo 31º do Decreto-Lei nº 203/2015, de 17 de Setembro.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou

quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil das Entidades Responsáveis pelos Espaços de Jogo e Recreio de Uso Coletivo, e respetivo Equipamento E Superfícies de Impacto, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado: a pessoa singular ou coletiva de direito público ou privado responsável pelo espaço de jogo e recreio que assegura o regular funcionamento do espaço de jogo e recreio, competindo-lhe, designadamente, organizar, manter e assegurar o funcionamento do espaço e respetivos equipamentos, em conformidade com as normas aplicáveis;

Equipamento de espaço de jogo e recreio: os materiais e as estruturas, incluindo componentes e elementos construtivos, com os quais ou, nos quais, as crianças e os jovens possam brincar ao ar livre ou em espaços fechados, individualmente ou em grupo, designadamente:

- a) Baloço: o equipamento móvel em que o peso do utilizador é suportado por um pivô ou uma junta articulada, incluindo todos os tipos de baloço previstos na norma técnica aplicável;
- b) Equipamento de escalada: a parede, a estrutura ou o obstáculo artificial vertical, composta por apoios e agarres, para progressão usando os pés e as mãos;



c) Escorrega: a estrutura com superfície inclinada, sobre o qual o utilizador desliza de forma guiada e contínua;

d) Equipamento insuflável: a estrutura aberta ou fechada, de dimensão variada, feita de material flexível e insuflável, sustentada através de um processo mecânico contínuo de injeção de ar, destinada a brincar - saltar, trepar ou escorregar - sobre ou dentro dela;

e) Instalação para prática de skate e outros desportos sobre rodas: espaço e respetivas estruturas destinado a ser utilizado por praticantes de desportos sobre rodas, como pranchas de skate, patins, patins em linha ou bicicleta, que deslizam sobre o solo ou rampas e ultrapassam obstáculos;

f) Trampolim: o equipamento, também designado por cama elástica, destinado à prática de saltos lúdicos realizados mediante o impulso da rede elástica, que o compõe;

Espaço de jogo e recreio: a área destinada à atividade lúdica das crianças e jovens, delimitada física ou funcionalmente, em que a atividade motora assume especial relevância;

Superfície de impacto: a superfície na qual deve ocorrer o impacto do utilizador do equipamento, em resultado da sua utilização normal e previsível e que possui propriedades de absorção do choque produzido pelo impacto.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a garantia da responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de entidade responsável pelo espaço de jogo e recreio pelos espaços de jogo e recreio de uso nos termos previstos no artigo 31º do

Decreto-Lei nº 203/2015, de 17 de Setembro.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o Segurado, por responsabilidade civil, em consequência de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros enquanto utilizadores dos espaços de jogo e recreio de uso coletivo, e respetivo equipamento e superfícies de impacto pelos quais é responsável.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:

a) Os acidentes devidos a atos de guerra, insurreição e terrorismo;

b) Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal, contraordenacional ou disciplinar.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas



emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.
3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
 - a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;
 - b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;
 - c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;
 - d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;
 - e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.
4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de

incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.
5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias,



para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra



contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.^a

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 12.^a

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13.^a

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe,

nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.^a

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15.^a

ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16.^a



INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12ª.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

CLÁUSULA 18ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente reposto, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador



de seguro, do prêmio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer

dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o



obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja

objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja



imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:
 - a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;
 - b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos aplicáveis;
 - c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª
- 2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:



Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª
Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73,
Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato
serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios
emergentes deste contrato é o fixado na lei
civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e

integridade dos dados transmitidos
através da internet.

3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o



tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.

8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 114

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS RECINTOS DE ESPETÁCULOS E DE DIVERTIMENTOS PÚBLICOS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no Decreto-Lei nº 309/2002, de 16 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei nº 268/2009, de 29 de setembro).

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou

quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil de entidades responsáveis pela instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado: A entidade, individual ou coletiva responsável pela instalação e funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos, no interesse da qual o contrato é celebrado.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

Recintos de espetáculos e de divertimentos públicos: Stands, barracas de surpresas, palácios de espelhos, salões de jogos elétricos, matraquilhos e atracões similares, barracas de venda de produtos alimentares, restaurantes ambulantes e stands de diversões, carroceiros, divertimentos infantis, divertimentos aéreos,



comboios fantasma, pistas de automóveis e atrações similares. Pistas de Gelo.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a garantia da responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de entidade responsável pela instalação e funcionamento de recintos de espetáculos e de divertimentos públicos conforme prevista no Decreto-Lei nº 309/2002, de 16 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei nº 268/2009, de 29 de setembro).

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o Segurado, por responsabilidade civil, em consequência de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros decorrentes exclusivamente de ações relacionadas com a utilização dos meios mecânicos de diversão identificados na apólice, a sua estadia e estacionamento e operações de montagem e desmontagem.

2. Ficam ainda garantidos os atos que, no desempenho das suas funções, realize o pessoal do Segurado ou quem atue para e por conta dele, ainda que sem relação de dependência laboral, quer no interior das instalações quer em qualquer outro lugar onde se encontrem a trabalhar.

3. São também garantidos os danos produzidos em consequência de incêndio e/ou explosão ocorridos nos meios mecânicos de diversão seguros.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. Salvo convenção em contrário, devidamente expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas

produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.

2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato nos termos legais aplicáveis.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Para além das exclusões mencionadas na cláusula 5ª das Condições Gerais, o presente contrato não cobre em caso algum:

a) Multas impostas ao Segurado;

b) Honorários de advogados e/ou solicitadores, imposto de justiça, multas e fianças em processos penais;

c) Danos que resultem de acordo ou contrato particular celebrado entre o terceiro e o Segurado, na medida em que a responsabilidade que daí resulte exceda a que o Segurado estaria obrigado na ausência de tal acordo ou contrato;

d) Danos causados a bens ou objetos de terceiros que estejam confiados ao Segurado para guarda, utilização, trabalho ou outro fim;

e) Danos resultantes de obras, trabalhos, prestação de serviços, produtos e suas embalagens produzidos ou armazenados e ou fornecidos pelo segurado, se as reclamações forem motivadas por erro, omissão ou vício oculto que se revelem somente após a receção expressa ou tácita dos referidos bens, produtos ou serviços desde que tais obras, produtos ou serviços sejam estranhas à atividade segura;

f) Danos que consistam em alteração do meio ambiente, em particular os causados direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todos aqueles que forem devidos à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica ou substâncias nocivas, quando resultantes de causa súbita, acidental e imprevisível;



g) Danos em consequência de fenómenos da natureza;

h) Danos decorrentes de sinistro imputável ao próprio lesado ou a terceiro.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante



declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um

agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento



do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.^a

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12.^a

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13.^a

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas

frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.^a

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15.^a

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV



INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12ª.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

CLÁUSULA 18ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde



pela indenização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.



4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.



4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado, por:
- a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;
 - b) Quando seja causa do sinistro, infração às leis e/ou regulamentos aplicáveis;
 - c) Incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) da cláusula 23.ª
- 2 – O previsto no número anterior é também aplicável contra o tomador do seguro ou o segurado que tenha lesado dolosamente o segurador após o sinistro.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do

seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-



Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

1. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
2. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a

novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.

3. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
4. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
5. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
6. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
7. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao



tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.

8. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
9. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 115

ENTIDADES, PESSOAS SINGULARES E/OU COLETIVAS, A DESENVOLVER A ATIVIDADE DE INTERMEDIÁRIO DE CRÉDITO

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista nos n.ºs 2 e 3 do artigo 15.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou

quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil de entidades, pessoas singulares e/ou coletivas, autorizadas a desenvolver a atividade de intermediário de crédito e como tal registada junto do Banco de Portugal, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado: A entidade, pessoa singular ou coletiva, que desenvolve a atividade de intermediário de crédito, nos termos definidos no Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, no interesse da qual o contrato é celebrado.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

Consumidor - A pessoa singular que, nos negócios jurídicos abrangidos pelo presente regime jurídico, atua com objetivos alheios à sua atividade comercial ou profissional;

Contrato de crédito - o contrato pelo qual um mutuante concede ou promete conceder a



um consumidor um crédito sob a forma de mútuo, abertura de crédito, utilização de cartão de crédito, ou qualquer outro acordo de financiamento semelhante, designadamente locação financeira e aluguer de longa duração;

Intermediário de crédito - a pessoa, singular ou coletiva que, não atua na qualidade de mutuante e não se limita a apresentar, direta ou indiretamente, um consumidor a um mutuante ou a um intermediário de crédito, e que no exercício da sua atividade profissional, presta os serviços referidos contra remuneração de natureza pecuniária ou outra forma de contrapartida económica acordada;

Mutuante - qualquer entidade habilitada a exercer, a título profissional, a atividade de concessão de crédito em Portugal, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (RGICSF), e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9317/2009, de 30 de outubro;

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a garantia da responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de intermediário de crédito conforme prevista nos n.ºs 2, 3 e 4 do artigo 15.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato tem o âmbito de aplicação previsto no Artº 2º e Artº 9º da Portaria nº 385-E/2017, de 29 de Dezembro.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O contrato de seguro produz efeitos em relação aos sinistros decorrentes do exercício da atividade de intermediário de crédito celebrados em Portugal, bem como nos restantes territórios da União Europeia

ao abrigo da liberdade de prestação de serviços ou do estabelecimento de sucursal.

2. O contrato de seguro cobre a responsabilidade civil do segurado por atos ou omissões geradores de responsabilidade civil ocorridos durante o período de vigência do contrato, abrangendo os pedidos de indemnização apresentados até dois anos após a cessação do mesmo, desde que não cobertos por outro contrato de seguro posterior válido.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES ESPECÍFICAS

Derrogando o estabelecido na Cláusula 5ª das Condições Gerais, o presente contrato não cobre em caso algum:

1 - Os pagamentos devidos a título de responsabilidade criminal ou contraordenacional do segurado.

2 - O pagamento dos danos não patrimoniais resultantes de atos ou omissões do segurado ou de pessoas por quem este seja legalmente responsável.

3. Fica ainda excluída a cobertura:

a) Dos danos causados ao tomador do seguro, quando distinto do segurado;

b) Dos danos causados a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida pelo contrato de seguro, bem como ao cônjuge, pessoa que viva em união de facto com o segurado, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

c) Dos danos causados a membro dos órgãos sociais, ou a pessoa que exerça cargo de administração, gerência, direção ou chefia ou atue em representação legal ou voluntária da pessoa cuja responsabilidade se garanta;

d) Dos danos resultantes de atos ou omissões do segurado ou de quem este seja civilmente responsável, praticados em conluio com o lesado, no sentido de obter



para este um benefício ilegítimo ao abrigo do contrato de seguro;

e) Das custas e quaisquer outras despesas provenientes do procedimento criminal, fianças, coimas, multas, taxas ou outros encargos de idêntica natureza;

f) Dos danos resultantes de guerra, greve, lock-out, tumultos, comoções civis, assaltos em consequência de distúrbios laborais, sabotagem, terrorismo, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade e hi-jacking.

g) Os danos ocorridos em consequência de ato para o qual, nos termos da lei ou dos regulamentos aplicáveis, o segurado não se encontre habilitado;

h) Os danos cobertos por qualquer outro tipo de seguro obrigatório;

i) Dos danos causados por risco ambiental ou por alteração do meio ambiente;

j) Dos danos causados pela obtenção de benefício pessoal ou vantagens em consequência de acordos especiais ou promessas que excedam o âmbito da responsabilidade civil legal.

4. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 do Artigo anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.



3.O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4.Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.x\

5.Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.



SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.ª

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.

2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.

3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12.ª

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13.ª

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.

2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.

3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.ª

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.

2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.

3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:



- a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prémio de acerto ou parte de um prémio de montante variável;
 - c) Um prémio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prémio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prémio não pago.

CLÁUSULA 15.ª

ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prémio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16.ª.

INÍCIO DO CONTRATO

1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12.ª.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17.ª

DURAÇÃO E CADUCIDADE

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

4. O contrato de seguro caduca automaticamente, designadamente:

a) Na data de recusa ou de cancelamento do registo do intermediário de crédito, nos termos dos artigos 30.º e 31.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho;

b) Na data em que o segurado seja condenado, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 72.º do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho, em sanção acessória de interdição de exercício de atividade de intermediário de crédito, da qual emerge responsabilidade civil garantida através de contrato de seguro.

CLÁUSULA 18.ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado



proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19.^a

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente repostado, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20.^a

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, mencionada nas Condições Particulares, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros lesados, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes nem aos seus herdeiros.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21.^a

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22.^a

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer



dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no n.º 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o

obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago a indemnização fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro.

2. O tomador do seguro responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique os direitos previstos no número anterior.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja



objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja

imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o tomador do seguro ou o segurado:

1.1. – Contratos de crédito abrangidos pelo disposto no Decreto-Lei nº 74-A/2017, de 23 de junho, por:

a) Atos ou omissões praticadas pelo segurado ou por pessoa por quem o tomador ele seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência do álcool, de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos.

1.2. – Outros contratos de crédito celebrados com consumidores, por:

a) Atos ou omissões dolosas respetivas, ou de pessoas por quem o tomador do seguro ou o segurado seja civilmente responsável;

b) Atos ou omissões praticadas pelo segurado ou por pessoa por quem o tomador ele seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência do álcool, de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.



3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.

3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9º Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

10. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.



11. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.
12. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
13. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
14. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
15. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
16. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
17. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
18. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 116

ENTIDADES RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO TERRESTRE DE PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista na Lei nº 26/2013, 11 de Abril.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um

período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil de entidades responsáveis pela aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado: A entidade responsável pela aplicação terrestre de produtos fitofarmacêuticos, no interesse da qual o contrato é celebrado.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato tem por objeto a garantia da responsabilidade civil emergente da atividade do Segurado na sua qualidade de entidade responsáveis pela aplicação terrestre de



produtos fitofarmacêuticos, conforme prevista na Lei nº 26/2013, 11 de Abril.

CLÁUSULA 3ª

GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato cobre, até ao limite do capital fixado nas Condições Particulares, as indemnizações que possam legalmente recair sobre o Segurado, por responsabilidade civil, em consequência de danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causados a terceiros no exercício da sua atividade, nomeadamente:

- a) Por incêndio e ou explosão com origem nas instalações da empresa, assim como os ocasionados fora delas quando no desempenho de trabalhos ou da prestação dos serviços no âmbito da atividade desenvolvida;
- b) Resultantes de acidente ocorrido em depósitos para matérias inflamáveis, explosivos, corrosivos ou tóxicos existentes em instalações do Segurado;
- c) Por utilização de instalações mecânicas, assim como por veículos agroindustriais utilizados exclusivamente no decurso do exercício da sua atividade;
- d) No decurso de operações de carga, descarga, manipulação e armazenamento de mercadorias ou bens, com exclusão dos danos sofridos pelas mercadorias ou bens, manuseados ou armazenados;
- e) Por poluição ou contaminação da água ou solo, incluindo o custo de remoção, anulação, ou limpeza das substâncias de poluição ou contaminação, desde que provado:
 - i) Que esta tenha sido resultado direto de um evento súbito e imprevisto, específico e identificado, ocorrido durante a vigência do contrato de seguro e com origem nas instalações do Segurado e ou na prestação de serviços no âmbito da atividade desenvolvida;
 - ii) Que tal poluição ou contaminação tenha sido detetada dentro de 30 dias a contar do momento em que teve início, considerando que este ocorre aquando da

primeira libertação ou série de libertações resultantes de uma mesma causa.

2. Mediante convenção expressa nas Condições Particulares e pagamento do respetivo sobre prémio, o presente contrato pode, ainda, garantir as despesas com a defesa e reclamação dos direitos do Segurado.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

- 1. O presente contrato apenas produz efeitos em relação a acidentes ocorridos em território nacional.
- 2. O presente contrato cobre a responsabilidade civil por acidentes ocorridos no período de vigência do contrato desde que reclamados até dois anos após a sua ocorrência.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

- 1. Derrogando o que está estabelecido no Cláusula 5ª das Condições Gerais que regem este contrato, apenas não ficam cobertos por esta apólice:
 - a) Causados por emissões ou atividades, ainda que acidentais, que na altura da sua libertação ou efetivação não tiverem sido consideradas nocivas em conformidade com o estado do conhecimento científico e técnico assim como quaisquer danos genéticos causados a pessoas ou animais;
 - b) Causados à biodiversidade, entendida esta como habitats e espécies naturais nos termos constantes da legislação da União Europeia aplicável ou habitats e espécies não abrangidos por aquela legislação mas em relação aos quais tiverem sido designadas áreas de proteção ou conservação, nos termos do direito nacional relativo à conservação da natureza;
 - c) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do



Segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de acidentes de trabalho, assim como os danos devidos a responsabilidade por acidentes ocorridos com veículos que, nos termos da lei, devem ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

d) Causados aos sócios, gerentes, legais representantes ou agentes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta e a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida por este contrato, bem como ao cônjuge, pessoa que viva em união de facto com o Segurado, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

e) Decorrentes de custas e quaisquer outras despesas provenientes de procedimento criminal, fianças, coimas, multas, taxas, garantias financeiras de qualquer natureza, bem como por pedido de indemnização de terceiros baseadas em indemnizações fixadas nos contratos que o Segurado celebre com terceiros;

f) Causados por atuação dolosa do Segurado ou de pessoa por quem ele seja civilmente responsável;

g) De prejuízos indiretos, nomeadamente por paralisações ou lucros cessantes;

h) Ocorridos em consequência de guerra, greve, lockout, tumultos, comoções civis, assaltos, sabotagem, terrorismo (como tal tipificados na legislação penal portuguesa vigente), atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de autoridades ou de forças usurpando a autoridade, assaltos e sequestros;

i) Por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança, danos exemplares e outros de características semelhantes;

j) Originados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, trombas de

água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica;

k) Causados por acidentes provocados por aeronaves, embarcações marítimas, lacustres ou fluviais;

l) Devidos a atrasos ou incumprimento na efetivação dos trabalhos;

m) Devidos a inexistência de plano de emergência exigido legalmente para as atividades abrangidas pelo regime específico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

n) Sofridos pelo objeto direto da prestação de serviços no âmbito da atividade desenvolvida, nomeadamente nas culturas e solos, exceto se os danos decorrerem de poluição ou contaminação tal e como prevista na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3º;

o) Causados por organismos geneticamente modificados, mesmo quando incorporados noutros produtos;

p) Resultantes da remoção, utilização ou exposição ao amianto e seus derivados, quer tenha ou não existido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

q) Causados pelos produtos fitofarmacêuticos, pelos quais o respetivo produtor deva responder ao abrigo do regime jurídico da responsabilidade civil do produtor, ainda que à data do seu lançamento no mercado, o defeito causador do dano não fosse do conhecimento, quer do produtor, quer do próprio Segurado;

r) Decorrentes de efeito direto da radiação, bem como os provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas e radioatividade.

2. O estabelecido no n.º 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas



emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.
2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.
3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
 - a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;
 - b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;
 - c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;
 - d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;
 - e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.
4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de

incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.
2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.
5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias,



para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra



contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11.^a

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 12.^a

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13.^a

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe,

nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14.^a

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15.^a

ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16.^a

INÍCIO DO CONTRATO



1. O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora, atendendo ao previsto na Cláusula 12ª.

2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início do efeito do contrato, caso distinto do início da cobertura.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO E CADUCIDADE

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano.

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prémio.

4. Ocorrendo a cessação da atividade objeto do seguro ou o cancelamento da autorização para o exercício da mesma, o contrato de seguro caducará automaticamente nessa mesma data, devendo a seguradora ser informada de tal facto.

CLÁUSULA 18ª

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prémio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 19ª

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade da seguradora é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, a seguradora não responde pelas despesas judiciais;



b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, a seguradora responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

3. Após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro é automaticamente reposto, sem prejuízo do pagamento, pelo tomador de seguro, do prémio complementar correspondente à reposição.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua

verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no nº 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.



3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

Sub-rogação pelo segurador

1. O segurador que tiver pago indemnização, na sequência de acionamento de seguro constituído nos termos da portaria n.º239/2018, de 29 de Agosto, fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos da parte segurada, contra o terceiro responsável pelo facto danoso.

2. O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou

omissão que prejudique o direito previsto no número anterior.

3. A sub-rogação parcial não prejudica o direito do segurado relativo à parcela do risco não coberto, quando concorra com o segurador contra o terceiro responsável.

4. O disposto no n.º 1 não é aplicável:

a) Contra o segurado, se este responde pelo terceiro responsável, nos termos da lei;

b) Contra o cônjuge, pessoa que viva em união de facto, ascendentes e descendentes do segurado que com ele vivam em economia comum, salvo se a responsabilidade destes terceiros for dolosa ou se encontrar coberta, ela própria, por contrato de seguro ou outra garantia equivalente.

CLÁUSULA 26ª

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª



OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DO SEGURADOR

1. Satisfeita a indemnização, o segurador tem direito de regresso, relativamente à quantia despendida, contra o civilmente responsável pelas indemnizações pagas por danos decorrentes de:
 - a) Atos ou omissões do segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável, quando praticados em estado de demência ou sob a influência do álcool e ou estiver sob a influência de estupefacientes ou outras drogas ou produtos tóxicos fora da prescrição médica;
 - b) Exercício, por pessoal não qualificado, de atividades profissionais para as quais seja necessária a respetiva autorização;
 - c) Falta de manutenção das instalações ou equipamentos do segurado.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registro duradouro.



4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

10. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.

11. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.

12. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-

13. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.

14. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.



15. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
16. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
17. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
18. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 117

RESPONSABILIDADE CIVIL POLUIÇÃO SÚBITA E IMPREVISTA – ENTIDADES ACREDITADAS NO ÂMBITO DO SIR

Seguro Obrigatório a subscrever pelas entidades acreditadas nos termos previstos no SIR conforme definido no Artº 4º do Decreto-Lei nº 169/2012 de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 de Maio.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou

quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A entidade acreditada pelo SIR, ou a entidade acreditada que seja entidade gestora de zona empresarial responsável, nos termos previstos no SIR, para realizar atividades que lhe são atribuídas no âmbito do mesmo, titular do interesse seguro.

Atividade industrial - a atividade económica prevista na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE - rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei 381/2007, de 14 de novembro, nos termos definidos no anexo i ao SIR;

Entidade acreditada - a entidade reconhecida formalmente pelo organismo nacional de acreditação, nos termos previstos no SIR, para realizar atividades que lhe são atribuídas no âmbito do mesmo;

Sociedade gestora de ZER - a sociedade comercial responsável pelo integral cumprimento do título de exploração da ZER, bem como pelo controlo e supervisão das atividades nela exercidas e ainda pelo funcionamento e manutenção das infraestruturas, serviços e instalações comuns, cujos requisitos de constituição, organização e funcionamento e quadro legal de obrigações e competências são os definidos em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas



da economia, do emprego, da agricultura e do ambiente;

Zona empresarial responsável ou ZER - a zona territorialmente delimitada, afeta à instalação de atividades industriais, comerciais e de serviços, administrada por uma sociedade gestora;

Zona empresarial responsável multipolar ou ZER multipolar - o conjunto de polos empresariais localizados em espaços territoriais não conexos, mas funcionalmente ligados entre si e administrada pela mesma sociedade gestora.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de segurar por parte das entidades acreditadas pelo SIR ou das entidades gestoras de ZER, conforme definido no Artº 4º do Decreto-Lei nº 169/2012 de 1 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 73/2015, de 11 de Maio.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

1. Correspondendo ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar (Portaria nº 307/2015, de 24 de setembro) esta Condição Especial, independentemente do que possa ser estipulado noutras cláusulas ou garantias desta apólice, garante o risco de Responsabilidade Civil de natureza extracontratual em que a entidade acreditada possa incorrer em consequência do exercício das atividades que lhe são atribuídas no SIR, garantindo,

nos termos da lei e do convencionado no seguro, o pagamento das indemnizações que legalmente lhe sejam exigíveis pelos danos patrimoniais e/ou não patrimoniais decorrentes de lesões corporais e/ou materiais causadas a terceiros por facto pelo qual deva responder.

2. No caso da entidade acreditada ser uma entidade gestora de Zona Empresarial Responsável (ZER), o contrato de seguro a que se refere o número anterior cobre exclusivamente o risco de responsabilidade civil, de natureza extracontratual, em que esta possa incorrer no exercício da atividade de entidade coordenadora dos procedimentos de instalação, exploração e alteração de estabelecimentos industriais em ZER, nos termos previstos no SIR.

3. As indemnizações devidas por danos a propriedades de terceiros contíguas às instalações industriais, decorrentes de poluição ou contaminação da água ou do solo, apenas ficam garantidas, se imputáveis a erro, falha ou deficiência culposas da entidade acreditada, ou dos seus serviços, e desde que:

a) A poluição ou contaminação seja resultado direto de evento súbito e imprevisto, específico e identificado, com origem nas instalações do segurado e ocorrido no período de cobertura previsto no contrato de seguro;

b) A poluição ou contaminação seja detetada nos quinze dias posteriores ao momento em que teve início, considerando-se que este ocorre aquando da primeira libertação, ou série de libertações, resultantes de uma mesma causa.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O presente contrato produz efeitos relativamente a acidente ou sinistro



ocorrido no âmbito geográfico da ZER gerida pela entidade segurada.

2.1. O contrato de seguro é celebrado numa base de reclamação, cobrindo danos manifestados e reclamados no período de vigência do seguro.

2.2. Em caso de cessação do seguro e de não cobertura do risco por contrato a celebrar posteriormente, o seguro cobre, porém, as reclamações apresentadas nos dois anos seguintes ao termo do contrato.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o estabelecido na cláusula 5.ª das Condições Gerais, apenas ficam excluídos ao abrigo da presente garantia:

a) Danos causados aos sócios, diretores, gerentes, administradores e legais representantes de pessoa coletiva segurada, bem como a quaisquer outras pessoas cuja responsabilidade se encontre garantida pelo seguro;

b) Danos causados ao cônjuge ou a pessoa que viva em união de facto com o segurado, bem como a ascendentes e descendentes daquele que com ele vivam em economia comum;

c) Danos causados aos empregados, assalariados ou a outras pessoas ao serviço do segurado, que devam ser garantidos por seguro obrigatório de acidentes de trabalho;

d) Danos resultantes de uso de veículo que devam ser garantidos por seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel;

e) Indemnizações atribuídas a título de danos punitivos, danos de vingança, danos exemplares, sanção pecuniária compulsória, e/ou outras de características e natureza semelhantes;

f) Danos resultantes de acidentes provocados por veículos ferroviários, aeronaves, embarcações marítimas,

lacustres ou fluviais que devam ser garantidos por outro seguro obrigatório, designadamente de responsabilidade civil;

g) Danos ocorridos por ocasião de guerra, declarada ou não, guerra civil, greve, lockout, tumultos, comoções civis, assaltos, atos de sabotagem ou de terrorismo como definidos na lei penal, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de forças usurpando a autoridade, assaltos e sequestros;

h) Danos causados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, trombas de água, ciclones, inundações e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica e imprevisível ou, ainda que previstos, de natureza inevitável;

i) Danos decorrentes de efeito direto de radiação, bem como os provenientes de desintegração ou fusão de átomos, aceleração artificial de partículas ou de radioatividade;

j) Despesas de reparação, substituição, novo projeto ou projeto de modificação, das instalações danificadas pertencentes ao segurado;

k) Despesas de remoção, neutralização ou limpeza do solo ou das águas nos próprios terrenos do segurado;

l) Danos sofridos por mercadorias ou bens que estejam a ser manuseados ou manipulados pelo segurado, ou pessoa ao seu serviço, ou se encontrem armazenados em instalações do segurado;

m) Danos causados por emissões ou atividades que, por ocasião da sua libertação ou efetivação, não sejam consideradas nocivas à luz do estado do conhecimento científico e técnico;

n) Danos genéticos causados a pessoas ou animais;

o) Danos ocorridos em consequência de cumprimento de ordem ou instrução de autoridade que não seja ordem ou instrução relativa ao modo de enfrentar emissão ou incidente causado pela atividade do segurado;



p) Danos decorrentes de reclamações, custos ou despesas direta ou indiretamente resultantes ou relacionadas com o fabrico, a extração, a distribuição ou a produção, os testes, a reparação, a remoção, a armazenagem, a colocação, a venda, o uso ou a exposição a amianto ou a materiais ou produtos contendo amianto, quer tenha ou não havido outra causa que tenha contribuído concorrentemente para a produção do dano;

q) Danos causados por defeito de produtos que o industrial pôs em circulação enquanto produtor;

r) A responsabilidade por via da lesão de um qualquer componente ambiental inerente à atividade desenvolvida, prevista no Decreto-Lei 147/2008, de 29 de julho, salvo a referida no nº 3 da cláusula 4.ª da portaria nº 307/2015, de 24 de setembro.

2. O seguro não cobre, ainda, a responsabilidade pelos danos causados aos industriais ou à sociedade gestora da ZER por entidades acreditadas que aqueles tenham contratado para o exercício de atividades previstas no SIR.

3. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.



3.O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4.Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5.Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja

verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO



1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prémio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prémio inicial, o prémio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prémio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prémio correspondente a alterações

ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prémio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prémio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prémio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prémio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prémio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prémio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prémio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prémio no decurso de uma anuidade;



b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;

c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.

4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.

INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano

2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.

3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prêmio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarifação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA



CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO

1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor

superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Em caso de responsabilidade cumulativa de mais do que uma pessoa sujeita à obrigação de segurar prevista neste diploma, coberta por mais do que um seguro, a ordem pela qual tais seguros são chamados a responder é a seguinte:

a) Em primeiro lugar, o seguro contratado pelo industrial;

b) Em segundo lugar, o seguro contratado pela entidade acreditada.

2. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

3. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

4. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no nº 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

5. O previsto no nº 3 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;



b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:

a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do nº 1, a sanção prevista no nº 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do nº 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGUADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do nº 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o

não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do nº 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGUADOR

1 - O segurador que tiver pago indemnização ao abrigo de seguro celebrado nos termos previstos na presente portaria fica sub-rogado, até ao limite do montante pago, nos direitos do segurado ou do lesado, contra terceiro também responsável pela reparação do facto danoso, na medida da responsabilidade deste.

2 - O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique o direito previsto no número anterior.

3 - A sub-rogação parcial não prejudica o direito do segurado relativo à parcela do risco não coberto, quando concorra com o segurador contra o terceiro responsável.

4 - O disposto no n.º 1 não é aplicável:

a) Contra o segurado, se este responde pelo terceiro responsável, nos termos da lei;

b) Contra o cônjuge, pessoa que viva em união de facto, ascendentes e descendentes do segurado que com ele vivam em economia comum, salvo se a responsabilidade destes terceiros for dolosa ou se encontrar coberta, ela própria, por contrato de seguro ou outra garantia equivalente.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.



3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.

CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.

2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.

3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.

4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

Sem prejuízo do estipulado nas Condições Gerais, esta Condição Especial prevê o exercício do direito de regresso por parte do Segurador contra o segurado quando os danos resultem de:

a) Atos ou omissões do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável, praticados em estado de demência, sob a influência do álcool, de estupefacientes ou de outras drogas, ou de produtos tóxicos, sem prescrição médica;

b) Exercício por pessoal não qualificado de atividades profissionais para as quais seja necessária a respetiva licença;

c) Inexistência de plano de emergência exigido legalmente para as atividades abrangidas pelo regime específico de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas;

d) Ato, ou omissão, do Segurado ou de pessoa por quem responda civilmente, quando praticado com dolo, sem prejuízo do disposto na alínea seguinte;

e) Falta de, ou deficiente, manutenção das instalações ou equipamentos, desde que conhecida do, ou cognoscível pelo, Segurado.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DO MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.

2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.

3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa fé na legitimidade do mediador,



desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.
3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.
2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

10. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.
11. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.



12. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-
13. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.
14. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
15. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
16. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
17. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
18. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CONDIÇÃO ESPECIAL 118
RESPONSABILIDADE CIVIL OBRIGATÓRIO DOS
TITULARES DE TÍTULOS DE UTILIZAÇÃO
PRIVATIVA DO ESPAÇO MARÍTIMO NACIONAL

Esta Condição Especial, quando subscrita, dá cumprimento ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar prevista no artigo 67.º do Decreto -Lei n.º 38/2015, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 139/2015, de 30 de julho.

1. Na parte aqui não especificamente regulamentada, aplicam-se a esta Condição Especial as Condições Gerais do Seguro de Responsabilidade Civil Geral.
2. Quando exista conflito de disposições, prevalece o que nesta Condição Especial está estabelecido.

CLAUSULA PRELIMINAR

1. Entre a **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.**, adiante designada por Seguradora, e o Tomador de Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se o presente contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral, que se regula pelas Condições Gerais, pelas Condições Particulares e pelas Condições Especiais contratadas.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do segurado, os dados do representante do segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. As Condições Especiais preveem a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos previstos nas presentes Condições Gerais e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
4. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores (e que constituem a apólice), as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao tomador do seguro ou ao terceiro lesado.
5. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo

fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO

CLAUSULA 1ª.

DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente contrato, entende-se por:

Apólice – Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado.

Seguradora – **CARAVELA, Companhia de Seguros S.A.** entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de responsabilidade civil, que subscreve o presente contrato.

Tomador de Seguro – A pessoa ou entidade que contrata com a Seguradora, sendo responsável pelo pagamento do prémio.

Segurado – A pessoa singular ou coletiva, titular de título de utilização privativa de espaço marítimo nacional, conforme previsto no artigo 67.º do Decreto -Lei n.º 38/2015, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 139/2015, de 30 de julho., detentor do interesse seguro.

Terceiro – Aquele que, em consequência de um sinistro coberto por este contrato, sofra um dano suscetível de, nos termos da lei civil e desta apólice, ser reparado ou indemnizado.

Sinistro – a verificação total ou parcial do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato.

Franquia – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontram definidos nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 2ª.

OBJETO DO CONTRATO

O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de segurar por parte dos titulares de



títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional, nos termos previstos no artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 38/2015, de 12 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto – Lei n.º 139/2015, de 30 de julho.

CLÁUSULA 3ª.

GARANTIAS DO CONTRATO

1. Correspondendo ao legalmente exigido quanto à obrigação de segurar, esta Condição Especial, independentemente do que possa ser estipulado noutras cláusulas ou garantias desta apólice, cobre a obrigação de indemnizar terceiros por danos decorrentes de atos ou omissões dos titulares de títulos de utilização privativa do espaço marítimo nacional dos seus representantes ou das pessoas ao seu serviço, pelas quais possam ser civilmente responsáveis.

CLÁUSULA 4ª.

ÂMBITO TERRITORIAL E TEMPORAL

1. O presente contrato produz efeitos relativamente a sinistros ocorridos no espaço marítimo de que o Tomador é titular.

2. O contrato de seguro cobre a responsabilidade civil do segurado por atos ou omissões geradores de responsabilidade civil ocorridos durante o período de vigência do contrato, abrangendo os pedidos de indemnização apresentados até dois anos após o momento em que aqueles foram cometidos ou, caso posterior, após termo do seguro, e desde que não cobertos por outro contrato de seguro posterior válido.

CLÁUSULA 5ª

EXCLUSÕES

1. Derrogando o estabelecido na cláusula 5.ª das Condições Gerais, apenas ficam excluídos ao abrigo da presente garantia os danos:

a) Causados aos sócios, diretores, gerentes, administradores, legais

representantes ou agentes da pessoa coletiva cuja responsabilidade se garanta e a quaisquer pessoas cuja responsabilidade esteja garantida pelo contrato de seguro, bem como ao cônjuge, pessoa que viva em união de facto com o segurado, ascendentes e descendentes ou pessoas que com eles coabitem ou vivam a seu cargo;

b) Causados aos empregados, assalariados ou mandatários do segurado, quando ao serviço deste, desde que tais danos resultem de acidente enquadrável na legislação de acidentes de trabalho;

c) Causados por acidentes provocados por embarcações marítimas que, nos termos da lei, devam ser objeto de seguro obrigatório de responsabilidade civil;

d) Por indemnizações fixadas a título de danos punitivos, danos de vingança, danos exemplares e outros de características semelhantes;

e) Ocorridos em consequência de guerra, greve, *lockout*, tumultos, comoções civis, assaltos, sabotagem, terrorismo, atos de vandalismo, insurreições civis ou militares ou decisões de forças usurpando a autoridade, assaltos e sequestros;

f) Originados por motivo de força maior, nomeadamente os associados a tremores de terra, furacões, ciclones e quaisquer outros fenómenos naturais de natureza catastrófica e imprevisível ou, ainda que previstos, de natureza inevitável.

g) Resultantes de uso de veículo terrestre, quanto aos danos que devam ser garantidos por seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel;

h) Sofridos por mercadorias ou bens que estejam a ser manuseados ou manipulados pelo segurado, ou pessoa ao seu serviço, ou se encontrem armazenados em instalações do segurado.

2. O estabelecido no nº 3 da Cláusula 5ª das Condições Gerais da apólice apenas se aplica quando a existência de embargos ou sanções financeiras ou económicas



emitidos pelas autoridades internacionais vinculem a ordem jurídica portuguesa.

incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 6ª.

DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. O tomador do seguro ou o segurado está obrigado, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheça e razoavelmente deva ter por significativas para a apreciação do risco pelo segurador.

2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo segurador para o efeito.

3. O segurador que tenha aceitado o contrato, salvo havendo dolo do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:

a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;

b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;

c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;

d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;

e) De circunstâncias conhecidas do segurador, em especial quando são públicas e notórias.

4. O segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual tomador do seguro ou o segurado acerca do dever referido no nº 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de

CLÁUSULA 7ª.

INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no nº 1 da cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo segurador ao tomador do seguro.

2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.

3. O segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no nº 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.

4. Sem prejuízo do estabelecido nos números anteriores, a Seguradora tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no nº 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira da seguradora ou do seu representante.

5. Nos casos em que o dolo do tomador do seguro ou do segurado tenha o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 8ª.

INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

1. Em caso de incumprimento com negligência, o segurador pode, mediante declaração a enviar ao tomador do seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:

a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias,



para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;

b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado de forma inexata.

2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo tomador do seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.

3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.

4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

a) O segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prémio pago e o prémio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;

b) O segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prémio.

CLÁUSULA 9ª.

AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador de Seguro ou o Segurado obrigam-se, durante a vigência do contrato, a comunicar por escrito à Seguradora os factos ou circunstâncias suscetíveis de determinar um agravamento do risco, nos 14 dias subsequentes ao do conhecimento da sua ocorrência.

2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o segurador pode:

a) Apresentar ao tomador do seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;

b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

3. A declaração de resolução do contrato produz efeitos decorridos 10 dias úteis contados da data da sua receção.

CLÁUSULA 10ª.

SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o segurador:

a) Cobre o risco, efetuando as prestações devidas, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no nº 1 da cláusula anterior;

b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prémio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;

c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do tomador do seguro ou do segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prémios vencidos.

2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do tomador do seguro ou do segurado, o segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra



contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III

PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS

CLÁUSULA 11ª.

VENCIMENTO DOS PRÉMIOS

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respectivos avisos.

CLÁUSULA 12ª.

COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 13ª.

AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o segurador deve avisar por escrito o tomador do seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respectivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o segurador pode optar por não

enviar o aviso referido no nº 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao tomador do seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 14ª.

FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio de acerto ou parte de um prêmio de montante variável;
 - c) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 15ª.

ALTERAÇÃO DO PRÊMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas poderá efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV

INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO

CLÁUSULA 16ª.



INÍCIO DO CONTRATO

O presente contrato considera-se celebrado pelo período de tempo estabelecido nas Condições Particulares da apólice e, desde que o prêmio ou fração inicial seja pago, produz os seus efeitos a partir das zero horas do dia imediato ao da aceitação da proposta pela Seguradora, salvo se, por acordo das partes, for aceite outra data para a produção de efeitos, a qual não pode, todavia, ser anterior à da receção daquela proposta pela Seguradora.

CLÁUSULA 17ª

DURAÇÃO E CADUCIDADE

1. O contrato pode ser celebrado por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano ou prorrogável por novos períodos de um ano
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no nº 1 não se efetua se qualquer das partes o denunciar por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com a antecedência mínima de 30 dias em relação ao termo da anuidade ou se o Tomador não proceder ao pagamento do prêmio.
4. O contrato de seguro caduca com a extinção do direito de utilização privativa do espaço marítimo nacional.
5. A transmissão do título de utilização privativa do espaço marítimo nacional implica a cessação do contrato de seguro e a subscrição de novo contrato de seguro nos termos da portaria nº 239/2018, de 29 de Agosto, com início de vigência reportada ao termo do contrato anterior.
6. Ao prêmio do seguro relativo ao período de cobertura não decorrido é aplicável o previsto no artigo 107.º do regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 72/2008, de 16 de abril.
7. Sem prejuízo do disposto no regime jurídico do contrato de seguro, a cessação do contrato de seguro, quando não ocorra

por força da extinção do direito de utilização privativa do espaço marítimo nacional, deve ser notificada pelo titular à entidade competente para a emissão do título, no prazo de cinco dias.

CLÁUSULA 18ª.

RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.

Sendo da iniciativa da Seguradora, a resolução acontecerá passados 30 dias do envio da comunicação referida.

2. A seguradora não pode invocar a ocorrência do sinistro como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prêmio a devolver ao tomador do seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo previsão de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.

4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.

5. Sempre que o tomador do seguro não coincida com o segurado, a seguradora deve avisar o segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DA SEGURADORA

CLÁUSULA 19ª.

LIMITES DA PRESTAÇÃO



1. A responsabilidade do segurador é sempre limitada à importância máxima fixada nas Condições Particulares da apólice, seja qual for o número de pessoas lesadas por um sinistro, e corresponde, em cada momento, pelo menos, ao capital mínimo obrigatório.

2. Salvo convenção em contrário, estabelecida nas Condições Particulares:

a) Quando a indemnização atribuída aos lesados for igual ou exceder o capital seguro, o segurador não responde pelas despesas judiciais;

b) Quando a indemnização atribuída aos lesados for inferior, o segurador responde pela indemnização e pelas mesmas despesas até ao limite do capital seguro.

CLÁUSULA 20ª.

FRANQUIA

1. Mediante convenção expressa, pode ficar a cargo do tomador do seguro ou do segurado uma parte da indemnização devida a terceiros, não sendo, porém, esta limitação de garantia oponível a estes.

2. Compete à seguradora, em caso de pedido de indemnização de terceiros, responder integralmente pela indemnização devida, sem prejuízo do direito a ser reembolsado pelo obrigado nos termos do número anterior do valor da franquia aplicada.

CLÁUSULA 21ª.

INSUFICIÊNCIA DE CAPITAL

1. Se existirem vários lesados pelo mesmo sinistro com direito a indemnizações que, na sua globalidade, excedam o montante do capital seguro, os direitos dos lesados contra a seguradora reduzem-se proporcionalmente até à concorrência daquele montante.

2. A seguradora que, de boa-fé e por desconhecimento de outras pretensões, efetuar o pagamento de indemnizações de valor superior ao que resultar do disposto no número anterior, fica liberada para com os outros lesados pelo que exceder o capital seguro.

CLÁUSULA 22ª.

PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários seguradores o tomador do seguro ou o segurado deve informar dessa circunstância o segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.

2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o segurador da respetiva prestação.

3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos seguradores, à escolha do segurado, dentro dos limites da respetiva prestação.

4. O previsto no n.º 2 não é oponível pelo segurador ao lesado.

CAPÍTULO VI

CLÁUSULA 23ª.

OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DE SEGURO OU DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o tomador do seguro ou o segurado obrigam-se:

a) A comunicar tal facto, por escrito, ao segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;

b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro;

c) A prestar ao segurador as informações relevantes que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;

d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do segurador nos direitos do segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele.

2. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do número anterior determina, salvo o previsto no número seguinte:



a) A redução da prestação do segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;

b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o segurador.

3. O disposto no número anterior não é oponível pelo segurador ao lesado.

4. No caso do incumprimento do previsto na alínea a) do n.º 1, a sanção prevista no n.º 2 não é aplicável quando o segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.

5. O incumprimento do previsto na alínea d) do n.º 1 determina a responsabilidade do incumpridor até ao limite da indemnização paga pelo segurador.

CLÁUSULA 24ª.

OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGRADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O segurador paga ao tomador do seguro ou ao segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o tomador do seguro ou o segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.

3. O valor devido pelo segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.

CLÁUSULA 25ª.

SUB-ROGAÇÃO PELO SEGRADOR

1. O segurador que tiver pago indemnização, na sequência de acionamento de seguro constituído nos termos da portaria n.º 239/2018,

de 29 de Agosto, fica sub-rogado, na medida do montante pago, nos direitos da parte segurada, contra o terceiro responsável pelo facto danoso.

2 - O segurado responde, até ao limite da indemnização paga pelo segurador, por ato ou omissão que prejudique o direito previsto no número anterior.

3 - A sub-rogação parcial não prejudica o direito do segurado relativo à parcela do risco não coberto, quando concorra com o segurador contra o terceiro responsável.

4 - O disposto no n.º 1 não é aplicável:

a) Contra o segurado, se este responde pelo terceiro responsável, nos termos da lei;

b) Contra o cônjuge, pessoa que viva em união de facto, ascendentes e descendentes do segurado que com ele vivam em economia comum, salvo se a responsabilidade destes terceiros for dolosa ou se encontrar coberta, ela própria, por contrato de seguro ou outra garantia equivalente.

CLÁUSULA 26ª.

DEFESA JURÍDICA

1. O segurador pode intervir em qualquer processo judicial ou administrativo em que se discuta a obrigação de indemnizar cujo risco seja objeto do contrato, suportando os custos daí decorrentes.

2. O segurado deve prestar ao segurador toda a informação que razoavelmente lhe seja exigida e abster-se de agravar a posição substantiva ou processual do segurador.

3. Quando o segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o segurador deve dar a conhecer aos interessados tal circunstância.

4. No caso previsto no número anterior, o segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, assumindo o segurador, salvo convenção em contrário, os custos daí decorrentes proporcionais à diferença entre o valor proposto pelo segurador e aquele que o segurado obtenha.

5. São inoponíveis ao segurador que não tenha dado o seu consentimento tanto o reconhecimento, por parte do segurado, do direito do lesado como o pagamento da indemnização que a este seja efetuado.



CLÁUSULA 27ª.

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA

1. A seguradora substitui o segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, suportando, até ao limite do capital seguro, as despesas, incluindo as judiciais, decorrentes da regularização, e sujeitando-se, para o efeito, à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros.
2. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuadas pela seguradora com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
3. A seguradora deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação do dano, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento da responsabilidade do segurado e à fixação do montante dos danos.
4. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação do dano, por causa não justificada ou que seja imputável à seguradora, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação do dano.

CLÁUSULA 28ª.

DIREITO DE REGRESSO DA SEGURADORA

O Segurador poderá exercer o seu direito de regresso contra o segurado quando os danos resultem de:

- a) Atos ou omissões do Segurado ou de pessoas por quem este seja civilmente responsável, praticados em estado de demência, sob a influência do álcool, de estupefacientes ou de outras drogas, ou de produtos tóxicos, sem prescrição médica;
- b) Exercício por pessoal não qualificado de atividades profissionais para as quais seja necessária a respetiva autorização;
- c) Falta de, ou deficiente, manutenção das instalações ou equipamentos, desde que conhecida do, ou cognoscível pelo, Segurado.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

CLÁUSULA 29ª.

INTERVENÇÃO DO MEDIADOR DE SEGUROS

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do segurador, o mediador de seguros ao qual o segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do tomador do seguro de boa-fé na legitimidade do mediador, desde que o segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do tomador do seguro.

CLÁUSULA 30ª.

REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente Contrato estabelecido em regime de Cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na Cláusula Particular de Cosseguro anexa.

CLÁUSULA 31ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do tomador do seguro ou da pessoa segura previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante do segurador não estabelecido em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos por esta apólice.



3. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.

4. O segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuada se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 32ª.

ARBITRAGEM

1. Todas as divergências que possam surgir em relação ao presente contrato poderão ser resolvidas, previamente à via judicial, por meio de arbitragem, nos termos legais.

2. Em caso de litígio de consumo, definido nos termos do disposto na Lei nº 144/2015, de 8 de Setembro, o consumidor pode recorrer Entidade de Resolução Alternativa de Litígios Especializada no sector segurador, CIMPAS-Centro de Informação, Mediação, Provedoria e Arbitragem, através dos seguintes contactos:

Sede Lisboa: Av. Fontes Pereira de Melo, 11 – 9ª Esq, 1050-115 Lisboa.

Telefone: 213 827 700

Fax: 213 827 708

Email: geral@cimpas.pt

Delegação norte: R. do Infante D. Henrique, 73, Piso 1, 4050-297 Porto

Telefone: 226 069 910

Fax: 226 094 110

Email: cimpasnorte@cimpas.pt

Site: www.cimpas.pt

CLÁUSULA 33ª.

LEGISLAÇÃO

Os casos não previstos no presente contrato serão regulados pela lei portuguesa.

CLÁUSULA 34ª.

FORO

O Foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

CLÁUSULA 35ª

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

19. O Segurador procede à recolha e tratamento de dados pessoais do tomador do seguro, do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, nos momentos de simulação de contrato de seguro, submissão de proposta de condições de seguro, celebração do contrato de seguro, e ao longo da execução deste.

20. Os dados recolhidos destinam-se a uma melhor adequação dos serviços prestados, à gestão e organização da rede de clientes, incluindo a prestação de informação, o envio de comunicações e campanhas comerciais e de marketing, abrangendo ainda mensagens de SMS, e-mails contendo ofertas comerciais, relativas a novos produtos de seguros. O Segurador não é responsável pela segurança e integridade dos dados transmitidos através da internet.

21. Os dados recolhidos são armazenados apenas durante o tempo necessário para a prestação dos serviços por parte do Segurador, ou para cumprimento dos termos das obrigações legais em vigor, e apenas para os fins definidos e devidamente comunicados ao titular no momento da recolha. Todos os dados são armazenados em servidores próprios do Segurador em Portugal, sob os mais exigentes critérios de segurança de informação. No âmbito da sua atividade, o Segurador reserva-se no direito de partilhar informação sobre os dados a entidades terceiras, devidamente autorizadas para o efeito, e desde que garantido o cumprimento da legislação em vigor em matéria de privacidade e proteção de dados-

22. Os dados pessoais recolhidos poderão ainda ser utilizados para comunicação de informações e campanhas sobre produtos e serviços do Segurador, de acordo com a natureza dos dados recolhidos e nos termos da finalidade do tratamento e do consentimento prestado, quando aplicável.



23. O tratamento de dados pessoais relativos à saúde, quando necessários para a execução do contrato de seguro, dependem do respetivo consentimento por parte dos titulares.
24. Sempre que o tomador do seguro seja diferente do segurado, da pessoa segura ou do beneficiário, e quando aplicável, cabe ao tomador do seguro assegurar perante o Segurador de que detém o necessário consentimento por parte daqueles para autorizar o Segurador a proceder ao tratamento dos respetivos dados pessoais, devendo comunicar àqueles os termos e condições do tratamento por parte do Segurador.
25. De acordo com a legislação em vigor, o titular dos dados poderá em qualquer momento exercer os seus direitos, nomeadamente, poderá aceder aos dados pessoais recolhidos e obter informação sobre o tratamento, corrigir ou alterar os dados, retirar o consentimento ao tratamento, eliminar ou requerer a eliminação dos dados recolhidos, caso o tratamento não seja necessário para a prestação de serviços por parte do Segurador, requerer a portabilidade, e endereçar reclamações sobre o tratamento.
26. A todo o tempo, o titular dos dados poderá opor-se ao tratamento dos dados pessoais recolhidos para efeitos de comunicação de campanhas de marketing e outros serviços, bastando para o efeito entrar em contacto com o Segurador através da área cliente em www.caravelaseguros.pt ou através do contacto epd@caravelaseguros.pt.
27. Para mais informações deverá consultar a Política de Privacidade do Segurador disponível em www.caravelaseguros.pt



CLÁUSULAS PARTICULARES

Quando expressamente previstas nas Condições Particulares, ao contrato aplicar-se-á a seguinte Cláusula Particular:

CLÁUSULA PARTICULAR 90

CLÁUSULA UNIFORME DE COSSEGURO

1. Fica estabelecido que este Contrato vigora em regime de cosseguro, entendendo-se como tal a assunção conjunta do risco por várias empresas de seguro, denominadas cosseguradoras, e de entre as quais uma é a líder, sem que haja solidariedade entre elas, através de um contrato de seguro único, com as mesmas garantias e período de duração e com um prémio global.
2. O presente Contrato é titulado por uma apólice única, emitida pela líder e assinada por todas as cosseguradoras, na qual figurará a quota-parte ou percentagem do capital assumido por cada uma.
3. A líder fará a gestão do contrato, em seu nome e no de todas as cosseguradoras, competindo-lhe nomeadamente:
 - a) Receber, por parte do Tomador do Seguro, a declaração do risco a segurar, bem como as declarações posteriores de agravamento ou de diminuição desse mesmo risco;
 - b) Fazer a análise e estabelecer as condições do seguro e respetiva tarificação;
 - c) Emitir a apólice, sem prejuízo de esta dever ser assinada por todas as cosseguradoras;
 - d) Proceder à cobrança dos prémios, emitindo os respetivos recibos;
 - e) Desenvolver, se for caso disso, as ações previstas no Regime Jurídico do Contrato de Seguro em caso de falta de pagamento de um prémio ou fração de prémios;
 - f) Receber as participações de sinistro e proceder à sua regularização;
 - g) Aceitar e propor a resolução do contrato.
4. Os sinistros decorrentes deste Contrato podem ser liquidados através de qualquer uma das seguintes modalidades, a constar expressamente nas Condições Particulares da Apólice:

- a) A líder procede, em seu próprio nome e em nome e por conta das restantes cosseguradoras, à liquidação global do sinistro;
 - b) Cada uma das cosseguradoras procede à liquidação da parte do sinistro proporcional à quota-parte do risco que garantiu ou à parte percentual do capital assumido.
5. A líder é civilmente responsável perante as restantes cosseguradoras pelas perdas e danos decorrentes do não cumprimento das funções que lhe são cometidas, não podendo destes factos resultar prejuízo para o Segurado.



Data: 02 de Março de 2023
Apólice: 8100111234
Cliente nº: 384588
NIF: 504807692

Contact Center

☎ 217 958 690
Chamada para a rede fixa nacional
Dias úteis das 8h às 18h
🌐 www.caravelaseguros.pt

AGERE-EMPRESA AGUAS EFLUENTES RESIDUOS BRAGA
PRAÇA CONDE AGROLONGO,115-EDIFICIO AGERE
4700-312 BRAGA

Caro(a) Cliente,

Agradecendo a sua preferência, enviamos as Condições Particulares da apólice **8100111234** referente ao produto **Resp. Civil - Geral**.

Este contrato de seguro é constituído pela Proposta que lhe serviu de base, pelas presentes Condições Particulares/Especiais e Condições Gerais, disponíveis em www.caravelaseguros.pt, em qualquer Delegação ou através do Call Center da Caravela.

Com os melhores cumprimentos,

Rui Machado
Diretor Técnico

Dados do Cliente

Nome: Agere-empresa Aguas Efluentes Residuos Braga

NIF: 504807692

Telemóvel: Não disponível

E-mail:

Dados da Apólice

Data de Início: 01/01/2022

Data Efeito: 17/08/2022 (Ata nº: 1.0/1)

Vencimento: 1/JAN

Modalidade: Ano e Seguintes

Dados de Pagamento

Forma de Pagamento: Mediador

Fracionamento: Trimestral

Prémio Comercial Anual (*): 50.000,00€

(*) Ao Prémio Comercial acresce os encargos legais

Agente / Corretor

Código: 1122

Nome: Sabseg-corretor de Seguros,s.a.



Características do Objeto		
Objetos/Pessoas Seguras		
OUTROS TARIFA MANUAL		1.000.000,00€

Coberturas e Franquias		
Garantias Contratadas	Limite de Indemnização	Franquias
Responsabilidade Civil	1.000.000,00€	

Outras Declarações		
Condições de acordo com caderno encargos		
.		
Equipamento(s)		
Centrifuga de lamas da ETAR de Frossos		
1 A ALDEC 75 SN 5132203		
No valor de 106.456,50 €		
Credor hipotecário: Caixa Geral de Depósitos, S.A		





ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

C/c CM Braga
gab.presidencia@cm-braga.pt

Ex.mo Senhor
Presidente do Conselho de Administração
AGERE
Praça Conde Agrolongo, 115
4700-312 BRAGA
agere@agere.pt

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-000001/2019

21959

2019-01-03

assunto
subject

Parecer sobre a minuta do Contrato de Gestão Delegada a celebrar entre o Município de Braga e a AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga

Ex.^{ma} Senhor,

Junto se envia o parecer desta Entidade sobre a minuta do Contrato de Gestão Delegada a celebrar entre o Município de Braga e a AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga.

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 51.º dos Estatutos da ERSAR do Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento n.º 446/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 140, de 23 de julho 2018), o parecer será objeto de publicação no sítio da internet desta entidade reguladora.

Nestes termos e caso a entidade gestora caso considere existirem informações confidenciais no referido parecer deve, no prazo de 10 dias informar a ERSAR dessa situação nos termos previstos pelo n.º 4 do art.º 51.º do Regulamento nº 446/2018 (Regulamento dos Procedimentos Regulatórios).

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente

(Orlando Borges)

Anexo: I-002117/2018

Rua Tomás da Fonseca, Torre G - 8º
1600-209 LISBOA - PORTUGAL

T.: +351 210 052 200
F.: +351 210 052 259

www.ersar.pt
geral@ersar.pt



**Parecer sobre Parecer sobre a minuta do Contrato de Gestão Delegada a celebrar entre o
Município de Braga e a AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga**

Processo	21959
Informação	I-002117/2018
Entidade titular	Município de Braga
Entidade gestora	AGERE- Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga
Serviço(s)	Abastecimento, Saneamento e Gestão de Resíduos
Data da decisão	2019-01-03

1. O pedido e antecedentes

Para efeitos de emissão de parecer por parte da ERSAR, nos termos do n.º 7 do artigo 20.º, do artigo 11.º do D.L. n.º 194/2009, de 20 de agosto, e do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento dos Procedimentos Regulatórios¹ a AGERE, através de ofício rececionado na ERSAR a 5 de novembro de 2018 à ERSAR remeteu minuta do contrato de gestão delegada a celebrar com o Município de Braga.

A presente análise incide sobre os seguintes elementos remetidos pela AGERE:

- Minuta do contrato de Gestão Delegada
- Anexo 1 (Plano de Investimentos);
- Anexo 2 (Indicadores de desempenho);
- Anexo 3 (Tarifário em vigor em 2018);
- Anexo 4 (Principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE)
- Anexo 4.1 (Lista de Investimentos)
- Anexo 5 (Bens afetos à prestação de serviços);

¹ Aprovado sob o Regulamento n.º 446/2018, publicado no Diário da República, 2.ª série – n.º 140, de 23 de julho de 2018

- Anexo 6 (Atualização das tarifas);
- Anexo 7 (Modelo Económico-Financeiro).
- Anexo 8 (Plantas)

Sobre o assunto em análise cumpre salientar que o presente parecer corresponde a uma segunda apreciação por parte da ERSAR, na medida em que, anteriormente já havia sido submetida à apreciação desta entidade uma primeira versão da minuta do contrato, sobre a qual a ERSAR se pronunciou através da I-002181/2016, comunicada ao Município de Braga através de ofício datado de 19 de janeiro de 2017 e que se junta como anexo para os devidos efeitos.

No âmbito da 1.ª análise efetuada pela ERSAR, foi concluído que a minuta apresentada necessitava de ser revista de forma a, por um lado, sanar algumas ilegalidades verificadas e, por outro a melhorar alguns dos aspetos abordados.

2. Enquadramento.

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e dos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, os serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos podem ser delegados pelos municípios em empresas integradas no respetivo setor empresarial local, através da celebração de um contrato de gestão delegada.

O regime geral de organização e funcionamento destas empresas consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (RJAE²), sendo que o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), estabelece um regime especial que detalha a forma como a delegação destes serviços é estabelecida e funciona (definindo direitos e obrigações de ambas as partes). Pretende-se com este último regime, no essencial, garantir que os termos em que os serviços devem ser prestados pela empresa municipal delegatária são definidos de forma clara e objetiva (assegurando a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados) e que o seu cumprimento é a todo o tempo monitorizável e exigível.

² Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local

O regime jurídico da atividade empresarial permite que o objeto social das empresas locais compreenda mais de uma atividade, independentemente da sua natureza de interesse geral ou de promoção do desenvolvimento local e regional (n.º 3 do artigo 20.º). Nas situações de acumulação de várias atividades na mesma empresa, importará assegurar uma segregação entre elas de forma a permitir verificar o cumprimento do regime especial do Decreto-Lei n.º 194/2009 no que respeita às atividades de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos que impõe a obrigatoriedade de financiamento autónomo das atividade não reguladas, ou seja, que as tarifas cobradas pelos serviços regulados não sejam utilizadas para financiar serviços não regulados, bem como garantir que os utilizadores não são privados dos serviços regulados por qualquer motivo que se prenda com a prestação ou pagamento dos serviços não regulados.

A AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. é uma empresa integrada no setor empresarial local do município de Braga desde 1 de janeiro de 1999, com uma participação maioritária do município no capital social (51%) e minoritária do consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS) (49%), tendo os respetivos estatutos sido adaptados à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Não obstante os inúmeros pedidos feitos pela ERSAR, as partes nunca disponibilizaram os elementos do concurso para Seleção de Parceiro Privado, através do qual a GESWATER, SGPS entrou no capital social da AGERE, razão pela qual não pode a ERSAR avaliar se este procedimento cumpriu ou não todos os requisitos legais.

O município de Braga encarregou esta empresa não apenas da prestação dos serviços regulados pela ERSAR (abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), como de outras atividades relacionadas com a promoção do desenvolvimento local, designadamente a limpeza urbana. De acordo com a informação disponível no sítio da internet da AGERE, esta empresa é ainda responsável pela exploração do canil/gatil municipal, apesar de esta atividade não constar dos respetivos estatutos (que se encontrarão em atualização, segundo informação prestada na carta com a ref.º 64/ADM/16, enviada pela AGERE ao município de Braga).

A minuta de contrato ora em análise refere-se aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais, de gestão de resíduos urbanos e de higiene e limpeza urbana, sendo omissa quanto ao canil/gatil.

Estando a empresa municipal delegatária encarregada da prestação de outros serviços de interesse geral para além dos previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, (abastecimento, saneamento e resíduos urbanos) e sendo admissível, conforme acima referido, a acumulação de diferentes objetos/atividades na mesma empresa municipal, o contrato pode ser único. No sentido de garantir a manutenção de um apuramento autónomo de rendimentos e gastos no que respeita a cada um dos serviços delegados (para garantir os princípios da recuperação de custos e da não subsidiação cruzada, preconizados na Lei da Água e na Lei das Finanças Locais), assim como uma repartição dos capitais próprios afetos a cada serviço (na medida em que a remuneração acionista dos serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, é calculada com base nestes), importaria adequar o modelo financeiro no sentido de integrar o canil/gatil de forma autónoma, dado ser a única atividade em falta.

Não obstante o contrato incluir a delegação dos serviços de higiene e limpeza pública, a ERSAR não se pronuncia sobre as cláusulas referentes a este serviço, na medida em que o mesmo não é regulado por esta Entidade, competindo-lhe apenas emitir parecer sobre a gestão dos serviços de águas e resíduos.

3. Análise

3.1. Considerações Gerais

Tal como referido no ponto 1, a presente análise corresponde à segunda apreciação, por parte da ERSAR, relativamente à minuta do Contrato de Gestão Delegada a celebrar entre a AGERE e o Município de Braga. Nestes termos a presente informação seguirá a mesma estrutura que a adotada na I-002181/2016 por forma a facilitar a análise das recomendações acatadas e reiterar as que não foram consideradas pelas partes.

Assim, cumpre começar por notar que apesar de terem sido incluídas plantas que identificam a área de intervenção da AGERE relativamente a cada um dos serviços (anexo 8 ao contrato de gestão delegada), o articulado do contrato continua a não ter qualquer identificação do âmbito territorial da delegação.

Neste sentido recomenda-se a revisão deste artigo no sentido de passar a constar:

" Pelo presente Contrato, o Município delega na Entidade Gestora a prestação, em regime de exclusividade, dos seguintes serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, no Município de Braga"

Relativamente à data de início da vigência, verifica-se que apenas foi introduzida uma referência ao ano de 2019 no ponto O) dos considerandos, não sendo especificada a data de início de vigência, considerando-se por isso insuficiente a especificação introduzida.

3.2. Aspetos Críticos da delegação

3.2.1. Metas e objetivos (Indicadores de desempenho- Anexo 2) e Iniciativas Estratégicas (Anexo 4)

A propósito da temática metas e objetivos (indicadores de desempenho – Anexo 2) dá-se como nota positiva não só a alteração de algumas metas para valores mais ambiciosos, mas também o facto de terem sido elencados os investimentos que visam contribuir para a melhoria e/ou manutenção dos indicadores de desempenho da qualidade do serviço definidos. Sem prejuízo das melhorias introduzidas, reitera-se a importância da introdução dos indicadores de desempenho relativos à "reabilitação de condutas" (AA09) e à "reabilitação de coletores" (AR07). Estes indicadores complementam outros já incluídos no Anexo e contribuem para uma melhor monitorização das prioridades da AGERE, designadamente a melhoria do desempenho das redes. Para a atividade de resíduos urbanos, reitera-se igualmente a importância de incluir o indicador "RU12 - rentabilização do parque de viaturas", uma vez que o aumento da rentabilidade da frota existente constitui um dos objetivos estratégicos da AGERE.

Por outro lado, também o Anexo 4 (principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE) foi melhorado no sentido de uma definição mais concreta daquelas iniciativas, descrevendo-as e associando-as a indicadores para a sua monitorização. Conforme recomendação da ERSAR, foram incluídas iniciativas associadas ao serviço de gestão de resíduos que visam a otimização dos processos de transporte e deposição.

3.2.2. Plano de investimentos (Anexo 1)

Verifica-se com agrado a reavaliação pela AGERE de alguns investimentos após parecer da ERSAR, destacando-se os relativos:

- a) à ampliação da ETA da Ponte do Bico, que deixou de ser considerada face à incerteza existente quanto à evolução da população e consumos de água, mantendo apenas os investimentos de reabilitação imprescindíveis para o bom funcionamento da infraestrutura.
- b) à construção do exutor para a descarga da ETAR de Frossos, que foi retirada deste novo Plano de Investimentos (PI), uma vez que a entidade gestora admite que a construção da nova ETAR do Vale do Este permite melhorar a qualidade da água no meio recetor, podendo por isso ser evitado o custo daquela infraestrutura.
- c) ao investimento associado a ampliações de rede, que foi ajustado com base no melhor levantamento das habitações ainda não servidas no município.

No entanto, para a atividade de resíduos urbanos, reitera-se o referido na informação da ERSAR sobre a construção da estação de transferência. Esta infraestrutura volta a ser inscrita no PI com um atraso na data de execução (de 2021 -2022 para 2027-2028) e por um valor superior em cerca de 56 000 euros (preços correntes). Sem prejuízo de se considerar que o aumento do investimento dever ser comentado pela AGERE, recomenda-se a eliminação da execução deste investimento do PI da AGERE, na medida em que, a justificar-se do ponto de vista técnico a execução desta infraestrutura, a mesma terá de ser executada pela Braval, já que à luz do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a mesma, a construção das infraestruturas do sistema em "alta" é da responsabilidade exclusiva daquela empresa.

Ainda no que respeita ao relacionamento entre a AGERE e a Braval, não pode deixar de se aproveitar a oportunidade para uma vez mais reiterar a necessidade urgente de concretizar a saída da AGERE do capital social da BRAVAL . Sublinhe-se que esta situação consubstancia uma ilegalidade à luz do regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

O Plano de Investimentos, tal como é apresentado no Anexo I, inviabiliza, para algumas das ações previstas, a análise da razoabilidade dos montantes inscritos e a sua adequabilidade para os fins a que se propõem. A título de exemplo, refira-se, a não desagregação do preço de cada viatura e equipamento de deposição de resíduos urbanos a adquirir, bem como a não caracterização física (DN e extensão) das condutas de água a construir.

Ainda sobre a construção de condutas, e dado que esta intervenção está na mesma rubrica que a reabilitação, continua a não ser claro para a ERSAR a que tipo de intervenção se refere o

montante de investimento previsto. Refira-se novamente que a taxa de acessibilidade é já muito próxima de 100%, pelo que investimentos associados ao seu aumento devem ser bem ponderados. Iniciativas no domínio da melhoria da taxa de adesão, com avaliação insatisfatória nos últimos anos, afiguram-se mais adequadas para a melhoria da taxa de atendimento.

Por último, ao comparar-se o PI em análise com o documento "Instrumentos de Gestão Previsional – Quadriénio de 2017 a 2020"³, não se pode deixar de comentar a diferença de valores previsionais inscritos nestes documentos para os anos 2019 e 2020 (cerca de menos 7 milhões de euros no novo PI). Face à proximidade temporal dos mesmos, não se entende a razão das estimativas serem tão diferentes. Esta diferença deve ser esclarecida pela entidade gestora, pois pela análise aos documentos agora remetidos, a sua estratégia mantém-se em linha com os anos anteriores.

3.2.3. Independência financeira (cláusula sexta)

Verificando-se não ter sido eliminada a referência à "atividade de recolha de resíduos urbanos" no n.º 3 da presente cláusula, reitera-se o exposto no ponto 3.2.4 da I-002181/2016.

Não pode deixar de se notar uma vez mais que os custos dos serviços regulados devem ser recuperados através das tarifas e os custos dos serviços não regulados ser objeto de financiamento próprio, não devendo aquelas tarifas serem usadas para este propósito. Dos elementos ora disponibilizados continua a não ser evidente esta individualização de recuperação dos custos.

3.2.4. Estrutura Tarifária e respetiva fórmula de atualização tarifária

Analisada a minuta de contrato agora submetida à apreciação da ERSAR, verifica-se que o tratamento dado as estas matérias não sofreu alteração, não tendo sido acatada nenhuma das recomendações preconizadas pela ERSAR no âmbito da I-002181/2016, pelo que se reitera na íntegra o disposto no ponto 3.2.5.1 e 3.2.7 daquela informação, alertando-se ainda para o facto de que a não adaptação do tarifário de resíduos ao disposto na Revisão do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, ou a não adaptação da fórmula de atualização tarifária

³ Disponível no website da AGERE

ao disposto no do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto são contrários às disposições legais e regulamentares.

3.2.5. Acessibilidade económica

Verificando-se não terem sido eliminadas as tarifas restritivas do acesso ao serviço, reitera-se o disposto no ponto 3.2.6 da I-002181/2016.

3.2.6. Remuneração acionista (Clausula 2.ª, al. V)

No que respeita a esta matéria a documentação agora em análise não sofreu qualquer tipo de alteração relativamente à minuta de contrato analisada anteriormente, pelo que se reiteram todas as recomendações já apresentadas.

3.2.7. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (anexo VII)

Analisado o EVEF agora submetido à apreciação da ERSAR, verificam-se algumas alterações, mas não no sentido do recomendado pela ERSAR (I-002181/2016), reiterando-se por isso o preconizado nos pontos 3.2.9 a 3.2.12 daquele parecer.

Sem prejuízo do exposto, existe um aspeto que merece destaque e que se prende com a aparente alienação da participação que a AGERE detém no capital social da Braval em 2019.

Com efeito, nunca foi dado conhecimento à ERSAR em que termos é que essa alienação terá lugar, qual a natureza e suporte para a consideração do valor de saída contemplado no EVEF e outras eventuais implicações contabilísticas, o que deve ser esclarecido.

3.3. Outros Aspetos do Contrato de Gestão Delegada

A propósito dos aspetos tratados neste ponto da I-002181/2016, há que notar que a entidade gestora acatou algumas das recomendações apresentadas, como por exemplo a denominação do cláusula 4.ª, no entanto a maior parte das recomendações não foram acatadas, cumprindo por isso reiterar tudo o ali exposto, com a advertência de que algumas das disposições constantes do contrato contém ilegalidades, por definirem regras contrárias a dispositivos legais e regulamentares.

4. Conclusões

Apesar de se reconhecer uma melhoria no tratamento dado às matérias relacionadas com o investimento, metas, objetivos e iniciativas estratégicas, recomenda-se que sejam reavaliadas e/ou esclarecidas à luz dos comentários acima apresentados nos pontos 3.2.1 e 3.2.2., com especial enfoque na necessidade de ser eliminada do Plano de investimentos da AGERE a construção de infraestruturas que, à luz do respetivo contrato de concessão, são da exclusiva responsabilidade da Braval.

Para além das questões acima identificadas, nenhuma outra matéria foi revista à luz das recomendações preconizadas na informação I-002181/2016, subsistindo por isso normas que são contrárias à Lei e a Regulamentos com eficácia externa, razão pela qual não existe fundamento que permita alterar o sentido do parecer negativo emitido através daquela informação, especificamente no que respeita às recomendações das alíneas f) a o) do seu ponto 4.

Por fim reitera-se a necessidade de concretizar a saída da AGERE do capital social da Braval, na medida em que esta situação consubstancia uma ilegalidade à luz do regime jurídico da atividade da atividade empresarial local e das participações locais, devendo as partes dar conhecimento à ERSAR dos termos e condições em que esta saída terá lugar, bem como refleti-las adequadamente no EVEF.

O Conselho de Administração

Parecer sobre a celebração de contrato de gestão delegada

Processo	21959
Informação	I-002181/2016
Delegante	Município de Braga
Delegatária	AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.
Serviço a delegar	Abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos
Data da decisão	2017-01-19

1. Pedido e antecedentes

Por ofício datado de 19 de janeiro de 2015 (ref.º S/3/DMGA/2015) o município de Braga solicitou à ERSAR a emissão de parecer sobre uma minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre este município e a AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. (AGERE).

Na sequência de uma análise preliminar dos documentos remetidos foi detetada a necessidade de elementos e esclarecimentos adicionais, os quais foram solicitados através do ofício com a referência O-002177/2015, de 2015-03-20.

Através do ofício com a referência S/37/DMGAP/2016, de 2016-11-28, o município de Braga remeteu à ERSAR os elementos solicitados, bem como alguns dos esclarecimentos adicionais que haviam sido pedidos. A necessidade de parecer da ERSAR sobre a presente minuta de contrato de gestão delegada encontra-se prevista no n.º 7 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, assim como na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º e na alínea f) do n.º 1 do artigo 24.º dos Estatutos da ERSAR, aprovados pela Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

A presente análise incide sobre os seguintes documentos remetidos pelo município de Braga:

- Carta n.º 64/ADM/16 da AGERE para a Câmara Municipal de Braga, de 2016-11-24 (Resposta ao ofício O-002177/2015 da ERSAR);

- Clausulado do contrato de gestão delegada;
- Anexo 1 (Plano de Investimentos);
- Anexo 2 (Indicadores de desempenho);
- Anexo 3 (Tarifário em vigor);
- Anexo 4 (Iniciativas Estratégicas);
- Anexo 5 (Bens afetos à prestação de serviços);
- Anexo 6 (Atualização das tarifas);
- Anexo 7 (Modelo Económico-Financeiro).

2. Enquadramento

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e dos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, os serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos podem ser delegados pelos municípios em empresas integradas no respetivo setor empresarial local, através da celebração de um contrato de gestão delegada.

O regime geral de organização e funcionamento destas empresas consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais), sendo que o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), estabelece um regime especial que detalha a forma como a delegação destes serviços é estabelecida e funciona (definindo direitos e obrigações de ambas as partes). Pretende-se com este último regime, no essencial, garantir que os termos em que os serviços devem ser prestados pela empresa municipal delegatária são definidos de forma clara e objetiva (assegurando a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados) e que o seu cumprimento é a todo o tempo monitorizável e exigível.

O regime jurídico da atividade empresarial permite que o objeto social das empresas locais compreenda mais de uma atividade, independentemente da sua natureza de interesse geral ou

de promoção do desenvolvimento local e regional (n.º 3 do artigo 20.º). Nas situações de acumulação de várias atividades na mesma empresa, importará assegurar uma segregação entre elas de forma a permitir verificar o cumprimento do regime especial do Decreto-Lei n.º 194/2009 no que respeita às atividades de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos.

A AGERE - Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M. é uma empresa integrada no setor empresarial local do município de Braga desde 1 de janeiro de 1999, com uma participação maioritária do município no capital social (51%) e minoritária do consórcio de empresas formado pela ABB, a DST e a BragaParques (GESWATER, SGPS) (49%), tendo os respetivos estatutos sido adaptados à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O município de Braga encarregou esta empresa não apenas da prestação dos serviços regulados pela ERSAR (abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), como de outras atividades relacionadas com a promoção do desenvolvimento local, designadamente a limpeza urbana. De acordo com a informação disponível no sítio da internet da AGERE, esta empresa é ainda responsável pela exploração do canil/gatil municipal, apesar de esta atividade não constar dos respetivos estatutos (que se encontrarão em atualização, segundo informação prestada na carta com a ref.º 64/ADM/16, enviada pela AGERE ao município de Braga).

A minuta de contrato ora em análise refere-se aos serviços de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais, de gestão de resíduos urbanos e de higiene e à limpeza urbana, sendo omissa quanto ao canil/gatil.

Estando a empresa municipal delegatária encarregada da prestação de outros serviços de interesse geral para além dos previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, (abastecimento, saneamento e resíduos urbanos) e sendo admissível, conforme acima referido, a acumulação de diferentes objetos/atividades na mesma empresa municipal, o contrato pode ser único. No sentido de garantir a manutenção de um apuramento autónomo de rendimentos e gastos no que respeita a cada um dos serviços delegados (para garantir os princípios da recuperação de custos e da não subsidiação cruzada, preconizados na Lei da Água e na Lei das

Finanças Locais), assim como uma repartição dos capitais próprios afetos a cada serviço (na medida em que a remuneração acionista dos serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, é calculada com base nestes), importaria adequar o modelo financeiro no sentido de integrar o canil/gatil de forma autónoma, dado ser a única atividade em falta.

Não obstante o contrato incluir a delegação dos serviços de higiene e limpeza pública, a ERSAR não se pronuncia sobre as cláusulas referentes a este serviço, na medida em que o mesmo não é regulado pela ERSAR, competindo-lhe apenas emitir parecer sobre a gestão dos serviços de águas e resíduos.

3. Análise

3.1. Considerações gerais

Nos termos do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, um dos elementos que têm obrigatoriamente que constar do contrato de gestão delegada é o espaço territorial abrangido.

Analisada a minuta de contrato de gestão delegada submetida a apreciação da ERSAR, verifica-se que em nenhuma cláusula é definido o âmbito territorial do mesmo, nem consta qualquer planta que identifique o território no qual a entidade gestora dispõe do exclusivo do serviço delegado, termos em que se recomenda a consagração contratual do âmbito territorial da delegação de competências, o qual deve ser transposto para uma planta que deverá constar como anexo ao contrato.

Esta planta, para além de delimitar o âmbito territorial de intervenção da entidade gestora, deve, de forma clara e legível, conter informação relativa ao número de alojamentos abrangidos pela área de intervenção da entidade gestora para os serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, que identifique claramente o acesso a estes serviços, assim como expansões futuras que se preveja realizar à luz do presente contrato.

Sendo certo que os contratos podem vigorar por tempo indeterminado, mas tendo em atenção que de acordo com o n.º 5 do artigo 20.º do supramencionado diploma existem aspetos que devem ser definidos vinculativamente para os primeiros cinco anos, recomenda-se que fique

estipulado qual a data de início a vigência do contrato para efeitos de determinação do primeiro período quinquenal do mesmo.

Relativamente às competências da entidade gestora e poderes de autoridade delegados na entidade gestora, considera-se que o tratamento dado a esta questão deve ser completado com o aditamento de uma cláusula na qual fique previsto que são igualmente delegadas as seguintes competências:

- a) Integrar no seu ativo as infraestruturas de abastecimento, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos oriundas de novos loteamentos, sem prejuízo da respetiva dominialidade pública;
- b) Pronunciar-se sobre os projetos de loteamento e de obras particulares, no que respeita às redes públicas e prediais e aos locais destinados aos equipamentos destinados à deposição de resíduos urbanos, e fiscalizar a sua execução, quando aplicável, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) e do respetivo regulamento municipal;
- c) Preparar e apresentar candidaturas aos fundos comunitários que se encontrem disponíveis para as atividades por si desenvolvidas.

Atente-se ainda que o termo "*resíduo sólido urbano*" deixou de vigorar a partir de 5 de setembro de 2006, através da publicação do Decreto-Lei n.º 178/2006, o qual alterou a designação de "*resíduos sólidos urbanos*" para "*resíduo urbano*", pelo que se sugere a utilização desta designação em toda a minuta do contrato de gestão delegada.

3.2. Aspetos críticos da delegação

3.2.1. Metas e Objetivos (Indicadores de desempenho – Anexo 2)

Nos termos da alínea a) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, os objetivos da empresa devem ficar estipulados no contrato para um período temporal de 15 anos, sendo vinculativos para os cinco primeiros. Na proposta apresentada só estão contemplados os objetivos para os primeiros cinco anos, pelo que importa completar estes dados previsionais para o horizonte temporal exigido pela lei.

Analisado o anexo 2 à minuta de contrato de gestão delegada, verifica-se que a monitorização da concretização dos objetivos estratégicos definidos para o serviço de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos a prestar pela AGERE é materializada no seguinte conjunto de indicadores de qualidade do serviço utilizado pela ERSAR e respetivos valores de referência:

Abastecimento de água:	AA01 – Acessibilidade física do serviço
	AA04 – Água segura
	AA05 – Resposta a reclamações e sugestões
	AA07 – Adesão ao serviço
	AA08 – Água não faturada
	AA14 – Cumprimento do licenciamento das captações
	AA16 – Destino de lamas do tratamento

Considera-se que, para além do conjunto de indicadores selecionado pela AGERE para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos pela empresa, devem ser incluídos indicadores relativos à sustentabilidade infraestrutural, designadamente os indicadores AA10 (Reabilitação de condutas) e AA11 (Ocorrência de avarias em condutas), e à qualidade do serviço prestado aos utilizadores, designadamente o indicador AA03 (Ocorrência de falhas no abastecimento) do sistema de indicadores da ERSAR. Admite-se que a monitorização destes três indicadores permite avaliar a eficácia do plano de investimentos e acompanhar o desempenho do sistema de abastecimento de água.

De uma maneira geral, todos os indicadores selecionados pela AGERE, à exceção da adesão ao serviço, apresentaram em 2015 valores característicos da prestação de um serviço de boa qualidade, pelo que o objetivo da empresa é o de manter o bom nível de desempenho dos últimos anos.

Relativamente à adesão ao serviço de abastecimento de água, considera-se que os pressupostos de atingir 86,7% em 2021 e 90,0% em 2034 são pouco ambiciosos, não só porque correspondem a uma qualidade do serviço insatisfatória até 2034, como também porque representam um acréscimo marginal durante o período de delegação em análise, admitindo que uma parte

significativa da capacidade das infraestruturas de distribuição de água construídas no município não será utilizada. Assim, sugere-se que a entidade gestora desenvolva ações, em conjunto com a entidade titular, com vista à promoção da efetivação de ligações ao sistema de distribuição de água.

Relativamente ao serviço de saneamento de águas residuais, a monitorização da concretização dos objetivos estratégicos baseia-se no seguinte conjunto de indicadores de qualidade do serviço:

Saneamento de águas residuais: ARO1 – Acessibilidade física do serviço

ARO4 – Resposta a reclamações e sugestões

ARO6 – Adesão ao serviço

ARO8 – Reabilitação de coletores

ARO9 – Ocorrência de colapsos estruturais em coletores

AR15 – Cumprimento dos parâmetros de descarga

Considera-se que, para além do conjunto de indicadores selecionado pela AGERE para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos pela empresa, deverá ser incluído um indicador relativo à realização das análises às águas residuais previstas nas licenças de descarga. Uma vez que a ERSAR se encontra a ultimar a revisão do sistema de avaliação da qualidade do serviço, recomenda-se a inclusão do novo indicador AR13, que resulta da agregação dos atuais indicadores AR14 e AR15 num único, e que avaliará o cumprimento da licença de descarga (Incluindo a realização de análises à água residual e o cumprimento do quadro de qualidade imposto na licença).

À semelhança do referido para o serviço de abastecimento de água, todos os indicadores selecionados pela AGERE para a monitorização do serviço de saneamento de águas residuais, à exceção da adesão ao serviço, apresentaram em 2015 valores característicos da prestação de um serviço de boa qualidade, pelo que o objetivo da empresa é o de manter o bom nível de desempenho dos últimos anos.

Relativamente à adesão ao serviço de saneamento, considera-se que o pressuposto de atingir 90,0% em 2021 fica aquém do esperado, não só porque corresponde a uma qualidade do serviço mediana, como também porque representa um acréscimo marginal (1,2 pontos percentuais)

durante o primeiro quinquénio do período de delegação. Por outro lado, a AGERE prevê que a adesão ao serviço será constante entre 2021 e 2035, admitindo que uma parte significativa (10%) da capacidade das Infraestruturas de saneamento construídas no município não será utilizada. Nesse sentido, sugere-se que a entidade gestora desenvolva ações, em conjunto com a entidade titular, com vista à promoção da efetivação de ligações ao sistema de saneamento de águas residuais.

Relativamente ao serviço de gestão de resíduos urbanos, a monitorização da concretização dos objetivos estratégicos baseia-se no seguinte conjunto de indicadores de qualidade do serviço:

Gestão de resíduos urbanos:

- RU01 – Acessibilidade física do serviço
- RU05 – Resposta a reclamações e sugestões
- RU11 – Renovação do parque de viaturas
- RU14 – Utilização de recursos energéticos

Considera-se que, para além do conjunto de indicadores selecionado pela AGERE para a avaliação do cumprimento dos objetivos estratégicos pela empresa, devem ser incluídos indicadores relativos à sustentabilidade infraestrutural, nomeadamente o RU12 (Rentabilização do parque de viaturas) e à qualidade do serviço prestado aos utilizadores, designadamente, o indicador RU04 (Lavagem de contentores).

De uma maneira geral, todos os indicadores selecionados pela AGERE, à exceção da adesão ao serviço, apresentaram em 2015 valores característicos da prestação de um serviço de boa qualidade, pelo que o objetivo da empresa é o de manter o bom nível de desempenho dos últimos anos.

Por último, importa referir que o Anexo 2 ao contrato estabelece que se considera justificado o incumprimento dos objetivos se não for cumprido o plano de investimentos. Contudo, cumpre notar que alguns dos investimentos apresentados não concorrem diretamente para o cumprimento dos objetivos propostos (nomeadamente a construção do Museu da Água e a construção do exutor da ETAR de Frossos), e que alguns investimentos deverão merecer uma reapreciação por parte da AGERE, conforme exposto no ponto 3.2.3. Por outro lado, salienta-se que nem todos os objetivos dependem da realização de investimentos (e.g. resposta a

reclamações e sugestões, adesão ao serviço, análises de águas residuais realizadas, etc.) ou não dependem inteiramente (e.g. água não faturada).

Não obstante o referido, importa correlacionar o cumprimento de cada um dos objetivos à execução dos investimentos necessários à sua prossecução e definir os respetivos indicadores que permitam a aferição do cumprimento dos objetivos propostos ao longo do período da delegação com especial enfoque para os primeiros 5 anos (vinculativos).

3.2.2. Iniciativas estratégicas (Anexo 4)

Nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, o contrato de gestão delegada deve identificar as principais iniciativas de carácter estratégico que a empresa municipal delegatária deve implementar, incluindo metas temporais e indicadores que permitam aferir o seu sucesso.

A AGERE prevê implementar, até ao final de 2017, um Plano de Segurança da Água Residual e um sistema de gestão de indicadores assente na metodologia *Balanced Scorecard*. A AGERE prevê, ainda, como iniciativas estratégicas, a utilização do sistema de Gestão Patrimonial de Infraestruturas e do Plano de Segurança da Água implementados em 2016. Contudo, importa referir que a utilização destes dois instrumentos não se afigura como uma iniciativa estratégica, sendo sim uma consequência natural de que a empresa beneficia em resultado da iniciativa estratégica que tomou em anos anteriores.

Cumpra ainda referir que não foram definidos indicadores que permitam aferir o sucesso da implementação das iniciativas estratégicas apresentadas, como previsto no diploma legal acima referido.

Ainda no que respeita às iniciativas estratégicas patentes no anexo 4, atente-se que as mesmas não incorporam a atividade do serviço de gestão de resíduos urbanos, recomendando-se, nessa medida, uma avaliação estratégica mais abrangente para a atividade do serviço de gestão de resíduos urbanos, que traduza a prossecução do serviço em todas as fases da sua cadeia de valor.

Realça-se ainda, no caso dos resíduos, que as iniciativas estratégicas devem incorporar compromissos de serviço público que garantam a continuidade do serviço, como, a título de

exemplo, a frequência mínima de recolha, assim como o modo de prestação do serviço, no que respeita a campanhas de comunicação e sensibilização e certificações, com momentos-chave caracterizadores do seu sucesso.

Pese embora, a recolha seletiva não constitua uma atividade da responsabilidade direta da AGERE, mas da Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A., enquanto entidade gestora do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado, a AGERE deve assumir um papel importante de sensibilização no sentido de contribuir para os objetivos definidos para a recolha seletiva multimaterial e para a preparação para reutilização e reciclagem, uma vez que os mesmos se manifestam de vital importância para o cumprimento das metas nacionais do PERSU 2020.

A importância da monitorização da execução do contrato pela entidade titular, e pelos órgãos de gestão da entidade gestora, reveste-se de extrema importância para o cumprimento cabal dos objetivos estratégicos definidos para o período temporal do contrato pelo que se considera essencial uma objetiva, tanto quanto possível, aferição das metas definidas. Face ao exposto, propõe-se que as metas sejam relacionadas com a execução do plano de investimentos de modo a aferir o cumprimento dos objetivos propostos.

A definição de metodologias, como proposta acima pela ERSAR, para a monitorização da execução do contrato, reveste-se ainda de maior importância quando são objeto de multas contratuais (cláusula trigésima quinta: sanções pelo incumprimento do contrato de gestão delegada).

3.2.3. Plano de investimentos (Anexo 1)

3.2.3.1. Investimentos relativos ao serviço de abastecimento de água

No contrato prevê-se a realização de investimentos no valor de 318 mil euros, entre 2017 e 2018, relativos à ampliação de condutas da rede de distribuição, bem como a execução, entre 2016 e 2035, de obras de construção ou remodelação de condutas de abastecimento de água no valor de 6,96 milhões de euros, não concretizando quais os lugares/freguesias onde estará prevista a eventual construção de rede de distribuição de água. Nesse sentido, e de modo a permitir uma

melhor monitorização do cumprimento contratual, deverá ser distinguido o investimento relativo ao sistema adutor do investimento relativo à rede de distribuição de água, bem como o investimento relativo à construção de condutas do investimento relativo a ações de reabilitação ou remodelação da rede existente. Deverá ainda ser especificado, nomeadamente em planta do sistema municipal, em que subsistemas está prevista a construção de rede.

Relativamente à construção de ramais de abastecimento de água, não é clara a razão de estarem previstos dois investimentos aparentemente com o mesmo objetivo, pelo que deve ser claramente identificado o que distingue o investimento de 1,52 milhões de euros (investimentos anuais de 75 000 euros) relativo à "construção de ramais AD" do investimento de 0,85 milhões de euros (investimentos anuais de 50 000 euros) relativo à "construção/remodelação de ramais".

O plano de investimentos prevê o dispêndio de cerca de 10,2 milhões de euros, entre 2027 e 2030, para a remodelação e ampliação da ETA da Ponte do Bico. Esta instalação de tratamento foi construída na segunda metade da década de 90 do século XX e apresenta capacidade para tratar um caudal nominal de 2300 m³/h. Segundo informação da AGERE, a ETA funciona cerca de 15 horas por dia, de um máximo de 18 horas previsto, produzindo em média 32 949 m³/dia.

A AGERE identifica as seguintes limitações para a necessidade de remodelar e ampliar esta instalação de tratamento:

- A linha de tratamento instalada não tem redundância que assegure o abastecimento de água à população num cenário de paragem prolongada de órgãos de tratamento (e.g. existe apenas uma linha de filtração, que eleva o risco de operação para níveis insatisfatórios);
- Prevê o aumento da necessidade de fornecimento de água ao município, em resultado das expectativas de crescimento populacional, da retoma da atividade industrial no médio prazo e do previsível aumento relevante da taxa de adesão ao sistema público de abastecimento (contudo, o EVEF admite o crescimento negativo da população residente no município e o acréscimo de apenas 4,5 pontos percentuais na adesão ao serviço de abastecimento de água ao longo dos primeiros vinte anos da delegação).

De acordo com os dados de adequação da capacidade de tratamento reportados no âmbito da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores em 2015, a capacidade diária de tratamento da ETA de Ponte do Bico é de cerca de 55 200 m³/dia, admitindo o seu funcionamento 24 horas por dia. Em 2015, o caudal máximo diário de água tratada naquela instalação de tratamento ascendeu a 39 495 m³/dia, sendo o valor médio de apenas 30 219 m³/dia, o que resultou numa adequação da capacidade de tratamento de apenas 1%, correspondente a uma qualidade do serviço insatisfatória.

Apesar da realização deste investimento estar prevista para além do horizonte vinculativo de 5 anos, uma vez que os investimentos realizados e os custos de exploração se refletem nas tarifas cobradas aos respetivos utilizadores, julga-se pertinente questionar a necessidade de duplicação da capacidade instalada desta ETA, tendo em atenção as reais e efetivas necessidades do sistema e que poderá ser aumentado o número de horas de funcionamento diário desta instalação.

Relativamente ao facto de o risco operacional ser mais elevado por existir apenas uma linha de filtração, considera-se que deverá ser avaliado se o número de filtros instalado é suficiente para assegurar a filtração da água a uma velocidade razoável, tendo presente que deverá haver sempre a reserva de, pelo menos, um filtro, que estará em lavagem quando os restantes estão em funcionamento.

Por outro lado, não sendo especificadas quais as novas tecnologias que serão introduzidas na linha de tratamento da ETA de Ponte do Bico, recomenda-se a substituição da etapa de pré-oxidação com recurso a cloro gasoso por uma etapa de pré-ozonização, uma vez que o cloro, na presença de matéria orgânica (particularmente ácidos húmicos e fúlvicos), pode dar origem a trihalometanos e ácidos haloacéticos, com potencial cancerígeno e efeitos mutagénicos.

Em síntese, e tendo em atenção os montantes em causa, não pode deixar de se notar que a definição dos investimentos a realizar deve ter em atenção a expectativa de adesão ao serviço com vista à recuperação dos custos. Considerando que os objetivos propostos para a adesão ao sistema admitem a não utilização de uma parte significativa da capacidade das infraestruturas de distribuição de água, e que a capacidade ociosa da instalação de tratamento do município é muito

significativa, considera-se pertinente uma ponderação da necessidade dos investimentos constantes do plano.

Por último, faz-se notar que grande parte dos investimentos previstos realizar ao longo do período de projeção (cerca de 19 milhões de euros, ou seja, cerca de 60% do investimento associado ao serviço de abastecimento de água) serão objeto de candidatura a financiamento comunitário, dos quais 1,26 milhões de euros estão previstos para o período 2017-2021. Nesse sentido, deverá ficar definido de que forma serão cumpridos os objetivos estratégicos propostos para o primeiro quinquénio perante uma eventual não aprovação, parcial ou total, dos projetos candidatados, bem como a sua forma alternativa de financiamento.

3.2.3.2. Investimentos relativos ao serviço de saneamento de águas residuais

Os principais investimentos que a AGERE prevê realizar no âmbito do serviço de saneamento de águas residuais prendem-se com a beneficiação da ETAR de Frossos existente e com a construção de uma nova instalação de tratamento, a ETAR de Vale do Este.

A ETAR de Frossos assume-se como a principal infraestrutura de tratamento de águas residuais do município de Braga, de entre as 15 instalações de tratamento que servem o município. De acordo com os dados reportados pela AGERE no âmbito da avaliação da qualidade do serviço, a ETAR de Frossos entrou em funcionamento em maio de 1996, tendo sido dimensionada para tratar, a nível terciário (desinfeção), um caudal máximo de 34 885 m³ (ou de 42 000 m³ de acordo com a licença de descarga n.º L007144.2013.RH2), correspondente a uma população equivalente de 230 000 habitantes. Em 2015, o caudal máximo diário de água residual tratada naquela instalação de tratamento ascendeu a 43 319 m³/dia, tendo-se registado a sobreutilização da ETAR em 47 dias do ano, o que resultou numa adequação da capacidade de tratamento de 78%, correspondente a uma qualidade do serviço mediana. Por outro lado, constatou-se o incumprimento de alguns parâmetros impostos pela licença de descarga, nomeadamente no que respeita a NH₃ e coliformes fecais. Face ao exposto, a AGERE prevê desviar parte do caudal tratado na ETAR de Frossos para uma nova instalação de tratamento, a construir no vale do Rio Este, e proceder às seguintes intervenções de beneficiação da ETAR de Frossos:

- i. Implementação de uma operação de gradagem complementar na etapa de tratamento preliminar;
- ii. Reformulação do sistema de arejamento do tratamento biológico;
- iii. Instalação de um silo de cal para estabilização química das lamas desidratadas;
- iv. Implementação de sistema de desodorização, por recurso a biofiltro, das etapas de tratamento preliminar e de tratamento de lamas;
- v. Substituição dos parafusos de Arquimedes de elevação do efluente bruto;
- vi. Reabilitação do edifício da obra de entrada e dos digestores de lamas.

O investimento de beneficiação da ETAR de Frossos ascende a cerca de 3,1 milhões de euros, a realizar maioritariamente em 2017, estando ainda prevista a despesa anual de 50 000 euros para reparação de outras patologias diversas.

A AGERE encontra-se a avaliar a hipótese de construir um exutor que desvie a descarga de efluente tratado da ribeira de Panóias, meio hídrico sensível, para o rio Cávado. A ERSAR considera pertinente uma ponderação cuidada da real necessidade de realizar este investimento, na medida em que o montante previsto para a construção do exutor ultrapassa os 9 milhões de euros, o triplo do valor previsto para a beneficiação da instalação de tratamento, e que o desvio de parte significativa do caudal para a nova ETAR de Vale do Este e a melhoria da linha de tratamento contribuirão para minimizar o impacto ambiental da descarga de efluente tratado na ribeira de Panóias. Questiona-se, ainda, a calendarização proposta para a execução do exutor, com início em 2029.

O plano de investimentos prevê o dispêndio de cerca de 18,8 milhões de euros para o desenvolvimento do projeto, construção e arranque da ETAR de Vale do Este. Não sendo referidos os principais dados de dimensionamento (população equivalente e caudal a tratar), nem o nível de tratamento que a instalação proporcionará, não é possível avaliar a razoabilidade do montante previsto. Contudo, questiona-se a verba despendida em 2016, de 151 600 euros, relativa a "estudos/terrenos nova ETAR/emissário - Vale Este", quando estão previstos 142 500 euros para a elaboração do projeto em 2019, 40 000 euros para o processo de avaliação de impacto ambiental e 270 000 euros para a aquisição do terreno em 2020. Deverão, ainda, ser

concretizados os investimentos classificados como "fornecimentos diversos", no valor de 486 150 euros, previstos para 2020 e 2021.

A avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores em 2015 indica que a reabilitação de coletores no município de Braga é de apenas 0,2%/ano, correspondente a uma qualidade do serviço insatisfatória. Nesse sentido, a AGERE prevê investir 475 000 euros (25 000 euros por ano) na remodelação de coletores.

Por outro lado, o plano de investimentos prevê despende anualmente, entre 2017 e 2035, 25 000 euros na construção de coletores através de adjudicação por ajuste direto, e 9,87 milhões na ampliação da rede de drenagem, não concretizando quais os lugares/freguesias onde estará prevista a ampliação do sistema. De modo a permitir uma melhor monitorização do cumprimento contratual, deverá ser especificado em que subsistemas está prevista a construção de rede, nomeadamente em planta do sistema municipal.

Atendendo aos montantes em causa e a que os referidos investimentos não terão reflexo algum na acessibilidade física do serviço, cuja previsão é de 98,8% de 2017 a 2035, considera-se pertinente a ponderação da necessidade dos investimentos constantes do plano de investimentos tendo em atenção o esforço financeiro face ao benefício resultante dos mesmos.

À semelhança do referido no ponto anterior, e atendendo a que a maior parte dos investimentos previstos realizar no primeiro quinquénio serão candidatados a financiamento comunitário (15,2 milhões de euros dos 14,4 milhões previstos realizar entre 2017 e 2021), deverá ser esclarecido de que modo uma eventual não aprovação dos projetos candidatados condicionará a sua realização e, por conseguinte, o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Empresa.

3.2.3.3. Investimentos relativos ao serviço de gestão de resíduos urbanos

O investimento relativo ao sistema de gestão de resíduos urbanos (5,582 milhões de euros para o primeiro quinquénio num total de 6,359 milhões de euros até 2035) resume-se à instalação de equipamentos de deposição num total de 4,5 milhões de euros (onde se engloba também cerca de 350 mil euros destinados à limpeza urbana), dos quais 3,9 milhões euros destinam-se a

equipamentos de deposição subterrâneos e 600 mil euros em contentores de superfície, 360 mil euros em viaturas lava-contentores, 380 mil euros em viaturas de recolha e 763 700 euros numa estação de transferência, projetada para os anos 2022 e 2023.

No modelo do plano de investimentos não é desagregado o preço de cada viatura e equipamento de deposição a adquirir, o que inviabiliza a análise da razoabilidade dos montantes dos mesmos e a sua adequabilidade para os fins a que se propõem.

Salienta-se que o plano de investimentos não contempla, para a gestão de resíduos urbanos, viaturas e equipamentos de substituição. Atendendo que, no caso das viaturas de recolha o tempo de vida útil expectável se cinge a 10 anos e dos contentores a sete anos, questiona-se o facto de não se preverem investimentos de substituição durante o período considerado no plano de investimentos (2017-2035).

Acresce ainda que também não é apresentado um plano de renovação das viaturas e equipamentos, sugerindo-se assim a sua inclusão nas peças do presente contrato de gestão delegada.

Por último salienta-se que, para os anos 2021 e 2022, se prevê a construção de uma estação de transferência, pelo montante de 763,7 mil euros. Atente-se, no entanto, que este tipo de infraestrutura, a justificar-se do ponto de vista técnico, deverá ser garantida pela Braval, à luz do contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a Braval, enquanto entidade gestora do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Baixo Cávado, na medida que o transporte dos RU produzidos na área de intervenção da Braval, de uma estação de transferência para as instalações de tratamento e destino final de RU é da responsabilidade da Braval.

3.2.3.4. Outros investimentos

A renovação da frota da AGERE, materializada na aquisição de viaturas ligeiras diversas e de viaturas elétricas, assume um custo muito significativo (de cerca de 2,76 milhões de euros) num curto espaço de tempo (entre 2022 e 2026). Ainda que se trata de um horizonte temporal não vinculativo, não se pode deixar de recomendar a reavaliação do investimento em questão,

procurando nomeadamente aumentar o período previsto para a renovação do parque automóvel, de modo a minimizar o esforço financeiro.

3.2.4. Separação de atividades delegadas (Cláusula sexta)

Cumpra começar por notar que a cláusula sexta constante da minuta remetida apresenta uma redação diferente da que consta da carta remetida pela AGERE à CM de Braga com o intuito de acompanhar a submissão da minuta a parecer da ERSAR e responder às questões suscitadas por esta entidade no âmbito do ofício O-002177/2015, de 20 de março.

A respeito do n.º 3 da referida cláusula, importa questionar o objetivo subjacente, dado que não se compreende o alcance desta disposição. Note-se que na versão da carta da AGERE referenciada supra a única exceção apontada se refere ao serviço de higiene e limpeza urbana " (...) cujo défice é suportado pelo Município de Braga através de contrato-programa".

De todo o modo, cumpre alertar que o serviço de gestão de resíduos urbanos deve igualmente ser objeto de contabilização autónoma e os capitais afetos ao mesmo objeto de repartição, bem como obedecer ao princípio de recuperação de custos por via tarifária (até ao limite imposto pela acessibilidade económica), pelo que se recomenda a eliminação da referência feita à atividade de recolha de resíduos urbanos no n.º 3 da presente cláusula.

Relativamente à higiene e limpeza urbana, não se pode deixar de notar que o mesmo não deve ser objeto de financiamento por via das tarifas cobradas pelos serviços regulados, como já se teve oportunidade de referir no ponto 3.2.11.

Assim, recomenda-se que este número seja revisto à luz deste entendimento.

3.2.5. Tarifas e atualização tarifária

3.2.5.1. Estrutura tarifária (cláusula 15.ª e anexo 3)

No que respeita à estrutura tarifária, a minuta remetida em nada pretende alterar a estrutura dos tarifários dos serviços de águas e resíduos em vigor, pelo que se entende não existir

pretensão de aproximação às recomendações desta entidade reguladora¹, nem, no caso do serviço de resíduos, de cumprir o Regulamento Tarifário vigente, o que neste último caso configura uma ilegalidade, na medida em que as normas constantes do capítulo referente à estrutura tarifária são já aplicáveis ao modelo de gestão delegada, não dependendo da adequação do regime jurídico constante do Decreto-lei n.º 194/2009.

Comparando a lista do n.º 4 da cláusula 15.ª com a lista de serviços auxiliares do anexo 3 verifica-se a existência de discrepâncias que importa corrigir, designadamente as tarifas de suspensão e reinício por incumprimento e a pedido do utilizador, de leitura extraordinária, de análise de projetos, de ligação temporária, de fornecimento em autotanque e de limpeza de fossas.

Saliente-se ainda que não é claro o âmbito de aplicação das tarifas relativas aos encargos com processo de corte com deslocação, custos com corte e abertura e fecho de água.

Tendo em atenção que nos termos do Decreto-Lei n.º 194/09, de 20 de agosto, a competência para aprovação das tarifas é da entidade delegante e que no contrato de gestão delegada têm de constar as tarifas a cobrar pela entidade gestora, recomenda-se a eliminação da previsão constante no final do anexo 3 que confere legitimidade ao Conselho de Administração da AGERE para definir tarifas por serviços pontuais tarifas.

Renova-se, desde já, o entendimento expresso sobre a estrutura tarifária a propósito do projeto de regulamento de serviço remetido em 2014 e objeto da nota técnica I-001043/2014, de 2014-07-02, bem como na nota técnica I-000125/2016, de 2016-01-25, a respeito do processo de formação de tarifários de 2016, para os quais se remete (e se envia em anexo para melhor referência).

Assim, importa sintetizar as desconformidades mais relevantes:

Aspetos comuns

- As tarifas não se encontram definidas para períodos de 30 dias;

¹ Designadamente, a Recomendação IRAR n.º 1/2009 (Recomendação Tarifária) e a Recomendação ERSAR n.º 2/2010 (Critérios de cálculo).

- Existe diferenciação entre os utilizadores não-domésticos (hotelaria e restauração; autarquias e empresas municipais; juntas de freguesia);
- Previsão de um tarifário especial para os funcionários da empresa²;
- Previsão de tarifas por conta da ligação, colocação de contador e construção de ramais com extensão inferior a 20 metros, tarifas que, para além de constituírem um obstáculo económico ao acesso ao serviço, correspondem à contraprestação de atividades normais e necessárias à prestação do serviço, motivos pelos quais a ERSAR entende não deverem ser objeto de cobrança autónoma.

Aspetos específicos do serviço de abastecimento de água

- Os escalões definidos na tarifa variável não compreendem as amplitudes recomendadas pela ERSAR;
- A tarifa variável aplicável aos utilizadores não-domésticos não apresenta um escalão único, de valor igual ao do terceiro escalão da tarifa variável dos utilizadores domésticos;
- Diferenciação da tarifa variável aplicável a parte dos utilizadores não-domésticos (hotelaria e restauração) em função da área do estabelecimento;
- O tarifário social não isenta a tarifa fixa e apresenta um escalão único de valor inferior ao do primeiro escalão do tarifário geral;
- O tarifário para famílias numerosas não corresponde ao ajustamento dos escalões, cuja definição se presume elaborada tendo presente a dimensão média dos agregados familiares, em $x \text{ m}^3$ por cada elemento do agregado familiar que ultrapasse os 4 elementos.

Aspetos específicos do serviço de saneamento de águas residuais

- Agravamento da tarifa de disponibilidade em 5 € no caso de utilizadores com abastecimento alternativo (furos ou poços) ligados à rede pública de abastecimento (a

² Sem prejuízo da natureza de direito adquirido que parece fundamentar a sua aplicação aos funcionários da empresa e da CM de Braga que usufruíam deste tarifário a 1 de janeiro de 2005, afigura-se que a redução nas tarifas assegurada assume a natureza de retribuição, não devendo integrar o tarifário dos serviços de águas e resíduos.

natureza sancionatória inerente não se coaduna com a cobrança de tarifas pela contraprestação de um serviço público essencial);

- Previsão de uma tarifa de disponibilidade agravada para utilizadores com abastecimento alternativo (furos ou poços) ligados à rede pública de abastecimento "que não criem condições para instalação de contadores e medição dos montantes de água consumida nessa origem de abastecimento alternativa particular" com valores entre os 749,9730€ e os 3.796,7265 €, diferenciados em função da área do prédio;

A este respeito e tal como referido na nota técnica I-001043/2014 a relativo ao projeto de regulamento de serviço da AGERE a penalização do incumprimento da obrigação de ligação relativamente a um dos serviços (no caso, o abastecimento) não deve ter lugar nas tarifas fixas do serviço efetivamente contratado, existindo outros meios legalmente previstos para esse efeito.

Nas situações de utilização comprovada de origens alternativas de água, a ERSAR recomenda que a tarifa variável do serviço de saneamento seja determinada em função do consumo médio dos utilizadores com características similares no âmbito geográfico da entidade gestora, o que permite corrigir a indexação a consumos sem correspondência com a produção de águas residuais.

- A tarifa variável é linear, não sendo adotada a metodologia da tarifa variável média de abastecimento, nem, em alternativa, dos escalões de consumo;
- O tarifário social não isenta a tarifa fixa e apresenta um escalão único (de valor inferior à tarifa variável cobrada aos restantes utilizadores domésticos).

Aspetos específicos do serviço de gestão de resíduos urbanos - não é cumprida a estrutura tarifária prevista no Título III do Regulamento Tarifário, nomeadamente:

- O tarifário deve incluir uma tarifa de disponibilidade única a faturar aos utilizadores domésticos, isentando-se da mesma apenas os beneficiários do tarifário social.
- Não dependendo a periodicidade da recolha de um pedido do utilizador (revelando diferentes níveis de produção individual de resíduos) mas de uma opção de gestão da AGERE (eventualmente em função da densidade dos locais de produção), não é

adequado diferenciar o valor das tarifas aplicadas aos utilizadores em função deste critério. No caso dos utilizadores domésticos e não sendo possível a utilização de sistemas de medição de peso ou de volume, deve aplicar-se apenas a indexação ao consumo de água através de uma tarifa linear e não através de escalões.

- No caso dos utilizadores não-domésticos, a diferenciação com base na área deve ser objeto de um estudo que demonstre perante a ERSAR a sua adequabilidade para aferir a quantidade de resíduos urbanos produzida.
- Deve ser implementado um tarifário social dirigido a utilizadores não-domésticos correspondente ao tarifário geral aplicável aos utilizadores domésticos.

3.2.6. Acessibilidade económica

Considerando o valor do rendimento médio disponível das famílias no concelho de Braga para o ano de 2015 (35.784,80 €), o qual foi atualizado por via da taxa de inflação prevista no EVEF, verifica-se que o valor projetado para as tarifas dos serviços de abastecimento, saneamento e gestão de resíduos urbanos³ apresenta um desempenho satisfatório no Indicador de acessibilidade económica no período vinculativo (2017-2021), na medida em que o encargo económico de um consumo anual correspondente a 10 m³ não ultrapassa o limiar de 0,5% do rendimento disponível.

No entanto, este indicador não reflete a existência de tarifas restritivas do acesso ao serviço, como se aludiu no ponto anterior, designadamente as tarifas de ligação e construção de ramais, cujos valores não são desprezáveis.

³ Para o cálculo do encargo económico foi considerada a hipótese de recolha diária por ser a mais representativa.

Quadro 1 – Indicador de acessibilidade económica (período vinculativo)

	2017	2018	2019	2020	2021
AA	0,21%	0,21%	0,21%	0,21%	0,21%
AR	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%	0,16%
RU	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%

3.2.7. Fórmula de atualização tarifária (cláusula 14.ª e anexo 6)

Tal como a ERSAR já tem vindo a alertar, designadamente no ofício O-002177/2015 referido supra, o ajustamento anual da trajetória tarifária de acordo com as necessidades e possibilidades da entidade gestora, como parece resultar do conteúdo da cláusula 16.ª, contende com as normas aplicáveis ao modelo de gestão delegada plasmadas no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Com efeito, a fórmula de atualização tarifária prevista no anexo 6 viola expressamente as disposições a este respeito constantes do Decreto-Lei n.º 194/2009, na medida em que a atualização anual se deve resumir à taxa de inflação, utilizando para tal a variação do índice harmonizado de preços ao consumidor M(12,12), ou outro equivalente que o venha a substituir, que à data da atualização estejam publicados pelo Banco de Portugal (conforme resulta da conjugação do n.º 1 do artigo 23.º e do n.º 1 do artigo 75.º daquele diploma legislativo).

Considera-se ainda que as disposições constantes do n.º 2 do anexo 6, relativas à possibilidade de alteração da fórmula de cálculo dos fatores de atualização no caso de uma alteração significativa da sua estrutura de custos, e pelas quais podem ser definidos outros ponderadores ou suprimidas parcelas sob proposta da AGERE, se referem necessariamente à revisão dos termos do contrato de gestão delegada, a qual deve seguir os termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009. Assim, não será possível a alteração da referida fórmula por mera aprovação da entidade delegante no âmbito da atualização anual das tarifas.

Assim, a ERSAR recomenda a correção de todas as disposições referentes à atualização das tarifas de modo a assegurar o cumprimento da lei.

3.2.8. Remuneração acionista (cláusula 2.ª, alínea v)

Tendo presente que a AGERE é uma empresa com um parceiro privado minoritário, e conforme a ERSAR já teve oportunidade de notar, a celebração do presente contrato, particularmente no que respeita às regras de remuneração acionista, deve respeitar as obrigações e condições financeiras assumidas no procedimento concorrencial que conduziu à seleção daquele parceiro. Apesar de solicitados todos os elementos relativos a tal procedimento⁴, foi facultado apenas o regulamento para venda de participação social na empresa pública municipal AGERE, EM, o que não permitiu conhecer as condições acordadas quanto à remuneração acionista, não sendo por isso possível avaliar se o agora proposto respeita o anteriormente definido.

Sem prejuízo, verifica-se que o cálculo dos dividendos a distribuir aos acionistas em cada ano resulta da aplicação da taxa de remuneração acionista definida na minuta (7,26%) à diferença entre o valor do capital próprio e o resultado líquido do exercício do ano anterior.

Recorda-se a este propósito que a ERSAR deu nota deste entendimento à CM de Braga por via do ofício O-06228/2014, de 2014-08-21, onde consta: "*Relativamente à forma como o rendimento dos acionistas deve ser calculado de forma previsional, de acordo com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, é objeto de remuneração o capital próprio no início de cada exercício deduzido do valor de reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data, bem como de outras rubricas, tais como saldos de eventuais subsídios ao investimento ainda não reconhecidos como proveitos, que não correspondam a efetivo investimento realizado pelos acionistas ou reinvestimento de resultados gerados no passado*".

Nestes termos, considerando que existe capital alheio no âmbito do capital objeto de remuneração (subsídios ao investimento), é entendimento da ERSAR que o cálculo efetuado em sede de EVEF conduz à aplicação de uma taxa superior à definida no articulado.

⁴ No ofício O-002177/2015 solicitou-se o envio de todos os elementos relevantes referentes ao concurso para seleção do parceiro privado (peças de concurso e proposta vencedora), bem como de cópia do contrato de sociedade de forma a aferir o cumprimento das disposições legais que lhe são aplicáveis.

Por outro lado, a respeito da taxa de remuneração de referência a aplicar sobre o capital, a mesma corresponde, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, ao valor mais recente da taxa de juro sem risco, à data dos estudos que fundamentam a criação da empresa municipal delegatária, acrescida de prémio de risco definido no contrato de gestão delegada, sendo indicada, para o efeito, a taxa de rentabilidade das obrigações do tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que a venha a substituir.

Atendendo ao valor da taxa de juro de referência à data da elaboração do EVEF remetido⁵, que em agosto de 2016 assumiu o valor de 2,91%, resulta que o prémio de risco implícito assume o valor de 4,35%, o que se afigura exagerado para o sector em causa.

Através de ofício O-06228/2014, a ERSAR já teve oportunidade de transmitir o seu entendimento à AGERE no sentido de que o prémio de risco deve ter como limite máximo um valor de 3%.

No mesmo sentido, na deliberação sobre os “Parâmetros regulatórios genéricos para determinação dos proveitos permitidos no âmbito do Regulamento Tarifário para o serviço de gestão de resíduos urbanos para o período regulatório 2016-2018”, tomada em 16 de dezembro de 2015, a ERSAR considerou uma margem de 2,30% a adicionar à taxa de juro sem risco para efeitos de cálculo da taxa de remuneração dos capitais próprios (equivalente à remuneração acionista).

Acresce que o estudo no qual se baseou a decisão da ERSAR indicou que os restantes sectores regulados apresentam menor risco, o que corrobora a posição acima expressa.

Face ao exposto, recomenda-se a ponderação do prémio de risco considerado e a revisão de todas as disposições referentes à remuneração acionista e do EVEF em conformidade com o entendimento exposto neste ponto.

⁵ Não tendo sido remetida informação quanto à data de realização do estudo, considerou-se para o efeito o mês de setembro de 2016, tendo por base a informação de adjudicação do contrato para elaboração do estudo presente no portal existente para publicação dos contratos públicos (<http://www.base.gov.pt/>)

3.2.9. Estudo de Viabilidade Económico-Financeira (anexo VII)

3.2.9.1. Pressupostos

O EVEF apresentado contempla um período de projeções de 20 anos (2016 a 2035), tendo o primeiro quinquénio (2017-2021) carácter vinculativo (tal como resulta do n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009).

Com exceção dos mapas de investimento, todos os valores se encontram expressos a preços correntes, sendo atualizados pela variação do índice harmonizado de preços ao consumidor M (12,12), não apresentando um desfazamento significativo face às mais recentes previsões do Banco de Portugal.

A previsão da evolução da população residente no município de Braga até 2035 assenta numa taxa de crescimento negativa constante de -0,4%, resultando numa diminuição de cerca de 14 644 habitantes entre 2016 e 2035. Este pressuposto, que revela prudência nas estimativas da entidade gestora, está, porém, em contradição com o referido no plano de investimentos como justificação para a duplicação da capacidade de tratamento da ETA da Ponte do Bico e para a construção da ETAR de Vale do Este, onde é mencionada a expectativa de crescimento da população residente no concelho ao longo do período de delegação.

Relativamente à estimativa de evolução das capitações de água consumida, o histórico recente não permite inferir uma tendência inequívoca de evolução. Admite-se que os valores assumidos para o horizonte da delegação são pertinentes e enquadram-se nos valores do histórico da AGERE.

O EVEF apresenta ainda como pressuposto a alienação, em 2016, da participação social da AGERE na Braval - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA, na qual a AGERE é acionista maioritária (detendo 79%), pelo valor contabilístico (2.208.120€), sem geração de mais-valia. No entanto, em nenhum dos documentos remetidos em conjunto é feita referência a esta alienação, não se conhecendo qualquer outro detalhe. Não se conhecendo até à presente data a concretização desta operação de alienação, importa corrigir o EVEF em conformidade.

Quanto ao tarifário previsto no EVEF e aos proveitos associados, verifica-se que o mesmo parte do tarifário aplicado desde 2015 (e constante do anexo 3), apresentando uma trajetória crescente por força da atualização subjacente, contrária à evolução recente resultante da aprovação do tarifário de 2017.

Para além do já assinalado no ponto 3.2.5.1 a propósito da estrutura tarifária, denotam-se algumas diferenças face ao tarifário previsto no anexo 3 e na cláusula 15.², designadamente:

- Os proveitos provenientes das tarifas por serviços auxiliares, bem como das tarifas por limpeza de fossas sépticas (prestação do serviço de saneamento por meios móveis) não se encontram desagregados, constando apenas da rubrica proveitos "por outros serviços", cuja estimativa é realizada na razão de 2% dos proveitos obtidos com as tarifas fixas e variáveis dos serviços de águas (cujo valor em 2017 é de 448 902€, valor que dificilmente se compreende face à previsão de proveitos tarifários por serviços auxiliares de 415 000€ no serviço de abastecimento e de 750 000€ no saneamento realizada no âmbito do processo de formação de tarifários para o ano de 2016⁶);
- O EVEF não prevê proveitos associados ao tarifário "funcionários da empresa";
- Não se compreende a que proveitos se refere a rubrica "outros rendimentos" (que assume o valor de 510 549€ em 2017).

3.2.10. Custos unitários de exploração

A avaliação dos custos unitários de exploração é realizada de acordo com intervalos de referência⁷ resultantes de um estudo elaborado pela ERSAR, o qual se baseia na informação económico-financeira reportada pelas entidades gestoras a esta entidade reguladora.

Verifica-se que, durante todo o período vinculativo e até 2029, o custo unitário de exploração do serviço de abastecimento de água apresenta um desempenho mediano face aos intervalos de

⁶ Objeto de parecer na nota técnica I-000125/2016, de 2016-01-25.

⁷ De acordo com o estudo realizado foram apurados os seguintes intervalos de referência para entidades gestoras com prestação de serviço em alta e em baixa nos serviços de águas (em euros por m³) e em baixa no serviço de resíduos urbanos (em euros por tonelada): AA – Bom desempenho [0,2582; 0,5083]; desempenho mediano [0,5083; 0,9028]; desempenho insatisfatório [0,9028; +∞]; AR – Bom desempenho [0,2167; 0,3675]; desempenho mediano [0,3675; 0,5384]; desempenho insatisfatório [0,5384; +∞]; RU – Bom desempenho [61,1; 84,2]; desempenho mediano [84,2; 122,7]; desempenho insatisfatório [122,7; +∞].

referência considerados pela ERSAR, passando a ser insatisfatório a partir de 2030, pelo que a entidade gestora deve envidar esforços para reduzir os custos de forma a não penalizar os utilizadores finais com eventuais custos de ineficiência.

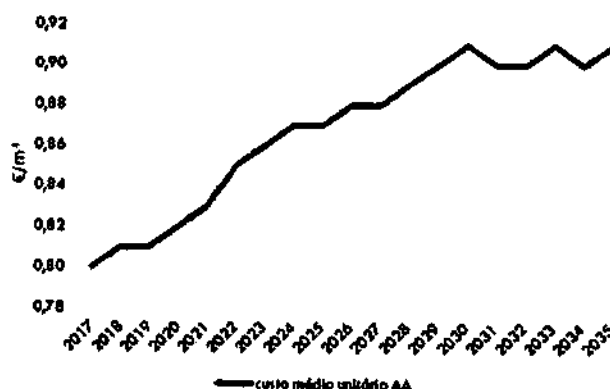


Figura 1 - Custo médio unitário de exploração do serviço de abastecimento de água (valores a preços constantes de 2015)

Reitera-se a mesma recomendação a propósito do serviço de saneamento, o qual apresenta um custo médio unitário de exploração bastante elevado face aos custos médios de exploração de referência, revelando um desempenho insatisfatório quer no período vinculativo, quer no restante intervalo de projeções.

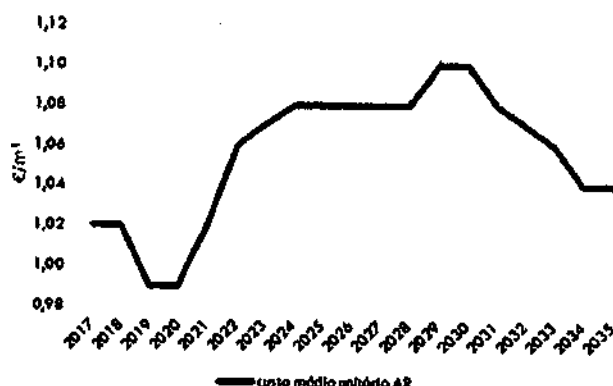


Figura 2 - Custo médio unitário de exploração do serviço de saneamento de águas residuais (valores a preços constantes de 2015)

O serviço de gestão de resíduos urbanos apresenta custos médios unitários anuais satisfatórios em todo o período de estudo, apresentando como valor máximo 81 €/tonelada.



Figura 3 - Custo médio unitário de exploração do serviço de gestão de resíduos urbanos (valores a preços constantes de 2015)

3.2.11. Grau de cobertura dos gastos totais

No que respeita à capacidade de recuperação dos gastos totais incorridos, o EVEF apresenta um nível de proveitos excessivo nos três serviços regulados durante o período vinculativo (2017-2021), revelando um desempenho insatisfatório no indicador do grau de recuperação de custos, com exceção do serviço de saneamento nos anos de 2017 e 2018 em que se enquadra ainda no intervalo considerado mediano, conforme resulta da Figura 4.

Em sentido contrário, e apesar de o EVEF considerar a existência de subsídios à exploração para financiar o serviço de higiene e limpeza urbana (referido no modelo como "varredura"), constata-se que o serviço se apresenta, ainda assim, deficitário, pelo que se pressupõe que existe subsídio cruzada, isto é, os proveitos dos serviços de águas e resíduos são utilizados para financiamento deste serviço. Deste modo, não se encontra assegurado o cumprimento do desígnio de financiamento exclusivo pelo Município previsto na cláusula 6.ª (Independência financeira) da versão proposta pela AGERE (v. infra, ponto Erro! A origem da referência não foi encontrada.).

A ERSAR não pode deixar de recomendar que todos os serviços não regulados, seja a higiene e limpeza e urbana, o caniil/gatil ou outros que o Município entenda delegar, sem prejuízo do seu

interesse municipal, sejam objeto de financiamento próprio, não devendo ser usadas para esse propósito as tarifas cobradas por conta de serviços que assumem a natureza de serviços públicos essenciais e que, no caso dos serviços de águas, visam assegurar a realização de um direito humano.

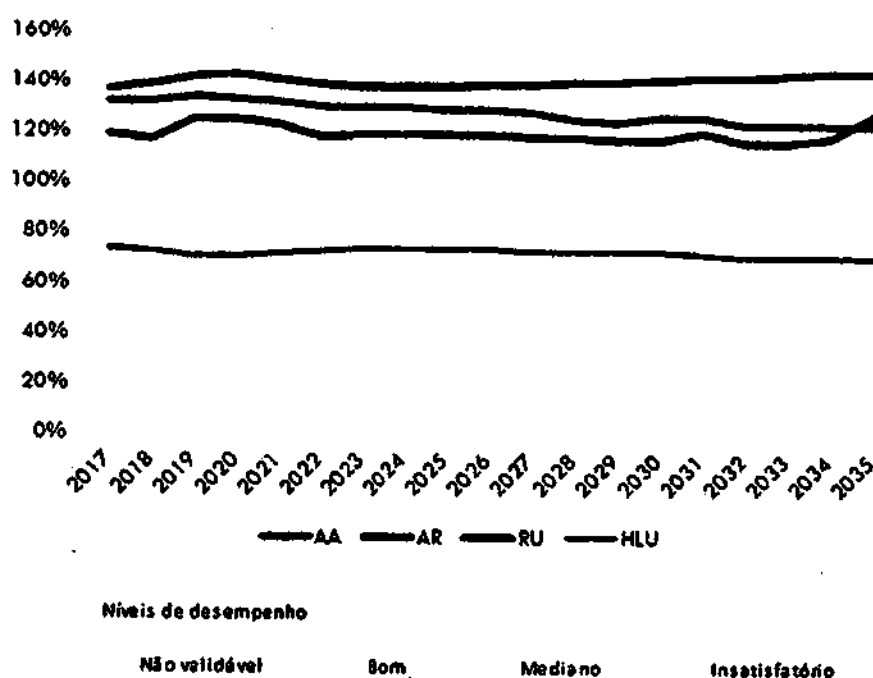


Figura 4 – Grau de cobertura dos gastos totais dos serviços de abastecimento de água (AA), saneamento de águas residuais (AR), gestão de resíduos urbanos (RU) e de higiene e limpeza urbana (HLU)

Analisando apenas os proveitos que decorrem da cobrança de tarifas aos utilizadores finais, como representado na Figura 5, verifica-se que os serviços de abastecimento e de gestão de resíduos urbanos apresentam igualmente um desempenho insatisfatório durante o período vinculativo, por apresentarem proveitos excessivos face aos custos previstos. Deste modo, recomenda-se a revisão das tarifas destes serviços no sentido de as reduzir para níveis adequados aos custos previstos.

O serviço de saneamento apresenta, no entanto, um desempenho satisfatório no primeiro e último anos do período vinculativo (2017 e 2021), ultrapassando a recuperação de 110% dos custos com este serviço nos restantes anos deste primeiro período..

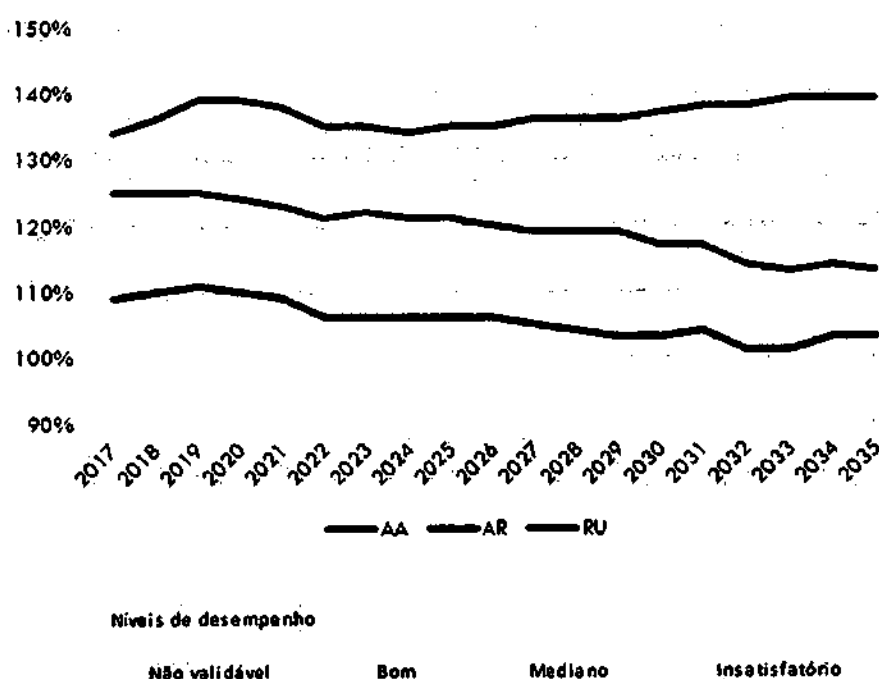


Figura 5 – Grau de cobertura dos gastos totais por via tarifária dos serviços de abastecimento de água (AA), saneamento de águas residuais (AR) e de gestão de resíduos urbanos (RU)

Se considerarmos que se prevê o financiamento comunitário de parte do investimento previsto, verifica-se que os proveitos obtidos por via tarifária e através dos subsídios ao investimento se afiguram excessivos em todos os serviços regulados face aos custos em que a entidade prevê incorrer. Assim, estende-se a recomendação, formulada supra, de redução das tarifas ao serviço de saneamento.

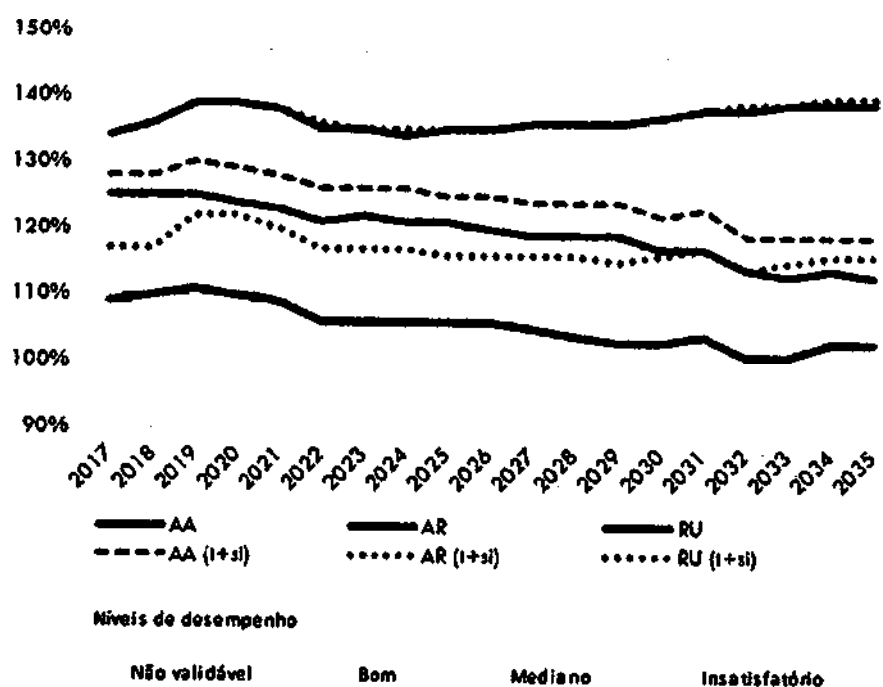


Figura 6 – Grau de cobertura dos gastos totais por via tarifária e subsídios ao investimento dos serviços de abastecimento de água (AA), saneamento de águas residuais (AR) e de gestão de resíduos urbanos (RU)

3.2.12. Preço médio dos serviços de águas e resíduos

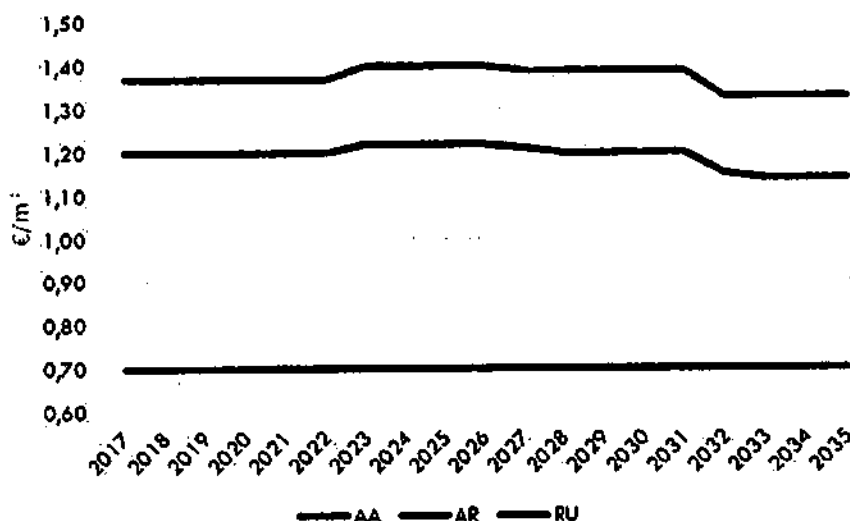


Figura 7 – Preço médio dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos (valores a preços constantes de 2015)

Os preços médios dos serviços de abastecimento, saneamento e resíduos urbanos apresentam, respetivamente, os valores de 1,37 €/m³, 1,20 €/m³ e 0,7 €/m³ em todos os anos do período vinculativo.

Refira-se que o preço médio do serviço de abastecimento de água em baixa apresenta valores superiores ao preço médio das empresas municipais delegatárias registado em 2015⁸, no valor de 1,4351€/m³, bem como à média do sector no mesmo ano (1,25 €/m³)⁹.

Quanto ao serviço de saneamento, o preço médio apresenta-se inferior à média das empresas municipais delegatárias (1,2437€/m³) e superior à média do sector (0,77€/m³) registadas em 2015.

⁸ Valores apurados pela ERSAR com base na informação económico-financeira recolhida em sede de reporte de contas.

⁹ Fonte: RASARP 2016.

3.3. Outros aspetos do contrato de gestão delegada.

3.3.1. Definições (Cláusula segunda)

A propósito da definição de estrutura tarifária, constante da alínea i) da presente cláusula, recomenda-se a sua revisão, sugerindo-se para o efeito a seguinte redação: "conjunto de tarifas aplicáveis por força da prestação dos serviços de águas e resíduos que constituem o objeto do presente contrato."

A alínea v) deve ser revista à luz do entendimento exposto no ponto 3.2.8, de modo a acautelar o cumprimento da legislação vigente, recomendando-se que o tratamento desta matéria seja feito em sede de clausulado e não nas definições.

Para além das definições apresentadas propõe-se que seja incluída também a definição de "utilizador dos serviços", a qual poderá assumir a seguinte redação:

"Utilizador dos serviços: qualquer pessoa singular ou coletiva, pública ou privada, a quem seja assegurado, de forma contínua, o serviço delegado, o qual pode ser classificada como:

Utilizador final doméstico: aquele que use o prédio urbano servido para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios;

Utilizador final não-doméstico: aqueles que não estejam abrangidos pela subalínea anterior, incluindo o Estado, as autarquias locais, os fundos e serviços autónomos e as entidades dos setores empresariais do Estado e das Autarquias".

Recomenda-se ainda que seja introduzida a definição de "resíduos urbano" à luz da constante no Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, na redação atual.

3.3.2. Objeto (Cláusula quarta)

A epígrafe da presente cláusula está repetida com a da cláusula primeira, nesta medida propõe-se que a mesma seja substituída por "*serviços delegados*", uma vez que a mesma regulamenta os serviços delegados à entidade gestora.

Por outro lado, e no que ao serviço de gestão de resíduos diz respeito, recomenda-se que fique previsto que a AGERE apenas é responsável pela gestão de resíduos urbanos cuja produção diária não exceda 1100 l por produtor.

Tendo em atenção que, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março, o município é a entidade gestora responsável pela gestão dos resíduos de construção e demolição provenientes de obras não sujeitas a licenciamento, importa alertar para o facto de que caso seja intenção das partes incluir no objeto do contrato a gestão deste tipo de resíduos deve, na presente cláusula, ser introduzida uma referência a este aspeto.

3.3.3. Regime do contrato de gestão delegada (Cláusula quinta)

A propósito do n.º 1 importa sublinhar que, não estando definido o âmbito territorial do contrato, não é perceptível o conceito de «Sistema», pelo que se reitera a recomendação de definição do âmbito territorial do contrato e a reformulação deste n.º 1, sugerindo-se para o efeito a seguinte redação:

“A Entidade Gestora obriga-se a prestar os serviços objeto da presente delegação aos utilizadores finais abrangidos pelo respetivo âmbito de intervenção, desde que existam condições técnicas para o efeito”.

Considerando que os serviços delegados já estão identificados na cláusula terceira (conteúdo), não se alcança o teor do n.º 2 desta cláusula, sugerindo-se por isso a sua revisão ou eliminação.

Também o n.º 3 deve ser eliminado na medida em que a definição de utilizadores deve ser inserida na cláusula segunda tal como recomendado no ponto 3.3.1.

No n.º 6, o termo «desafetação» deve ser substituído por «desativação».

Relativamente ao n.º 7 remete-se para o acima exposto no ponto 3.2.5.1, a propósito da tarifa fixa e variável de saneamento.

3.3.4. Características e quantidade de água distribuída e das águas residuais recolhidas (Cláusula oitava)

Não obstante a epígrafe referir as características e quantidade das águas residuais recolhidas, o teor da cláusula nada diz sobre águas residuais, pelo que se recomenda a revisão da epígrafe adotada.

3.3.5. Regulamento de Serviço (Cláusula nona)

A propósito do regulamento de serviço, recomenda-se que fique previsto que até à aprovação do novo regulamento mantém-se em vigor o regulamento aprovado em 26 de setembro de 2014, em tudo o que não seja contrariado pelo presente Contrato e pela Lei.

Sublinhe-se ainda que, nos termos do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, o projeto de regulamento de serviço deve ser submetido a parecer da ERSAR durante o período de consulta pública.

Relativamente à transferência de poderes para a AGERE prevista no n.º 8 reitera-se o exposto no ponto 3.3.3 a propósito da delegação de competências para instauração de processos de contra ordenação e no ponto 3.3.12 no que respeita à legitimidade para a instauração de execuções fiscais.

3.3.6. Bens, responsabilidade e relações jurídicas afetas ao contrato de gestão (Cláusula décima)

Presumindo-se que os bens afetos ao sistema são os constantes do anexo 5, recomenda-se que na cláusula em análise, seja feita uma referência àquele anexo.

Por outro lado, tendo presente que os bens identificados no anexo 5 já estão afetos à gestão dos serviços delegados na AGERE, afigura-se necessário definir quais os termos em que poderão vir a ser afetos outros bens municipais, à luz do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Sublinhe-se que quando a afetação de novos bens seja feita a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação.

3.3.7. Financiamento (Cláusula décima terceira)

Na alínea b) da presente cláusula é feita referência a comparticipações financeiras e subsídios previstos no Contrato Programa, o qual não foi remetido à ERSAR. Perante tal facto, e através de contacto telefónico com o Município de Braga (Gabinete de apoio ao Presidente da Câmara) na qualidade de delegante, foi a ERSAR informada de que não existe nenhum contrato programa.

Não obstante, o EVEF contempla subsídios à exploração, os quais dependem da prévia celebração de contratos-programa. Assim não pode deixar de se recomendar que a elaboração e outorga do contrato programa seja harmonizada com o contrato de gestão delegada e com as fontes de financiamento previstas no respetivo EVEF, de forma a não criar desequilíbrios.

3.3.8. Serviços e Expropriações (Cláusula décima nona)

A cláusula em análise trata da delegação de poderes públicos na AGERE que não se limitam às serviços e expropriações, pelo que a respetiva epígrafe deve ser revista.

Acresce referir que a propósito da cobrança coerciva de dívidas relativas a contratos de abastecimento e saneamento é entendimento da ERSAR que a execução fiscal não é o mecanismo legal adequado à recuperação deste tipo de dívida, devendo as entidades gestora recuperar os seus créditos através de injunções e processos executivos no âmbito da jurisdição comum.

Com efeito, o novo regime financeiro das autarquias locais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) mantém a distinção entre taxas (artigo 20.º) e preços (artigo 21.º), continuando o regime geral das taxas das autarquias locais constante da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, a aplicar-se apenas às primeiras.

O artigo 4.º da citada Lei n.º 53-E/2006 impõe um princípio de equivalência jurídica na determinação do valor das taxas, estabelecendo que “o valor das taxas é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular”.

De forma significativamente diferente, o artigo 20.º do regime financeiro das autarquias locais determina que “os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos municípios relativos aos serviços prestados e aos bens fornecidos em gestão direta pelas unidades orgânicas

municipais ou pelos serviços municipalizados não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”. Estes custos devem, nos termos do mesmo preceito, ser medidos em situação de eficiência produtiva.

Também a repartição de competências entre os órgãos dos municípios definida no regime das autarquias locais (Lei n.º 75/2013, de 18 de setembro) mantém a distinção já existente quanto à aprovação de taxas e de tarifas ou preços: enquanto cabe à assembleia municipal “Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor” (alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º), a câmara municipal compete “fixar os preços da prestação de serviços ao público pelos serviços municipais ou municipalizados, sem prejuízo, quando for caso disso, das competências legais das entidades reguladoras” (alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º).

Quando os serviços de águas e resíduos sejam prestados por empresas municipais, a intervenção da assembleia municipal ocorre no momento da criação da empresa (alínea n) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013 e artigo 22.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto), mas o respetivo tarifário é definido no contrato de gestão delegada celebrado pela câmara municipal, cabendo a este órgão, enquanto representante do município, aprovar e ratificar as respetivas revisões e atualizações (artigo 24.º Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto).

Continuando a não existir norma especial que submeta a falta de pagamento dos preços ao processo de execução fiscal, como se verifica para os impostos e outros tributos, na alínea b) do artigo 15.º da citada lei, considera a ERSAR que a sua cobrança coerciva terá de ser feita na jurisdição comum, que, de resto, é a via adequada para a cobrança de dívidas emergentes de contratos regulados pelo direito privado, como o são os contratos de prestação de serviços de águas e resíduos.

Recorde-se ainda que a análise do Código de Procedimento e Processo Tributário (CPPT), que regula a execução fiscal, conduz à mesma conclusão. O processo de execução fiscal abrange apenas a cobrança coerciva das dívidas identificadas no artigo 148.º do Código de Procedimento e Processo Tributário, designadamente tributos e taxas (alínea a) do n.º 1 do artigo citado) e

importâncias que devam ser pagas por força de ato administrativo (alínea b) do n.º 2 do mesmo artigo).

Face ao exposto, e tendo em atenção que a remuneração dos serviços de águas e resíduos resulta não de um ato administrativo, mas de um contrato de consumo que se rege pelo direito privado e assume a natureza jurídica de preço e não de taxa, reitera-se o entendimento de que o processo de execução fiscal não deve ser aplicável à recuperação das dívidas inerentes aos contratos de prestação de serviços de águas e resíduos.

Note-se, finalmente, que a possibilidade de recurso à execução fiscal, estando limitada às autarquias, introduziria uma diferenciação de regime entre os modelos de gestão direta e gestão delegada por um lado e o modelo de gestão concessionada, por outro, que, do ponto de vista do utilizador, não se justifica.

Face a todo o exposto, recomenda-se a revisão da abordagem dada às matérias acima identificadas, recomendando-se a alteração da redação dada à alínea d), sugerindo-se para o efeito a seguinte redação: "Recorrer aos instrumentos legalmente previstos para cobrança coerciva dos serviços delegados;"

3.3.9. Sanções referentes à construção das infraestruturas (Cláusula vigésima segunda) e Sanções pelo incumprimento de metas e objetivos (Cláusula trigésima quinta)

Como ponto prévio, considera-se que, por se tratar sempre de sanções motivadas incumprimentos contratuais as matérias tratadas na cláusula vigésima segunda e trigésima quinta deveriam ficar numa única cláusula

Admitindo que nalguns casos a não execução do PI pode ter por consequência o incumprimento dos objetivos afigura-se não se justificar sancionar duplamente a Entidade Gestora pelo incumprimento do PI e do consequente incumprimento do objetivo associado, aspeto que deve ser ressalvado nesta cláusula.

No caso de sanções pecuniárias deve ser estipulado apenas o intervalo entre valores a que corresponde a sanção (como de resto foi feito para o incumprimento das metas e objetivos), cabendo à entidade delegante justificar o valor aplicado no momento da sua deliberação. Na

determinação da gravidade do incumprimento, o Delegante tem em conta, nomeadamente, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Entidade Gestora e as consequências do incumprimento.

Note-se que a definição dos incumprimentos contratuais e respetivas sanções poderá ser feita em anexo a integrar no contrato de gestão delegada.

3.3.10. Poder do Município (cláusula vigésima tercelra e vigésima quinta)

Na epígrafe do capítulo V e da cláusula 25.ª não se compreende a que "parceiros" se pretende fazer referência. Tratando-se de uma delegação apenas do município de Braga na AGERE, afigura-se mais adequada a referência à entidade delegante.

Relativamente ao n.º 2 da cláusula 23.ª, importa notar que as propostas de tarifário não são enviadas ao município para "*efeitos de conhecimento e pronúncia*", mas sim para sua aprovação, na medida em que nos termos do artigo 24.º do Decreto-lei n.º 194/2009 é ao município que compete a aprovação dos tarifários a praticar pela entidade gestora, pelo que deve se recomendar a adequação desta cláusula àquele normativo legal.

Por outro lado, recomenda-se ainda que sejam incluídos nesta cláusula os seguintes poderes do município:

- a) Definição dos grandes objetivos para a Entidade Gestora,
- b) Modificação unilateral do Contrato, desde que respeitado o objeto e âmbito do Contrato,
- c) Autorização de aumentos de capital social propostos pela Entidade Gestora ou da sua abertura a terceiros;
- d) Aplicação das sanções previstas para o incumprimento dos objetivos e metas definidos.

3.3.11. Riscos não transferidos pelo município (cláusula vigésima quarta)

Na presente cláusula deve ficar expressamente consagrado que, sem prejuízo do previsto nesta cláusula e das regras de equilíbrio de contas impostas pelo regime jurídico da atividade empresarial local, a Entidade Gestora assume os ganhos e as perdas decorrentes da exploração

do serviço no decurso de cada período vinculativo de cinco anos, não se refletindo os mesmos na trajetória tarifária do período subsequente.

Recomenda-se ainda o aditamento de um novo número após o n.º 2, no qual fique previsto que o impacto financeiro da verificação dos riscos previstos no n.º 2 é objeto de quantificação, circunscrita ao período vinculativo em curso, acordada entre as Partes e sujeita a parecer da entidade reguladora, sendo regularizado por transferência financeira direta entre aquelas.

3.3.12. Medição e faturação (Cláusula vigésima nona)

Recomenda-se o alargamento do prazo máximo para pagamento de faturas, previsto no n.º 4 para vinte dias contados da sua emissão, de forma a garantir que, eventuais atrasos no envio ou receção da fatura não põem em causa o prazo legal de 10 dias¹⁰ após a receção da fatura.

A propósito do n.º 5 da presente cláusula, importa salientar que às dívidas dos consumidores pela prestação dos serviços de águas e resíduos é aplicável o regime dos juros civis, cuja taxa supletiva, nos termos previstos no artigo 559.º do Código Civil, foi fixada pela Portaria n.º 291/2003, de 8 de abril, em 4%. Apenas aos utilizadores não-domésticos, salvo aqueles que devam ser considerados como consumidores (nomeadamente condomínios), deve ser aplicado o regime dos juros comerciais, cuja taxa supletiva é divulgada semestralmente por aviso da Direção-Geral do Tesouro, nos termos definidos pela Portaria n.º 597/2005, de 19 de julho, que veio regulamentar o artigo 102.º do Código Comercial.

Nestes termos, recomenda-se expressamente a alteração deste n.º 5 em conformidade com o entendimento acima exposto.

Relativamente à possibilidade de recurso à execução fiscal também prevista neste n.º 5, reitera-se o exposto no ponto 3.3.8, pelo que deve esta referência ser eliminada.

¹⁰ Decorrente do n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de julho com a redação introduzida pela Lei n.º 10/2013, de 28 de Janeiro (Le) dos Serviços Públicos Essenciais

3.3.13. Suspensão da prestação dos serviços de águas (cláusula trigésima)

No que se refere ao prazo de antecedência mínima previsto no n.º 2, cumpre alterar para a necessidade da sua alteração, uma vez que com a alteração à Lei dos Serviços públicos essenciais introduzida pela Lei n.º 10/2013, de 28 de janeiro, este prazo passou a ser de 20 dias.

3.3.14. Monitorização do contrato de gestão delegada (Cláusula trigésima terceira)

Relativamente à redação adotada nesta cláusula, recomenda-se a sua revisão no sentido de ficar definido um prazo para o envio do relatório ao delegante, que se recomenda que seja o final do primeiro trimestre seguinte ao ano a que respeita.

3.3.15. Partilha de ganhos pelo aumento de adesão ao serviço (Cláusula trigésima quarta)

A partilha de ganhos pelo aumento da adesão do serviço nos termos do n.º 1 (em benefício dos utilizadores) deve ser feita através da alteração da trajetória tarifária, o que implica uma alteração contratual significativa, na medida em que pressupõe um ajustamento no modelo financeiro. Por conseguinte, esta alteração deve ser sujeita ao procedimento de revisão do contrato de gestão delegada previsto no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, não podendo por isso a decisão dos termos da partilha de ganhos ser definida pelos órgãos societários da AGERE, razão pela qual deve esta cláusula ser alterada.

3.3.16. Revisão do contrato de gestão delegada (Cláusula trigésima quinta)

Para além dos elementos enunciados no n.º 1, a proposta de revisão do contrato de gestão delegada deve ainda ser instruída com os seguintes elementos:

- Objetivos para a Entidade Gestora;
- Plano de investimentos a cargo da Entidade Gestora
- Tarifário e sua trajetória de evolução temporal;
- Obrigações do Delegante quanto ao financiamento da prestação dos serviços delegados.

Saliente-se que quer os elementos acima identificados quer a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico e as obrigações do Delegante quanto ao financiamento da

prestação dos serviços delegados são definidos vinculativamente para o período subsequente de 5 (cinco) anos.

Deve ainda ser definido o prazo para a apresentação da proposta de revisão do contrato e para a solicitação do parecer da ERSAR.

4. Conclusões

Remetendo para a análise acima realizada, cumpre destacar as seguintes conclusões e recomendações:

- a) Na cláusula do objeto da delegação recomenda-se a inclusão de uma planta clara e legível com informação relativa ao número de alojamentos abrangidos pela área de intervenção da entidade gestora;
- b) Tendo em atenção as dúvidas suscitadas relativamente à efetiva necessidade de alguns investimentos, deve ser reavaliado o Plano de Investimentos no sentido de não serem desenvolvidas soluções que se venham a revelar desadequadas ou desnecessárias num futuro próximo;
- c) O Plano de Investimentos deve ainda ser reformulado de forma a que os investimentos fiquem claramente identificados e caracterizados em termos de identificação dos locais, tipo de intervenção, extensão e valor de investimento;
- d) Devem ser incluídos os objetivos adicionais e respetivos indicadores referidos em 3.2.1. para garantir a qualidade do serviço prestada e a sua monitorização, assim como as iniciativas de carácter estratégico identificadas em 3.2.2, com momentos-chave caracterizadores do seu sucesso, para que o seu cumprimento seja a todo o tempo monitorizável e exigível;
- e) Recomenda-se que sejam relacionados o cumprimento de cada um dos objetivos, definidos no contrato de gestão delegada com a execução do(s) investimento(s) necessário(s) à sua prossecução, quando seja o caso, e sejam definidos indicadores que permitam a aferição do cumprimento dos objetivos propostos ao longo do período da delegação, com especial enfoque para os primeiros 5 anos (vinculativos);

- f) Deve ser apresentado um plano de renovação de viaturas e equipamentos do serviço de gestão de resíduos urbanos, assim como a indicação dos valores unitários de cada viatura e equipamento a adquirir;
- g) Devem ser revistos os pressupostos do EVEF, designadamente nas quantidades de RU produzidos para o período da delegação;
- h) Considerando a previsão de candidatar grande parte dos investimentos previstos a financiamento comunitário, deve ser esclarecido de que modo uma eventual não aprovação dos projetos candidatados condicionará a sua realização e, por conseguinte, o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Empresa, devendo o EVEF ser revisto de modo a acomodar os diferentes cenários que resultam desta incerteza.
- i) Recomenda-se a revisão da estrutura tarifária dos serviços de abastecimento e de saneamento à luz das recomendações desta entidade reguladora;
- j) A estrutura tarifária do serviço de gestão de resíduos urbanos deve ser revista de modo a dar cumprimento ao Regulamento Tarifário;
- k) Devem ser corrigidas todas as disposições referentes à atualização das tarifas de modo a assegurar o cumprimento da lei;
- l) Recomenda-se a ponderação do prémio de risco considerado e a revisão de todas as disposições referentes à remuneração acionista e do EVEF em conformidade com o entendimento exposto;
- m) A entidade gestora deve envidar esforços para reduzir os custos dos serviços de abastecimento e de saneamento, de forma a não penalizar os utilizadores finais com eventuais custos de ineficiência;
- n) Atento o grau de recuperação de custos presente nos três serviços, recomenda-se a revisão das tarifas no sentido de as reduzir para níveis adequados aos custos previstos (os quais devem refletir um cenário de eficiência produtiva);

- o) Todos os serviços não regulados devem ser objeto de contabilização autônoma e financiamento próprio, não devendo ser usadas para esse propósito as tarifas cobradas por conta dos serviços de abastecimento, saneamento e resíduos urbanos.

Tendo em atenção o acima exposto, e considerando que a minuta em análise contém disposições contrárias à lei e ao regulamento tarifário, recomenda-se expressamente a revisão da proposta de contrato de gestão delegada no sentido de incluir e atender aos comentários produzidos no presente parecer, dando conhecimento à ERSAR da minuta revista do contrato previamente à sua assinatura.

O Conselho de Administração



ERSAR

ENTIDADE REGULADORA
DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS

C.C:

agere@agere.pt

Ex.mo Senhor Presidente

Câmara Municipal de Braga

Praça do Município

4705-514 BRAGA

gab.presidencia@cm-braga.pt

vossa referência
your reference

vossa comunicação
your communication

nossa referência
our reference

nosso processo
our process

data
date

O-004922/2021

26140

2021-07-22

assunto
subject

Parecer sobre a minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre o município de Braga e a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Ex.^{mo} Senhor

Junto se envia o parecer desta Entidade sobre o sobre, a minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre o município de Braga e a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Em cumprimento do n.º 3 do artigo 51.º do Regulamento de Procedimentos Regulatórios (Regulamento n.º 446/2018, publicado em Diário da República, 2ª série, n.º 140, de 23 de julho 2018), o parecer será objeto de publicação no sítio da internet desta entidade reguladora.

Nestes termos e caso as entidades destinatárias considerem existirem informações confidenciais no referido parecer deve, no prazo de 10 dias informar a ERSAR dessa situação nos termos previstos pelo n.º 4 do art.º 51.º do referido regulamento.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente

(Orlando Borges)

Anexos: 1-000721/2021

Rua Tomás de Fonseca, Torre G - 8º
1600-209 LISBOA - PORTUGAL

T.: +351 210 052 200
F.: +351 210 052 259

www.ersar.pt
geral@ersar.pt



Parecer sobre a minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre o município de Braga e a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M.

Processo	26140
Informação	I-000721/2021
Entidade titular	Município de Braga
Entidade gestora	AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M
Serviços	Abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos
Data da decisão	2021-07-22

1. O pedido

Através de ofício rececionado a 9 de março de 2020, o Município de Braga remeteu à ERSAR, para efeitos de emissão de parecer nos termos do n.º 7 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto a minuta do contrato de gestão delegada a celebrar com a empresa AGERE acompanhada dos seguintes anexos:

Anexo 1 – Plano de investimentos

Anexo 2 – Indicadores de desempenho

Anexo 3 – Tarifário para 2020

Anexo 4 – Principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE

Anexo 5 – Afetação de bens municipais à prestação do serviço a prestar pela AGERE

Anexo 6 – Atualização de tarifas

Anexo 7 – Modelo Económico-financeiro em versão PDF e em versão editável (excel)

Após uma análise preliminar à documentação recebida verificou-se que a minuta de contrato correspondia, no seu geral, a uma versão já anteriormente submetida à apreciação da ERSAR e que, a maioria das recomendações já preconizadas pela ERSAR não tinham sido acolhidas na minuta agora rececionada, pelo que, através de ofício datado de 17 de março de 2020¹, foi

¹ com a referência O-001821/2020

solicitado ao município que confirmasse se a nova documentação correspondia a uma proposta de minuta do contrato de gestão delegada revista.

O município, através de e-mail datado de 18 de setembro de 2020, veio confirmar que a documentação recebida em março correspondia a uma nova versão da minuta de contrato de gestão delegada que contemplava já as recomendações preconizadas pela ERSAR no parecer emitido a 18 de dezembro de 2018, transmitido às partes em 3 de janeiro de 2019². Em anexo o município juntou um documento no qual foram evidenciadas as alterações introduzidas na minuta de contrato, bem como as justificações para as recomendações não acolhidas.

Analizada toda a documentação recebida, foi identificado um conjunto de questões que careciam ainda de correção, nomeadamente a atualização temporal dos anexos contratuais, face ao lapso de tempo em que foram elaborados e a possível data de outorga do contrato, o que foi solicitado através do ofício datado de 9 de novembro de 2020³.

No mesmo ofício, e sabendo-se que a empresa delegatária tem um parceiro privado, selecionado no âmbito de um concurso público, foram igualmente solicitados os documentos pré-contratuais e contratuais relativos àquela seleção de participação social na empresa municipal, elementos esses que foram remetidos à ERSAR em 24 de novembro de 2020⁴.

A 3 de março de 2021 foi rececionada na ERSAR um ofício⁵, acompanhado dos anexos à minuta do CGD, através do qual a AGERE apresenta justificações para vários aspetos que a ERSAR havia considerado serem suscetíveis de correção no modelo económico-financeiro, nomeadamente quanto ao início da vigência da delegação que pretendem manter como 2020.

Perante tal situação, no dia 30 de março teve lugar uma reunião na qual estiveram presentes representantes da ERSAR, do município, e da AGERE na qual foi identificado um conjunto de questões relativamente às quais a ERSAR recomendou a sua revisão e que foram posteriormente comunicadas por escrito às partes, através de e-mail datado de 12 de abril de 2021.

No seguimento da referida reunião, a 21 de maio de 2021, foi recebida na ERSAR a seguinte documentação:

² com a referência O-000001/2019

³ com a referência O-007547/2020

⁴ com a referência 2577

⁵ com a referência S03975-202103-AADM

Anexo 1 – Plano de investimentos

Anexo 2 – Indicadores de desempenho

Anexo 3 – Tarifário para 2020

Anexo 4 – Principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE

Anexo 5 – Afetação de bens municipais à prestação do serviço a prestar pela AGERE

Anexo 6 – Atualização de tarifas

Anexo 7 – Modelo económico-financeiro em versão editável (excel)

Anexo 8 – Plantas.

A 8 de junho p.p., foram recebidos na ERSAR alguns elementos complementares aos rececionados a 21 de maio, designadamente:

Anexo7_ completo.pdf

Memória descritiva EVEF20210528.pdf

Plano_investimentos_2021_2041.pdf

Nesta data (8 de junho de 2021), verificou-se estarem reunidos todos os elementos necessários à emissão do parecer solicitado.

2. Antecedentes

A ERSAR já teve oportunidade de se pronunciar sobre a minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre o município de Braga e a AGERE por duas vezes.

A primeira apreciação feita pela ERSAR data de 19 de janeiro de 2017⁶, e teve como objeto a minuta de contrato submetida à apreciação desta entidade reguladora, pelo município de Braga, em 19 de janeiro de 2015. O parecer emitido pela ERSAR foi desfavorável, tendo sido recomendada a revisão da proposta de contrato no sentido de incluir e atender aos comentários e recomendações apresentadas.

Posteriormente, em 5 de novembro de 2018, a AGERE submeteu à apreciação da ERSAR, para efeitos de parecer, nova minuta de contrato de gestão delegada, a qual foi objeto de análise por parte desta Entidade Reguladora e que deu origem a novo parecer com data de 3 de janeiro de 2019⁷, também este desfavorável, tendo sido novamente recomendado às partes que revissem a minuta de contrato à luz das recomendações preconizada pela ERSAR.

⁶ I-002181/2016

⁷ I-002117/2018

3. Quadro legal aplicável

A apreciação da ERSAR tem sede ao abrigo do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto (que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos), conjugado com o disposto na alínea a), e do n.º 4 da Lei n.º 10/2014, de 6 de março (que aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

Nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 7.º e dos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, os serviços municipais de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos podem ser delegados pelos municípios em empresas integradas no respetivo setor empresarial local, através da celebração de um contrato de gestão delegada.

O regime geral de organização e funcionamento destas empresas consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, sendo que o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece um regime especial que detalha a forma como a delegação destes serviços é estabelecida e funciona (definindo direitos e obrigações de ambas as partes). Pretende-se com este último regime, no essencial, garantir que os termos em que os serviços devem ser prestados pela empresa municipal delegatária são definidos de forma clara e objetiva (assegurando a sustentabilidade e a qualidade dos serviços prestados) e que o seu cumprimento é a todo o tempo monitorizável e exigível.

Cumpra ainda mencionar o Regulamento n.º 446/2018, de 23 de julho (Regulamento de Procedimentos Regulatórios, publicado em D.R. de 23 de julho), o qual tem por objeto os procedimentos aplicáveis às relações entre a ERSAR e as entidades gestoras sujeitas à sua regulação, detalhando a documentação necessária para efeitos de apreciação e emissão de pareceres, mormente, instrução dos processos relativos à constituição de novos sistemas de gestão e exploração dos serviços de águas e resíduos.

Importa, ainda, ter presente o Regulamento tarifário do serviço de gestão de resíduos urbanos⁸ (RTR), revisto pelo Regulamento n.º 52/2018, de 23 de janeiro, que sem prejuízo da publicação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2021⁹, se mantém em vigor até à aprovação de

⁸ Aprovado por deliberação da ERSAR n.º 928/2014, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 74, de 15 de abril.

⁹ Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

novos regulamentos tarifários nos domínios do tratamento e de recolha seletiva dos resíduos urbanos, da captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, e da recolha, tratamento e rejeição de efluentes, por força do Despacho n.º 3465/2021, publicado no Diário da República n.º 63/2021, Série II de 2021-03-31.

Atentas as atribuições e competências da ERSAR (constantes do referido Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e da Lei n.º 10/2014, de 6 de março), cabe a esta entidade emitir parecer sobre as minutas dos contratos de gestão delegada referente aos serviços regulados (abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos); previamente à respetiva assinatura, de modo a que as suas recomendações possam ser tidas em consideração na versão final do mesmo.

4. Análise

Como ponto prévio cumpre notar que para além da delegação dos serviços de águas e resíduos, a minuta de contrato em análise contempla a delegação de poderes em áreas que extravasam o âmbito de intervenção da ERSAR, pelo que a análise efetuada por esta entidade apenas incide sobre as áreas reguladas, ou seja, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, abrangendo a gestão dos serviços de águas e resíduos.

4.1. Contrato de gestão delegada

O conteúdo do articulado da minuta do contrato de gestão delegada obedece genericamente aos requisitos legais constantes no artigo 20.º do regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Não obstante, destacam-se abaixo aspetos particulares ou específicos que devem ser retificados, e outros que poderão constituir objeto de melhoria, recomendando-se ainda a inclusão de uma cláusula na qual fique estabelecida o prazo de vigência do contrato.

4.1.1. Cláusula Segunda (Definições)

Relativamente às alíneas b) e c) recomenda-se a revisão da redação dada no sentido de atualizar a versão em vigor do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, sugerindo-se para o efeito a seguinte redação:

" ...Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, com a redação em vigor..."

Relativamente à alínea v) Remuneração anual acionista, verifica-se não terem sido efetuadas alterações relativamente às minutas do contrato de gestão delegada anteriormente analisadas, pelo que se reiteram as recomendações vertidas nos anteriores pareceres da ERSAR, nomeadamente no que respeita ao cálculo do capital objeto de remuneração e ao valor da taxa de remuneração.

Cumpre, no entanto, mencionar a discordância da ERSAR face à fórmula utilizada para o cálculo do resultado líquido do exercício, $RLE = 7,26\% \times CP + (RL + OR)$. O montante para constituição de reservas, apesar de não ser distribuído como dividendo, faz parte integrante da remuneração acionista e continua a ser remunerado anualmente, uma vez que é parte integrante do capital próprio alvo de remuneração (similar a um dividendo que é reinvestido na empresa pelos acionistas). Ao ser imposto um resultado líquido objetivo igual ao montante necessário para a remuneração acionista, acrescido do montante necessário para reservas, é entendimento da ERSAR que este método conduz a um valor de remuneração superior aos 7,26% definido no articulado (superior num montante equivalente ao valor das reservas).

Adicionalmente verifica-se que, de acordo com o modelo económico-financeiro apresentado, o montante anualmente registado em "Outras reservas", ao invés de permanecer registado no balanço da empresa, de forma a constituir efetivamente uma reserva, é distribuído anualmente na sua totalidade (identificado como um cash outflow, na sheet "Cashflows", linha 36, "Constituição reserva para fins sociais e investimento"). Como tal, questiona-se qual o destino desta distribuição, uma vez que a mesma constitui um encargo extra suportado pelos tarifários dos serviços regulados.

4.1.2. Cláusula Quarta (Serviços delegados)

Relativamente ao serviço de abastecimento público de água, e de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, deve ficar expressamente previsto a qual dos outorgantes compete a apresentação do Programa de Controlo de Qualidade da Água, relativamente aos fontanários não ligados à rede pública de distribuição de água que sejam origem única de água para consumo humano. Sublinha-se, a este propósito, que com a celebração do contrato, e sem prejuízo de eventuais delegações de competências/tarefas em freguesias, a delegatária assumirá a qualidade de entidade gestora na

totalidade do território, cabendo-lhe, nessa qualidade, cumprir a legislação aplicável e todas obrigações junto da ERSAR.

Tal só não sucederá se o município assumir expressamente a qualidade de entidade gestora do serviço para territórios que sejam expressamente excluídos do contrato de delegação, tendo essa delimitação de ficar patente no referido contrato.

4.1.3. Cláusula Décima (Bens, responsabilidades e relações jurídicas afetas ao contrato)

A propósito desta matéria, e porque a Cláusula em análise não sofreu qualquer alteração, reitera-se o já preconizado nos pareceres anteriormente emitido pela ERSAR.

Neste sentido deve ser introduzida, na presente cláusula, uma remissão para o Anexo 5 onde estão identificados os bens afetos ao sistema.

Por outro lado, tendo presente que os bens identificados no Anexo 5 já estão afetos à gestão dos serviços delegados na AGERE, afigura-se necessário definir quais os termos em que poderão vir a ser afetos outros bens municipais, à luz do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Sublinhe-se que quando a afetação de novos bens seja feita a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação.

4.1.4. Cláusula Décima Quarta (Financiamento)

Na alínea b) da presente cláusula é feita referência a comparticipações financeiras e subsídios previstos no Contrato Programa, o qual, apesar das insistências feitas junto das partes, não foi disponibilizado à ERSAR, pelo que não pode esta entidade reguladora pronunciar-se sobre o respetivo conteúdo.

Não obstante, importa salientar que o artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto com a redação em vigor (RJAEL), proíbe a atribuição pelas entidades públicas participantes às empresas locais de "(...) quaisquer formas de subsídios ao investimento", neste sentido, sublinha-se que os subsídios referidos na alínea b) deverão ser entendidos como subsídios à exploração atribuídos pelo município ou subsídios ao investimento concedidos por entidades terceiras.

Quanto a este último tipo de financiamento, recomenda-se a introdução de um novo número no qual fique previsto que a atribuição de subsídios, por entidades terceiras, não previstos no

modelo económico-financeiro para o período tarifário em curso, dá lugar à revisão extraordinária intercalar das tarifas.

4.1.5. Cláusula Décima Sexta (Estrutura tarifária)

Como ponto prévio cumpre reiterar as recomendações feitas nos anteriores pareceres emitidos pela ERSAR no que respeita à necessidade de compatibilização do n.º 4 deste artigo com as tarifas previstas no Anexo 3.

Relativamente às tarifas previstas para os serviços auxiliares dos serviços de águas, teve já a ERSAR a oportunidade de transmitir às partes que a minuta de contrato inclui tarifas que esta entidade reguladora considera que não devem ser cobradas autonomamente por constituírem um obstáculo à ligação dos utilizadores à rede pública, nomeadamente as tarifas de ramais com extensão inferior a 20 metros lineares, de ligação ao saneamento, de vistoria, entre outras. Não obstante, a minuta de contrato em análise continua a contemplar este tipo de tarifas, pelo que se reitera na íntegra o exposto nos pareceres anteriores.

Sem prejuízo do exposto, e no que respeita às tarifas referentes ao transporte e destino final de águas residuais, recolhidas em meios móveis provenientes de fossas sépticas, cumpre sublinhar que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º e n.º 3 do artigo 59.º, ambos do Decreto-Lei n.º 194/2009, a limpeza de fossas sépticas em locais não dotados de rede pública, integra o serviço principal de saneamento de águas residuais. Por conseguinte a limpeza de fossas sépticas a utilizadores não servidos por rede de drenagem não pode ser faturada como serviço auxiliar, sob pena de violação do supramencionado artigo, o que corresponde a uma ilegalidade contratual, termos em que se recomenda a revisão do tratamento dado a esta matéria.

No que respeita aos aspetos específicos dos tarifários dos diferentes serviços, verifica-se que foram acolhidas as recomendações respeitantes ao serviço de gestão de resíduos urbanos. No entanto, no caso dos tarifários dos serviços de abastecimento e saneamento de águas residuais, não foi identificado o acolhimento das recomendações anteriores, pelo que se reiteram as recomendações vertidas nos pareceres anteriores.

4.1.6. Cláusula Décima Sétima (Fixação, atualização e revisão das tarifas)

Como ponto prévio, cumpre notar que não foram tidas em consideração as recomendações da ERSAR anteriormente emitidas relativamente às questões abordadas na presente cláusula, pelo que se reitera o exposto nos pareceres anteriores.

De notar que, apesar da epígrafe da presente cláusula fazer referência à revisão das tarifas, verifica-se que o seu conteúdo não faz qualquer referência a esta questão, referindo-se apenas à atualização das tarifas.

Em relação à atualização das tarifas, o n.º 1 refere que a atualização anual será feita de acordo com o IHPC divulgado pela entidade competente pública, ao passo que o n.º 2 diz que as tarifas serão ainda atualizadas com base nos instrumentos de gestão previsional e por fim, o Anexo 6 à minuta de contrato contém uma fórmula de atualização distinta.

Sem prejuízo de se reconhecer que a escolha da forma de atualização anual das tarifas compete às partes, o facto é que, para evitar eventuais litígios, deve ficar contratualizada apenas uma forma de atualização, pelo que se recomenda a revisão desta questão, no sentido de ficar previsto apenas um mecanismo para a atualização anual das tarifas.

Sublinhe-se ainda que a atualização tarifária anual está sujeita a parecer prévio da ERSAR, cujo procedimento está regulado no artigo 26.º do RPR, competindo à entidade titular a sua ratificação, conforme resulta da alínea b) do artigo 24.º do mesmo diploma.

A propósito do n.º 2 cumpre referir que os instrumentos de gestão previsional devem ser utilizados para a revisão das tarifas e não para a sua atualização anual, pelo que se recomenda a revisão ou eliminação deste número 2.

No que respeita à revisão das tarifas, e como acima foi referido, a presente cláusula não contém qualquer referência nesta matéria, pelo que se impõe a menção de que o tarifário definido é um elemento vinculativo para cada quinquénio, período durante o qual apenas pode ser atualizado de acordo com o estipulado no contrato, nos termos do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 20.º do decreto-Lei n.º 194/2009.

Eventuais alterações à estrutura do tarifário durante o período quinquenal só são admissíveis em sede de revisão extraordinária intercalar, também sujeita a parecer prévio da ERSAR, conforme resulta do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

No fim de cada período vinculativo de 5 anos, as partes podem rever a estrutura tarifária e respetiva trajetória no âmbito da revisão contratual imposta pelo supramencionado artigo 29.º.

Face à ausência de tratamento desta matéria, recomenda-se a revisão da presente cláusula de forma a adequar o acima exposto.

4.1.7. Cláusula Vigésima (Delegação de outros poderes públicos delegados)

Recomenda-se a revisão da alínea e) do n.º 1, sugerindo-se para o efeito a seguinte redação:

"Fiscalizar o cumprimento das obrigações cuja violação constitui contraordenação nos termos do n.º 2 do artigo 72.º e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como das normas constantes do regulamento de serviço previsto na Cláusula 9.º relativas aos utilizadores."

4.1.8. Cláusula Vigésima Terceira (Sanções referentes à construção das infraestruturas)

Relativamente ao n.º 1 desta cláusula, recomenda-se que fique clarificado ou definido o que é considerado como " incumprimento grave das obrigações ...".

4.1.9. Cláusula Vigésima Oitava (Responsabilidade civil extracontratual e responsabilidade ambiental)

A apólice do seguro referida no n.º 1 deve ser exibida no momento da outorga do contrato e constituir anexo ao mesmo.

4.1.10. Cláusula Trigesima Terceira (Acompanhamento e reequilíbrio do Contrato de Gestão Delegada)

No âmbito do setor das águas e dos resíduos o equilíbrio do contrato é aferido e "reposto" em sede de revisão quinquenal do contrato, conforme resulta da conjugação do artigo 22.º com o artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

O regime geral de organização e funcionamento destas empresas consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, contudo o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece um regime especial que detalha a forma como a delegação destes serviços é estabelecida e funciona. Pretende-se com este último regime, no essencial, garantir os termos em que os serviços devem ser prestados pela empresa municipal delegatária, assegurando a sustentabilidade e a qualidade dos mesmos.

Nestes termos recomenda-se a revisão da presente cláusula, sugerindo-se a seguinte redação:

"O acompanhamento e equilíbrio do contrato de gestão delegada obedece ao Disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e, subsidiariamente, ao disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto."

4.1.11. Cláusula Trigésima Quinta (Partilha de ganhos pelo aumento da adesão ao serviço)

Da redação da presente cláusula resulta que uma eventual partilha de ganhos, em benefício do utilizador será feita através de uma alteração da trajetória tarifária.

A propósito da revisão da trajetória tarifária reitera-se o exposto no ponto 4.1.6 no sentido de que, sendo este um elemento vinculativo do contrato de gestão delegada, a sua alteração durante o decurso do quinquénio apenas pode ter lugar através de uma revisão extraordinária, conforme resulta do n.º 6. do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a qual está sujeita a aprovação do município e parecer prévio vinculativo desta entidade reguladora.

Sem prejuízo do exposto, é entendimento da ERSAR que eventuais partilhas de ganhos, em benefício do utilizador, devem ter lugar aquando das revisões quinquenais de forma a assegurar a estabilidade contratual.

4.1.12. Cláusula Trigésima Sexta (Sanções pelo incumprimento de metas e objetivos)

A propósito da aplicação de coimas ou multas no âmbito do presente contrato, recomenda-se que fique previsto que, na determinação da gravidade do incumprimento, o delegante terá em conta, nomeadamente, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Entidade Gestora e as consequências do incumprimento.

Deve ainda ficar salvaguardado que a aplicação de quaisquer sanções previstas nesta cláusula está sujeita à audiência prévia da entidade gestora, a exercer nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo, podendo ser solicitado o parecer da entidade reguladora sobre a verificação do incumprimento alegado pelo Município.

4.1.13. Cláusula Trigésima Sétima (Revisão do contrato de gestão delegada)

Em relação à revisão do contrato de gestão delegada importa sublinhar que, no final de cada período vinculativo, a revisão contratual deve estar em condições de ser assinada e assim suceder

automaticamente à versão em vigor. Este procedimento, afigura-se compatível com o facto de a entidade gestora dispor de 3 meses após o final de cada período vinculativo para promover a revisão quinquenal, conforme previsto no n.º 1 da presente cláusula.

A este respeito é entendimento da ERSAR que a iniciativa da entidade gestora de promover a revisão do contrato deve ser prévia ao termo do período quinquenal em curso, no sentido de assegurar que no termo do contrato em vigor a proposta de revisão já reúne o parecer da ERSAR e a aprovação municipal, recomendando-se para o efeito que a proposta de revisão quinquenal seja remetida à ERSAR com 6 meses de antecedência relativamente ao termo previsto para o período quinquenal em curso.

Face ao exposto, recomenda-se a revisão desta cláusula em conformidade com o entendimento acima apresentado.

4.2. Plano de investimentos – Anexo 1

O plano de investimentos da AGERE para os próximos 20 anos (2021-2040), apresentado no Anexo 1 ao contrato e também na folha "Aux - PPI (dividido QREN)" do modelo económico-financeiro, ascende a €119.298.389 (a preços correntes). Dá-se nota que este valor inclui o serviço de "Ambiente Urbano" (num total de €3.593.303) que é um serviço não regulado pela ERSAR, e que como tal não será objetivo de análise.

Assim, o valor total previsto pela entidade gestora para os serviços regulados pela ERSAR é de €115.705.085, distribuídos da seguinte forma:

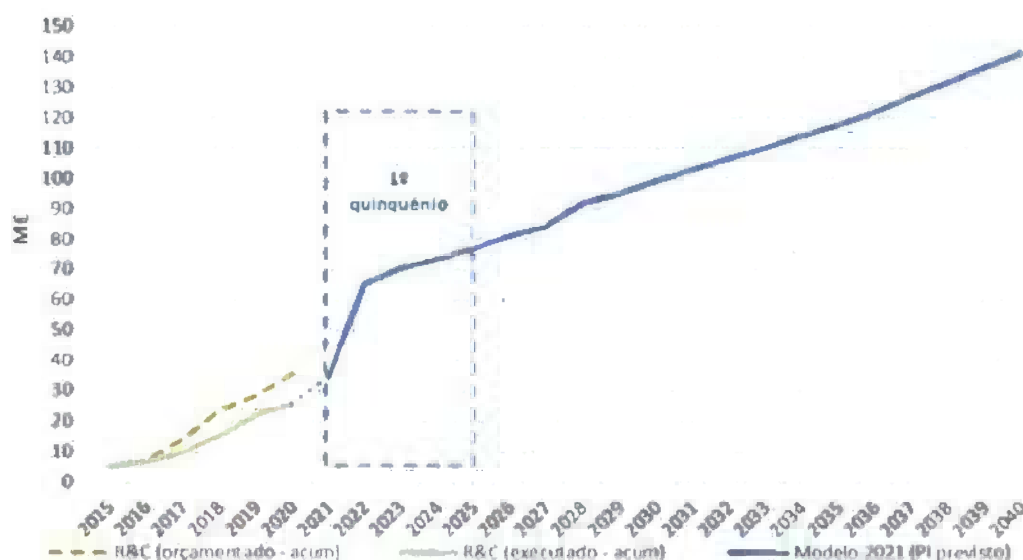
- Abastecimento de água: €52.100.694 (45%)
- Saneamento de águas residuais: €46.531.545 (40%)
- Resíduos urbanos: €4.288.485 (4%)
- Diversos comuns¹⁰: €12.784.361 (11%)

No 1º quinquénio vinculativo (2021-2025) os investimentos ascendem a €51.089.962 (24% em AA, 69% em AR, 1% em RU e 5% em "diversos comuns"), o que equivale a 44% do valor total para os próximos 20 anos.

¹⁰ A rubrica "diversos comuns" inclui investimentos associados ao serviço não regulado "ambiente urbano", que por não serem desagregados, na sua maioria, por atividade, não foi possível à ERSAR extrair esse valor da análise.

No gráfico abaixo, pretende-se fazer uma comparação dos valores anuais orçamentados e executados para os anos 2015-2019¹¹, bem como ilustrar a projeção dos investimentos para os 20 anos da delegação.

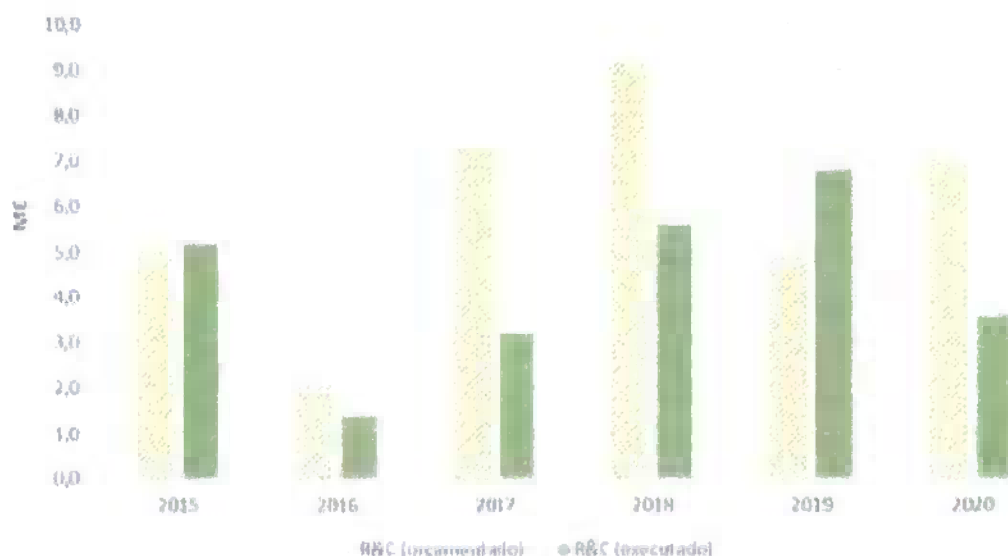
Gráfico 1: Investimento total acumulado nas atividades reguladas: orçamentado vs executado e projetado



No gráfico acima, constata-se que para o período 2015-2020, a AGERE executou 27% de investimento abaixo do orçamentado. Fazendo a análise da execução anual dos investimentos face à orçamentada (Gráfico 2), para o mesmo período de tempo, é evidente que apenas nos anos de 2015 e 2019 o investimento executado foi superior ao projetado, desconhecendo a ERSAR se foram executados os mesmos investimentos por um valor mais elevado ou se outros investimentos não orçamentados. Acresce que a média de investimento anual para os próximos 20 anos é de €5,8 milhões sendo que a média dos último 6 anos se cifrou nos €4,8 milhões. Neste contexto, sugere-se que se assumam projeções de investimento mais realistas (e consistentes com o histórico realizado) principalmente para o 1º quinquénio vinculativo da delegação, uma vez que tem impacto na definição da trajetória tarifária ao utilizador final (igualmente vinculativa).

¹¹ Os valores foram retirados dos Relatórios e Contas da AGERE, mais especificamente do "Relatório sobre a execução anual do plano plurianual de investimento/os".

Gráfico 2: Investimento anual nas atividades reguladas: orçamentado vs executado



Dá-se nota, como já referido em pareceres anteriores, que o Plano de investimentos apresentado no Anexo 1, inviabiliza, para várias ações previstas, a análise da razoabilidade dos montantes inscritos, uma vez que não é apresentada a caracterização física das infraestruturas, mas apenas o cronograma financeiro dos mesmos. A título de exemplo, refira-se a não caracterização física (DN e extensão) das condutas de água e coletores de águas residuais a construir.

De seguida, tendo por base a análise das rubricas do Plano de investimentos, importa tecer os seguintes comentários por atividade:

a) Abastecimento de água

O plano de investimentos proposto está desagregado por fase do processo produtivo, ou seja, por captação/tratamento, adução/elevação, armazenamento e distribuição. Para além da referida desagregação, está prevista uma rubrica "outros investimentos" que inclui, por exemplo, os planos de controlo de água não faturada, contadores de água, telemetria e utensílios e ferramentas.

Os investimentos dão continuidade ao trabalho que tem vindo a ser executado pela AGERE e estão, na sua grande maioria, em linha com os objetivos e iniciativas estratégicas definidas para os próximos anos. Os investimentos são, em grande parte, de substituição e remodelação de equipamentos e infraestruturas. No entanto, está também prevista a ampliação de um

reservatório, com a respetiva construção da adutora da ETA até àquela infraestrutura e a ampliação de redes de distribuição.

Para o ano de 2028 (fora do período vinculativo), está prevista a "remodelação da ETA" de Ponte do Bico (rubrica do plano de investimentos). No entanto, no documento justificativo do plano de investimento entregue à ERSAR no âmbito do processo em análise, a entidade gestora faz referência à sua ampliação para o dobro da capacidade. Sobre esta intervenção, e como já referido em pareceres anteriores e apesar de se reconhecer as limitações da AGERE para a necessidade intervir nesta instalação de tratamento, a ERSAR volta a questionar a necessidade da sua ampliação já que nos últimos quatro anos da avaliação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores, os dados relativos à utilização da capacidade da ETA mostram que esta infraestrutura está em constante subutilização. Mais se acrescenta que a acessibilidade física ao serviço está já nos 100% (apesar de alguma ampliação de rede) e o sucesso da adesão dos utilizadores aos sistemas fica, muitas vezes, aquém da melhor expectativa da entidade gestora. Nesse sentido, solicita-se à AGERE esclarecimentos sobre a intervenção a realizar na ETA e, caso a intenção seja a sua ampliação, recomenda-se a sua reavaliação sem prejuízo das necessárias remodelações e alterações à linha de tratamento referidas no documento justificativo do plano de investimento e constantes no plano de investimento.

Para o período vinculativo 2021-2025, o valor ascende a €12.221.072 (preços correntes), representando 24% do total do quinquénio.

b) Saneamento de águas residuais

Tal como acontece para o serviço de abastecimento de água, o plano de investimento para o saneamento de águas residuais está organizado por fase de processo produtivo, ou seja, por recolha (rede), elevação e tratamento. Acresce a estas rubricas um montante associado a "outros investimentos" que incluem, por exemplo, investimentos em equipamento de CCTV (para posterior desobstrução de coletores).

Os investimentos previstos são, de acordo com a entidade gestora, orientados para a melhoria ao nível da qualidade, segurança e eficiência. Neste sentido, estão previstos investimentos de reabilitação e substituição de equipamentos e infraestruturas (como por exemplo na ETAR de Frossos e nas estações elevatórias), bem como a construção do emissário e da ETAR Vale do Este. Estão também previstas pequenas ampliações de redes de coletores. Os investimentos propostos

estão em linha com os objetivos e iniciativas estratégicas propostas para o período vinculativo 2021-2025 e dão, também, continuidade aos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos.

Sobre a ETAR de Frossos, mais especificamente sobre o exutor, verifica-se que esta infraestrutura volta novamente a ser incluída no atual Plano de investimento, uma vez que não se encontrava contemplada no Plano de investimento analisado anteriormente por esta entidade reguladora¹². Esta infraestrutura tinha sido retirada uma vez que a entidade gestora reconheceu que a construção da nova ETAR do Vale do Este permitiria melhorar a qualidade da água no meio recetor, evitando-se assim o custo/investimento com a infraestrutura. Deste modo, questiona-se a opção da AGERE de incluir novamente investimentos com esta infraestrutura (no valor de cerca de €720 mil) distribuídos pelas seguintes rubricas "Exutor da ET Frossos_CMBraga", "Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento" e "Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento", sem prejuízo do valor ser abaixo do valor previsto nos planos de investimento anteriores.

A construção da nova ETAR do Vale do Este e do emissário Este é o investimento com maior peso no quinquénio vinculativo, ascendendo a cerca de €25,7 milhões. O investimento inclui não só a construção daquelas infraestruturas (na ordem dos €23,7 milhões: €17,8 milhões para a ETAR e €5,9 milhões para o emissário), mas também o projeto de engenharia, o estudo de impacto ambiental, os terrenos necessários, indemnizações, fiscalização, entre outros.

Sobre a referida ETAR, não sendo referidos os principais dados de dimensionamento (população equivalente e caudal a tratar), nem o nível de tratamento que a instalação proporcionará, não é possível avaliar a razoabilidade do montante previsto.

Sobre o investimento "emissário e ETAR do Este", a AGERE dá nota que o mesmo foi objeto de candidatura a fundos comunitários, com aprovação em setembro de 2020, tendo como premissas: (a) valor máximo de comparticipação ser de €9,0 milhões e (b) a data de fim da operação ser em junho de 2023. Pelo exposto, e analisando o plano de investimento, entende-se que já foi dado início ao referido investimento uma vez que, para 2021, estão previstos investimentos associados ao projeto de engenharia, estudos de impacto ambiental, aquisição de terrenos, indemnizações e servidões. Questiona-se ainda a entidade gestora sobre o tipo de

¹² Através de Informação com o n.º I-002117/2018 de 18 de dezembro de 2018.

investimentos contemplados na rubrica classificada como "fornecimentos diversos", no valor de €560.409, uma vez que já existem outras rubricas de investimentos diversos.

Para o período vinculativo 2021-2025, o valor ascende a €35.504.808 (preços correntes), representando 69% do total do quinquénio.

c) Resíduos urbanos

Relativamente aos resíduos urbanos, o valor do investimento representa 1% (€690.174) do total do investimento previsto para o quinquénio vinculativo. O baixo valor de investimento proposto está relacionado com os avultados investimentos realizados nos últimos 3 anos com a implementação da nova metodologia de recolha por contentorização que teve como objetivo o aumento da rentabilidade da frota e a melhoria do serviço prestado aos municípios. De acordo com a entidade gestora, foi substituído o sistema de recolha porta-a-porta pelo de recolha por proximidade, envolvendo por esta razão a instalação de 4.400 contentores de superfície e subterrâneos, o aumento do número de lavagens e ainda a renovação do parque de viaturas de recolha com a consequente diminuição das emissões de CO₂.

Ainda assim, e bem, a entidade gestora inclui a substituição por dano ou envelhecimento natural, de equipamentos de deposição de resíduos urbanos, substituição de uma viatura ainda no âmbito da estratégia acima apresentada, e outros pequenos equipamentos necessários para a prossecução da atividade em condições.

Pelos investimentos realizados, a entidade gestora considera que estão reunidas as condições para conseguirem implementar a recolha seletiva de biorresíduos. Não obstante, da análise ao modelo económico-financeiro não resulta claro que estejam previstas despesas relacionadas com os custos operacionais inerentes àquela recolha seletiva. Mais, não resulta claro com o plano apresentado, que a entidade gestora esteja a prever dar resposta às obrigações de recolha seletiva de têxteis e resíduos perigosos provenientes de habitações, conforme previsto no Regulamento Geral de Gestão de Resíduos, pelo que deve ser revista ou clarificada a matéria identificada.

Analisando as rubricas do plano de investimentos, e sendo a recolha de monstros uma atividade que integra a área de resíduos urbanos, o investimento associado à aquisição da viatura para este fim deve passar da atividade de "ambiente urbano" (não regulada) para a atividade de resíduos urbanos.

Comum às três atividades, a rubrica "sistemas de informação" tem no quinquénio vinculativo um valor de investimento associado que ascende a cerca de €1,4 milhões. A AGERE justifica este investimento com a aprovação, e desenvolvimento, do Plano de digitalização da empresa (parte integrante dos objetivos e iniciativas estratégicas para o quinquénio vinculativo). A necessidade de novos desenvolvimentos nesta área prende-se com o incremento de dados produzidos nos vários setores da atividade da AGERE considerando prioritário a melhoria dos sistemas existentes com o objetivo de assegurar o adequado tratamento com fiabilidades superiores, bem como a eliminação de registos redundantes. Nesse sentido, é expectável uma melhoria na eficiência de resposta da entidade ao nível de gestão interna, com melhores decisões estratégicas, bem como melhoria dos serviços prestados pela otimização de processos/procedimentos.

4.3. Indicadores de desempenho (Anexo 2) e principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE (Anexo 4)

Nos termos da alínea a) e b) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, os objetivos da empresa e a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico, respetivamente, devem ficar estipulados no contrato para um período de 15 anos, sendo vinculativos os definidos para os primeiros 5. Esta obrigação foi cumprida pela AGERE apenas no que se refere à definição dos objetivos da empresa. Assim, e no que toca à definição das iniciativas estratégicas da empresa, deve a entidade gestora corrigir a situação de modo a cumprir a obrigação estabelecida no Decreto-Lei n.º 194/2009.

A propósito da temática metas e objetivos (indicadores de desempenho – Anexo 2) mantemos a nota positiva dada no anterior parecer da ERSAR relativamente ao facto de terem sido elencados os investimentos que visam contribuir para o alcance das metas definidas para os indicadores de desempenho da qualidade do serviço considerados, contribuindo assim para a melhor aferição do seu cumprimento ao longo do período da delegação (com especial enfoque para o período vinculativo 2021-2025).

Relativamente aos indicadores de desempenho, reitera-se a importância da introdução dos indicadores relativos à "reabilitação de condutas" (AA09) e à "reabilitação de coletores" (AR07). Estes indicadores complementam outros já incluídos no Anexo 2 e contribuem para uma melhor monitorização das prioridades da AGERE, designadamente a melhoria do desempenho das redes. A inclusão daqueles indicadores permite, igualmente, monitorizar as iniciativas estratégicas definidas pela entidade gestora relativa aos planos de remodelação de condutas e coletores. A

recomendação é novamente feita sem prejuízo do referido pela entidade gestora no documento "Respostas a Parecer da ERSAR de 03/01/2019 incluídas no CGD enviado à ERSAR em fevereiro de 2020".

Sugere-se também, a inclusão de indicadores relacionados com a eficiência energética de instalações, propondo-se os indicadores da avaliação da qualidade do serviço relacionados com a eficiência energética de instalações elevatórias (AA13 e AR10), já que o plano de investimento apresentado incide, em muitas das suas rubricas, na substituição de equipamentos com vista à melhoria da eficiência energética do sistema de abastecimento e saneamento de águas residuais.

Analisando concretamente as metas definidas para os indicadores de desempenho para as três atividades reguladas durante o período vinculativo dos primeiros 5 anos, tecem-se os seguintes comentários:

- a) "AA03 – ocorrência de falhas no abastecimento": considera-se que a entidade gestora deve ser mais ambiciosa nas metas definidas tendo em conta não só o que se propõe executar e alcançar no período vinculativo, mas também o melhor valor histórico do indicador alcançado nos anos anteriores.
- b) "AA08 - Água não faturada": tendo em conta os investimentos que irão contribuir para a implementação das iniciativas estratégicas "Plano de redução de água" (implementar em 2021) e o "Plano de Remodelação de Condutas" (implementar até 2024), considera-se que as metas para este indicador devem ser revistas já que se mantêm inalteradas de 2021 até 2025 e são inferiores aos melhores desempenhos alcançadas no passado.
- c) "AA10b – Ocorrência de avarias em condutas": apesar de a meta prevista para os primeiros 5 anos se situar no intervalo de bom desempenho, considera-se que a entidade gestora deva ser mais ambiciosa, tendo em conta a estratégia de redução de perdas e o plano de remodelação de condutas definida pela entidade.
- d) "RU01b – Acessibilidade física do serviço": uma vez que a entidade gestora refere na descrição das iniciativas estratégicas que o ano de 2020 "(...) marcou a consolidação do sistema de recolha de resíduos urbanos no Concelho de Braga com a instalação de contentores subterrâneos e de superfície na via pública, (...)", desafia-se a entidade gestora a definir metas mais otimistas para este indicador elevando-o para o bom desempenho.

Sobre as principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE espelhadas no Anexo 4, entende-se que o mesmo foi atualizado face à proposta de investimentos agora apresentada (para os próximos 20 anos). Neste contexto, dá a ERSAR nota positiva à organização do referido anexo na medida em que o mesmo é apresentado através de uma matriz com identificação dos indicadores que irão permitir aferir o sucesso da sua execução bem como dos correspondentes investimentos. Sugere-se, por uma questão de monitorização futura, que as metas para a implementação das iniciativas propostas sejam definidas anualmente e não apenas com a indicação do ano da sua finalização.

Por último, e como já acima referido, o horizonte temporal definido para a implementação das iniciativas estratégicas restringe-se ao período vinculativo de 2021 a 2025 não cumprindo a obrigação prevista no n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, que é de 15 anos.

4.4. Modelo económico-financeiro- Anexo 7

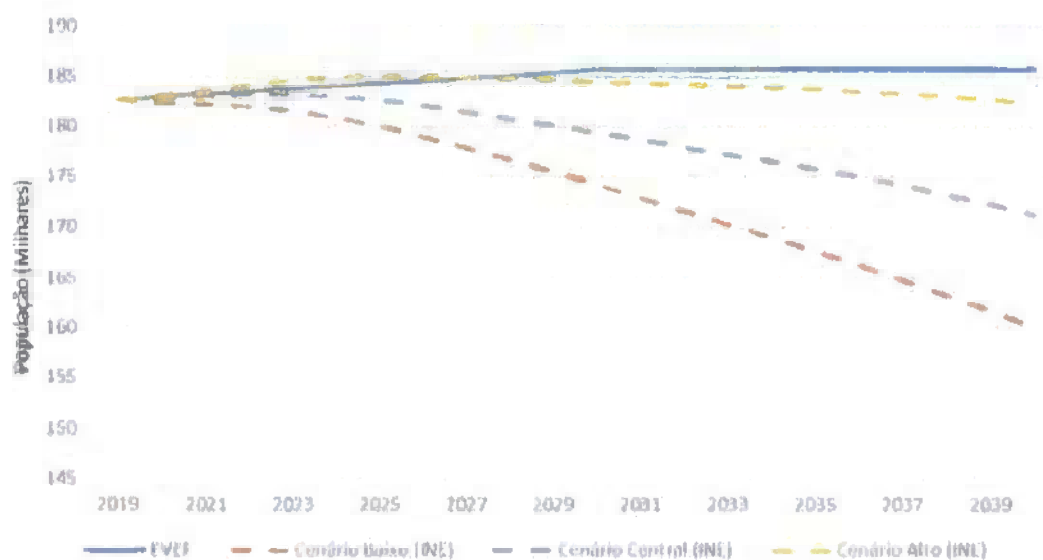
4.4.1. Projeções da procura

Nas projeções apresentadas para a população residente no concelho, considerou-se no EVEF uma taxa de crescimento anual de 0,15% até 2030, e de 0% a partir desse ano, tomando como ponto de partida a estimativa da população do INE para o ano 2019.

Analisando as projeções de evolução da população do INE para a região norte, e utilizando o mesmo ponto de partida considerado no estudo (população residente no município de Braga em 2019, dados mais recentes disponíveis), verifica-se que as projeções consideradas no estudo estão alinhadas com o cenário mais otimista previsto pelo INE, sendo inclusive um pouco superiores a partir do ano 2028.

Como tal, alerta-se para o facto de as projeções consideradas se enquadrarem num cenário otimista, o que poderá eventualmente vir a resultar em consequências negativas ao nível do volume de receitas previsto, no caso de este cenário não se verificar.

Gráfico 3 – Projeções da população



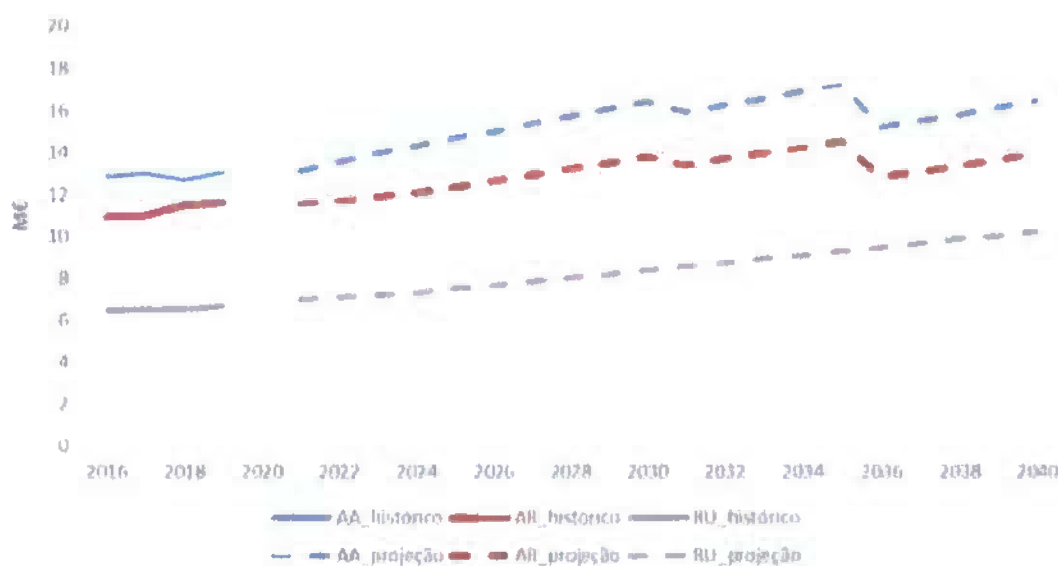
Para o cálculo dos volumes de água consumidos são utilizados valores de capitação (em litros/habitante/dia), sendo que, no entanto, estes valores são inseridos manualmente no modelo económico-financeiro, nos anos 2020 a 2024¹³. Na memória descritiva do modelo é referido que foi assumida uma diminuição dos volumes faturados em 2021 face a 2020 para valores próximos da média dos últimos anos, em virtude dos consumos anormalmente elevados em 2020, potenciados pelo efeito da pandemia. Para os anos posteriores a 2021, é assumido um crescimento anual das capitações até ao ano 2024, e a sua manutenção daí em diante. Relativamente ao pressuposto de estabilização temporal dos valores das capitações, alerta-se para o facto de que, por via da constante evolução tecnológica ao nível dos sistemas e equipamentos utilizados pelos utilizadores, e consequente melhoria da sua eficiência ao nível da poupança de água, como até da decorrência de uma cada vez maior consciencialização ambiental da população, estes fatores possam vir a produzir um efeito de redução das capitações, razão pela qual seria mais conservador considerar uma tendência de ligeira diminuição.

¹³ Células H81 a L81, sheet Inputs-Oper.

4.4.2. Análise da evolução económico-financeira

A evolução das vendas e serviços prestados nos serviços regulados apresenta a seguinte trajetória¹⁴:

Gráfico 4 – Vendas e serviços prestados

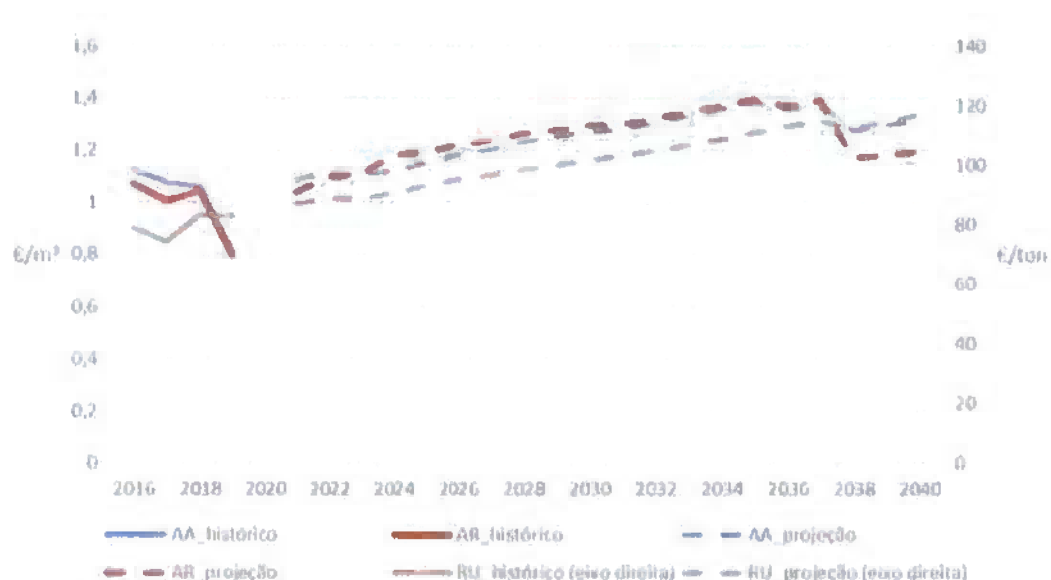


Os rendimentos para as 3 atividades apresentam uma tendência de evolução crescente, sensivelmente em linha com a inflação. Verifica-se, no entanto, um decréscimo na evolução dos rendimentos dos serviços de águas nos anos de 2031 e 2036, devido ao facto de nesses anos estarem previstas reduções reais das tarifas de 5% e 14%, respetivamente, em ambos os serviços.

No que se refere à evolução dos gastos, observa-se a seguinte evolução dos custos unitários de exploração de cada atividade:

¹⁴ Para o ano 2020 não foram disponibilizados no estudo os resultados desagregados por atividade. Por outro lado, à data de elaboração do parecer, a ERSAR não dispõe ainda dos dados relativos ao reporte de contas referente ao ano 2020 da AGERE, pelo que não se incluem os dados referentes a este ano.

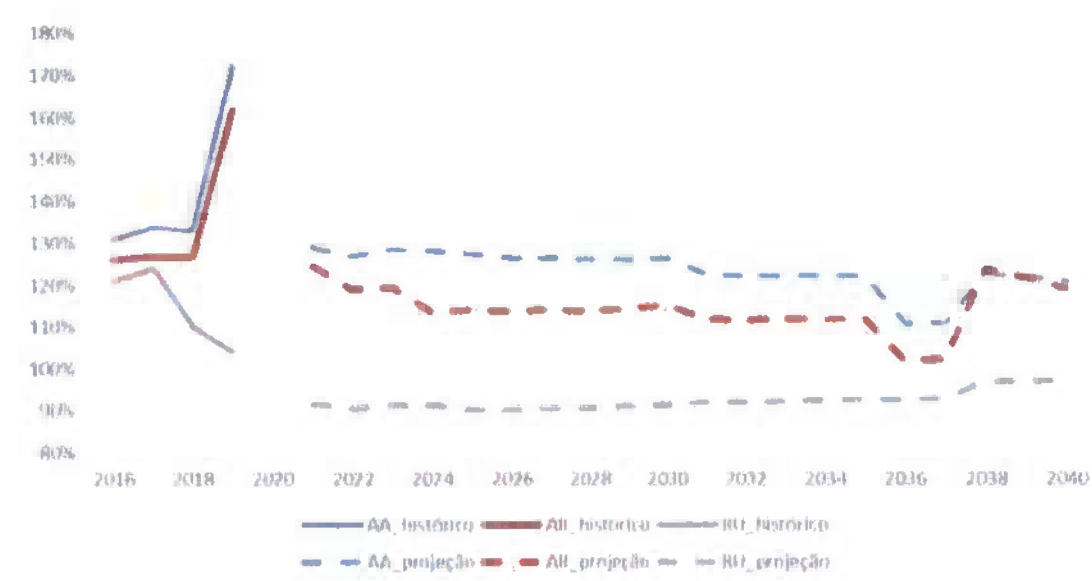
Gráfico 5 – Evolução dos custos unitários



Para o período em análise, verifica-se uma evolução anual aproximadamente constante dos custos unitários, e sensivelmente em linha com os valores de inflação considerados no modelo, pelo que da análise deste indicador não se antecipam melhorias significativas ao nível da eficiência da empresa. A redução significativa verificada no ano 2038 está relacionada com o decréscimo nesse ano do valor das amortizações. De notar também, que no caso dos serviços de abastecimento e saneamento e águas residuais, as projeções apresentadas diferem significativamente dos resultados históricos reportados à ERSAR, que vinham apresentando uma tendência decrescente nos últimos anos, motivo pelo qual se questiona o aumento significativo dos custos unitários e o seu desfasamento com os dados históricos reportados.

A análise às demonstrações financeiras por atividade permite avaliar o respetivo grau de cobertura dos gastos e, conseqüentemente, a sustentabilidade de cada um dos serviços. No caso da AGERE, foi possível apurar o seguinte resultado, com base nas demonstrações financeiras por atividade:

Gráfico 6 – Cobertura dos gastos



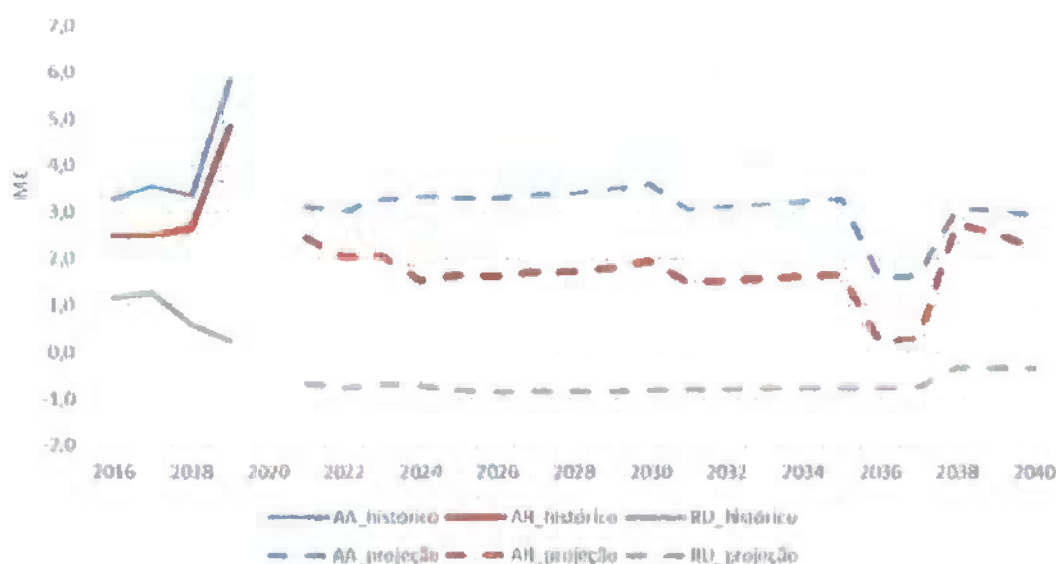
A AGERE apresenta um histórico de cobertura dos gastos excessiva, tendo por base as bandas de referência definidas pela ERSAR no âmbito do sistema de avaliação da qualidade de serviço, com valores na ordem dos 160% para os serviços de abastecimento e saneamento, e uma trajetória de aproximação a valores adequados no caso do serviço de gestão de resíduos urbanos.

Para o primeiro período quinquenal do contrato (2021-2025), verifica-se uma cobertura dos gastos excessiva no caso do serviço de abastecimento (acima dos 120%), e uma trajetória ligeiramente descendente para o serviço de saneamento, que permite alcançar um valor mediano de cobertura dos gastos (entre os 110% e os 120%). No caso do serviço de gestão de resíduos urbanos, verifica-se uma cobertura dos gastos mediana, por defeito, uma vez que apresenta um valor entre os 90% e os 100%. No caso dos serviços de águas, e à semelhança do que já foi referido no caso dos custos unitários, verifica-se uma discrepância significativa entre os dados históricos e os valores previsionais apresentados, verificando-se que a redução significativa da cobertura dos gastos no ano 2021, face aos valores históricos, coincide com o aumento significativo, no mesmo ano, ao nível dos custos unitários. A título de exemplo, verifica-se um aumento de quase €1,0 milhão no que toca aos custos com pessoal no ano 2021 (€10,3 milhões) face aos últimos dados reportados de 2019 (€9,3 milhões), sendo este efeito justificado com a alteração do custo médio dos trabalhadores, conjugado com a inclusão de um prémio a atribuir aos colaboradores em função dos resultados da AGERE.

Posteriormente verifica-se uma ligeira redução nos níveis de cobertura dos gastos para os serviços de abastecimento e saneamento no ano 2031, onde está prevista uma redução tarifária de 5%, e uma redução mais significativa no ano 2036, coincidindo com as reduções tarifárias de 14% previstas para os serviços de abastecimento e saneamento. No caso do serviço de saneamento, apenas após a descida de 14% das tarifas em 2036 é possível alcançar um valor mediano de cobertura dos gastos (ainda assim ligeiramente acima dos 110%), ao passo que no serviço de saneamento a redução tarifária de 2036 permite alcançar um valor adequado de cobertura dos gastos. Não obstante, verifica-se um novo agravamento da cobertura dos gastos a partir do ano 2038, decorrente da redução significativa nesse ano do custo com amortizações, com reflexo também visível ao nível dos custos unitários.

Analisando as demonstrações de resultados por atividade, verifica-se a seguinte evolução, no que ao resultado líquido diz respeito:

Gráfico 7 – Evolução do resultado líquido



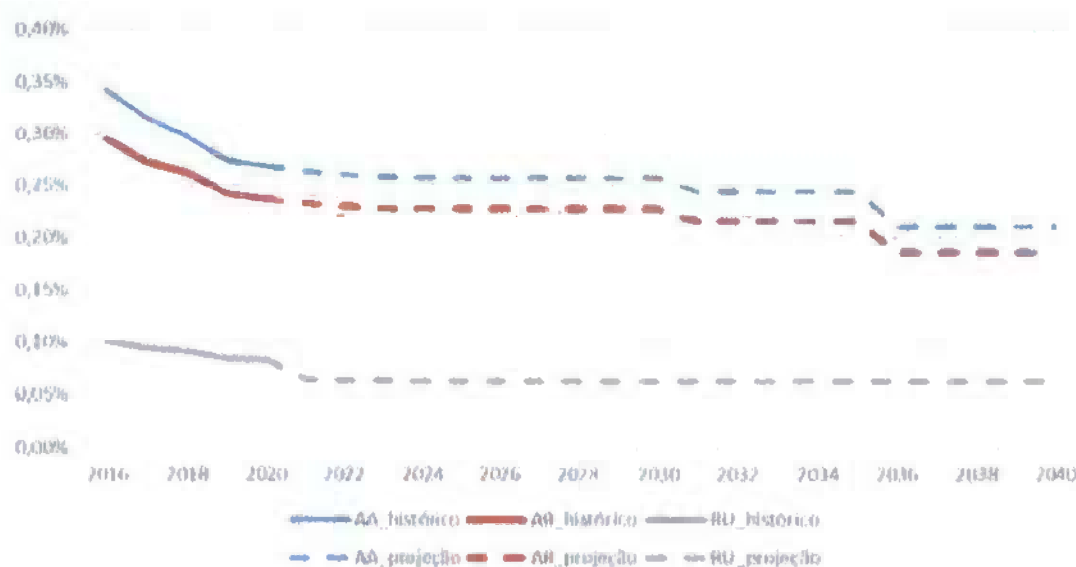
As projeções apresentadas evidenciam a obtenção de resultados líquidos positivos para o período temporal considerado, no caso dos serviços de abastecimento e saneamento, verificando-se, tal como referido na análise aos custos unitários e cobertura dos gastos, uma discrepância significativa entre os valores históricos e as projeções apresentadas. No caso do serviço de resíduos, a atividade nunca apresenta resultados líquidos positivos no período considerado, em consonância com os resultados apresentados para a cobertura dos gastos. No global, o resultado

líquido apresentado pela empresa ao longo do período em análise resulta na acumulação de um valor em "Resultados transitados", de cerca de €4,18 milhões em 2040. A conta de "Resultados transitados", após o pagamento dos dividendos anuais correspondentes à remuneração do capital próprio, varia entre um mínimo de €455,979 no ano 2038 e um máximo de €5.033.871 no ano 2036, evidenciando uma acumulação excessiva, que poderá ser minimizada através de reduções tarifárias nos serviços de abastecimento e saneamento. A evolução da cobertura dos gastos por atividade, e do resultado líquido, global e por atividade, evidência uma atividade de resíduos deficitária, do ponto de vista da sua sustentabilidade económica, compensada pelas atividades de abastecimento e saneamento que por sua vez evidenciam resultados excessivos conforme referido.

De realçar que a atividade não regulada de "Varredura", financiada pelo município, apresenta resultados líquidos positivos para o período em análise, não evidenciando subsidiação por parte dos serviços regulados. Os resultados desta atividade contribuem para os resultados líquidos globais da empresa apresentados no Gráfico 7, não alterando no entanto os aspetos apontados relativamente à acumulação excessiva de resultados transitados, uma vez que os resultados desta atividade são bastante inferiores quando comparados com os resultados das atividades de abastecimento e saneamento, e portanto o seu contributo para o resultado global da empresa é menos significativo quando comparado com as atividades reguladas.

Finalmente, no que toca ao indicador da acessibilidade económica, o mesmo apresenta resultados considerados adequados para o período em análise nos dois serviços, obtendo-se valores que se encontram dentro do intervalo de bom desempenho:

Gráfico 8 – Acessibilidade económica



4.4.3. Melhorias a incorporar no Modelo económico-financeiro

Para além das questões já identificadas nos pontos anteriores, de referir também que não é evidenciado o financiamento dos tarifários sociais pelo município. O valor a financiar deve ser determinado pela diferença de proveitos entre a aplicação do tarifário geral e do tarifário social aos utilizadores que dele beneficiam, e incluído na rubrica "Outros rendimentos".

A este respeito não podemos deixar de alertar para a existência do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro (estabelece o regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços de águas), segundo o qual o financiamento deste tipo de tarifários deve ser da responsabilidade do município, entendimento igualmente preconizado pela ERSAR na Recomendação da ERSAR n.º 02/2018. Considera-se ainda que deverá ser equacionada a adesão ao regime da tarifa social previsto naquele diploma.

Reitera-se igualmente o disposto no ponto 4.1.1, no que respeita à distribuição do montante para outras reservas, e na forma de cálculo da remuneração acionista, cuja taxa deverá incidir apenas sobre "(...) o capital próprio no início de cada exercício deduzido do valor de reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data, bem como de outras rubricas, tais como saldos de eventuais subsídios ao investimento ainda não reconhecidos como proveitos, que não correspondam a efetivo investimento realizado pelos

acionistas ou reinvestimento de resultados gerados no passado", conforme também já referido em anteriores pareceres da ERSAR.

5. Conclusões e recomendações

Remetendo para a análise acima realizada, cumpre destacar as seguintes conclusões e recomendações, alertando-se para a obrigatoriedade de correção de aspetos que constituem requisitos legais.

Assim, constitui requisito legal:

- a) No contrato deve ficar expressamente previsto a quem compete a apresentação do Programa de Controlo de Qualidade da Água, relativamente aos fontanários não ligados à rede pública de distribuição de água que sejam origem única de água para consumo humano, sob pena de violação do n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro;
- b) A cobrança de limpeza de fossas sépticas, em local não dotado de rede pública, como serviço auxiliar viola o disposto no n.º 3 do 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de junho, do qual resulta que a provisão deste tipo de serviço em locais não dotados da rede pública integra a atividade principal da entidade gestora;
- c) O horizonte temporal definido para a implementação das iniciativas estratégicas deve ser corrigido uma vez que na versão do contrato analisada se restringe ao período vinculativo de 2021 a 2025, não cumprindo a obrigação prevista no n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, pelo que deve ser corrigido.

As recomendações que se apresentam de seguida, traduzem o entendimento da ERSAR sobre as várias matérias que integram o contrato de gestão delegada, de acordo com a análise detalhada no ponto 4 deste parecer:

- a) Recomenda-se a revisão da estrutura tarifária dos serviços de abastecimento e de saneamento à luz das recomendações desta entidade reguladora; nomeadamente a eliminação da tarifa de execução de ramais inferiores a 20 metros e a tarifa de ligação de saneamento;
- b) Devem ser corrigidas todas as disposições referentes à atualização das tarifas, nomeadamente a discrepância que existe entre o articulado e o anexo 6;

- c) Recomenda-se a revisão de todas as disposições referentes à remuneração acionista, de acordo com o entendimento exposto no presente parecer e nos pareceres anteriormente emitidos pela ERSAR;
- d) Atenta a cobertura dos gastos nos três serviços, e o valor elevado de resultados transitados que se verifica ao longo do período em análise, recomenda-se a revisão das tarifas dos serviços de águas no sentido de as reduzir para níveis adequados aos gastos previstos (os quais devem refletir um cenário de eficiência produtiva);
- e) Sem prejuízo de se reconhecer a necessidade de remodelação da "ETA da Ponte dos Bicos", considera-se que a sua ampliação para o dobro da capacidade deve ser reapreciada, tendo em conta os últimos anos da avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores, que demonstram uma subutilização desta infraestrutura;
- f) Questiona-se a opção da AGERE de incluir novamente investimentos relacionados com o "Exutor da ETAR de Frossos", já que na anterior versão do plano de investimentos tinha sido opção retirar estes investimentos, por ter reconhecido que a construção da nova ETAR do Vale do Este permitiria melhorar a qualidade da água no meio recetor, evitando assim o custo/investimento com essa infraestrutura;
- g) No contrato de gestão delegada, nomeadamente no plano de investimentos, devem ficar previstos os investimentos necessários para dar resposta às obrigações de recolha seletiva de têxteis e resíduos perigosos provenientes de habitações, sob pena do não cumprimento das metas previstas no Regulamento Geral de Gestão de Resíduos;
- h) Recomenda-se a revisão dos indicadores de desempenho, e referidas metas, nos termos do exposto no ponto 4.3 do presente parecer;
- i) Recomenda-se que seja equacionada a adesão ao regime da tarifa social previsto no Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro.

Nestes termos, é entendimento da ERSAR de que a minuta de contrato de gestão delegada que agora nos foi remetida reunirá condições para ser outorgada pelas partes quando for alterada no sentido de sanar os incumprimentos legais acima identificados e atender às recomendações da ERSAR.

Sublinha-se ainda que a decisão de não acolhimento das recomendações preconizadas pela ERSAR carece de fundamentação expressa, com a exposição circunstanciada dos fundamentos

de facto e de direito que justifiquem a motivação do ato, tal como resulta do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Após a assinatura do contrato, devem as partes remeter à ERSAR, no prazo de 15 dias, cópia do contrato assinado e respetivos anexos, conforme resulta do n.º 11 do artigo 13 do Regulamento dos Procedimentos Regulatórios.

O Conselho de Administração

Relativamente à emissão de parecer da ERSAR à minuta do Contrato de Gestão Delegada (CGD) a celebrar entre o Município de Braga e a AGERE- Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, EM., e no que diz respeito às conclusões e recomendações constantes daquele parecer, após a sua pormenorizada análise, cumpre-nos os seguintes esclarecimentos:

4.1.1. Clausula Segunda – (Definições)

Relativamente às alíneas b) e c) recomenda-se a revisão da redação dada no sentido de atualizar a versão em vigor do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, sugerindo-se para o efeito a seguinte redação:

"...Decreto-Lei n.º 306/2007, do 27 do agosto, com a redação em vigor..."

Textos alterados pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR

Relativamente a alínea v) Remuneração anual acionista, verifica-se não torem sido efetuadas alterações relativamente às minutas do contrato de gestão delegada anteriormente analisadas, pelo que se reiteram as recomendações vertidas nos anteriores pareceres da ERSAR, nomeadamente no que respeita ao cálculo do capital objeto de remuneração e ao valor da taxa de remuneração.

Cumprido, no entanto, mencionar a discordância da ERSAR face à fórmula utilizada para o cálculo do resultado líquido do exercício, $RLE = 7,26\% \times CP + (RL + OR)$. O montante para constituição de reservas, apesar de não ser distribuído como dividendo, faz parte integrante da remuneração acionista e continua a ser remunerado anualmente, uma vez que é parte integrante do capital próprio alvo de remuneração (similar a um dividendo que é reinvestido na empresa pelos acionistas). Ao ser imposto um resultado líquido objetivo igual ao montante necessário para a remuneração acionista, acrescido do montante necessário para reservas, e entendimento da ERSAR que este método conduz a um valor de remuneração superior aos 7,26% definido no articulado (superior num montante equivalente ao valor das reservas).

Adicionalmente verifica-se que, de acordo com o modelo económico-financeiro apresentado, o montante anualmente registado em "Outras reservas", ao invés de permanecer registado no balanço da empresa, de forma a constituir efetivamente uma reserva, é distribuído anualmente na sua totalidade (identificado como um cash outflow, na sheet "Cashflows", linha 36, "Constituição reserva para fins sociais e investimento"). Como tal, questiona-se qual o destino desta distribuição, uma vez que a mesma constitui um encargo extra suportado pelos tarifários dos serviços regulados.

Aceite a definição da ERSAR, taxa calculada com a média da obrigação do tesouro a 10 anos acrescido de prémio de risco de 2,8%.

Foi removida como definição da Clausula Segunda e incluída no ponto 4 da Clausula Décima Quinta com a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(Critérios para a fixação das tarifas)

1 – (...)

2 – (...)

3 – (...)

4 - Para além da satisfação dos custos devidos, a fixação das tarifas visa, ainda, atingir o objetivo, em sede de elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional, de uma remuneração anual acionista de 5,71% (cinco vírgula setenta e um por cento) sobre o valor dos capitais próprios da AGERE no início de cada exercício económico, deduzido do valor de reservas de reavaliação e do valor de capital social subscrito, mas ainda não realizado nessa data, bem como de outras rubricas, tais como saldos de eventuais subsídios ao investimento ainda não reconhecidos como proveitos, que não correspondam a efetivo investimento realizado pelos acionistas ou reinvestimento de resultados gerados no passado

4.1.2. Clausula Quarta (Serviços Delegados)

Relativamente ao serviço de abastecimento publico de água, e de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, deve ficar expressamente previsto a qual dos outorgantes compete a apresentação do Programa de Controlo de Qualidade da Água, relativamente aos fontanários não ligados a rede publica de distribuição de água que sejam origem única de agua para consumo humano. Sublinha-se, a este propósito, que com a celebração do contrato, e sem prejuízo de eventuais delegações de competências/tarefas em freguesias, a delegatária assumira a qualidade de entidade gestora na totalidade do território, cabendo-lhe, nessa qualidade, cumprir a legislação aplicável e todas obrigações junto da ERSAR.

Tal só não sucedera se o município assumir expressamente a qualidade de entidade gestora do serviço para territórios que sejam expressamente excluídos do contrato de delegação, tendo essa delimitação de ficar patente no referido contrato.

A AGERE possui cobertura total da rede de abastecimento de água (100%), não se verifica, por isso, a existência de qualquer fontanário que se apresente como origem única de água para consumo humano, no concelho de Braga.

4.1.3. Clausula Décima – (Bens, responsabilidades e relações jurídicas afetas ao contrato)

A propósito desta matéria, e porque a Clausula em análise não sofreu qualquer alteração, reitera-se o já preconizado nos pareceres anteriormente emitido pela ERSAR.

Neste sentido deve ser introduzida, na presente clausula, uma remissão para o Anexo 5 onde estão identificados os bens afetos ao sistema.

Por outro lado, tendo presente que os bens identificados no Anexo 5 já estão afetos a gestão dos serviços delegados na AGERE, afigura-se necessário definir quais os termos em que poderão vir a ser afetos outros bens municipais, a luz do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 194/2009.

Sublinhe-se que quando a afetação de novos bens seja feita a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação

Relativamente à redação desta clausula a mesma foi alterada pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR, apresentando a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA

(Bens, responsabilidades e relações jurídicas afetos ao contrato de gestão)

1. Consideram-se afetos à prestação dos serviços pela Entidade Gestora os bens que à data da assinatura do presente contrato se encontrem patrimonialmente reconhecidos na contabilidade da empresa, assim como todos os discriminados no Anexo V que lhe foram ou venham a ser transmitidos, designadamente:
 - a) As infraestruturas relativas à exploração, designadamente, as redes domiciliárias de distribuição de água, de saneamento de águas residuais, os ramais de ligação e as demais infraestruturas associadas, os sistemas de captação, as estações de tratamento de água, a rede de elevação e adução de água para consumo público, os coletores, os emissários, os interceptores, as estações elevatórias e as estações de tratamento de água residual;
 - b) Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao controlo de qualidade da água distribuída e produzida e ao controlo da qualidade das águas residuais recolhidas do respetivo tratamento, reutilização e rejeição;
 - c) Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respetivos acessórios utilizados para a exploração, para a manutenção e para a gestão do Sistema, não referidos nas alíneas anteriores.
2. As infraestruturas consideram-se integradas no Sistema, para todos os efeitos legais, desde a aprovação dos projetos para construção.
3. Não integram o Sistema as infraestruturas e respetivos equipamentos afetos ao desenvolvimento de atividades complementares ou acessórias, quando estejam em causa atividades diferentes da atividade principal.
4. A afetação futura de outros bens municipais à prestação de serviços pela Entidade Gestora é realizada mediante contrato de compra e venda, doação, arrendamento, comodato ou outra forma de cedência, a título gratuito ou oneroso.
5. Quando a afetação prevista no número anterior seja feita a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação.
6. Tornando-se desnecessários à prestação dos serviços, os bens cedidos temporariamente são devolvidos ao Município.
7. Quando, por exigência legal, os bens previstos no número anterior devam ser desativados, compete à AGERE assumir essa tarefa e respetivos encargos.
8. Desde que diretamente relacionados com a atividade principal da AGERE, consideram-se ainda afetos ao contrato de gestão delegada, integrando o Sistema:
 - a) Todos os imóveis adquiridos ou cedidos por via do direito privado ou mediante expropriação, utilizados pela AGERE na sua atividade, bem como os direitos de servidão;
 - b) Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que a AGERE seja titular;
 - c) Quaisquer fundos ou reservas consignados à garantia do cumprimento de obrigações da AGERE.
 - d) Os bens afetos à prestação dos serviços delegados são contabilizados pela AGERE como ativos fixos tangíveis e intangíveis.
 - e) A totalidade das relações jurídicas que se encontrem em cada momento necessariamente conexas com a continuidade da exploração, nomeadamente laborais, de empreitada, de

locação, de prestação de serviços, de aprovisionamento ou de fornecimento de materiais necessários à mesma.

9. A AGERE obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, a expensas suas, os bens e meios afetos ao serviço durante o período de vigência do contrato, efetuando para tanto as reparações, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho do serviço público.
10. A AGERE não pode transmitir ou onerar os bens afetos ao serviço delegado sem prévia autorização do Município, independentemente da entidade titular de tais bens.
11. Após a extinção do contrato, por qualquer causa, os bens afetos ao serviço reverterem para o Município pelo respetivo valor líquido contabilístico.

4.1.4. Clausula Décima Quarta (Financiamento)

Na alínea b) da presente clausula e feita referência a comparticipações financeiras e subsídios previstos no Contrato Programa, o qual, apesar das insistências feitas junto das partes, não foi disponibilizado a ERSAR, pelo que não pode esta entidade reguladora pronunciar-se sobre o respetivo conteúdo.

Não obstante, importa salientar que o artigo 36.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto com a redação em vigor (RJAEL), proíbe a atribuição pelas entidades publicas participantes as empresas locais de "(...) quaisquer formas de subsídios ao investimento", neste sentido, sublinha-se que os subsídios referidos na alínea b) deverão ser entendidos como subsídios a exploração atribuídos pelo município ou subsídios ao investimento concedidos por entidades terceiras.

Quanto a este último tipo de financiamento, recomenda-se a introdução de um novo número no qual fique previsto que a atribuição de subsídios, por entidades terceiras, não previstos no modelo económico-financeiro para o período tarifário em curso, dá lugar à revisão extraordinária intercalar das tarifas.

O Contrato Programa só poderá ser enviada para a ERSAR, para que esta se possa manifestar quanto ao seu conteúdo, após a sua aprovação pelo Tribunal de Contas. Por outro lado, o Contrato Programa só poderá ser enviado para aprovação pelo Tribunal de Contas após a assinatura do presente CGD.

Assim, a AGERE enviará o Contrato Programa à ERSAR após aprovação do mesmo pelo Tribunal de Contas.

Relativamente à redação desta clausula a mesma foi alterada pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR, apresentando a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (Financiamento)

1. Constituem fontes de financiamento da atividade da AGERE objeto do presente contrato, sem prejuízo de outras:
 - a) O capital social da AGERE;
 - b) As receitas provenientes das tarifas, bem como dos preços pelos serviços auxiliares cobrados pela AGERE;
 - c) As transferências necessárias à garantia do equilíbrio das contas, nos termos previstos no regime jurídico do setor empresarial local;
 - d) Os subsídios à exploração, que visam garantir a diferença entre o desenvolvimento das atividades a preços de mercado e o limiar da acessibilidade económica dos serviços,

comprovada através de sistemas de contabilidade analítica;

- e) Quaisquer outras fontes de financiamento, designadamente empréstimos, ou outros, decorrentes da atividade de exploração permitida ou ganhos financeiros.
- 2. No caso de atribuição de subsídios por entidades terceiras não previstos, para o período tarifário em curso, há lugar à revisão extraordinária intercalar das tarifas e de eventuais subsídios à exploração pelo Município, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.
- 3. O financiamento das atividades objeto do presente contrato é independente e autónoma das demais atividades desenvolvidas pela AGERE, designadamente as previstas estatutariamente.

4.1.5. Clausula Décima Sexta e Anexo 3 (Estrutura Tarifária)

Como ponto prévio cumpre reiterar as recomendações feitas nos anteriores pareceres obtidos pela ERSAR no que respeita a necessidade de compatibilização do n.º 4 deste artigo com as tarifas previstas no Anexo 3.

Relativamente às tarifas previstas para os serviços auxiliares dos serviços de águas, teve já a ERSAR a oportunidade de transmitir às partes que a minuta de contrato inclui tarifas que esta entidade reguladora considera que não devem ser cobradas autonomamente por constituírem um obstáculo a ligação dos utilizadores a rede pública, nomeadamente as tarifas de ramais com extensão inferior a 20 metros lineares, de ligação ao saneamento, de vistoria, entre outras. Não obstante, a minuta de contrato em análise continua a contemplar este tipo de tarifas, pelo que se reitera na íntegra o exposto nos pareceres anteriores.

A acessibilidade física de Abastecimento de Água (AA) e Saneamento de Águas Residuais (SAR) atingiram em 2019 e 2020 os 100%. Refere-se, também, que a adesão fez um percurso notável pelo que se prevê, até ao fim do presente ano, atingir 95% em AA e 96,9% em SAR. Este caminho, deve-se, fundamentalmente, ao esforço de sensibilização por parte da AGERE, mas também pela consciencialização dos Municípios de Braga da mais-valia da adesão aos serviços. Nesta reta final, entende-se que não será justo para a totalidade dos já clientes, isenções de serviços para a franja da população que, apesar de ter o serviço disponível, ainda não aderiu. Pelo exposto, a AGERE pretende manter as referidas tarifas de execução de ramais e de ligação de saneamento.

Quanto à tarifa de vistoria aos sistemas prediais, é a pedido do utilizador, pelo que se mantém o critério pois, conforme o RJUE, a AGERE não tem obrigação de o fazer.

Sem prejuízo do exposto, e no que respeita às tarifas referentes ao transporte e destino final de águas residuais, recolhidas em meios moveis provenientes de fossas sépticas, cumpre sublinhar que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º e n.º 3 do artigo 59.º, ambos do Decreto-Lei n.º 194/2009, a limpeza de fossas sépticas em locais não dotados de rede pública, integra o serviço principal de saneamento de águas residuais. Por conseguinte a limpeza de fossas sépticas a utilizadores não servidos por rede de drenagem não pode ser faturada como serviço auxiliar, sob pena de violação do supramencionado artigo, o que corresponde a uma ilegalidade contratual, termos em que se recomenda a revisão do tratamento dado a esta matéria.

Efetivamente, de acordo com o estabelecido no n.º 3 do art.º 59º do DL194/2019, de 20 de Agosto, e de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 37 do Regulamento n.º 594/2018 (Regulamento de Relações Comerciais dos Serviços de Águas e Resíduos), compete à AGERE assegurar por meios próprios e /ou de terceiros, a provisão do serviço de limpeza de fossas sépticas, no cumprimento da legislação ambiental, bem como assegura que qualquer utilizador tem direito à prestação dos serviços de Saneamento de Águas Residuais (SAR), através de redes fixas, sempre que o mesmo se considere disponível, ou através da recolha e transporte das lamas da respetiva fossa séptica individual quando tal não suceda.

No entanto, conforme supra exposto, a Acessibilidade do Serviço de SAR atingiu já os 100%, sendo que a AGERE continua empenhada na extensão de redes para todos os que constroem fora da malha existente. Por tal motivo, não existe razão para a existência de fossas sépticas, com exceção dos alojamentos em que por razões técnicas não é viável a sua ligação à rede.

No tarifário da AGERE os serviços de limpeza de fossas sépticas encontram-se atualmente incluídos no separador “Tarifários e Preços Acessórios”, ponto 6, sendo realizados mediante orçamento.

Tendo em consideração as recomendações realizadas pela ERSAR neste ponto, a AGERE efetuou a necessária alteração ao tarifário, de forma que este serviço não seja considerado como um serviço auxiliar, mas considerado no tarifário relativo à drenagem e tratamento de águas residuais, considerando-se para o efeito o seguinte:

Conforme disposto no n.º 2 do art.º 81º do Regulamento n.º 594/2018, de 4 de setembro, para o serviço de limpeza de fossas deve-se aplicar a mesma tarifa, tanto a meios fixos (cobertos pela rede física de saneamento) como a meios móveis (veículos Limpa Fossas).

Assim, todos os utilizadores sem acesso à rede fixa de saneamento, passarão a usufruir do acesso ao serviço móvel de saneamento, devendo este serviço ser faturado mensalmente, de acordo com o tarifário em vigor para o saneamento de águas residuais.

Prevê, igualmente o mesmo artigo, a aplicação da tarifa fixa e variável, de acordo com o tarifário em vigor, constitui a contrapartida pela realização de um número máximo anual de limpezas definido no contrato de recolha de acordo com a periodicidade estabelecida nos termos do n.º 2 do artigo 51.º (periodicidade das limpezas é estabelecida de acordo com um planeamento predefinido com a entidade gestora), sendo cada serviço adicional faturado autonomamente.

Para uma família com um consumo médio de água de 8 m³/mês, o custo mensal com serviço de saneamento, de acordo com o tarifário em vigor, cifra-se em 7,85€ perfazendo o valor anual de 94,20€.

Em contrapartida, o utilizador terá direito, de forma gratuita, a um determinado número de limpezas de fossa, por ano, em função do seu consumo de água. Acresce a garantia de que as lamas recolhidas terão tratamento adequado numa ETAR, contribuindo deste modo para a preservação ambiental e da própria saúde pública.

Assim, da análise efetuada apresenta-se a seguir a alteração realizada ao tarifário da AGERE em conformidade com a legislação vigente e as recomendações da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR):

No tarifário de saneamento e águas residuais da AGERE, colocamos a seguinte nota (1):

(1) - A limpeza de fossas sépticas a utilizadores com contrato ativo do serviço público de abastecimento de água, mas sem rede fixa de saneamento de águas residuais disponível, pagarão o serviço móvel através da componente fixa e variável do serviço de saneamento de águas residuais, com direito a:

- 2 limpezas de fossas por ano, para consumo médio mensal de água até 15m³
- 3 limpezas de fossas por ano, para consumo médio mensal de água > 15m³ e ≤25m³
- 4 limpezas de fossas por ano, para consumo médio mensal de água > 25m³

Se o número de limpezas contratadas for atingido, o número de serviços extra requerido pelo utilizador será faturado como: Limpeza de fossas extra e/ou urgente, em locais sem redes disponíveis de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais

No tarifário de serviços auxiliares:

Limpeza de fossas extra e/ou urgente, em locais sem redes disponíveis de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais:

Tarifa fixa (por limpeza) : 54,5712 € / unidade

Tarifa variável (m³): 1,2592 m³

No que respeita aos aspetos específicos dos tarifários dos diferentes serviços, verifica-se que foram acolhidas as recomendações respeitantes ao serviço de gestão de resíduos urbanos. No entanto, no caso dos tarifários dos serviços de abastecimento e saneamento de águas residuais, não foi identificado o acolhimento das recomendações anteriores, pelo que se reiteram as recomendações vertidas nos pareceres anteriores.

Pareceres I-00217/2018 de 2019-01-03 e I-002181/2016 de 2017-01-19

Ponto 3.2.5.1:

(...)

Assim, importa sintetizar as desconformidades mais relevantes:

Aspetos comuns

- As tarifas não se encontram definidas para períodos de 30 dias;

No tarifário, atual, as tarifas fixas, designadamente a tarifa de disponibilidade de água, tarifa de disponibilidade de águas residuais e a tarifa fixa de resíduos, são faturadas por cada 30 dias (com referência ao mês de calendário). Assim, estas tarifas são faturadas por valor fixo mensal independentemente do número de dias de faturação.

A alteração desta metodologia, em termos globais, não tem qualquer implicação para os clientes pois existe uma compensação de um mês para o outro e no final do contrato o cliente paga sempre o mesmo com uma ou outra metodologia. O período de faturação, na AGERE, é sempre de trinta dias ou muito próximo. Assim, caso se implementasse esta metodologia de faturação, com a qual a AGERE no passado não concordou, apenas no primeiro mês da aplicação desta metodologia haveria uma redução significativa destas tarifas na faturação ao cliente e consequentemente na receita da AGERE, compensando-se no final do contrato.

Apresenta-se um exemplo para evidenciar a redução da tarifa no primeiro mês e a manutenção da mesma nos meses seguintes, em que janeiro é o mês da implementação:

- *Tarifa disponibilidade de água mês: 4,5476€/mês (Doméstico, calibre até 25mm)*
- *Tarifa disponibilidade de água dia: 0,151587€/mês (Doméstico, calibre até 25mm)*

Mês da Fatura	Período de Faturação	Tarifa disponibilidade (período)	Valor
Dezembro	30 dias (de 02/11 a 2/12)	de 01/12 a 31/12	4,5476
Janeiro	30 dias (03-12-2022 a 02-01-2023)	de 01/01 a 02/01	0,3032
Fevereiro	30 dias (03-01-2023 a 03-02-2023)	de 03/01 a 3/02	4,5476

- *Existe diferenciação entre os utilizadores não domésticos (hotelaria e restauração; autarquias e empresas municipais; juntas de freguesia);*

Esta diferenciação mantém-se, a eliminação desta diferenciação implica um considerável aumento da faturação para estes clientes (autarquias e empresas municipais; juntas de freguesia), uma vez que o valor para estes clientes é menor.

De referir que, com exceção da hotelaria e restauração, esta diferenciação tem como finalidade diferenciar dentro do universo dos clientes não domésticos entidades de utilidade pública promovendo um tarifário mais acessível. De referir que para a hotelaria e restauração não há diferenciação na tarifa variável da água, apenas existe esse benefício para estes clientes (com estabelecimentos com áreas inferiores a 200 m²) nas tarifas de recolha e tratamento de água residuais.

- *Previsão de um tarifário especial para os funcionários da empresa;*

Não se atribui este tarifário desde 01-05-2005, no entanto, mantém-se este tarifário aos colaboradores que usufruíam do mesmo até à referida data, por uma questão de manutenção de direitos adquiridos. Atualmente, temos 624 clientes com este tarifário.

- *Previsão de tarifas por conta da ligação, colocação de contador e construção de ramais com extensão inferior a 20 metros, tarifas que, para além de constituírem um obstáculo económico ao acesso ao serviço, correspondem à contraprestação de atividades normais e necessárias a prestação do serviço, motivos pelos quais a ERSAR entende não deverem ser objeto de cobrança autónoma.*

A AGERE, apenas, mantém a cobrança da ligação de água quando no local não há contador instalado, caso este já exista não é cobrado qualquer valor ao cliente. A manutenção desta cobrança justifica-se na medida em que o serviço solicitado implica a deslocação de uma equipa ao local para executar o serviço e caso esta faturação seja extinta a receita proveniente da ligação da água teria de ser repercutida no tarifário a todos os clientes.

Quanto à cobrança da execução do ramal esta mantém-se na medida em que se é cobrado mediante a solicitação do cliente e implica que a AGERE faça a “obra” e é uma mais-valia para o imóvel. Realça-se que estamos perante um valor considerável e caso se adotasse a extinção desta receita, a mesma teria que ser repercutida no tarifário a todos os clientes, o que seria injusto, uma vez que a maior parte do cliente já pagou este serviço quando efetuou a ligação, havendo um benefício indevido para os clientes que até à data ainda não efetuaram a ligação.

Assim, abdicar destas receitas de forma direta, ou seja, em que faturamos a quem é o beneficiário direto do serviço e fazer repercutir esse custo a todos os clientes aumentando o tarifário geral constituirá uma penalização para o cliente em geral que terá de suportar o custo dos serviços acima referidos.

Realça-se que o objetivo da ERSAR nesta matéria é aumentar a taxa de adesão, no entanto, esse problema na AGERE não é tão premente quanto noutros municípios, pois em Braga a taxa de adesão já é bastante elevada. A ERSAR reviu a sua posição quanto à faturação dos ramais através do Regulamento nº 781/2020, de 16 de setembro, tendo inclusivamente havido muita contestação a nível nacional, pelo que a posição da ERSAR está muito longe de ser unanime.

Aspetos específicos do serviço de abastecimento de água

- *Os escalões definidos na tarifa variável não compreendem as amplitudes recomendadas pela ERSAR;*

Intervalo de m ³ -		Observação
AGERE	ERSAR	
0-5	0-5	Redução de um escalão;
6-10	6-15	
11-15	16-25	
16-25	>25	
>25		

A eliminação de um escalão, ou seja, transformar o 2.º e 3.º escalão num único escalão implica um incremento para os consumos que se enquadravam no 2.º escalão, de forma a garantirmos a receita atual (do 2.º e 3.º escalão). Assim, a quase totalidade dos nossos clientes seriam afetados pelo aumento do custo do escalão. Considera-se que a uniformização destes escalões serve para penalizar o cliente que tenha um consumo acima de 5 e abaixo de 10, sendo o consumo médio doméstico do nosso universo de 8m³. A AGERE tem considerado que ambientalmente é mais adequado haver um escalão intermédio, que inclua os consumos médios dos clientes da AGERE (até 10 m³), e agravar os consumos acima desses consumos médios.

- A tarifa variável aplicável aos utilizadores não domésticos não apresenta um escalão único, de valor igual ao do terceiro escalão da tarifa variável dos utilizadores domésticos;

Intervalo de m ³		Observação
AGERE	ERSAR	
0-30	Escalão único	Eliminação dos escalões;
31-60		
>60		

O terceiro escalão a que a ERSAR se refere é o correspondente ao escalão entre 16 e 25 m³ dos consumidores domésticos, pelo que no caso da AGERE corresponde ao 4.º escalão. A aplicação deste tarifário faria aumentar muito o tarifário dos clientes não domésticos, uma vez que no tarifário atual, o valor do 4.º escalão da água do cliente doméstico (consumo entre os 16 e os 25 m³) é de 1,755€ e o valor do 1.º escalão do cliente doméstico é bastante inferior (0,9018€). Não obstante, o incremento do tarifário dos clientes não domésticos, considera-se que a abolição dos escalões não “premeia” os utilizadores não domésticos que têm preocupação ambientais e com o consumo da água, pois o preço da água deixa de ser agravado em função do aumento do consumo e consideramos que os consumidores não domésticos também devem ter incentivos tarifários para terem um menor consumo de água

- Diferenciação da tarifa variável aplicável a parte dos utilizadores não domésticos (hotelaria e restauração) em função da área do estabelecimento;

A tarifa variável da água não é em função da área do estabelecimento, mas sim a tarifa variável de saneamento de águas residuais, conforme acima referido. Apenas existe esse benefício para este tipo clientes (com estabelecimentos com áreas inferiores a 200 m²), e que representam a maioria, aos quais se está a aplicar a tarifa de saneamento dos clientes

domésticos (€ 0,4402), em vez das tarifas dos clientes não domésticos (€ 1,2592), pelo que a alteração provocaria um importante aumento na fatura deste tipo de clientes.

- *O tarifário social não isenta a tarifa fixa e apresenta um escalão Unicode valor inferior ao do primeiro escalão do tarifário geral;*

No tarifário, atual, é previsto o desconto mensal correspondente ao preço da Quota de Serviço prevista para Clientes Domésticos com contador de calibre igual a 15 mm. Como o mesmo valor é aplicado até ao calibre 25 mm e não temos nenhum cliente com tarifário social com calibre superior a 25mm, neste momento, o tarifário social isenta a tarifa fixa. Nota: Não é expectável que um cliente doméstico tenha um calibre superior a 25mm.

A tarifa variável não é escalão único, no tarifário atual definimos três escalões cujo ajustamento dos escalões tem em conta o número de elementos do agregado familiar.

Realça-se que a implementação das regras atuais do tarifário social da AGERE, são bastante mais benéficas das que resultam das recomendações da ERSAR, pelo que caso se implementem as recomendações propostas pela ERSAR o valor a pagar por este tipo de clientes irá aumentar bastante.

- *O tarifário para famílias numerosas não corresponde ao ajustamento dos escalões, cuja definição se presume elaborada tendo presente a dimensão média dos agregados familiares, em x m3 por cada elemento do agregado familiar que ultrapasse os 4 elementos.*

No tarifário para famílias numerosas, o ajustamento dos escalões tem em consideração a dimensão do agregado familiar.

A AGERE atribui tarifário para famílias numerosas para agregados com 5 ou mais elementos e a ERSAR indica que esse ajustamento é efetuado por cada elemento do agregado familiar que ultrapasse os 4 elementos.

O tarifário da AGERE é mais benéfico pois já se reflete aos clientes ao primeiro escalão 0-5 em vez de 0-15 (no nosso caso 11-15) que é amplitude que a ERSAR preconiza.

Assim, a implementação das regras atuais do tarifário de famílias numerosas da AGERE, é bastante mais benéfica das que resultam das recomendações da ERSAR, pelo que caso se implementem as recomendações propostas pela ERSAR o valor a pagar por este tipo de clientes irá aumentar bastante.

Aspetos específicos do serviço de saneamento de águas residuais

- *Agravamento da tarifa de disponibilidade em 5 € no caso de utilizadores com abastecimento alternativo (furos ou poços) ligados a rede pública de abastecimento (a natureza sancionatória inerente não se coaduna com a cobrança de tarifas pela contraprestação de um serviço público essencial);*

Situação prevista no tarifário como garantia de meio de atuação sobre os clientes que estando ligados à rede de abastecimento de água apenas consomem da fonte de abastecimento alternativo. De realçar que de acordo com o disposto n.º 3 do artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, havendo disponibilidade da rede pública de abastecimento de água devem ser abandonadas as soluções privativas de abastecimento de água para consumo humano.

Realça-se que este valor foi previsto no tarifário para dissuadir as ligações mistas da rede predial, que muitas vezes provocam problemas na rede de abastecimento de água, no entanto, o mesmo tem sido apenas dissuasor através da indicação dele no tarifário, não tendo ainda sido aplicado a nenhum cliente.

- *Previsão de uma tarifa de disponibilidade agravada para utilizadores com abastecimento alternativo (furos ou poços) ligados a rede pública de abastecimento "que não criem condições*

para instalação de contadores e medição dos montantes de água consumida nessa origem de abastecimento alternativa particular" com valores entre os 749,9730€ e os 3.796,7265 €, diferenciados em função da área do prédio;

Situação prevista no tarifário como garantia de meio de atuação sobre os clientes que não criem condições para a medição do consumo efetuado nas fontes de abastecimento alternativas e assim possamos faturar a descarga do efluente em função desse consumo. De referir que não temos este tarifário aplicado a nenhum cliente, uma vez que os grandes consumidores (não domésticos), a quem se aplica esta medida, tem aceitado a colocação dos contadores nos poços, para podermos calcular as tarifas de águas residuais

– A este respeito e tal como referido na nota técnica I-001043/2014 relativo ao projeto de regulamento de serviço da AGERE a penalização do incumprimento da obrigação de ligação relativamente a um dos serviços (no caso, o abastecimento) não deve ter lugar nas tarifas fixas do serviço efetivamente contratado, existindo outros meios legalmente previstos para esse efeito;

Nas situações de utilização comprovada de origens alternativas de água, a ERSAR recomenda que a tarifa variável do serviço de saneamento seja determinada em função do consumo médio dos utilizadores com características similares no âmbito geográfico da entidade gestora, o que permite corrigir a indexação a consumos sem correspondência com a produção de águas residuais.

Situação prevista no tarifário da AGERE e aplicada aos clientes domésticos e não domésticos, diz respeito aos designados Contrato de Avença. No entanto, há clientes que pela sua dimensão e atividade é manifestamente reconhecido que a aplicação do Contrato de Avença não é uma faturação correspondente à utilização do serviço, pelo que encetamos medidas para faturar de acordo com as descargas efetuadas e, caso essas não surtam efeito, para salvaguarda da situação, temos a situação acima referida.

– A tarifa variável é linear, não sendo adotada a metodologia da tarifa variável média de abastecimento, nem, em alternativa, dos escalões de consumo;

Por m3 de água faturada		Observação
AGERE	ERSAR	
Escalão único	0-5	Por escalões tal como no abastecimento de Água
	6-15	
	16-25	
	>25	

O valor do 1.º escalão da água é superior ao valor do escalão único aplicado à variável de saneamento, pelo que de acordo com a ERSAR da tarifa variável média de abastecimento, ou em alternativa, dos escalões de consumo teremos um incremento no tarifário desta componente que afetará todos os clientes domésticos.

– O tarifário social não isenta a tarifa fixa e apresenta um escalão único (de valor inferior a tarifa variável cobrada aos restantes utilizadores domésticos).

No tarifário, atual, é previsto o desconto mensal correspondente ao preço da Quota de Serviço prevista para Clientes Domésticos com contador de calibre igual a 15 mm. Como o mesmo valor é aplicado até ao calibre 25 mm e não temos nenhum cliente com tarifário social com calibre superior a 25mm, neste momento, o tarifário social isenta a tarifa fixa.

Nota: Não é expectável que um cliente doméstico tenha um calibre superior a 25mm.

A tarifa variável é escalão único e de valor inferior ao aplicado ao cliente doméstico, pelo que a alteração para o preconizado pela ERSAR implica aplicar escalões iguais ao cliente

doméstico, mas permitindo descontos no preço unitário, o que se traduzirá num aumento desta componente para estes utilizadores.

Realça-se que a implementação das regras atuais do tarifário social da AGERE, são bastante mais benéficas das que resultam das recomendações da ERSAR, pelo que caso se implementem as recomendações propostas pela ERSAR o valor a pagar por este tipo de clientes irá aumentar bastante.

4.1.6. Clausula Décima Sétima (Fixação, atualização e revisão das tarifas)

Como ponto prévio, cumpre notar que não foram tidas em consideração as recomendações da ERSAR anteriormente emitidas relativamente às questões abordadas na presente clausula, pelo que se reitera o exposto nos pareceres anteriores.

De notar que, apesar da epigrafe da presente clausula fazer referência a revisão das tarifas, verifica-se que o seu conteúdo não faz qualquer referência a esta questão, referindo-se apenas a atualização das tarifas.

Em relação a atualização das tarifas, o n.º 1 refere que a atualização anual será feita de acordo com o IHPC divulgado pela entidade competente publica, ao passo que o n.º 2 diz que as tarifas serão ainda atualizadas com base nos instrumentos de gestão provisional e por fim, o Anexo 6 a minuta de contrato contém uma fórmula de atualização distinta.

Sem prejuízo de se reconhecer que a escolha da forma de atualização anual das tarifas compete às partes, o facto é que, para evitar eventuais litígios, deve ficar contratualizada apenas uma forma de atualização, pelo que se recomenda a revisão desta questão, no sentido de ficar previsto apenas um mecanismo para a atualização anual das tarifas.

Sublinhe-se ainda que a atualização tarifária anual está sujeita a parecer prévio da ERSAR, cujo procedimento está regulado no artigo 26º do RPR, competindo a entidade titular a sua ratificação, conforme resulta da alínea b) do artigo 24º do mesmo diploma.

A propósito do n.º 2 cumpre referir que os instrumentos de gestão provisional devem ser utilizados para a revisão das tarifas e não para a sua atualização anual, pelo que se recomenda a revisão ou eliminação deste número 2.

No que respeita a revisão das tarifas, e como acima foi referido, a presente clausula não contém qualquer referência nesta matéria, pelo que se impõe a menção de que o tarifário definido é um elemento vinculativo para cada quinquénio, período durante o qual apenas pode ser atualizado de acordo com o estipulado no contrato, nos termos do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 20.º do decreto-Lei n.º 194/2009.

Eventuais alterações a estrutura do tarifário durante os períodos quinquenais só são admissíveis em sede de revisão extraordinária intercalar, também sujeita a parecer prévio da ERSAR, conforme resulta do n.º 5 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

No fim de cada período vinculativo de 5 anos, as partes podem rever a estrutura tarifária e respetiva trajetória no âmbito da revisão contratual imposta pelo supramencionado artigo 29.º.

Face à ausência de tratamento desta matéria, recomenda-se a revisão da presente clausula de forma a adequar o acima exposto.

Clausula alterada pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR, apresentando a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(Fixação, atualização e revisão das tarifas)

- 1. As tarifas para o primeiro quinquénio são as que constam do Anexo 3 ao presente Contrato, sem prejuízo da sua eventual atualização anual pela AGERE de acordo com a fórmula de atualização tarifária que consta no Anexo 6 ao presente Contrato, desde que devidamente aprovada em Assembleia Geral da Sociedade. A cada quinquénio existirá uma revisão das tarifas que será vinculativa para esse período.**

Eventuais alterações à estrutura do tarifário durante o período quinquenal só são admissíveis em sede de revisão extraordinária intercalar.

2. Após cada período quinquenal poderá ser feita uma revisão tarifária, sendo que o cálculo das tarifas, em estrita conformidade com os Instrumentos de Gestão Previsionais aprovados pela Assembleia Geral da Sociedade que serão enviados ao Município, englobará os seguintes custos e encargos:
 - a) A anuidade de amortização do valor do investimento inicial a cargo da AGERE, revisto nos termos previstos, no presente Contrato, deduzido do reconhecimento, no exercício, dos proveitos extraordinários referentes às comparticipações e dos subsídios a fundo perdido, bem como, nos mesmos termos, a anuidade de amortização do investimento de renovação, reabilitação e substituição;
 - b) A anuidade de amortização de investimentos de expansão ou modernização do Sistema a cargo da AGERE, considerados no plano de investimento, que tenham sido aprovados pela Assembleia Geral da Sociedade.
 - c) As despesas anuais de manutenção, reparação e renovação de bens e equipamentos afetos ao contrato de gestão;
 - d) As despesas gerais anuais decorrentes da gestão e exploração do Sistema, designadamente, os obrigatórios, nos termos da lei e da regulamentação aplicáveis, e os de administração e gestão;
 - e) Os encargos financeiros anuais decorrentes do esquema de financiamento da AGERE por capitais alheios, bem como os decorrentes de garantias e avals a prestar a terceiros;
 - f) Os encargos fiscais anuais presumíveis correspondentes à incidência da taxa do imposto (IRC) sobre os resultados antes de impostos;
 - g) Outros encargos anuais correntes, nomeadamente os inerentes às servidões e expropriações;
 - h) A margem anual necessária à remuneração adequada dos capitais próprios.
3. São obrigatoriamente abatidos aos custos e encargos anuais os proveitos previsionais não decorrentes da própria cobrança tarifária, nomeadamente proveitos suplementares, subsídios à exploração e proveitos financeiros.

4.1.7. Clausula Vigésima (Delegação de outros poderes públicos delegados)

Recomenda-se a revisão da alínea e) do n.º 1, sugerindo-se para o efeito a seguinte redação:

"Fiscalizar o cumprimento das obrigações cuja violação constitui contraordenação nos termos do n.º 2 do artigo 72.º e dos n.º 2 e 3 do artigo 73.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, bem como das normas constantes do regulamento de serviço previsto na Clausula 9.ª relativas aos utilizadores."

Alínea alterada pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR.

4.1.8. Clausula Vigésima Terceira (Sanções referentes à construção das infraestruturas)

Relativamente ao n.º 1 desta clausula, recomenda-se que fique clarificado ou definido o que é considerado como " incumprimento grave das obrigações..."

Considerou-se a alteração da redação do ponto 1 da presente clausula, removendo-se a palavra "grave", pelo que para o mesmo foi adotada a seguinte redação:

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

(Sanções referentes à construção das infraestruturas)

1- O incumprimento das obrigações relativas à construção das infraestruturas que comprometa a sustentabilidade do contrato de gestão implica a aplicação de sanções pecuniárias à AGERE.

4.1.9. Clausula Vigésima Oitava (Responsabilidade Civil Extra-contratual e responsabilidade ambiental)

A apólice do seguro referida no n.º 1 deve ser exibida no momento da outorga do contrato e constituir anexo ao mesmo.

Confirma-se a constituição do referido seguro e que a sua apólice está em dia, tendo sido a mesma incluída no Anexo 9. Esta apólice, assim como a relativa à Responsabilidade Ambiental da AGERE, será exibida no momento de outorga do contrato.

4.1.10. Clausula Trigésima Terceira (Acompanhamento e reequilíbrio do contrato de gestão delegada)

No âmbito do setor das águas e dos resíduos o equilíbrio do contrato é aferido e "reposto" em sede de revisão quinquenal do contrato, conforme resulta da conjugação do artigo 22.º com o artigo 29.º, ambos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

O regime geral de organização e funcionamento destas empresas consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, contudo o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, estabelece um regime especial que detalha a forma como a delegação destes serviços é estabelecida e funciona.

Pretende-se com este último regime, no essencial, garantir os termos em que os serviços devem ser prestados pela empresa municipal delegatária, assegurando a sustentabilidade e a qualidade dos mesmos.

Nestes termos recomenda-se a revisão da presente clausula, sugerindo-se a seguinte redação:

"O acompanhamento e equilíbrio do contrato de gestão delegada obedece ao Disposto no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto e, subsidiariamente, ao disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto."

Clausula alterada pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR, apresentando a seguinte redação:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA

(Acompanhamento e reequilíbrio do contrato de gestão delegada)

O acompanhamento e reequilíbrio do contrato de gestão delegada obedecem ao disposto no Decreto-Lei nº194/2009, de 20 de agosto e, subsidiariamente, na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

4.1.11. Clausula Trigésima Quinta (Partilha de ganhos pelo aumento de adesão ao serviço)

Da redação da presente clausula resulta que uma eventual partilha de ganhos, em benefício do utilizador será feita através de uma alteração da trajetória tarifária.

A propósito da revisão da trajetória tarifária reitera-se o exposto no ponto 4.1.6 no sentido de que, sendo este um elemento vinculativo do contrato de gestão delegada, a sua alteração durante o decurso do quinquénio apenas pode ter lugar através de uma revisão extraordinária, conforme resulta do n.º 6. do artigo 29.º do Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, a qual esta sujeita a aprovação do município e parecer prévio vinculativo desta entidade reguladora.

Sem prejuízo do exposto, e entendimento da ERSAR que eventuais partilhas de ganhos, em benefício do utilizador, devem ter lugar aquando das revisões quinquenais de forma a assegurar a estabilidade contratual

Em nossa opinião a partilha de ganhos não deve esperar pela revisão quinquenal e ser feita, preferencialmente, na base anual, conforme ponto 2 desta cláusula, mesmo que para isso acarrete revisões extraordinárias sucessivas.

4.1.12. Cláusula Trigésima Sexta – Sanções por incumprimento de metas e objetivos

A propósito da aplicação de coimas ou multas no âmbito do presente contrato, recomenda-se que fique previsto que, na determinação da gravidade do incumprimento, o delegante terá em conta, nomeadamente, a sua eventual reiteração, o grau de culpa da Entidade Gestora e as consequências do incumprimento.

Deve ainda ficar salvaguardado que a aplicação de quaisquer sanções previstas nesta cláusula esta sujeita a audiência previa da entidade gestora, a exercer nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo, podendo ser solicitado o parecer da entidade reguladora sobre a verificação do incumprimento alegado pelo Município.

Foram considerados os comentários da ERSAR ao ponto 3 desta cláusula e foi acrescentado um novo ponto (n.º 4) para inclusão da sujeição a audiência prévia por parte da Entidade Gestora às sanções aplicadas. Assim, para estes pontos foi considerada a seguinte redação:

3. A determinação da medida da multa far-se-á, nomeadamente, em função da gravidade da violação das cláusulas contratuais a que se referem as alíneas a) a c) do nº 3 do artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, da sua eventual reiteração, do grau de culpa, das consequências do incumprimento e da situação económica da Delegatária.
4. A aplicação de quaisquer sanções previstas nesta cláusula está sujeita a audiência prévia da AGERE, a exercer nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo.

4.1.13. Cláusula Trigésima Sétima – Revisão do Contrato de Gestão Delegada

Em relação à revisão do contrato de gestão delegada importa sublinhar que, no final de cada período vinculativo, a revisão contratual deve estar em condições de ser assinada e assim suceder automaticamente à versão em vigor. Este procedimento, afigura-se compatível com o facto de a entidade gestora dispor de 3 meses após o final de cada período vinculativo para promover a revisão quinquenal, conforme previsto no nº1 da presente cláusula.

A este respeito é entendimento da ERSAR que a iniciativa da entidade gestora de promover a revisão do contrato deve ser prévia ao termo do período quinquenal em curso, no sentido de assegurar que no termo do contrato em vigor a proposta de revisão já reúne o parecer da ERSAR e a aprovação municipal, recomendando-se para o efeito que a proposta de revisão quinquenal seja remetida à ERSAR com 6 meses de antecedência relativamente ao termo previsto para o período quinquenal em curso.

Face ao exposto, recomenda-se a revisão desta cláusula em conformidade com o entendimento acima apresentado.

Cláusula alterada pela AGERE de acordo com os comentários da ERSAR, apresentando a seguinte redação:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA

(Revisão do Contrato de Gestão Delegada)

1. As partes obrigam-se a proceder a uma revisão dos dados previsionais em que se baseou a celebração do presente contrato de gestão delegada, de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos.
2. No final de cada período vinculativo do Contrato de Gestão Delegada, compete à AGERE promover a respetiva revisão, a qual é acompanhada dos seguintes elementos:
 - a) Identificação dos objetivos e das principais iniciativas de caráter estratégico;
 - b) Evolução das principais variáveis operacionais;
 - c) Uma análise custo-benefício dos principais novos investimentos propostos;
 - d) Demonstrações financeiras e plano de investimentos;
 - e) Tarifário e sua trajetória de evolução temporal;
 - f) Obrigações do Delegante quanto ao financiamento da prestação dos serviços delegados.
3. A entidade reguladora é ouvida sobre a revisão do contrato de gestão delegada, sendo-lhe remetida a proposta de revisão com 6 meses de antecedência relativamente ao termo previsto para o período quinquenal em curso
4. O contrato produz todos os seus efeitos, mantendo-se em vigor, até à aprovação da sua revisão nos termos dos números anteriores.

4.2. Plano de Investimentos – Anexo I

O plano de investimentos da AGERE para os próximos 20 anos (2021-2040), apresentado no Anexo 1 ao contrato e também na folha "Aux - PPI (dividido QREN)" do modelo económico-financeiro ascende a €119.298.389 (a preços correntes). Dá-se nota que este valor inclui o serviço de "Ambiente Urbano" (num total de €3.593.303) que é um serviço não regulado pela ERSAR, e que como tal não será objetivo de análise.

Assim, o valor total previsto pela entidade gestora para os serviços regulados pela ERSAR é de €115.705.085, distribuídos da seguinte forma:

- Abastecimento de água: €52.100.694 (45%)
- Saneamento de águas residuais: €46.931.545 (40%)
- Resíduos urbanos: €4.288.485 (4%)
- Diversos comuns: €12.784.361 (11%)

No 1º quinquénio vinculativo (2021-2025) os investimentos ascendem a €51.089.962 (24% em AA, 69% em AR, 1% em RU e 5% em "diversos comuns"), o que equivale a 44% do valor total para os próximos 20 anos.

No gráfico abaixo, pretende-se fazer uma comparação dos valores anuais orçamentados e executados para os anos 2015-2019 bem como ilustrar a projeção dos investimentos para os 20 anos da delegação.

Gráfico 1: Investimento total acumulado nas atividades reguladas: orçamentado vs executado e projetado

No gráfico acima, constata-se que para o período 2015-2020, a AGERE executou 27% de investimento abaixo do orçamentado. Fazendo a análise da execução anual dos investimentos face a orçamentada (Gráfico 2), para o mesmo período de tempo, é evidente que apenas nos anos de 2015 e 2019 o investimento executado foi superior ao projetado, desconhecendo a ERSAR se foram executados os mesmos investimentos por um valor mais elevado ou se outros investimentos não orçamentados. Acresce que a média de investimento anual para os próximos 20 anos é de €5,8 milhões sendo que a média dos últimos 6 anos se cifrou nos €4,8 milhões.

Neste contexto, sugere-se que se assumam projeções de investimento mais realistas (e consistentes com o histórico realizado) principalmente para o 1º quinquénio vinculativo da delegação, uma vez que tem impacto na definição da trajetória tarifária ao utilizador final (igualmente vinculativa).

O valor de investimento apresentado para os próximos 20 anos inclui o previsto para a construção do emissário e ETAR do Este, que constituirá o maior investimento da AGERE nesse período. O valor de investimentos considerado no documento analisado, e retirando o valor correspondente à construção do emissário e ETAR do Este, ao valor atual de 30 milhões, o valor anual de investimento estará em linha com a média do executado nos últimos 6 anos, o que só por si ajusta o Plano de Investimento de acordo com o solicitado pela ERSAR.

Gráfico 2: Investimento anual nas atividades reguladas: orçamentado vs executado

Dá-se nota, como já referido em pareceres anteriores, que o Plano de investimentos apresentado no Anexo 1, inviabiliza, para várias ações previstas, a análise da razoabilidade dos montantes inscritos, uma vez que não é apresentada a caracterização física das infraestruturas, mas apenas o cronograma financeiro dos mesmos. A título de exemplo, refira-se a não caracterização física (DN e extensão) das condutas de água e coletores de águas residuais a construir.

De seguida, tendo por base a análise das rubricas do Plano de investimentos, importa tecer os seguintes comentários por atividade:

a) Abastecimento de Água

O plano de investimentos proposto está desagregado por fase do processo produtivo, ou seja, por captação/tratamento, adução/elevação, armazenamento e distribuição. Para além da referida desagregação, esta prevista uma rubrica "outros investimentos" que inclui, por exemplo, os planos de controlo de água não faturada, contadores de água, telemetria e utensílios e ferramentas.

Os investimentos dão continuidade ao trabalho que tem vindo a ser executado pela AGERE e estão, na sua grande maioria, em linha com os objetivos e iniciativas estratégicas definidas para os próximos anos. Os investimentos são, em grande parte, de substituição e remodelação de equipamentos e infraestruturas. No entanto, esta também prevista a ampliação de um reservatório, com a respetiva construção da adutora da ETA até aquela infraestrutura e a ampliação de redes de distribuição.

Para o ano de 2028 (fora do período vinculativo), está prevista a "remodelação da ETA" de Ponte do Bico (rubrica do plano de investimentos). No entanto, no documento justificativo do plano de investimentos entregue a ERSAR no âmbito do processo em análise, a entidade gestora faz referência a sua ampliação para o dobro da capacidade. Sobre esta intervenção, e como já referido em pareceres anteriores e apesar de se reconhecer as limitações da AGERE para a necessidade intervir nesta instalação de tratamento, a ERSAR volta a questionar a necessidade da sua ampliação já que nos últimos quatro anos da avaliação da qualidade de serviço prestado aos utilizadores, os dados relativos à utilização da capacidade da ETA mostram que esta infraestrutura está em constante subutilização. Mais se acrescenta que a acessibilidade física ao serviço está já nos 100% (apesar de alguma ampliação de rede) e o sucesso da adesão dos utilizadores aos sistemas fica, muitas vezes, aquém da melhor expectativa da entidade gestora.

Nesse sentido, solicita-se à AGERE esclarecimentos sobre a intervenção a realizar na ETA e, caso a intenção seja a sua ampliação, recomenda-se a sua reavaliação sem prejuízo das necessárias remodelações e alterações à linha de tratamento referidas no documento justificativo do plano de investimento e constantes no plano de investimento.

Para o período vinculativo 2021-2025, o valor ascende a €12.221.072 (preços correntes), representando 24% do total do quinquénio.

A filtração da água na ETA é, atualmente, patrocinada numa bateria de 8 filtros de areia, em linha, cujo *output* (canal de recolha de água filtrada) é único, deixando o sistema sem qualquer redundância.

Volvidos 25 anos da sua construção, esta etapa apresenta já alguma degradação que tem sido colmatada através de reparações pontuais com soluções por vezes imaginativas pois é impossível uma intervenção profunda sem paragem da produção de água para consumo humano.

Para a sua total remodelação e garantia de produção nos níveis atuais, torna-se necessário providenciar o aumento/redundância desta etapa sendo que as restantes são suficientes para o nível de serviço atual.

Revelador desta iniciativa é o valor envolvido e espelhado no PPI – 1.040.000€.

b) Saneamento de Águas Residuais

Tal como acontece para o serviço de abastecimento de água, o plano de investimento para o saneamento de águas residuais está organizado por fase de processo produtivo, ou seja, por recolha (rede), elevação e tratamento. Acresce a estas rubricas um montante associado a "outros investimentos" que incluem, por exemplo, investimentos em equipamento de CCTV (para posterior desobstrução de coletores).

Os investimentos previstos são, de acordo com a entidade gestora, orientados para a melhoria ao nível da qualidade, segurança e eficiência. Neste sentido, estão previstos investimentos de reabilitação e substituição de equipamentos e infraestruturas (como por exemplo na ETAR de Frossos e nas estações elevatórias), bem como a construção do emissário e da ETAR Vale do Este.

Estão também previstas pequenas ampliações de redes de coletores. Os investimentos propostos estão em linha com os objetivos e iniciativas estratégicas propostas para o período vinculativo 2021-2025 e dão, também, continuidade aos trabalhos que tem vindo a ser desenvolvidos.

Sobre a ETAR de Frossos, ou mais especificamente sobre o exutor, verifica-se que esta infraestrutura volta novamente a ser incluída no atual Plano de investimento, uma vez que não se encontrava contemplada no Plano de investimento analisado anteriormente por esta entidade reguladora".

Esta infraestrutura tinha sido eliminada uma vez que a entidade gestora reconheceu que a construção da nova ETAR do Vale do Este permitia melhorar a qualidade da água no meio recetor, evitando-se assim o custo/investimento com a infraestrutura. Deste modo, questiona-se a opção da AGERE de incluir novamente investimentos como esta infraestrutura (no valor de cerca de €720 mil) distribuídos pelas seguintes rubricas "Exutor da ET Frossos_CMBraga", "Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento" e "Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento", sem prejuízo do valor ser abaixo do valor previsto nos planos de investimento anteriores.

A construção da nova ETAR do Vale do Este e do emissário Este e o investimento com maior peso no quinquénio vinculativo, ascendendo a cerca de €25,7 milhões. O investimento inclui não só a construção daquelas infraestruturas (na ordem dos €23,7 milhões: €17,8 milhões para a ETAR e €5,9 milhões para o emissário), mas também o projeto de engenharia, o estudo de impacto ambiental, os terrenos necessários, indemnizações, fiscalização, entre outros.

Sobre a referida ETAR, não sendo referidos os principais dados de dimensionamento (população equivalente e caudal a tratar), nem o nível de tratamento que a instalação proporcionara, não é possível avaliar a razoabilidade do montante previsto.

Sobre o investimento "emissário e ETAR do Este", a AGERE da nota que o mesmo foi objeto de candidatura a fundos comunitários, com aprovação em setembro de 2020, tendo como

premissas; (a) valor máximo de comparticipação ser de €9,0 milhões e (b) a data de fim da operação ser em junho de 2023. Pelo exposto, e analisando o plano de investimento, entende-se que já foi dado início ao referido investimento uma vez que, para 2021, estão previstos investimentos associados ao projeto de engenharia, estudos de impacto ambiental, aquisição de terrenos, indemnizações e servidões. Questiona-se ainda a entidade gestora sobre o tipo de investimentos contemplados na rubrica classificada como "fornecimentos diversos", no valor de €560.409, uma vez que já existem outras rubricas de investimentos diversos.

Para o período vinculativo 2021-2025, o valor ascende a €35.504.808 (preços correntes), representando 69% do total do quinquénio.

A C.M. Braga desenvolveu o estudo e projeto para a nova Variante do Cávado, ligação da freguesia de Palmeira à rotunda contígua à ETAR de Frossos, que inclui o desvio do Rio Torto/Ribeira de Panoias com varrimento deste para Poente.

Esta variante, localizada entre o Rio Torto e a ETAR de Frossos, afasta, assim, os pontos de descarga de Efluente tratado e de Águas Pluviais da ETAR do seu local atual.

A alteração da implantação do Rio Torto obrigou ao estudo da sua regularização com ações paralelas de renaturalização. Este projeto, denominado Estudo Complementar ao Estudo de Ordenamento e Regularização do Rio Torto e da Ribeira de Panóias, foi devidamente aprovado pelas Entidades Ambientais assim como das partes envolvidas – C.M. Braga e AGERE-EM. Faça-se nota que esta ação já constava da DIA da ETAR de Frossos.

Parte integrante deste projeto é o prolongamento do ponto de descarga da ETAR (exutor) em cerca de 500m – rubrica “Exutor da ET Frossos_CMBraga” – e cujo valor inscrito no PPI corresponde ao acréscimo do projetado relativamente ao dado como necessário pela AGERE (aumento de calibre de DN800mm para DN1200mm).

Por se entender que o fim da obra da C.M. Braga não é o adequado para a descarga do Efluente (junto ao açude da N201), pretende-se o seu prolongamento em cerca de 200m para uma zona compatível com a ação. Assim, encontram-se as rubricas “Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento” e “Exutor da ET Frossos_Prolongamento” inscritas no PPI e em desenvolvimento em paralelo com a obra da Variante já em curso. Esta ação compreenderá, ainda, a integração paisagística com micromodelação, consolidação da galeria ripícola com revestimento vegetal e, quando necessário, estabilização de margens e leito do Rio através de técnica de bioengenharia.

Emissário e ETAR do Este – dados base

Emissário: 3.750 m de tubagem DN1000mm, FFD

ETAR:

H0: 180.546 hab.Eq.

Q0médio em tempo seco=18.304 m³/dia

HP: 199.845 hab.Eq.

QPmédio em tempo seco=20.224 m³/dia

Na solução preconizada, a ETAR do Este será equipada com tratamento secundário para remoção de carga de carbono presente no efluente, detendo ainda a capacidade de oxigenação necessária à ocorrência dos processos de nitrificação e de desnitrificação. Em acréscimo, será ainda dotada de desinfecção, garantido um tratamento mais avançado que o secundário. O projeto contém ainda sistema de tratamento adicional das Águas Para

Reutilização. Terá um sistema de digestão de lamas, cujo biogás produzido será aproveitado numa unidade de cogeração.

A rubrica “ETAR do Este_Fornecimentos diversos”, no valor de 560.409€, diz respeito à Revisão do Projeto colocado a concurso, compilação técnica, PSS, PGA, Manual de Operação e Manutenção, Formação de pessoal da EG, reporte fotográfico da obra e equipamento audiovisual.

c) Resíduos Urbanos

Relativamente aos resíduos urbanos, o valor do investimento representa 1% (€690.174) do total do investimento previsto para o quinquénio vinculativo. O baixo valor de investimento proposto está relacionado com os avultados investimentos realizados nos últimos 3 anos com a implementação da nova metodologia de recolha por contentorização que teve como objetivo o aumento da rentabilidade da frota e a melhoria do serviço prestado aos municípios. De acordo com a entidade gestora, foi substituído o sistema de recolha porta-a-porta pelo de recolha por proximidade, envolvendo por esta razão a instalação de 4.400 contentores de superfície e subterrâneos, o aumento do número de lavagens e ainda a renovação do parque de viaturas de recolha com a consequente diminuição das emissões de CO2.

Ainda assim, e bem, a entidade gestora inclui a substituição por dano ou envelhecimento natural, de equipamentos de deposição de resíduos urbanos, substituição de uma viatura ainda no âmbito da estratégia acima apresentada, e outros pequenos equipamentos necessários para a prossecução da atividade em condições.

Pelos investimentos realizados, a entidade gestora considera que estão reunidas as condições para conseguirem implementar a recolha seletiva de biorresíduos. Não obstante, da análise ao modelo económico-financeiro não resulta claro que estejam previstas despesas relacionadas com os custos operacionais inerentes aquela recolha seletiva. Mais, não resulta claro com o plano apresentado, que a entidade gestora esteja a prever dar resposta as obrigações de recolha seletiva de têxteis e resíduos perigosos provenientes de habitações, conforme previsto no Regulamento Geral de Gestão de Resíduos, pelo que deve ser revista ou clarificada a matéria identificada.

Analizando as rubricas do plano de investimentos, e sendo a recolha de monstros uma atividade que integra a área de resíduos urbanos, o investimento associado a aquisição da viatura para este fim deve passar da atividade de "ambiente urbano" (não regulada) para a atividade de resíduos urbanos.

Comum as três atividades, a rubrica "sistemas de informação" tem no quinquénio vinculativo um valor de investimento associado que ascende a cerca de €1,4 milhões. A AGERE justifica este investimento com a aprovação, e desenvolvimento, do Plano de digitalização da empresa (parte integrante dos objetivos e iniciativas estratégicas para o quinquénio vinculativo). A necessidade de novos desenvolvimentos nesta área prende-se com o incremento de dados produzidos nos vários setores da atividade da AGERE considerando prioritário a melhoria dos sistemas existentes com o objetivo de assegurar o adequado tratamento com fiabilidades superiores, bem como a eliminação de registos redundantes. Nesse sentido, é expectável uma melhoria na eficiência de resposta da entidade ao nível de gestão interna, com melhores decisões estratégicas, bem como melhoria dos serviços prestados pela otimização de processos/procedimentos.

A estratégia da AGERE para a recolha de biorresíduos passa pelo aproveitamento da capacidade instalada de contentorização e recolha de RU, com a deposição seletiva dos RUB no mesmo sistema.

Numa primeira fase serão distribuídos de forma gratuita e por cada alojamento, um contentor de 7L e respetivos sacos para deposição de biorresíduos. O município terá apenas de colocar o saco com os biorresíduos produzidos no contentor tradicional. O saco terá uma cor específica,

de modo que seja facilmente separado pela Entidade em Alta, onde os biorresíduos serão utilizados para produção de energia e de fertilizante para a agricultura.

O mesmo sistema, de utilização de saco com uma cor específica e diferenciadora de outras tipologias de resíduos, será adotado para a recolha seletiva de têxteis.

Esta estratégia relativa a biorresíduos e resíduos têxteis, sem grande investimento, encontra-se, já, vertida no atual Plano de Gestão de Resíduos.

Relativamente à viatura de recolha de monstros, acolhe-se a recomendação, no entanto não se prevê a aquisição deste equipamento no próximo quinquénio.

4.3. Indicadores de Desempenho – anexo 2 – e principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE (anexo 4)

Nos termos da alínea a) e b) do n.º 3 e do n.º 5 do artigo 20.º e do Decreto-Lei n.º 194/2009, os objetivos da empresa e a identificação das principais iniciativas de carácter estratégico, respetivamente, devem ficar estipulados no contrato para um período de 15 anos, sendo vinculativos os definidos para os primeiros 5. Esta obrigação foi cumprida pela AGERE apenas no que se refere à definição dos objetivos da empresa. Assim, e no que toca à definição das iniciativas estratégicas da empresa, deve a entidade gestora corrigir a situação de modo a cumprir a obrigação estabelecida no Decreto-Lei n.º 194/2009.

A propósito da temática metas e objetivos (indicadores de desempenho - Anexo 2) mantemos a nota positiva dada no anterior parecer da ERSAR relativamente ao facto de terem sido elencados os investimentos que visam contribuir para o alcance das metas definidas para os indicadores de desempenho da qualidade do serviço considerados, contribuindo assim para a melhor aferição do seu cumprimento ao longo do período da delegação (com especial enfoque para o período vinculativo 2021-2025).

Relativamente aos indicadores de desempenho, reitera-se a importância da introdução dos indicadores relativos a "reabilitação de condutas" (AA09) e a "reabilitação de coletores" (AR07).

Estes indicadores complementam outros já incluídos no Anexo 2 e contribuem para uma melhor monitorização das prioridades da AGERE, designadamente a melhoria do desempenho das redes.

A inclusão daqueles indicadores permite, igualmente, monitorizar as iniciativas estratégicas definidas pela entidade gestora relativa aos planos de remodelação de condutas e coletores. A recomendação é novamente feita sem prejuízo do referido pela entidade gestora no documento "Respostas a Parecer da ERSAR de 03/01/2019 incluídas no CGD enviado a ERSAR em fevereiro de 2020".

Quanto a estes indicadores, AA09 e AR07, a AGERE reitera que não concorda com a sua valorização e métrica pois não se guia pela quantidade reabilitada, mas sim pelo Valor Infraestrutural.

Ora, relativamente às Condutas, a AGERE tem um plano de GPI (Gestão Património Infraestrutural) baseado em dados operacionais, monitorização em tempo real e previsão de falhas que dita a necessidade e garante o adequado nível de remodelação de condutas.

Quanto aos Coletores, a AGERE investe, desde 2010, em manutenção preventiva e CCTV de modo massivo (tem já cerca de 30% de rede inspecionada) de modo a intervir/eliminar os pontos negros detetados. Entretanto, tem apostado em tecnologia de reparação sem abertura de vala de modo contínuo ou pontual garantindo a operacionalidade total do troço intervencionado.

Em jeito de conclusão, importa espelhar o modo eficiente de gestão deste tema por parte da AGERE com garante total do desempenho das redes pelo menor custo económico e social.

Sugere-se também, a inclusão de indicadores relacionados com a eficiência energética de instalações, propondo-se os indicadores da avaliação da qualidade do serviço relacionados com a eficiência energética de instalações elevatórias (AA13 e AR10), já que o plano de investimento apresentado incide, em muitas das suas rubricas, na substituição de equipamentos com vista a melhoria da eficiência energética do sistema de abastecimento e saneamento de águas residuais.

Concordamos quanto à inserção no mapa dos indicadores relacionados com a eficiência energética em estações elevatórias, AA13 (Manter o nível bom dos últimos anos no período estratégico) e AR10 (Manter o nível mediano no plano tático e caminhar, no horizonte estratégico, para o nível bom), estando já vertidos na atualização em curso ao mapa de gestão estratégico, tendo em atenção já os indicadores de 4.ª geração, sendo prevista a sua inclusão na próxima revisão a este documento.

Analisando concretamente as metas definidas para os indicadores de desempenho para as três atividades reguladas durante o período vinculativo dos primeiros 5 anos, tecem-se os seguintes comentários:

a) *"AA03 - ocorrência de falhas no abastecimento": considera-se que a entidade gestora deve ser mais ambiciosa nas metas definidas tendo em conta não só o que se propõe executar e alcançar no período vinculativo, mas também o melhor valor histórico do indicador alcançado nos anos anteriores.*

Mantem-se a proposta por não ser relevante a melhoria deste indicador

b) *"AA08 - Água não faturada": tendo em conta os investimentos que irão contribuir para a implementação das iniciativas estratégicas "Plano de redução de água" (implementar em 2021) e o "Plano de Remodelação de Conduitas" (implementar até 2024), considera-se que as metas para este indicador devem ser revistas já que se mantem inalteradas de 2021 até 2025 e são inferiores aos melhores desempenhos alcançadas no passado.*

Altera-se a proposta em consonância com os dados atuais, produzindo uma melhoria de cerca de 1% no período vinculativo.

Será, contudo, de realçar que os valores já alcançados revelam-se, até, difíceis de manter pelo que a sua melhoria, ambição da AGERE, podem incluir investimentos economicamente não sustentáveis.

A ações mais relevantes, ainda a explorar, serão:

- a) **Eficiência operacional em tempo real**
- b) **Telemetria em tempo real**
- c) **Zonamento mais fino**
- d) **Balanços hídricos zonais**
- e) **Tudo isto baseado em tecnologias de informação com eventual utilização de IA.**

"AA10b - Ocorrência de avarias em conduitas": apesar de a meta prevista para os primeiros 5 anos se situar no intervalo de bom desempenho, considera-se que a entidade gestora deva ser mais ambiciosa, tendo em conta a estratégia de redução de perdas e o plano de remodelação de conduitas definida pela entidade.

A fiabilidade dos dados aliada à análise e reporte mais amplo da informação leva à proposta de manutenção de tais patamares de valores

d) "RU10b - Acessibilidade física do serviço": uma vez que a entidade gestora refere na descrição das iniciativas estratégicas que o ano de 2020 "(...) marcou a consolidação do sistema de recolha de resíduos urbanos no Concelho de Braga com a instalação de contentores subterrâneos e de superfície na via pública, (...)", desafia-se a entidade gestora a definir metas mais otimistas para este indicador elevando-o para o bom desempenho.

Ciente das limitações e das desvantagens associadas ao serviço de resíduos urbanos existente em 2013, assente na recolha porta-a-porta na generalidade do concelho, e complementado pontualmente com contentores de superfície e subterrâneos, foi concebida e desenvolvida uma nova estratégia para esta operação que abrangeu todo o concelho de Braga.

Esta alteração alargou o perímetro da recolha levando a que todo o Município tenha, neste momento, um contentor a, pelo menos, 100m. Fora deste circuito estão, tão somente, os industriais que têm contratos de recolha especial (volume >1100 l).

Assim, o valor do indicador, calculado com base em *shapefile* não espelha, efetivamente, a realidade da recolha de RU em Braga.

Assim, o valor do indicador, calculado com base em *shapefile* já revela, atualmente e aproximadamente, a realidade da recolha de RU em Braga.

Deste modo, e em conformidade, alteraram-se os valores do indicador.

Sobre as principais iniciativas estratégicas a implementar pela AGERE espelhadas no Anexo 4, entende-se que o mesmo foi atualizado face à proposta de investimentos agora apresentada (para os próximos 20 anos). Neste contexto, dá a ERSAR nota positiva à organização do referido anexo na medida em que o mesmo é apresentado através de uma matriz com identificação dos indicadores que irão permitir aferir o sucesso da sua execução bem como dos correspondentes investimentos. Sugere-se, por uma questão de monitorização futura, que as metas para a implementação das iniciativas propostas sejam definidas anualmente e não apenas com a indicação do ano da sua finalização.

Por último, e como já acima referido, o horizonte temporal definido para a implementação das iniciativas estratégicas restringe-se ao período vinculativo de 2021 a 2025 não cumprindo a obrigação prevista no n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, que é de 15 anos.

O período de vigência do CGD tem o seu início a 1 de janeiro de 2021 (cf. ponto 3 da Cláusula Primeira), pelo que o período vinculativo de 2021 a 2025 corresponde aos primeiros cinco anos do contrato, como previsto no n.º 5 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

De qualquer modo, as iniciativas estratégicas, conforme espelhado no anexo 4, não se esgotam no referido espaço temporal pois são processos dinâmicos, atualizados ciclicamente e sempre que os dados operacionais e conjunturais se alteram.

4.4. Modelo económico-financeiro- Anexo 7

4.4.1. Projeções da procura

Nas projeções apresentadas para a população residente no concelho, considerou-se no EVEF uma taxa de crescimento anual de 0,15% até 2030, e de 0% a partir desse ano, tomando como ponto de partida a estimativa da população do INE para o ano 2019.

Analisando as projeções de evolução da população do INE para a região norte, e utilizando o mesmo ponto de partida considerado no estudo (população residente no município de Braga em 2019, dados mais recentes disponíveis), verifica-se que as projeções consideradas no estudo estão alinhadas com o cenário mais otimista previsto pelo INE, sendo inclusive um pouco superiores a partir do ano 2028.

Como tal, alerta-se para o facto de as projeções consideradas se enquadrarem num cenário otimista, o que poderá eventualmente vir a resultar em consequências negativas ao nível do volume de receitas previsto, no caso de este cenário não se verificar.

Tendo em consideração os resultados dos Censos de 2021, com um crescimento no Concelho de Braga de 6%, ao quais acrescem a população flutuante (turistas e estudantes), os cenários previstos representarão efetivamente a realidade deste concelho.

Gráfico 3 - Projeções da população

Para o cálculo dos volumes de água consumidos são utilizados valores de capitação (em litros/habitante/dia), sendo que, no entanto, estes valores são inseridos manualmente no modelo económico-financeiro, nos anos 2020 a 2024. Na memória descritiva do modelo é referido que foi assumida uma diminuição dos volumes faturados em 2021 face a 2020 para valores próximos da média dos últimos anos, em virtude dos consumos anormalmente elevados em 2020, potenciados pelo efeito da pandemia. Para os anos posteriores a 2021, e assumido um crescimento anual das capitações até ao ano 2024, e a sua manutenção daí em diante.

Relativamente ao pressuposto de estabilização temporal dos valores das capitações, alerta-se para o facto de que, por via da constante evolução tecnológica ao nível dos sistemas e equipamentos utilizados pelos utilizadores, e consequente melhoria da sua eficiência ao nível da poupança de água, como até da decorrência de uma cada vez maior consciencialização ambiental da população, estes fatores possam vir a produzir um efeito de redução das capitações, razão pela qual seria mais conservador considerar uma tendência de ligeira diminuição.

Relativamente a este aspeto, e dada a evolução já sentida nos últimos anos, o valor de capitação apresentada já se considera como conservadora.

4.4.2. Análise da evolução económico-financeira

A evolução das vendas e serviços prestados nos serviços regulados apresenta a seguinte trajetória:

Gráfico 4 - Vendas e serviços prestados

Os rendimentos para as 3 atividades apresentam uma tendência de evolução crescente, sensivelmente em linha com a inflação. Verifica-se, no entanto, um decréscimo na evolução dos rendimentos dos serviços de águas nos anos de 2031 e 2036, devido ao facto de nesses anos estarem previstas reduções reais das tarifas de 5% e 14%, respetivamente, em ambos os serviços.

No que se refere a evolução dos gastos, observa-se a seguinte evolução dos custos unitários de exploração de cada atividade:

Gráfico 5 - Evolução dos custos unitários

Para o período em análise, verifica-se uma evolução anual aproximadamente constante dos custos unitários, e sensivelmente em linha com os valores de inflação considerados no modelo, pelo que da análise deste indicador não se antecipam melhorias significativas ao nível da eficiência da empresa. A redução significativa verificada no ano 2038 esta relacionada com o decréscimo nesse ano do valor das amortizações. De notar também, que no caso dos serviços de abastecimento e saneamento e águas residuais, as projeções apresentadas diferem significativamente dos resultados históricos reportados à ERSAR, que vinham apresentando uma tendência decrescente nos últimos anos, motivo pelo qual se questiona o aumento significativo dos custos unitários e o seu desfasamento com os dados históricos reportados.

A análise às demonstrações financeiras por atividade permite avaliar o respetivo grau de cobertura dos gastos e, consequentemente, a sustentabilidade de cada um dos serviços. No caso da AGERE, foi possível apurar o seguinte resultado, com base nas demonstrações financeiras por atividade:

Gráfico 6 - Cobertura dos gastos

A AGERE apresenta um histórico de cobertura dos gastos excessiva, tendo por base as bandas de referência definidas pela ERSAR no âmbito do sistema de avaliação da qualidade de serviço, com valores na ordem dos 160% para os serviços de abastecimento e saneamento, e uma trajetória de aproximação a valores adequados no caso do serviço de gestão de resíduos urbanos.

Para o primeiro período quinquenal do contrato (2021-2025), verifica-se uma cobertura dos gastos excessiva no caso do serviço de abastecimento (acima dos 120%), e uma trajetória ligeiramente descendente para o serviço de saneamento, que permite alcançar um valor mediano de cobertura dos gastos (entre os 110% e os 120%). No caso do serviço de gestão de resíduos urbanos, verifica-se uma cobertura dos gastos mediana, por defeito, uma vez que apresenta um valor entre os 90% e os 100%. No caso dos serviços de águas, e à semelhança do que já foi referido no caso dos custos unitários, verifica-se uma discrepância significativa entre os dados históricos e os valores previsionais apresentados, verificando-se que a redução significativa da cobertura dos gastos no ano 2021, face aos valores históricos, coincide com o aumento significativo, no mesmo ano, ao nível dos custos unitários. A título de exemplo, verifica-se um aumento de quase €1,0 milhão no que toca aos custos com pessoal no ano 2021 (€10,3 milhões) face aos últimos dados reportados de 2019 (€9,3 milhões), sendo este efeito justificado com a alteração do custo medio dos trabalhadores, conjugado com a inclusão de um prémio a atribuir aos colaboradores em função dos resultados da AGERE.

Posteriormente verifica-se uma ligeira redução nos níveis de cobertura dos gastos para os serviços de abastecimento e saneamento no ano 2031, onde está prevista uma redução tarifária de 5%, e uma redução mais significativa no ano 2036, coincidindo com as reduções tarifárias de 14% previstas para os serviços de abastecimento e saneamento. No caso do serviço de saneamento, apenas após a descida de 14% das tarifas em 2036 é possível alcançar um valor mediano de cobertura dos gastos (ainda assim ligeiramente acima dos 110%), ao passo que no serviço de saneamento a redução tarifária de 2036 permite alcançar um valor adequado de cobertura dos gastos. Não obstante, verifica-se um novo agravamento da cobertura dos gastos a partir do ano 2038, decorrente da redução significativa nesse ano do custo com amortizações, com reflexo também visível ao nível dos custos unitários.

Analisando as demonstrações de resultados por atividade, verifica-se a seguinte evolução, no que ao resultado líquido diz respeito:

Gráfico 7 - Evolução do resultado líquido

As projeções apresentadas evidenciam a obtenção de resultados líquidos positivos para o período temporal considerado, no caso dos serviços de abastecimento e saneamento, verificando-se, tal como referido na análise aos custos unitários e cobertura dos gastos, uma discrepância significativa entre os valores históricos e as projeções apresentadas. No caso do serviço de resíduos, a atividade nunca apresenta resultados líquidos positivos no período considerado, em consonância com os resultados apresentados para a cobertura dos gastos. No global, o resultado líquido apresentado pela empresa ao longo do período em análise resulta na acumulação de um valor em "Resultados transitados", de cerca de €4,18 milhões em 2040. A conta de "Resultados transitados", após o pagamento dos dividendos anuais correspondentes a remuneração do capital próprio, varia entre um mínimo de €455,979 no ano 2038 e um Máximo de €5.033.871 no ano 2036, evidenciando uma acumulação excessiva, que poderá ser minimizada através de reduções tarifárias nos serviços de abastecimento e saneamento. A evolução da cobertura dos gastos por atividade, e do resultado líquido, global e por atividade, evidencia uma atividade de resíduos deficitária, do ponto de vista da sua sustentabilidade económica, compensada pelas atividades de abastecimento e saneamento que por sua vez evidenciam resultados excessivos conforme referido.

De realçar que a atividade não regulada de "Varredura", financiada pelo município, apresenta resultados líquidos positivos para o período em análise, não evidenciando subsidiação por parte dos serviços regulados. Os resultados desta atividade contribuem para os resultados líquidos globais da empresa apresentados no Gráfico 7, não alterando no entanto os aspetos apontados relativamente à acumulação excessiva de resultados transitados, uma vez que os resultados desta atividade são bastante inferiores quando comparados com os resultados das atividades de

abastecimento e saneamento, e portanto o seu contributo para o resultado global da empresa é menos significativo quando comparado com as atividades reguladas.

Finalmente, no que toca ao indicador da acessibilidade económica, o mesmo apresenta resultados considerados adequados para o período em análise nos dois serviços, obtendo-se valores que se encontram dentro do intervalo de bom desempenho:

Gráfico 8 - Acessibilidade económica

4.4.3. Melhorias a incorporar no Modelo económico-financeiro

Para além das questões já identificadas nos pontos anteriores, de referir também que não é evidenciado o financiamento dos tarifários sociais pelo município. O valor a financiar deve ser determinado pela diferença de proveitos entre a aplicação do tarifário geral e do tarifário social aos utilizadores que dele beneficiam, e incluído na rubrica "Outros rendimentos".

A este respeito não podemos deixar de alertar para a existência do Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro (estabelece o regime da tarifa social relativa a prestação dos serviços de águas), segundo o qual o financiamento deste tipo de tarifários deve ser da responsabilidade do município, entendimento igualmente preconizado pela ERSAR na Recomendação da ERSAR n.º 02/2018. Considera-se ainda que devesse ser equacionada a adesão ao regime da tarifa social previsto naquele diploma.

Relativamente a este ponto foi decidido em Assembleia Municipal não efetuar o financiamento dos tarifários sociais de acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, mas manter o financiamento nos moldes atuais previstos no tarifário da AGERE.

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
AA_CPT	INVESTIMENTOS NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA	131 130	95 822	50 316	22 000	46 500	43 606	22 500	40 000	20 000	51 713	40 000
AA_CPT01_2019	Aq. grupo de bombagem superficial, incluindo QE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT02_2019	Aquisição 4 VEV 2xG1; 2xG2;G3M	0	0	0	0	26 500	0	0	0	0	0	0
AA_CPT03_2020	Med. PSA_Análise multip._água bruta do Rio Cávado	0	0	0	0	0	23 606	0	0	0	0	0
AA_CPT04_2020	Subst. Peças/acess cond da CAPT SUP PEAD / DN1000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT05_2021	Alteração da conduta da captação de subleito, incluindo quadro elétric	19 760	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT06_2021	Implementação de medidas do PSA_Aquisição de uma manga abson	0	0	0	0	0	0	2 500	0	0	0	0
AA_CPT07_2021	Reparação estrutural do fundo do poço de jusante	4 900	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT08_2022	Subst. bombas de extração de areias_Capt Sup	0	0	0	12 000	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT09_2022	Subst. grupos G1M e G1J_Capt Sup	47 934	47 934	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT10_2022	Subst. grupos G2M e G2J_Capt Sup	37 889	37 889	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT11_2024	Subst. Telas dos tamisadores TM1 e TM2_OE	0	0	30 316	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_CPT12_2031	Subst. MQ entrada de água no sistema: DN 600/PN10	10 648	0	0	0	0	0	0	0	0	11 713	0
AA_CPT98_CRE	Conserv. e rep. de equipamentos_Captação Água	5 000	5 000	10 000	5 000	10 000	10 000	10 000	20 000	10 000	20 000	20 000
AA_CPT99_OCR	Obras de const. ou reabilitação_Captação Água	5 000	5 000	10 000	5 000	10 000	10 000	10 000	20 000	10 000	20 000	20 000
AA_ETA	INVESTIMENTOS NA ETA	356 652	799 831	250 730	251 230	170 000	175 000	375 000	300 000	110 000	112 500	107 206
AA_ETA01_2019	Sist. automação, supervisão e controlo de processo	10 500	10 000	0	500	0	150 000	100 000	0	0	0	0
AA_ETA02_2019	Substituição de 2 válv. de saída de água filtrada	0	0	25 000	25 000	0	0	0	0	12 500	12 500	12 500
AA_ETA03_2020	Substituição da bateria de condensadores QGBT/ TF3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 853
AA_ETA04_2020	Ver. Transformador, potência 630kVA,15/0,4 kV,TF4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA05_2020	Substituição da bateria de condensadores QGBT/ TF4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9 853
AA_ETA06_2020	UPAC_150 kWp_ETA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA07_2021	Telegestão do sistema de abastecimento de água	0	0	0	0	0	0	0	25 000	0	0	0
AA_ETA08_2021	Aq. transformador, potência 2200 kVA, 15/6 kV, TF5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA09_2021	Rev. transformador, potência 2200 kVA,15/6 kV,TF1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA10_2021	Ver. Transformador, potência 2200 kVA,15/6 kV,TF2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA11_2021	Med. PSA_Sistema de doseamento de carvão ativado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA12_2021	Subst. 2 eletrobombas_água suja para espessador	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA13_2021	Subst. 6 eletrobombas de eixo horizontal	15 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA14_2021	Subst. válvulas de controlo de bombagem_GP1 a GP5	35 000	35 000	35 000	35 000	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA15_2021	Aquisição de válvula DN600mm, PN40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA16_2021	Rep. equipamentos celas de média tensão do PT	45 300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA17_2021	Subst. 8 válv. entrada água_lavagem dos filtros	0	9 950	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA18_2021	Subst. 2 válv. saída água suja_lavagem dos filtros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA19_2021	Subst. rotor do motor eléct. grupo de elevação GP2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA20_2022	Inst. sistema automático de segurança cloro gás	24 979	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA21_2022	Upgrade dos autómatos do setor principal	29 023	0	0	0	0	0	0	0	30 000	0	0
AA_ETA22_2022	Subst. 8 válv. entrada ar_lavagem dos filtros	8 786	8 786	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA23_2022	Aquisição de grupo de elevação do Setor Principal	60 000	40 000	0	0	150 000	0	250 000	250 000	0	0	0
AA_ETA24_2023	Reabilitação de cisternas de água_ETA	0	300 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA25_2023	Substituição do RAC do Setor Principal	1 200	120 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA26_2023	Remodelação filtros "Aquazur"_subst. placas	85 365	256 095	170 730	170 730	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA27_2034	Ver. Transformador, potência 630kVA,15/0,4 kV,TF3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA28_2034	Remodelação da ETA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA29_2022	Sistema de preparação e doseamento de polieletrólito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ETA30_2022	Substituição bomba de elevação de lamas para a prensa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
AA_ET31_2022	Medição Manto de Lamas/ Espessamento	7 500	0	0	0	0	0	0	0	7 500	0	0
AA_ET32_2022	Análítica / Melhorias Controle Processo Tratamento	10 000	0	0	0	0	0	0	0	10 000	0	0
AA_ET90_ECP	Elaboração e coordenação de projetos_ET3	4 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ET98_CRE	Conservação e reposição de equipamentos_ET3	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	10 000	10 000	10 000	25 000	50 000	50 000
AA_ET99_OCR	Obras de construção ou reabilitação_ET3	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	15 000	15 000	15 000	25 000	50 000	25 000
AA_LAB	INVESTIMENTOS NO LABORATÓRIO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500	11 000	24 500	2 500	2 500	2 500
AA_LAB01_2021	Equip. para laboratório_ET3_Espectrofotômetro	0	0	0	0	0	0	9 000	0	0	0	0
AA_LAB02_2021	Equip. para laboratório_ET3_Hotte	0	0	0	0	0	0	0	9 000	0	0	0
AA_LAB03_2022	Equip. para laboratório_ET3_Cromatógrafo iônico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_LAB04_2033	Equip. LAB_ET3_Med. pH e condutividade portátil	0	0	0	0	0	0	0	1 500	0	0	0
AA_LAB05_2034	Equip. para laboratório_ET3_Autoclave	0	0	0	0	0	0	0	12 000	0	0	0
AA_LAB06_2034	Equip. LAB_ET3 Elix ; banho term.; Espect	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_LAB07_2034	Equipamentos para laboratório_ET3_Estufa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_LAB98_CRE	Conservação e reposição equipamentos_LAB AA	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 000	1 000	1 500	1 500	1 500
AA_LAB99_OCR	Obras de construção ou reabilitação_LAB AA	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
AA_ADE	INVESTIMENTOS NA ADUÇÃO E ELEVAÇÃO DE ÁGUA	157 429	79 942	2 640 680	10 000	50 000	132 000	50 000	50 000	57 500	50 000	50 000
AA_ADE01_2019	Subst. QE, incluindo VEV, Elev. Lamações Baixo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE02_2020	Benef. equip.; CV CE DN1200+DN600mm. Inclui PC	0	0	0	0	0	112 000	0	0	0	0	0
AA_ADE03_2021	Subst. QE_elevação Montariol/Guadalupe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE04_2021	Subst. motor bomba do Setor Secundário, 90 kW	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE05_2021	Subst. 1 grupo para o Setor Secundário, 200 m3/h	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE06_2021	Subst. RAC do Setor Secundário (Qs=500m3/h)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE07_2028	Nova CE DN450/PN 25, ET3/Reserv. Pitancinhos	25 000	0	2 500 000	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE08_2021	Fornec.montag.novo de Elevação p/Pitancinhos / GS3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE09_2021	Subst. Caudalímetros de inserção DN600; DN450; DN350	7 500	0	0	0	0	0	0	0	7 500	0	0
AA_ADE10_2025	Fornec.montag.novo grupo de Elevação p/Pitancinhos / GS4	0	0	130 680	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE11_2024	RDE05-Lamações de Baixo - Substituição dos grupos de Elevação	0	69 942	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE12_2023	RDE06 - Lamações de Cima - Substituição dos Grupos de Elevação,	102 406	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE13_2023	RDE10 Nogueiró Subst. Válvulas motorizadas	12 523	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ADE98_CRE	Conservação e reposição de equip_Adução e Elevação	5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	10 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
AA_ADE99_OCR	Obras de construção ou reabilit._Adução e Elevação	5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	10 000	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
AA_ARM	INVESTIMENTOS NO ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	225 389	891 371	1 044 144	92 833	55 000	55 000	35 000	80 000	35 000	35 000	107 500
AA_ARM01_2020	Subst. Válv. tubagem de compressão, RE11/Esporões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM02_2021	Reabilitação do Reservatório antigo de Montariol	93 245	217 571	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM03_2021	Reabilitação do Reservatório de Sete Fontes	6 000	288 750	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM04_2021	Reabilitação do Reservatório do Picoto de Baixo	0	135 300	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM05_2021	Reabilitação do Reservatório de Pitancinhos	6 000	244 750	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM06_2021	Reabilitação do Reservatório de Celeirós	5 000	0	119 144	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM07_2021	Subst. de válvulas para choque hidráulico	0	0	5 000	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM08_2021	Subst. válvulas na tubagem_R4000/Lamações de Cima	0	0	0	20 000	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM09_2021	Subst. válvulas na tubagem_R10/Nogueiró	0	0	0	20 000	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM10_2021	Subst. válvulas na tubagem_RA/Montariol-Guadalupe	14 221	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM11_2021	Subst. válvulas na tubagem_RE18/Lamas de Baixo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM12_2022	Upgrade dos equip. de radio do Sist. Telegestão	72 423	0	0	0	0	0	0	0	0	0	72 500
AA_ARM13_2028	Ampliação dos reserv Pitancinho; 4000 para 8000m3	23 500	0	900 000	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM14_2022	Instalação de 8 medidores multiparamétricos pH, cloro e turvação	0	0	0	16 417	0	0	0	60 000	0	0	0

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
AA_ARM15_2021	Reabilitação do Reservatório de Morreira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM16_2021	Reabilitação do Reservatório de Lamas de cima	0	0	0	16 417	0	0	0	0	0	0	0
AA_ARM98_CRE	Conservação e reposição de equip._Armaz. de Água	5 000	5 000	5 000	5 000	10 000	10 000	25 000	10 000	25 000	25 000	25 000
AA_ARM99_OCR	Obras de construção ou reabilit._Armaz. de Água	0	0	15 000	15 000	45 000	45 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
AA_DIST	INVESTIMENTOS NA DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	601 206	787 310	633 096	488 442	495 000	495 000	495 000	495 000	495 000	495 000	495 000
AA_DIST01_2017	Rede de distrib._ ampliação_fecho da empreitada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST02_2017	Rede de distrib._ ramais_fecho da empreitada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST03_2021	Inst. variadores de velocidade no HP AGH19/Tebosa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST04_2021	Inst. variadores de velocidade no HP AGH01/Adaúfe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST05_2021	Inst. variadores de velocidade no HP AGH06/Cunha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST06_2021	Inst. variadores de velocidade no HP AGH11/Ruilhe	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST07_2021	Grupo Hidropressor Loteamento Caldas - Sequeira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIST94_RAD	Rede distribuição_AD_Pavimentos	122 563	122 563	124 322	129 600	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000	125 000
AA_DIST95_RED	Rede de distribuição_ ampliação de redes	200 000	400 000	260 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000
AA_DIST96_RAD	Ampliação/Substituição de condutas e ramais _AD	175 560	175 560	175 560	175 560	180 000	180 000	180 000	180 000	180 000	180 000	180 000
AA_DIST97_RAD	Construção de ramais _ administração direta	93 083	79 187	63 215	53 282	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
AA_DIST98_CRE	Conservação e reposição de eq._Distribuição Água	5 000	5 000	5 000	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
AA_DIST99_OCR	Obras de construção ou reabilit._Distribuição Água	5 000	5 000	5 000	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
AA_DIV	OUTROS INVESTIMENTOS NO ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1 446 275	997 985	972 920	756 884	689 391	755 821	239 653	391 341	414 895	393 555	421 961
AA_DIV01_2019	Plano de Controlo de ANF_Software para Dataloggers	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV02_2019	Plano de Controlo de ANF_Software de Gestão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV03_2019	Plano de Controlo de ANF_Equip. pesquisa de fugas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV04_2019	Plano de Controlo de ANF_Videoscópico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV05_2019	Plano de Controlo de ANF_Data Loggers de Caudal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV06_2019	Plano de Controlo de ANF_Data Loggers	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV07_2019	Plano de Controlo de ANF_Equipamento ZMC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV08_2019	Plano de Controlo de ANF_Medidores de Caudal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV09_2019	Plano de Controlo de ANF_Medidores de nível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV10_2019	Plano de Controlo de ANF_Acessórios para ZMC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV11_2019	Plano de Controlo de ANF_CC de ZMC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV12_2019	Plano de Controlo de ANF_Reabilit. Redes de AA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV13_2020	Retroescavadora	0	0	0	0	0	0	0	95 000	0	0	0
AA_DIV14_2021	Geradores	0	0	0	2 000	0	0	0	0	2 000	0	0
AA_DIV15_2021	Cilindro	0	0	0	9 000	0	0	0	0	9 000	0	0
AA_DIV16_2021	Compressor portátil com rodados	0	0	0	13 000	0	0	0	0	13 000	0	0
AA_DIV17_2024	Máquina de cortar tapete	0	8 000	0	0	0	0	8 000	0	0	0	0
AA_DIV18_2024	Compactador de valas	0	0	0	0	2 500	0	0	0	0	2 500	0
AA_DIV19_2022	Martelos Pneumáticos	0	1 500	0	0	2 000	0	0	0	0	2 000	0
AA_DIV20_2022	Vassoura hidráulica de engate rápido com coletor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3 175	0
AA_DIV21_2022	Máquinas Furar em Carga	15 000	0	0	0	0	0	0	0	6 000	10 000	0
AA_DIV92_CTD	Contadores de água	490 994	332 636	331 134	264 046	241 699	253 308	89 008	111 253	139 809	139 171	154 884
AA_DIV93_EMI	Emissores para contadores de água	925 281	640 849	626 786	453 838	423 192	482 513	122 646	165 088	225 086	216 709	247 078
AA_DIV94_CRE	Plano de Controlo de ANF_Equipamentos	5 000	5 000	5 000	5 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
AA_DIV95_OCR	Plano de Controlo de ANF_Construção Civil	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
AA_DIV98_CLT	Concentradores de leitura / telemetria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AA_DIV90_FRU	Outras aquis. (inclui Ferram. e Utensílios Vários)	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
AR_TRT	INVESTIMENTOS NO TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	1 324 051	2 161 407	1 508 507	448 000	334 171	203 500	214 500	312 550	283 636	233 000	200 000
AR_TRT01_2019	ET Frossos_Contenção de Espumas nos TA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT02_2019	ET Frossos_Melhorias no espessamento mecânico	3 720	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT03_2019	ET Frossos_Melhorias no sistema de arejamento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT04_2019	ET Frossos_Benef. Estação Elev. Escorrências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT05_2019	ET Frossos_Iluminação de segurança_pavilhão da OE	0	0	0	0	0	3 500	0	0	0	0	0
AR_TRT06_2019	Sistema ext/espes/armaz. Lamas_ETAR CAB, ESP, TEB	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT07_2019	Sist. desid Lamas_ETAR CAB,TAD,TEB,SOB,ESP,CRP,ART	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT08_2019	Forn. decantador 1 e reparação do nº2_ETAR Tadim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT09_2019	ET Frossos_Substituição de Parafusos de elevação	114 171	0	0	0	114 171	0	0	0	0	0	0
AR_TRT10_2020	Exutor da ET Frossos_CMBraga	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT10_2021	Exutor da ET Frossos_Projeto de prolongamento	1 710	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT10_2021	Exutor da ET Frossos_Prolongamento	581 875	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT11_2020	ET Frossos_Cob. da Zona bombas elevação de lamas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT12_2020	ET Frossos_Remodelação da linha de ar comprimido	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT13_2020	ET Frossos_Substituição do QGBT	0	50 050	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT14_2020	ET Frossos_Instalação de Seletores biológicos	0	0	0	208 000	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT15_2020	ET Frossos_Elim. das limitações da Step-Screen	0	189 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT16_2020	ET Frossos_Amostradores autom. prop. Caudal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT17_2020	ET Frossos_Aquisição de Centrífuga	0	0	0	0	0	0	0	86 550	0	0	0
AR_TRT18_2020	UPAC 14 kWp_ETAR Ruães	0	0	0	0	0	0	0	7 000	0	0	0
AR_TRT19_2020	UPAC 53 kWp_ETAR Palmeira	0	0	0	0	0	0	0	27 000	0	0	0
AR_TRT20_2020	Refor. automação das ETAR de CAB, TEB, ESP	25 500	0	0	0	0	0	25 500	0	0	0	0
AR_TRT21_2020	UPAC de 37 kWp_ETAR Frossos	0	0	0	0	0	0	0	19 000	0	0	0
AR_TRT22_2020	ET Frossos_Reparação estrutural da Decant. Prim.	61 679	61 679	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT22_2023	ET Frossos_Reparação estrutural da Decant. Secundária	0	153 284	61 007	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT23_2020	ET Frossos_Substituição compressores arejamento	0	238 458	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT24_2020	ET Frossos_Pontes raspadoras Decant. Primária	29 700	29 700	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT24_2023	ET Frossos_Pontes raspadoras Decant. Secundária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT25_2021	ET Sobreposta_sistema de gradagem automática	21 632	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT26_2021	Amostradores automáticos, fixos e refrigerados	35 636	0	0	0	0	0	0	0	35 636	0	0
AR_TRT27_2021	Instalação de sensores em descarregadores	37 500	97 500	82 500	0	0	0	0	38 000	98 000	83 000	0
AR_TRT28_2021	ET Frossos_Beneficiação das pontes dos desaren.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT29_2022	ET Frossos_Sistema de remoção do Poço de Grossos	0	0	75 000	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT30_2022	ET Frossos_Equip. para reutilização de 10% da ApR	0	0	0	200 000	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT31_2022	Reab. do Sistema de Digestão da ETAR de Frossos	90 000	1 250 000	1 250 000	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT32_2022	ETAR Crespos_Sistema de desinfecção p/UV	0	39 736	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT33_2021	Melhorias ETAR Frossos - Equip. S.Incêndio	0	0	0	0	0	0	39 000	0	0	0	0
AR_TRT34_2023	ET Frossos_Silo Lamas 120m3	150 700	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TRT35_2023	ET Celeirós - Substituição Parafuso Arquimedes N.º3	44 180	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TR36_2023	ET Celeirós - Redutora para o rotor de arejamento	17 616	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TR37_2023	ET Celeirós - Substituição instrumentação	7 500	0	0	0	0	0	0	7 500	0	0	0
AR_TR38_2023	ET Adaúfe- Substituição instrumentação	7 500	0	0	0	0	0	0	7 500	0	0	0
AR_TR39_2023	ET Palmeira - Espessador Gravítico.	25 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TR40_2023	Renovação de Instrumentação em 10 ETARs	20 000	0	0	0	0	0	0	20 000	0	0	0
AR_TR41_2023	ET Crespos - Soprador de ar	8 308	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
AR_TR42_2023	ET Espinho - Soprador de ar	6 124	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TR43_2024	ET Crespos - Microtamizador saída efluente tratado	0	12 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TR44_2022	ET Frossos - Sistema de neutralização de odores Dec. Prim - KIMU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_TR45_2022	ET Palmeira - Reabilitação da reutilização	0	0	0	0	20 000	0	0	0	0	0	0
AR_TRT98_CRE	Conservação e reposição de equipamentos_ETAR	17 000	20 000	20 000	20 000	100 000	100 000	75 000	50 000	75 000	75 000	100 000
AR_TRT99_OCR	Obras de construção ou reabilitação_ETAR	17 000	20 000	20 000	20 000	100 000	100 000	75 000	50 000	75 000	75 000	100 000
AR_ETE	INVESTIMENTOS NO EMISSÁRIO E ETAR DO ESTE	19 668 089	3 595 328	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE01_2020	Emissário e ETAR do Este_Projeto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE02_2020	Emissário e ETAR do Este_Elab. e acomp. Candid.	31 415	10 280	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE02_2020	Emissário e ETAR do Este_Projeto de Arq. Paisag.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE04_2021	Emissário e ETAR do Este_Fiscalização de Obra	182 857	91 429	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE05_2021	Emissário e ETAR do Este_Plano de Comunicação	20 572	10 286	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE06_2021	Emissário e ETAR do Este_EIA	1 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE07_2021	Emissário e ETAR do Este_Peritagens	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE08_2021	ETAR do Este_Aquisição de terreno	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE09_2021	ETAR do Este_Fornecimentos diversos	48 752	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE11_2022	ETAR do Este_Construção Civil	8 312 706	2 289 354	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE12_2022	ETAR do Este_Equipamento	4 000 000	761 127	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE13_2022	ETAR do Este_Instal. Elétricas, instrum, automação	1 500 000	143 802	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE14_2023	ETAR do Este_Arranque da infraestrutura	81 212	289 050	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE10_2021	Emissário do Este_indemnizações_serviços	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_ETE03_2022	Emissário do Este_Construção civil	5 489 575	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_LAB	INVESTIMENTOS NO LABORATÓRIO DE ÁGUAS RESIDUAIS	6 400	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	12 900	5 000	2 000	2 000
AR_LAB01_2022	Conservação e reposição equipamentos_Lab. AR_Espectrofotômetro	0	0	0	0	0	0	0	8 000	0	0	0
AR_LAB02_2022	Conservação e reposição equipamentos_Lab. AR_Balança Analítica	0	0	0	0	0	0	0	1 500	0	0	0
AR_LAB03_2022	Medidor Eletrônico de Humidade	3 000	0	0	0	0	0	0		3 000	0	0
AR_LAB04_2023	Dispensadores automáticos (2 unidades)	1 400	0	0	0	0	0	0	1 400	0	0	0
AR_LAB98_CRE	Conservação e reposição equipamentos_Lab. AR	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
AR_LAB99_OCR	Obras de construção ou reabilitação_LAB AR	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
AR_ELV	INVESTIMENTOS NA ELEVAÇÃO ÁGUAS RESIDUAIS	129 862	111 380	99 500	37 500	138 781	50 000	72 364	108 522	149 270	113 880	215 000
AR_ELV01_2019	SMARB_Melhorias e integração de novas instalações	0	0	0	0	103 781	0	0	0	0	0	104 000
AR_ELV02_2021	Forn. e montagem de 8 Caud. e 7 transm. de pressão	16 612	0	0	0	0	0	0	17 000	0	0	0
AR_ELV03_2021	Melhorias em EEAR_Sistema Cidade	28 600	20 000	20 000	0	25 000	25 000	47 364	38 610	28 600	20 000	20 000
AR_ELV04_2021	EEAR Navarra_Forn. e montagem de 2 eletrobombas	13 632	0	0	0	0	0	0	8 940	13 632	0	0
AR_ELV05_2022	Melhorias em EEAR_Sistema Palmeira	13 632	13 880	1 000	0	0	0	0	11 370	46 238	13 880	10 000
AR_ELV06_2022	Melhorias em EEAR_Sistema Esporões	5 600	5 000	5 000	0	0	0	0	6 102	5 600	5 000	5 000
AR_ELV07_2022	Melhorias em EEAR_Sistema Tebosa	6 200	5 000	5 000	0	0	0	0	5 000	6 200	5 000	5 000
AR_ELV08_2022	Melhorias em EEAR_Sistema Celeirós	5 000	5 000	5 000	0	0	0	0	5 000	5 000	5 000	5 000
AR_ELV09_2022	Melhorias em EEAR_Sistema Espinho	0	0	0	0	0	0	0	4 000	0	0	0
AR_ELV10_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Ruihe	2 500	2 500	2 500	0	0	0	0	0	2 500	2 500	2 500
AR_ELV11_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Arentim	2 500	2 500	2 500	0	0	0	0	0	2 500	2 500	2 500
AR_ELV12_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Sobreposta	2 500	2 500	2 500	0	0	0	0	0	2 500	2 500	2 500
AR_ELV13_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Tadim	1 500	1 500	2 500	0	0	0	0	2 500	1 500	1 500	2 500
AR_ELV14_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Crespos	0	5 000	5 000	0	0	0	0	0	0	5 000	5 000
AR_ELV15_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Ruães	0	6 000	6 000	0	0	0	0	0	0	6 000	6 000
AR_ELV16_2023	Melhorias em EEAR_Sistema Priscos	0	5 000	5 000	0	0	0	0	0	0	5 000	5 000

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
AR_ELV98_CRE	Conservação e reposição de equipamentos_EEAR	29 086	35 000	35 000	35 000	5 000	20 000	20 000	5 000	30 000	35 000	35 000
AR_ELV99_OCR	Obras de construção ou reabilitação_EEAR	2 500	2 500	2 500	2 500	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
AR_COL	INVESTIMENTOS NA COLETA DE ÁGUAS RESIDUAIS	636 219	880 963	846 953	562 485	515 000	515 000	515 000	515 000	515 000	515 000	515 000
AR_COL01_2017	Ampliação rede de drenagem_Sistema Arentim_emp.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL02_2017	Ampliação rede de drenagem_Sistema Cidade_emp.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL03_2017	Ampliação rede de drenagem_Sistema Crespos_emp.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL04_2017	Ampliação rede de drenagem_Sistema Palmeira_emp.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL05_2017	Ampliação rede de drenagem_Sistema Priscos_emp.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL06_2017	Ampliação rede de drenagem_Sistema Ruães_emp.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL07_2017	Ampliação da rede de drenagem_diversos_empreadada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL08_2017	Ampliação da ramais_diversos_empreadada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL09_2017	Ampliação rede de drenagem_Servidões	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL10_2022	Eliminação de Aflúências Indevidas_ZMC	18 750	43 750	50 000	45 000	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000
AR_COL11_2025	Recuperação do Túnel	0	0	125 000	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_COL95_AMR	Rede de drenagem_AD_Pavimentos	183 844	183 844	185 133	189 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
AR_COL96_AMR	Ampliação da rede de drenagem de águas residuais	225 000	450 000	285 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000	120 000
AR_COL97_RER	Reabilitação rede de drenagem s/ abertura de vala	138 598	138 598	141 449	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000	150 000
AR_COL95_AAD	Ampliação e/ou subst. de rede de drenagem_AD	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000	50 000
AR_COL99_RAD	Construção de ramais de águas residuais_AD	20 027	14 770	10 371	8 485	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
AR_DIV	OUTROS INVESTIMENTOS EM SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDI	17 000	518 000	5 000	7 500	14 000	17 000	18 000	15 000	523 500	14 000	517 000
AR_DIV01_2021	Equipamento de desobstrução	0	500 000	0	0	0	0	0	0	500 000	0	500 000
AR_DIV02_2021	Máquina de cortar tapete	0	0	0	0	8 000	0	0	0	0	8 000	0
AR_DIV03_2021	Compactador de valas	0	0	0	2 500	0	0	0	0	2 500	0	0
AR_DIV04_2021	Equipamento de Inspeção CCTV 360°	0	0	0	0	0	0	0	0	16 000	0	0
AR_DIV05_2022	Geradores	2 000	0	0	0	0	2 000	0	0	0	0	2 000
AR_DIV06_2024	Cilindros	10 000	0	0	0	0	10 000	0	0	0	0	10 000
AR_DIV07_2024	Compressor portátil com rodados	0	13 000	0	0	0	0	13 000	0	0	0	0
AR_DIV08_2022	Balde multifunções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_DIV09_2022	Martelos Pneumáticos	0	0	0	0	1 000	0	0	0	0	1 000	0
AR_DIV10_2021	Retroescavadora	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_DIV11_2022	Equipamento Aspiração de AR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AR_DIV90_FRU	Outras aquis. (inclui Ferram. e Utensílios Vários)	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	15 000	5 000	5 000	5 000
RU_DEP	INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS DE DEPOSIÇÃO DE RESÍD	898 977	411 700	157 400	34 500	48 000	117 650	12 000	66 000	118 400	13 500	34 500
RU_DEP01_2019	Contentores de superfície_Sistema Bilateral_3000 L	0	0	0	0	0	22 500	0	0	0	0	0
RU_DEP02_2019	Contentores de superfície_Sistema Bilateral_3750 L	0	0	50 000	0	0	0	0	50 000	0	0	0
RU_DEP03_2019	Contentores_1100lts	0	0	50 400	0	0	50 400	0	0	50 400	0	0
RU_DEP04_2019	Contentores enterrados_Sistema Bilateral_5000 L	0	0	0	0	33 500	0	0	0	33 500	0	0
RU_DEP05_2019	Contentores enterrados_Sistema Bilateral_2250 L	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_DEP06_2020	Instalação de contentores enterrados	2 200	2 200	0	0	5 000	2 500	2 500	2 500	5 000	2 500	2 500
RU_DEP07_2020	Arranjos urbanísticos_cont. bilaterais superfície	0	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
RU_DEP08_2020	Marcos balizadores e pinturas sinalizadoras pav.	0	0	0	0	0	10 000	0	0	0	0	10 000
RU_DEP09_2020	Terminais de alinhador para contentores bilaterais	47 724	0	2 500	0	0	1 250	0	2 500	0	0	0
RU_DEP10_2020	Suportes amarradores de contentores de 1100l	0	0	20 000	0	0	20 000	0	0	20 000	0	0
RU_DEP11_2020	Instalação de suportes amarradores	0	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
RU_DEP12_2023	Bioresíduos - Contentores 7L	140 000	0	0	0	0	1 500	0	1 500	0	1 500	0
RU_DEP13_2023	Bioresíduos - Sacos	344 053	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
RU_DEP14_2023	Bioresíduos - Plano de comunicação	300 000	300 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_DEP15_2023	Contentores bioresíduos 1100lts	12 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12 500
RU_DEP16_2023	Contentores metálicos Multibenne para Verdes	50 000	100 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_DEP17_2025	Estudos e consultas para aplicação de PAYT	0	0	25 000	25 000	0	0	0	0	0	0	0
RU_DEP98_CRE	Aquisição ou substituição de equipamentos diversos	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500
RU_DEP99_OCR	Obras de const. ou reabilitação de instalações div	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
RU_VIT	INVESTIMENTOS EM VIATURAS DE RESÍDUOS URBANOS	683 265	341 564	242 064	0	368 754	678 364	623 364	1 076 004	910 815	623 364	876 672
RU_VIT01_2020	Viatura Bilateral Fixa lava-contentores	0	0	0	0	0	0	0	452 640	0	0	0
RU_VIT02_2020	Viatura Bilateral Fixa de recolha	0	0	0	0	0	381 300	381 300	381 300	381 300	381 300	0
RU_VIT03_2020	Gruas para viaturas de Recolha	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_VIT04_2020	Viatura de Recolha Bifluxo	0	0	0	0	126 690	0	0	0	0	0	0
RU_VIT05_2020	Viatura lava-contentores de 1100L	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	212 544
RU_VIT06_2020	Viatura de recolha rotativo	287 451	0	0	0	0	0	0	0	287 451	0	0
RU_VIT07_2023	Viaturas de Recolha de 15 m3	0	242 064	242 064	0	242 064	242 064	242 064	242 064	242 064	242 064	242 064
RU_VIT08_2022	Reparação e reabilitação 04-UQ-90 (Ficha 180425)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_VIT09_2022	Viatura de recolha elétrica 5,5 m3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	242 064
RU_VIT10_2023	Viatura de Recolha Bioresíduos 15 m3	242 064	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_VIT11_2023	Viatura Multibenne recolha de Verdes	153 750	0	0	0	0	0	0	0	0	0	125 000
RU_VIT12_2024	Viatura pesada com plataforma elevatória	0	99 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RU_VIT13_2028	Reparação e reabilitação de viatura bilateral	0	0	0	0	0	55 000	0	0	0	0	55 000
RU_VIT91_DIV	Aquisição de viaturas diversas - RU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AU_VIT	INVESTIMENTOS EM VIATURAS DE AMBIENTE URBANO	128 718	42 740	6 000	498 600	210 000	142 500	122 500	5 000	462 377	345 000	291 850
AU_VIT01_2019	Varredora decapadora de 25 m3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	215 250
AU_VIT02_2019	Aspirador elétrico	0	0	0	0	55 000	27 500	0	0	0	0	0
AU_VIT03_2021	Varredora Urbana de 5 m3	0	0	0	0	0	0	0	0	412 977	0	0
AU_VIT04_2021	Viatura de Recolha de Monstros	0	0	0	0	0	0	99 500	0	0	0	0
AU_VIT05_2021	Viaturas Elétricas Goupil	20 800	20 800	0	0	150 000	0	7 600	0	22 800	0	50 000
AU_VIT06_2021	Viaturas Elétricas Glutton	15 940	15 940	0	0	0	0	10 400	0	21 600	60 000	21 600
AU_VIT07_2028	Varredora Urbana de 2 m3	0	0	0	0	0	110 000	0	0	0	0	0
AU_VIT08_2032	Varredora Urbana de 6 m3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	280 000	0
AU_VIT09_2021	Identificadores condutores e dispositivos localização	6 000	6 000	6 000	6 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
AU_VIT10_2021	Lavadora elétrica de 2m3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AU_VIT11_2021	Varredora elétrica de 5m3	0	0	0	492 600	0	0	0	0	0	0	0
AU_VIT91_DIV	Aquisição de viaturas diversas - AU	85 978	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
AU_EQU	INVESTIMENTOS EM EQUIPAMENTOS DE AMBIENTE URBANO	21 780	23 524	7 175	7 334	43 834	7 334	23 834	8 234	4 334	5 834	42 234
AU_EQU01_2019	Papeleiras	0	0	0	0	9 000	0	0	0	0	0	9 000
AU_EQU02_2021	Carrinhos de Varredura	1 400	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000	1 400	0	0	1 400
AU_EQU03_2021	Triciclos elétricos	16 500	16 500	0	0	27 500	0	16 500	2 500	0	1 500	27 500
AU_EQU90_FRU	Aquisição de Ferramentas e Utensílios Vários - AU	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
AU_EQU92_CRO	Aquisição de Ferramentas e Utensílios Vários - CRO	2 880	3 024	3 175	3 334	3 334	3 334	3 334	3 334	3 334	3 334	3 334
DIV_EOC	INVESTIMENTOS EM EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	81 150	1 490 000	1 090 000	115 000	31 150	31 150	31 150	62 000	15 000	15 000	27 000
DIV_EOC01_2019	Escada de emergência - SEDE	15 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC02_2019	UPAC_37 kWp_Sede	0	0	0	0	0	0	0	19 000	0	0	0
DIV_EOC03_2019	UPAC_56 kWp_Centro Operacional	0	0	0	0	0	0	0	28 000	0	0	0
DIV_EOC04_2021	Certificação ISO_Consultoria Qual., amb. e seg.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC05_2021	Certificação ISO_Serviços de Cons. e Av. de Risco	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DIV_EOC06_2021	Certificação ISO 45001_Iluminação e sinalética	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC07_2021	Certificação ISO_Medidas de autoproteção	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC08_2021	Obras req. cantina_Balneários, bar, cantina, etc	0	250 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC09_2021	Cobertura do parque de Resíduos	0	30 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC10_2025	Reabilitação edifício Sede - fachadas exteriores	0	55 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC11_2025	Reabilitação edifício Sede - paredes interiores	0	10 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC13_2030	Construção do centro intepretativo	0	500 000	500 000	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC12_2022	Construção CRO	0	525 000	475 000	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_EOC13_2023	Ed. Agere - Substituição da unidade CHILLER	16 150	0	0	0	16 150	16 150	16 150	0	0	0	0
DIV_EOC97_SUS	Instalação UPAC - ET Sobreposta, Espinho, Ruilhe, Cunha, Celearós,	0	100 000	100 000	100 000	0	0	0	0	0	0	12 000
DIV_EOC98_CRE	Aquisição ou substituição de Equipamentos & Mobiliário	10 000	10 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
DIV_EOC99_OCR	Obras de const. ou reab. de instalações diversas	40 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
DIV_VIT	INVESTIMENTOS EM VIATURAS	128 500	121 166	178 998	180 697	289 664	286 391	237 998	253 844	197 344	331 500	116 000
DIV_VIT01_2020	Empilhador	0	0	0	0	0	0	0	20 000	0	0	0
DIV_VIT02_2021	Viatura ligeira de mercadorias AA	0	0	30 666	91 697	30 666	91 697	30 666	50 678	30 666	0	0
DIV_VIT02_2021	Viatura ligeira de mercadorias AR	0	0	30 666	0	61 332	0	30 666	30 666	0	0	0
DIV_VIT02_2021	Viatura ligeira de mercadorias AU	0	30 666	30 666	0	30 666	30 666	30 666	0	50 678	0	0
DIV_VIT03_2024	Viaturas Ligeiras Elétricas AA	25 000	25 000	25 000	0	25 000	25 000	0	25 000	25 000	25 000	25 000
DIV_VIT03_2024	Viaturas Ligeiras Elétricas AR	25 000	0	25 000	0	25 000	0	0	0	0	0	0
DIV_VIT03_2024	Viaturas Ligeiras Elétricas DE	25 000	50 000	25 000	50 000	0	0	0	0	0	0	0
DIV_VIT03_2024	Viaturas Ligeiras Elétricas DCF	25 000	0	0	25 000	0	0	25 000	0	0	0	0
DIV_VIT03_2024	Viaturas Ligeiras Elétricas AU	0	0	0	0	0	0	0	25 000	0	0	0
DIV_VIT04_2022	Viatura pesada com grua	0	0	0	0	0	0	0	0	0	150 000	0
DIV_VIT05_2022	Postos carregamento viaturas elétricas	5 500	5 500	5 500	5 500	0	11 028	0	5 500	0	5 500	0
DIV_VIT06_2022	Substituição Taipais Viaturas AA	9 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_VIT07_2022	Substituição Taipais Viaturas AR	7 500	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_VIT91_DIV	Viaturas diversas	0	0	0	0	106 000	70 000	110 000	80 000	80 000	140 000	80 000
DIV_VIT90_FRU	Aquisição de Ferramentas e Utensílios Vários - Of.	6 500	10 000	6 500	8 500	11 000	58 000	11 000	17 000	11 000	11 000	11 000
DIV_STI	INVESTIMENTOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	365 550	316 000	144 500	134 500	144 500	110 500	196 550	135 500	150 500	120 500	105 500
DIV_STI01_2019	Telecomunicações Voip	0	0	0	0	0	0	30 000	0	0	0	0
DIV_STI02_2019	Servidor Primavera+Storage	0	0	30 000	0	30 000	0	0	30 000	0	0	30 000
DIV_STI03_2020	Renovação da rede informática - Centro Operacional	20 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI04_2020	Aquisição de Ploter	0	0	0	0	4 000	0	0	0	0	0	0
DIV_STI05_2020	Equip. móveis sistemas de mobilidade (ValueKeep, Aquafield e Garb)	0	0	20 000	0	0	0	0	20 000	0	0	0
DIV_STI06_2020	Sistema de Gestão de Fila de Espera	0	0	0	0	0	0	0	15 000	0	0	0
DIV_STI07_2020	Renovação dos Switching	3 500	35 000	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500
DIV_STI08_2021	Fecho do anel de Fibra ótica - Hospital/UM	0	25 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI09_2021	CCTV - Vigilância	0	0	0	0	0	0	0	0	40 000	0	0
DIV_STI10_2021	Intranet	15 000	0	0	0	0	0	0	0	0	20 000	0
DIV_STI11_2021	Software de análise de consumos energéticos	0	10 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI12_2021	Business Analytics	15 000	0	0	0	15 000	0	0	0	15 000	0	0
DIV_STI13_2021	Sistema de Gestão de laboratórios_LIMS	0	20 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI14_2021	APP AGERE	15 000	0	0	0	15 000	0	0	0	15 000	0	0
DIV_STI15_2021	Integração AquaWorks_Primavera	10 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI16_2021	Integração AquaWorks_Sistema de Gestão Comercial	10 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI17_2021	Virtualização do Sistema de Telegestão do AA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Código	INVESTIMENTO RESUMO	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
DIV_STI18_2021	Virtualização do Sistema de Telegestão do SAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI19_2021	Sistema de Gestão do Parque de Contadores	15 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI20_2021	Aplicação de Gestão de redes de SI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI21_2021	Portal do Colaborador	10 000	0	0	0	10 000	0	0	0	10 000	0	0
DIV_STI22_2021	Remodelação Data Centers	120 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
DIV_STI23_2021	Interligações aplicacionais	10 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
DIV_STI24_2021	Assistente virtual	10 000	0	0	0	10 000	0	0	0	10 000	0	0
DIV_STI25_2021	Dupla autenticação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI26_2021	Aplicação gestão fornecedores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI27_2021	Compatibilização toponímia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI28_2021	Outros (soft., inf. Geog., indic., equipamentos)	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
DIV_STI29_2021	Impl. dupla autenticação no acesso VPN à Firewall	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI30_2021	Impl. Unified Endpoint Managment nos disp. móveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI31_2021	Ativação de Captive Portal na Firewall	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI32_2021	Implementação de EDR, com integração da Firewall	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI33_2022	Atualização da Firewall	0	20 000	0	0	0	0	20 000	0	0	0	0
DIV_STI34_2022	Substituição dos servidores Dell	30 000	0	0	30 000	0	0	30 000	0	0	30 000	0
DIV_STI35_2022	Cartografia base ESC. 1:2000	0	25 000	0	0	0	0	25 000	0	0	0	0
DIV_STI36_2022	Formação em cibersegurança para técnicos de SI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI37_2022	Interligação de reservatórios com Fibra Ótica	0	10 000	0	10 000	0	10 000	0	10 000	0	10 000	0
DIV_STI38_2022	Sala de Controlo Operacional	0	20 000	0	0	0	0	20 000	0	0	0	0
DIV_STI39_2022	Portal_Águas Residuais Industriais	0	25 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI40_2023	Sistema de Gestão de Caudais de Águas Residuais	0	70 000	35 000	35 000	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI41_2023	Implementação de encriptação na rede TLG	25 000	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI42_2021	Sistema de Backup Off-Site	10 000	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000	5 000	5 000	5 000	5 000	20 000
DIV_STI44_2022	GPS_SIG	0	0	0	0	0	25 000	0	0	0	0	0
DIV_STI45_2022	Implementação de RPA (robots administrativos)	1 500	1 500	1 500	1 500	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000
DIV_STI46_2022	Substituição terminais biométricos	11 050	0	0	0	0	0	11 050	0	0	0	0
DIV_STI47_2022	Ecrã adicional de visualização senhas atendimento	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI48_2022	RPA de carregamento de certidões de dívida no portal da AT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI90_FUV	Aquisição de Ferramentas e Utensílios vários	500	500	500	500	0	0	0	0	0	0	0
DIV_STI98_HRD	Aquisição/Renovação do Parque Informático	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000
DIV_STI99_HRD	Renovação de infraestrutura de rede	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
TOTAL INVESTIMENTO		27 010 143	13 670 533	9 882 484	3 652 006	3 648 244	3 820 316	3 297 414	3 951 395	4 470 071	3 472 846	4 166 923



AGERE

Modelo Económico - Financeiro



PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FISCAIS

3 de março de 2023

F9 Consulting - Consultores Financeiros, SA

INPUTS GERAIS

PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS E FISCAIS					
Descrição	1 2023	2 2024	3 2025	4 2026	5 2027
Valores a Preços de 2022					
Pressupostos de Inflação					
Taxa de Inflação	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
Taxa de inflação Energia	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
Taxa de inflação Combustíveis	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
Taxa de Inflação Investimento	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
Pressupostos de Rentabilidade					
Taxa de remuneração	5.71%	5.71%	5.71%	5.71%	5.71%
Fator atualização tarifa - Abastecimento					
Factor de atualização nominal	0.00%	0.00%	2.10%	2.06%	2.03%
Taxa de atualização real	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
	-5.80%	-3.30%	0.00%	0.00%	0.00%
Fator atualização tarifa - Saneamento					
Factor de atualização nominal	0.00%	0.00%	2.10%	2.06%	2.03%
Taxa de atualização real	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
	-5.80%	-3.30%	0.00%	0.00%	0.00%
Fator atualização tarifa - RU					
Factor de atualização nominal	0.00%	0.00%	2.10%	2.06%	2.03%
Taxa de atualização real	5.80%	3.30%	2.10%	2.06%	2.03%
	-5.80%	-3.30%	0.00%	0.00%	0.00%
Pressupostos de taxas de juro					
Taxa EURIBOR 6 meses	3.28%	2.91%	2.52%	2.48%	2.50%
Pressupostos fiscais					
Imposto de Selo (juros e comissões bancárias)	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%
Imposto de Selo (Garantias)	3.00%	3.00%	3.00%	3.00%	3.00%
Imposto de Selo (Outros Serviços Financeiros)	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%	4.00%
Imposto de Selo - Curto Prazo (Abertura de Crédito e Cauções)	0.48%	0.48%	0.48%	0.48%	0.48%
Imposto de Selo - Médio e Longo Prazo (Abertura de Crédito e Cauções)	0.60%	0.60%	0.60%	0.60%	0.60%
Imposto de Selo (Subscritores de Capital Social)	0.40%	0.40%	0.40%	0.40%	0.40%
Taxa de Impostos Sobre os Lucros	21.00%	21.00%	21.00%	21.00%	21.00%
Taxa de Derrama	1.50%	1.50%	1.50%	1.50%	1.50%
Taxa de Derrama Estadual >1,5m€ <=7,5 M€	3.00%	3.00%	3.00%	3.00%	3.00%
Taxa de Derrama Estadual >7,5 M€ <= 35 M€	5.00%	5.00%	5.00%	5.00%	5.00%
Taxa de Derrama Estadual >35 M€	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%	7.00%
Limite nominal para dedução de encargos financeiros	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000
Limite variável para dedução de encargos financeiros (% do EBITDA)	30%	30%	30%	30%	30%
Limite variável para máximo de encargos financeiros dedutíveis (% do EBITDA)	30%	30%	30%	30%	30%

RAI>

RAI>

RAI>

1 500 000 euros

7 500 000 euros

35 000 000 euros

PARECER

De: Abreu Advogados
Para: Município de Braga
Data: 03 de janeiro de 2023
Assunto: Conformidade legal do contrato de gestão delegada a celebrar entre o Município de Braga e a AGERE, E.M., com vista à delegação dos serviços municipais de águas e resíduos urbanos.

0. A consulta

Na sequência de um longo trabalho de negociação de uma delegação, imposta por imperativos de interesse público, dos seus serviços de abastecimento de água às populações, gestão de resíduos e limpeza urbana em entidade empresarial do setor empresarial local, consulta-nos o Município de Braga sobre a conformidade legal da última versão do contrato de gestão delegada pelo qual pretende contratar com a AGERE, E.M., empresa municipal com 51% de capital municipal e 49% de capital privado, a gestão municipal dos serviços de captação, tratamento, elevação, armazenamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento, reutilização e rejeição de efluentes, bem como de recolha, transporte e deposição de resíduos urbanos, e de higiene e limpeza urbana, entre o Município de Braga e a AGERE.

Em nome da prossecução do interesse público que norteia prioritariamente a sua posição na referida delegação de serviços, no âmbito da presente consulta, solicita-nos ainda o Município que, em especial, nos debrucemos sobre a medida em que a versão atual do mesmo contrato acolhe, deve acolher ou ainda poderá não acolher as múltiplas observações que, pelo menos em três pareceres mais recentes, a ERSAR dirigiu às sucessivas versões do contrato que, nos termos legais aplicáveis, lhe foram enviadas para apreciação.

0.1. Documentos sujeitos à nossa apreciação

Foram-nos submetidos os seguintes documentos:

- Contrato de Gestão Delegada e Anexos;
- Parecer da ERSAR de 22-07-2021;
- Esclarecimentos sobre o respetivo parecer.

0.2. Método de resposta à consulta

A resposta à presente consulta passará, em primeiro lugar, por uma descrição muito sumária do enquadramento legal do contrato de gestão delegada em apreço e da estrutura societária que suporta a delegação (cfr. o ponto 1.).

De seguida, proceder-se-á a uma apreciação na generalidade do contrato de gestão delegada e seus pressupostos, em termos da respetiva conformidade legal (cfr. ponto 2.).

Dentro dos pressupostos da análise na generalidade empreendida, proceder-se-á, então, a uma análise na especialidade em função das observações expendidas pela ERSAR nas suas diversas pronúncias (cfr. ponto 3.), procedendo-se, em particular, à discriminação de quantas observações da ERSAR ainda não acolhidas pelas partes terão de o ser a bem da observância do quadro legal vigente, face a quantas poderão não ser acolhidas – desde que fundamentadamente.

Remataremos a presente opinião jurídica com conclusões (cfr. o ponto 4.) no respetivo apartado, destacando aquelas que foram as preocupações mais salientadas pelo Município de Braga no âmbito da pretendida delegação.

1. Enquadramento legal

Como sabido, o enquadramento legal para a presente delegação é-nos fornecido pelo Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

Nos termos do n.º 1 do artigo 2.º deste diploma, «*Os serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos abrangidos pelo presente decreto-lei compreendem, no todo ou em parte: (...) A gestão dos sistemas municipais de captação, elevação, tratamento, adução, armazenamento e distribuição de água para consumo público, bem como a gestão de fontanários não ligados à rede pública de distribuição de água que sejam origem única de água para consumo humano; (...) A gestão dos sistemas municipais de recolha, drenagem, elevação, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas, bem como a recolha, o transporte e o destino final de lamas de fossas sépticas individuais; (...) [tal qual] A gestão dos sistemas municipais de recolha, transporte, armazenagem, triagem, tratamento, valorização e eliminação de resíduos urbanos, bem como as operações de descontaminação de solos e a monitorização dos locais de deposição após o encerramento das respectivas instalações*».

Nos termos do artigo 5.º do Decreto-lei n.º 194/2009, as atividades referidas no n.º 1 do artigo 2.º devem ser prestadas de acordo com os princípios da tendencial universalidade, da igualdade de acesso, da garantia da qualidade do serviço e da proteção dos interesses dos utilizadores, do desenvolvimento da transparência na prestação dos serviços, da proteção da saúde pública e do ambiente, da garantia da eficiência e melhoria contínua na utilização dos recursos afetos com vista a responder à evolução das exigências técnicas e às melhores técnicas ambientais disponíveis, da promoção da solidariedade económica e social, do correto ordenamento do território e do desenvolvimento regional, da eficácia, da adequação territorial da gestão integrada com vista a obter economias de escala e da promoção de economias de processo através da integração vertical.

Nos termos do n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-lei n.º 194/2009, «*A entidade gestora dos serviços municipais é definida pela entidade titular, de acordo com um dos seguintes modelos de gestão[de um elenco que compreende] (...) (...) [a] Prestação directa do serviço[,] (...) [a] Delegação do serviço em empresa constituída em parceria com o Estado[, a] (...) Delegação do serviço em empresa do sector empresarial local[e a] (...) Concessão do serviço*».

Trata-se aqui, naturalmente, da terceira das modalidades previstas, o que traz à colação a aplicação do n.º 3 do artigo 17.º, de acordo com cuja disposição «*A delegação (...) é efectuada através da celebração de contrato de gestão delegada entre o município, a associação de municípios ou a área metropolitana e a empresa municipal delegatária*», do qual constam, em conformidade com os n.ºs 1 e 3 do artigo 20.º: «*O âmbito da delegação, especificando os serviços, a tipologia de utilizadores e o espaço territorial abrangido; (...) A data a partir da qual a empresa municipal delegatária assume a responsabilidade pela prestação dos serviços; (...) As regras de determinação da taxa de remuneração dos capitais próprios, bem como da sua base de incidência (...); (...) As sanções aplicáveis pelo incumprimento dos objectivos e metas definidos; (...) Os objectivos para a empresa municipal delegatária integrados nos objectivos definidos para o sector, materializados em indicadores de cobertura e de qualidade de serviço, de desempenho ambiental, de produtividade e de eficiência de gestão; (...) A identificação das principais iniciativas de carácter estratégico que a empresa municipal delegatária deve implementar, incluindo metas temporais e indicadores que permitam aferir o seu sucesso; (...) O plano de investimentos a cargo da empresa municipal delegatária; (...) O tarifário e a sua trajectória de evolução temporal (...)*».

Todos estes aspetos são depois regulados em pormenor nos artigos 19.º e 21.º a 25.º do Decreto-lei n.º 194/2009.

De acordo com o n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-lei n.º 194/2009, «*O contrato de gestão delegada*

tem um prazo mínimo de vigência de 10 anos».

2. Apreciação do contrato de gestão delegada na generalidade

Com a celebração do presente contrato de gestão delegada, vem preencher-se uma importantíssima lacuna na arquitetura institucional da gestão dos serviços municipais de águas e resíduos do Município de Braga. Com efeito, onde a lei prescreve que a delegação destes serviços, de titularidade estritamente municipal, em empresa municipal de capital público ou maioritariamente público, se há de fazer através de contrato de gestão delegada (cfr. *supra*, o ponto 1.), semelhante delegação, em Braga, operava até agora apenas mediante contrato-programa.

Trata-se de lacuna que ainda hoje os Estatutos da AGERE refletem no respetivo artigo 29.º, quando nos termos do mesmo se dispõe que *«A prestação de serviços de interesse geral pela Empresa; no âmbito da prossecução do seu objeto social; depende da celebração de contratos-programa com o Município de Braga; os quais fundamentam a necessidade do estabelecimento da relação contratual e o fim desta; definem a política de preços e regulam as transferências financeiras necessárias ao financiamento da atividade de interesse geral na forma de subsídios à exploração[; assim como] integram o plano de atividades da Empresa para o período a que respeitam».*

Desta mesma lacuna deu aliás notícia ao Município de Braga o Tribunal de Contas, nos idos de 2013, através do Acórdão n.º 17/2013, de 26 de novembro, proferido pelo Plenário da 1.ª Secção no Recurso Ordinário n.º 06/2013-R, instaurado no âmbito do Processo de fiscalização prévia n.º 1862/2012, quando ali se lê, em resposta à alegação do Município de Braga em que o mesmo sustentava que um seu contrato-programa, com validade de um ano, em 2013, no âmbito de aplicação do Decreto-lei n.º 194/2009, valia como contrato de gestão delegada:

«(...) se a autarquia pretendia celebrar um contrato de gestão delegada, nos termos do Decreto-Lei n.º 194/2009, a verdade é que não o fez e que o contrato remetido a este Tribunal para apreciação não corresponde a esse tipo contratual. De facto, não só o contrato não tem essa designação, como não invoca esse regime e como não corresponde ao conteúdo que a lei estabelece para os contratos de gestão delegada.

Nos termos do artigo 20.º daquele Decreto-Lei um contrato de gestão delegada, celebrado entre um município e uma empresa municipal, é celebrado pelo prazo mínimo de 10 anos, regula o âmbito da delegação, os serviços a prestar, a tipologia de utilizadores, o espaço territorial abrangido, a data a partir da qual a empresa municipal assume a responsabilidade pela prestação dos serviços, as regras

de determinação da taxa de remuneração dos capitais próprios, a respectiva base de incidência, as sanções aplicáveis pelo incumprimento de objectivos, as obrigações da empresa municipal (em que se incluem os objectivos e indicadores), as principais iniciativas de carácter estratégico a implementar, o plano de investimentos e, ainda, o tarifário a praticar e a sua trajectória de evolução temporal.

Compulsado o conteúdo do contrato submetido a este Tribunal, verifica-se que o mesmo é celebrado apenas para o ano de 2013, fixa objectivos sectoriais apenas para uma parte da actividade da empresa municipal nesse ano e estabelece uma contrapartida financeira a pagar pela autarquia apenas no ano de 2013.

Ora, quer a sua duração quer o seu conteúdo são manifestamente insuficientes para permitir qualificar substancialmente o contrato como de gestão delegada, face ao regime legal invocado. Deve pois concluir-se que, a existir um erro na qualificação jurídica do contrato e no respectivo enquadramento legal, tal erro é da responsabilidade dos seus contraentes, pois o contrato não foi qualificado como de gestão delegada, não invoca em qualquer momento o Decreto-Lei n.º 194/2009 e não tem o conteúdo típico e necessário desse tipo contratual. Ao invés, foi denominado de contrato-programa, afirma ser efectuado nos termos do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012 e tem um conteúdo que se reconduz ao estipulado neste artigo».

É pois de saudar a atual vontade de formalizar a delegação existente através do imperativo contrato de gestão delegada. Aliás, completando a concretização dessa vontade, sugerir-se-ia inclusivamente uma alteração, a bem do rigor, dos Estatutos da AGERE, *rectius* do seu artigo 29.º, a fim de neste se passar a dispor o seguinte:

«1 – A prestação de serviços de interesse geral pela Empresa, no âmbito da prossecução do seu objeto social, depende da celebração de contratos-programa ou, no âmbito de aplicação do Decreto-lei n.º 194/2009, de contratos de gestão delegada com o Município de Braga, os quais fundamentam a necessidade do estabelecimento da relação contratual e o fim desta, definem a política de preços e regulam as transferências financeiras necessárias ao financiamento da atividade de interesse geral na forma de subsídios à exploração.

2 – Os contratos referidos no número anterior integrarão o plano de atividades da Empresa para o período a que respeitam».

De resto, são no essencial cumpridas todas as menções e imposições de conteúdo do contrato de gestão delegada previstas no artigo 20.º do Decreto-lei n.º 194/2009.

Esta apreciação na generalidade é aliás sufragada pela ERSAR no seu mais recente parecer sobre o contrato de gestão delegado em causa, o de 22-07-2021, ao considerar que *«O conteúdo do articulado da minuta do contrato de gestão delegada obedece genericamente aos requisitos legais constantes no artigo 20.º do regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão de resíduos urbanos, previstos no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto[,] (...) Não obstante, destacam-se abaixo aspetos particulares ou específicos que devem ser retificados, e outros que poderão constituir objeto de melhoria, recomendando-se ainda a inclusão de uma cláusula na qual fique estabelecida o prazo de vigência do contrato»* (cfr. Parecer de 22-07-2022, ponto 4.1.).

Quanto à empresa delegatária, embora a sua criação seja anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 194/2009, os respetivos Estatutos, segundo a versão que nos foi fornecida, foram atualizados segundo a mais recente Lei do Setor Empresarial Local (Lei n.º 50/2012), pelo que se encontra cumprido o disposto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º 194/2009, impositivo do enquadramento da empresa municipal delegatária segundo o regime do setor empresarial local.

Enfim, no que toca ao cumprimento do artigo [[26.º{ do Decreto-lei n.º 194/2009, relativo à participação privada na empresa municipal delegatária, será ele objeto de análise na especialidade, no ponto 4. *infra*.

Análise de observações na especialidade será ainda a que se fará já de seguida, nas rubricas constantes do ponto 3, acompanhando as observações expendidas pela ERSAR à última versão do contrato que lhe foi submetida.

3. Análise do Contrato de Gestão Delegada na Especialidade, suscitada pelas observações expendidas pela ERSAR sobre o mesmo

Nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 194/2009, *«Compete à Entidade Reguladora [ERSAR] (...) Emitir pareceres sobre os contratos atinentes aos diversos modelos de gestão e respectivas peças pré-contratuais»*. Aliás, *«São nulos os actos praticados sem a obtenção de parecer obrigatório da entidade reguladora ou antes do decurso do prazo para a respectiva emissão, bem como os actos realizados sem o decurso do procedimento de audição obrigatória (...)»* (cfr. n.º 7 do artigo 11.º).

Nessa conformidade, *«Sem prejuízo do regime previsto nos artigos 11.º-A e 11.º-B[, especificamente sobre regulação económica e tarifária,], as entidades titulares ou gestoras que tomem decisões*

desconformes com as decisões, recomendações, pareceres ou instruções da entidade reguladora ficam obrigadas ao dever de fundamentação expressa da decisão, com a exposição circunstanciada dos fundamentos de facto e de direito que justifiquem a motivação do ato» (cfr. o n.º 8 do artigo 11.º).

A versão do contrato de gestão delegada que nos foi submetida para análise data de novembro de 2021 e surge na sequência do parecer da ERSAR sobre a minuta de contrato de gestão delegada a celebrar entre o município de Braga e a AGERE – Empresa de Águas, Efluentes e Resíduos de Braga, E.M, emitido em 22-07-2022.

No essencial, o Município de Braga não acolheu, na sua versão de contrato de gestão delegada de novembro de 2021, as observações da ERSAR de julho anterior, sendo que algumas dessas observações já vêm de dois precedentes pareceres da ERSAR emitidos sobre duas precedentes versões do contrato de gestão delegada sujeitas a esta entidade, a saber os pareceres de 19-01-2017 e 18-12-2018.

Este acolhimento não significa, de modo algum, uma ausência de ponderação do interesse público subjacente a tais observações: pelo contrário, é filho da ponderação mais aturada que as mesmas requerem, ponderação essa a pretextuar o presente parecer e a concitar no Município uma necessidade de reflexão profunda, de que é inimigo um acolhimento acrítico.

Nas seguintes rubricas sob este ponto 3, evidenciaremos as observações na especialidade feitas pela ERSAR que devem ser acolhidas (cfr. 3.1.), bem como a fundamentação circunstanciada do possível não acolhimento de quantas observações cujo acolhimento não é legalmente imposto (cfr. 3.2.).

Naturalmente, quando a ERSAR, no seu mais recente parecer, remeta para a doutrina dos seus dois anteriores pareceres sobre o mesmo contrato, é essa doutrina anterior a ter de ser analisada aqui.

3.1. Observações da ERSAR que devem ser acolhidas, por falta de fundamentação circunstanciada para o seu não acolhimento, em cumprimento do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 194/2009

3.1.1. Remuneração anual acionista

Segundo o Parecer da ERSAR de 22-07-2021, «*Relativamente à alínea v) Remuneração anual acionista, verifica-se não terem sido efetuadas alterações relativamente às minutas do contrato de gestão delegada anteriormente analisadas, pelo que se reiteram as recomendações vertidas nos*

anteriores pareceres da ERSAR, nomeadamente no que respeita ao cálculo do capital objeto de remuneração e ao valor da taxa de remuneração».

Antes de mais, cumpre salientar a informação a que tivemos acesso e que está devidamente documentada, segundo a qual o Município de Braga, diante da participação privada da AGERE, sempre pugnou pelo ajustamento das taxas de remuneração ao interesse público, tendo partido de taxas de remuneração acionista propostas pelo acionista privado na ordem dos 12%, tendo pois os valores atualmente em causa sido já um resultado do incremento do interesse público na negociação da delegação.

Em todo o caso, sobre este aspeto, e em primeiro lugar, esclarece-se, no anterior Parecer da ERSAR de 19-01-2017, que: (I) se «(...) o cálculo dos dividendos a distribuir aos acionistas em cada ano resulta da aplicação da taxa de remuneração acionista definida na minuta (7,26%) à diferença entre o valor do capital próprio e o resultado líquido do exercício do ano anterior»; (II) e se, «Relativamente à forma como o rendimento dos acionistas deve ser calculado de forma previsional, de acordo com o artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, é objeto de remuneração o capital próprio no início de cada exercício deduzido do valor de reservas de reavaliação, do valor de capital social subscrito mas ainda não realizado nessa data, bem como de outras rubricas, tais como saldos de eventuais subsídios ao investimento ainda não reconhecidos como proveitos, que não correspondam a efetivo investimento realizado pelos acionistas ou reinvestimento de resultados gerados no passado»; (III) «Nestes termos, considerando que existe capital alheio no âmbito do capital objeto de remuneração (subsídios ao investimento), é entendimento da ERSAR que o cálculo efetuado em sede de EVEF conduz à aplicação de uma taxa superior à definida no articulado».

Em segundo lugar, e conforme a doutrina do mesmo parecer de 19-01-2017, para a qual remete a ERSAR no seu outro Parecer de 2021, «Por outro lado, a respeito da taxa de remuneração de referência a aplicar sobre o capital[: (1) se] (...) a mesma corresponde, nos termos do n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, ao valor mais recente da taxa de juro sem risco, à data dos estudos que fundamentam a criação da empresa municipal delegatária, acrescida de prémio de risco definido no contrato de gestão delegada, sendo indicada, para o efeito, a taxa de rentabilidade das obrigações do tesouro a 10 anos (OT) ou outra equivalente que a venha a substituir[: (2) então,] (...) Atendendo ao valor da taxa de juro de referência à data da elaboração do EVEF remetido⁵, que em agosto de 2016 assumiu o valor de 2,91%, resulta que o prémio de risco implícito assume o valor de 4,35%, o que se afigura exagerado para o sector em causa [quando] (...) Através de ofício O-06228/2014, a ERSAR já teve oportunidade de transmitir o seu entendimento à AGERE no sentido de que o prémio de risco deve ter como limite máximo um valor de 3%».

Pode pois afirmar-se com alguma segurança que, segundo a ERSAR, a taxa de remuneração acionista deverá ser, no máximo, fixada em 5,91% e não em 7,26%, porque o prémio de risco implícito deverá fixar-se nos 3%, ao invés de – como no caso – ascender aos 4,35%.

Em terceiro lugar, e voltando ao ponto 4.1.1. do Parecer da ERSAR de 22-07-2021, «(...) menciona[-se] a discordância da ERSAR face à fórmula utilizada para o cálculo do resultado líquido do exercício, $RLE = 7,26\% \times CP + (RL + OR)$; discordância a radicar em que] (...) O montante para constituição de reservas, apesar de não ser distribuído como dividendo, faz parte integrante da remuneração acionista e continua a ser remunerado anualmente, uma vez que é parte integrante de capital próprio alvo de remuneração (similar a um dividendo que é reinvestido na empresa pelos acionistas); pelo que,] (...) Ao ser imposto um resultado líquido objetivo igual ao montante necessário para a remuneração acionista, acrescido do montante necessário para reservas, é entendimento da ERSAR que este método conduz a um valor de remuneração superior aos 7,26% definido no articulado (superior num montante equivalente ao valor das reservas). É por conseguinte necessário ou corrigir esta fórmula de cálculo, ou justificá-la cabalmente com elementos de que não dispomos no momento para a termos como justificável».

Por último, neste conspecto particular, a ERSAR, no citado ponto 4.1.1., deixa diagnóstico em termos no qual, *«Adicionalmente verifica-se que, de acordo com o modelo económico financeiro apresentado, o montante anualmente registado em "outras reservas", ao invés de permanecer registado no balanço da empresa, de forma a constituir efetivamente uma reserva, é distribuído anualmente na sua totalidade (identificado como um cash outflow, na sheet "Cashflows", linha 36, "Constituição reserva para fins sociais e investimento"); e,] (...) Como tal, questiona-se qual o destino desta distribuição, uma vez que a mesma constitui um encargo extra suportado pelos tarifários dos serviços regulados. Será por conseguinte necessário dar resposta cabal a esta questão, quando se enviar a versão última do contrato de gestão delegada à ERSAR».*

Pode então afirmar-se que a doutrina da ERSAR vai totalmente ao encontro do esforço Municipal no sentido do ajustamento da remuneração acionista aos ditames do interesse público.

3.1.2. Bens afetos à concessão

De necessário acolhimento ou, por outra, de infundado não acolhimento se nos afigura, por seu lado, a observação constante do ponto 4.1.3. do Parecer da ERSAR de 22-07-2021, nos termos da qual *«deve ser introduzida, na presente cláusula [décima], uma remissão para o Anexo 5 onde estão identificados os bens afetos ao sistema; assim como,] por outro lado, tendo presente que os bens*

identificados no Anexo 5 já estão afetos à gestão dos serviços delegados na AGERE, afigura-se necessário definir quais os termos em que poderão vir a ser afetos outros bens municipais, à luz do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 194/2009[.] Sublinh[ando]-se que quando a afetação de novos bens seja feita a título oneroso, o seu valor não pode ultrapassar o respetivo valor líquido contabilístico, determinado nos termos da legislação aplicável, cabendo a uma entidade independente a realização da respetiva avaliação».

3.1.3. Comparticipações financeiras

No quadro da proibição de subvenções ao investimento, constante da Lei n.º 50/2012 e que é salientada pela ERSAR no ponto 4.1.4. do seu Parecer de 22-07-2021, deve ter-se também por necessário o acolhimento da sugestão, relativa à clausula décima quarta, em cujos termos «recomenda-se a introdução de um novo número no qual fique previsto que a atribuição de subsídios, por entidades terceiras, não previstos no modelo económico-financeiro para o período tarifário em curso, dá lugar à revisão extraordinária intercalar das tarifas».

3.1.4. Prazo ou duração do contrato

Particular razão assiste à ERSAR quando insiste, no ponto 4.1., em que deverá ser expressamente estabelecido um prazo de duração do contrato, em linha com o disposto no n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-lei n.º 194/2009.

3.1.5. Outras observações

Com exceção das observações da ERSAR cujo não acolhimento foi fundamentado pelo Município de Braga e cujo elenco se segue nas rubricas infra abertas sob o ponto 3.2., as demais observações da ERSAR, vertidas novamente ou reiteradas no respetivo Parecer de 22-07-2022, deverão ser circunstanciadamente acolhidas, ou pelo menos ponderadas, sob pena de se violar o disposto no n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 194/2009, quando manda as entidades titulares ou gestoras apenas recusarem o acolhimento de observações da ERSAR mediante fundamentação completa e circunstanciada.

3.2. Observações da ERSAR de que os contratantes se podem racional e fundamentadamente demarcar, desde que o façam de forma expressa

Sem prejuízo do expendido anteriormente, há determinadas observações da ERSAR cuja irracionalidade ou inconveniência do respetivo acolhimento já foi demonstrada pelos respetivos

contratantes e deve ser feita valer junto da Entidade Reguladora.

Uma nota inicial, muito importante, para alertar sobre o facto de, nos termos do já várias vezes citado n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 194/2009, o não acolhimento de observações da ERSAR exigir fundamentação sempre escrita e dirigida à ERSAR com a versão subsequente do contrato. Só assim se esgotará o poder de pronúncia do regulador.

3.2.1. Tarifas relativas à ligação de utilizadores à rede pública

Com fé no ponto 4.1.5 do seu Parecer de 22-07-2021, *«Relativamente às tarifas previstas para os serviços auxiliares dos serviços de águas, teve já a ERSAR a oportunidade de transmitir às partes que a minuta de contrato inclui tarifas que esta entidade reguladora considera que não devem ser cobradas autonomamente por constituírem um obstáculo à ligação dos utilizadores à rede pública, nomeadamente as tarifas de ramais com extensão inferior a 20 metros lineares, de ligação ao saneamento, de vistoria, entre outras»*.

Tiveram as partes contratantes oportunidade de esclarecer a Abreu Advogados de que, num contexto como o do Município de Braga, em que as infraestruturas de ligação à rede, quando já não existentes por iniciativa do Município e construção Municipal, são ajustadas em sede de operações urbanísticas macro como alvarás de loteamento, semelhantes tarifas oneram não o utilizador final ou construtor da casa unifamiliar, como a ERSAR julga, mas sim quem mais lucra com o solo que são os loteadores, enquanto promotores imobiliários ou construtores de larga escala.

Esta justificação deve ser vertida em documento que instrua o envio da última versão do contrato de gestão delegada à ERSAR, para efeitos de cumprimento do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 194/2009.

3.2.2. Fossas sépticas (Cláusula décima sexta)

Ainda consoante o ponto 4.1.5. do Parecer da ERSAR de 22-07-2021, *«no que respeita às tarifas referentes ao transporte e destino final de águas residuais, recolhidas em meios móveis provenientes de fossas sépticas, cumpre sublinhar que, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 2.º e n.º 3 do artigo 59.º, ambos do Decreto-Lei n.º 194/2009, a limpeza de fossas sépticas em locais não dotados de rede pública, integra o serviço principal de saneamento de águas residuais[, pelo que,] (...) Por conseguinte a limpeza de fossas sépticas a utilizadores não servidos por rede de drenagem não pode ser faturada como serviço auxiliar, sob pena de violação do supramencionado artigo, o que corresponde a uma ilegalidade contratual, termos em que se recomenda a revisão do tratamento*

dado a esta matéria».

A AGERE teve oportunidade de referir, em reunião com a Abreu Advogados, que, do seu ponto de vista, o facto de, nos termos do n.º 3 do artigo 59.º do Decreto-lei n.º 194/2009, os utilizadores não servidos pela rede de esgotos terem direito à limpeza das fossas sépticas não a impede de tarifar essa limpeza como serviço autónomo, já porque pouco frequente na realidade de Braga, já porque marcado por uma contraprestação diversa da rede pública de esgotos.

É, mais uma vez, entendimento que deverá ser transmitido, por escrito, à ERSAR, de forma fundamentada.

3.2.3. Observações das alíneas a) e b) do ponto 4.2. e do ponto 4.3. do Parecer da ERSAR

Quanto a semelhantes observações da ERSAR, as mesmas já se encontram convenientemente rebatidas, de forma fundamentada, no documento intitulado «*Esclarecimentos relativos ao parecer da ERSAR*», que nos foi apresentado.

O que é importante é que neste documento se inclua também a fundamentação da recusa do acolhimento quer das observações referidas em 3.2.1. e 3.2.2, quer de outras, mencionadas nas rubricas sob o ponto 3.1., que as partes entendam livremente não acolher.

4. Conclusões

- 4.1.** No essencial, o contrato de gestão delegada que nos foi submetido cumpre as prescrições, em termos de conteúdo, a que o adstringe o artigo 20.º do Decreto-lei n.º 194/2009, sendo este também o entendimento da ERSAR, salvo no que diz respeito à falta de estipulação de um prazo mínimo.
- 4.2.** Tendo em conta o prémio de risco máximo definido pela ERSAR, a taxa de remuneração acionista prevista no contrato deve ser, no máximo, de 5,91% (cfr. o ponto 3.1.).
- 4.3.** Quantas observações da ERSAR entendam as partes contratantes não acolher implicam a fundamentação escrita e circunstanciada das razões desse não acolhimento, nos termos do n.º 8 do artigo 11.º do Decreto-lei n.º 194/2009 (cfr. os pontos 3.1. e 3.2.).

Lisboa, 03 de janeiro de 2023

Abreu Advogados